



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

Brasília - DF / 2017

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado em observância à Instrução Normativa TCU nº 63/2010 (com alterações da IN TCU nº 72/2013), Decisão Normativa TCU nº 154/2016 e Portaria TCU nº 59 de 17 de janeiro de 2016.

Unidades Consolidadas:

Gabinete do Ministro (GM)

Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD)

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO)

Secretaria de Política Nacional de Transportes (SPNT)

Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (SEGES)

Secretaria Executiva

Brasília-DF/2017
LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno
AGEF	Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A
AGU	Advocacia-Geral da União
ANAC	Agencia Nacional de Aviação Civil
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APFD	Administração Pública Federal Direta
APT	Avaliação das Políticas de Transportes
ASCOM	Assessoria de Comunicação
ASSAM	Assessoria Socioambiental
ATIT	Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre
AUXFUN	Auxilio Funeral
BF	Boletim Financeiro
BGU	Balanço Geral da União
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BO	Boletim Orçamentário
BP	Boletim Patrimonial
BPM	Business Process Management
BR-LEGAL	Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária
BSC	Balanced Scorecard
CADIPP	Cadastro de Interessados Ponto de Parada
CAPPL	Consultar Andamento de Processos Livre
CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CDC	Companhia Docas do Ceará
CDFMM	Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante
CDP	Companhia Docas do Pará
CDRJ	Companhia Docas do Rio de Janeiro
CDT	Canal Direto com os Transportes
CDU	Classificação Decimal Universal
CE	Comissão de Ética
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CETIT	Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes
CGAA	Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação
CGCAP	Coordenação-Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes
CGDC	Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade
CGJA	Coordenação Geral Jurídica de Assuntos Administrativos
CGMO	Coordenação–Geral de Modernização e Organização
CGRL	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGTI	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União
CIDE	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
CIL	Centro de Integração Logística
CLE	Corredores Logísticos Estratégicos
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COAD	Coordenação de Administração do Pessoal Ativo
COAP	Controle Organizativo a Ação Pública de Saúde
CODEBA	Companhia das Docas do Estado da Bahia
CODERN	Companhia Docas do Rio Grande do Norte
CODESA	Companhia Docas do Espírito Santo
CODESP	Companhia Docas do Estado de São Paulo
CODOMAR	Companhia Docas do Maranhão
COE	Contratos Operacionais Específicos
COEX	Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
COGETI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
COINF	Coordenação de Infraestrutura de Informática
COMAP	Coordenação de Material e Patrimônio
CONAC	Conselho de Aviação Civil
CONAERO	Conselho Nacional de Autoridade Aeroportuárias
CONAGH	Criação do Comitê Nacional de Gestão Hidroviária
CONAPORTOS	Conselho Nacional de Autoridades nos Portos
CONIT	Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes
CONJUR	Consultoria Jurídica
CONSETRANS	Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Transportes

CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
CORREG	Corregedoria
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
COTEC	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPPI	Conselho do Programa de Parceria de Investimentos
CREMA	Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais
CTICS	Comitê Técnico da Indústria, Comércio e Serviços
CTLAG	Comitê Técnico de Logística da Agricultura e do Agronegócio
CV	Casa Civil
CVC	Contagem Volumétrica Classificatória
DAS	Direção e Assessoramento Superior
DEADE	Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Estratégico
DECEX	Departamento de Educação e Cultura do Exército
DECON	Departamento de Concessões
DEDL	Departamento de Desenvolvimento e Logística
DEINT	Departamento de Informações de Transportes
DEPLAN	Departamento de Planejamento de Transportes
DEPTA	Departamento de Programas de Transportes Aquaviários
DEPTT	Departamento de Programas de Transportes Terrestres
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DFMM	Departamento do Fundo da Marinha Mercante
DGTI	Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação
DIBEN	Divisão de Benefícios
DICOP	Divisão de Concessão e Revisão de Pensão
DINOR	Divisão de Estudos e Normas de Recursos Humana
DITC	Divisão de Treinamento e Capacitação
DIVAP	Divisão de Cadastro de Aposentados e Instituidores de Pensão
DMM	Departamento da Marinha Mercante
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU	Diário Oficial da União
DP	Direito de Passagem

DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
e-CONTAS	Sistema de prestação de Contas
EF	Estrada de Ferro
EGAB	Sistema Eletrônico de Gabinete
EGP-TI	Escritório de Gerenciamento de Projeto de TI
EPL	Empresa de Planejamento e Logística
ETAV	Empresa de Transportes Ferroviários de Alta Velocidade
ETC	Estação de Transbordo de Cargas
EVTEA	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.
FEP	Fundo de Estruturação de Projetos
FG	Funções Gratificadas
FHWA	Federal Highway Administration
FICO	Ferrovia Integração Centro Oeste
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste-Leste
FMM	Fundo da Marinha Mercante
FNS	Ferrovia Norte-Sul
FORMAR	Acompanhamento de Formação de Servidores
FRANAVE	Companhia de Navegação do São Francisco
GCN	Gestão de continuidade de Negócios
GEIPOT	Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes
GM	Gabinete do Ministro
GPWEB	Gestão de Projetos WEB
GT	Grupo de Trabalho
GTPE	Grupo de Trabalho de Peso por Eixo
HDM-4	Highway Development and Management Model
HELP ONLINE	Guia prático de ajuda
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICE	Índice de Conformidade Executiva
ICP	Índice de Pertinência Complementar Propositivo
IDE-T	Infraestrutura de Dados Espaciais em Transporte
IDG	Indicador de Desempenho Geral
IIRSA	Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
IP4	Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte
IPC	Índices de Preços ao Consumidor
IPE	Índice de Porte Econômico
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPR	Instituto de Pesquisas Rodoviárias
ITE	Índice de Temporalidade Executiva
ITP	Índice de Temporalidade Propositivo
LAI	Lei de Acesso a Informação
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPi	Meta Anual Projetada
MBC	Movimento Brasil Competitivo
MF	Ministério da Fazenda
MFN	Estudos para Implantação do Museu Ferroviário Nacional
MINFRA	Ministério da Infraestrutura
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério de Relações Exteriores
MTPA	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
NEAT	Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas por Técnico
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NMAM	Número Médio de Ações Monitoradas no Ano
NMAT	Número Médio de Ações Monitoradas por Técnico
NMEA	Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas
OCI	Órgão de Controle Interno
OFI	Operadores Ferroviários Independentes
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OGU	Orçamento Geral da União
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OTM	Operadores de Transporte Multimodal de Cargas
PA	Processo Administrativo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEA	Percentual de Obras em Execução Acompanhadas

PAG	Prima Associação dos Governos
PAM	Percentual de Ações Monitoradas
PARi	Percentual do Projeto/Atividade i
PAR	Procedimentos para Apuração da Responsabilidade Administrativa
PAS	Programa de Avaliação Socioeconômica de Projetos de Infraestrutura de Transportes
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCN	Plano de Continuidade de Negócios
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEF	Pagamento Eletrônico de Frete
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PER	Programas de Exploração de Rodovias
PETIC	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Setor Transportes
PFA	Posto de Fiscalização e Atendimento
PGEO	Plano Estratégico de Geoinformação do Setor Transportes
PGF	Procuradoria-Geral Federal
PGINF	Programa Gestão da Informação
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PHE	Plano Hidroviário Estratégico
PIAF	Postos Integrados Automatizados de Fiscalização
PIL	Programa de Investimentos em Logística
PMGP	Programa Modernizando a Gestão Pública
PMI	Plano de Metas e Investimentos
PNCV	Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade
PNIH	Plano Nacional de Integração Hidroviária
PNLI	Plano Nacional de Logística Integrada
PNLT	Plano Nacional de Logística e Transportes
PNP	Plano Nacional de Pesagem
PNT	Política Nacional de Transportes
PNTH	Política Nacional de Transporte Hidroviário
PPA	Plano Plurianual de Investimentos
PPei	Percentual de Participação do Projeto i
PPP	Parceria Público-Privada
PPV	Programa de Pesagem de Veículos
PROCREMA	Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas

PRODEFENSAS	Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais
PROMEF	Programa de Modernização e Expansão da Frota de Transportes
PROPASS	Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
PROSINAL	Programa de Sinalização da Malha Rodoviária Nacional
RAD	Reuniões de Avaliação do Desempenho
RAE	Reuniões de Acompanhamento da Estratégia
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
REIDI	Regime Especial para o Desenvolvimento da Infraestrutura
RFB	Receita Federal do Brasil
RFFSA	Rede Ferroviária Federal
RNTRC	Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas
SAAD	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – MT
SAECI	Sistema da Assessoria de Controle Interno
SAFF	Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário
SAMS	Serviço de Atendimento Médico-Social
SAPPI	Sistema de alimentação Ações de Estados
SCA	Sistema de Controle de Acesso
SCEPL	Sistema de Consulta Extrema Controle
SCIMO	Sistema de controle de Instrumentos Médico e Odontológico
SE	Secretaria Executiva – MT
SEAINF	Serviço de Articulação e Informação
SECR	Serviço de Cálculos e Remuneração – MT
SEGES	Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – MT
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
SEP	Secretaria Especial de Portos
SEPEN	Serviço de Cálculos e Pagamento de Pensões
SEREF	Serviço de Registro Funcional
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SFAT	Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – MT
SFF	Sistema Ferroviário Federal
SGD	Sistema de Gestão de Documentos
SGF	Sistema de Gestão de Frotas
SGI	Sistema de Gestão Internet

SGINP	Sistema de Gestão de Impressão de Processos
SGON	Setor de Garagens Oficiais Norte
SGP	Sistema de Gestão Processos
SIADRE	Sistema de Avaliação de Desempenho e Regimento Interno
SIAEP	Sistema de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas
SIAEX	Sistema de Extração
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICAF	Sistema de cadastramento Unificado de Fornecedores
SICAP	Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos
SICAR	Sistema de Controle de Arquivo
SICONV	Sistema de Convênios do Governo Federal
SICPAG	Sistema de Controle de Pagamento
SICPAT	Sistema de controle de Pagamentos atrasados
SIGAT	Sistema de Gestão das Ações de Transporte
SIGEF	Sistema de Gestão Funcional
SIGESA	Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental
SIGPAC	Sistema de Gestão de Programa de Aceleração do Crescimento
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIGT	Sistema de Informações de Planejamento Regional de Transportes
SIMIC	Sistema de Microfilmagem
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORC	Sistema de Orçamento
SIORG	Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SIPEC	Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISG	Sistemas de Serviços Gerais
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SISPF	Sistema de Programação Financeira
SITRA	Sistema de Tramitação
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNV	Sistema Nacional de Viação
SOF	Secretaria Orçamento Federal

SOPHIA	Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas
SPATIC	Sistema de Acompanhamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
SPCE	Sistema de Painel de Controle de Eficácia
SPF	Sistema de Programação Financeira
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPL	Sistema de Passe Livre
SPNLT	Sistema Nacional de Pesquisa de Tráfego
SPNT	Secretaria de Política Nacional de Transportes
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – MT
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SREAP	Sistema de Recadastramento de Aposentado e Pensionista
STN/MF	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TAV	Trem de Alta Velocidade
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e da Comunicação
TM	Tráfego Mútuo
TRC	Transporte Rodoviário de Cargas
TRF	Tribunal Regional Federal
TUP	Terminais de Uso Privativo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UG	Unidade Gestora
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UPC	Unidade Prestadora de Contas
VALEC	Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.
VMDA	Volume Médio Diário Anual
Wi-fi	Rede Sem Fio
ZAL's	Zonas de Atividades Logísticas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Programação de despesas	43
Tabela 2 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa	45
Tabela 3 – Programa de transporte terrestre.....	47
Tabela 4 – Metas quantitativas regionalizadas de rodovias para concessão	51
Tabela 5 – Quantidade de Pontos de Fiscalização por Estado	51
Tabela 6 - Metas quantitativas regionalizadas de rodovias para implantação de pontos de fiscalização eletrônica	52
Tabela 7 – Metas quantitativas regionalizadas de duplicação de rodovias concedidas	53
Tabela 8 – Metas quantitativas regionalizadas de acesso portuário.....	54
Tabela 9 – Metas quantitativas regionalizadas de adequação de rodovias	55
Tabela 10 – Metas quantitativas regionalizadas de construção ou adequação de contornos ou anéis rodoviários.....	56
Tabela 11 – Metas quantitativas regionalizadas para adequação de travessias urbanas	57
Tabela 12 – Metas quantitativas regionalizadas para construção ou pavimentação de rodovias.....	59
Tabela 13 – Metas quantitativas regionalizadas para construção de pontes internacionais.....	59
Tabela 14 – Metas quantitativas regionalizadas para construção de pontes	60
Tabela 15 – Quantitativos de projetos de postos integrados automatizados de fiscalização	61
Tabela 16 – Metas quantitativas regionalizadas para implantação e operação de equipamentos de medição de peso	62
Tabela 17 – Quantidade de equipamentos eletrônicos de controle de velocidade	62
Tabela 18 – Metas quantitativas regionalizadas para implantação e operação de equipamentos de controle de velocidade.....	63
Tabela 19 - Metas para implantação de sinalização das rodovias pavimentadas.....	64
Tabela 20 – Metas para realização de manutenção permanente das rodovias	65
Tabela 21 – Metas quantitativas regionalizadas para expansão das ferrovias	66
Tabela 22 – Metas quantitativas regionalizadas para expansão de ferrovias para concessão	67
Tabela 23 – Meta quantitativa regionalizada para adequações ferroviárias em perímetro urbano	68
Tabela 24 – Metas quantitativas regionalizadas para manutenção permanente de ferrovias.....	70
Tabela 25 – Metas quantitativas regionalizadas para concessão de ferrovias existentes.....	70
Tabela 26 - Programa de transporte	73
Tabela 27 - Meta quantitativa regionalizada para adequação de instalações portuárias públicas de pequeno porte	76
Tabela 28 - Metas quantitativas regionalizadas para eliminação de pontos críticos em hidrovias	77
Tabela 29 - Meta quantitativa regionalizada para implantação das instalações portuárias públicas de pequeno porte	78
Tabela 30 - Meta quantitativa regionalizada para construção de dispositivos de transposição de nível	79

Tabela 31 - Metas quantitativas regionalizadas para manutenção de corredores hidroviários	80
Tabela 32 - Metas quantitativas regionalizadas para manutenção e operação de instalações portuárias públicas de pequeno porte	80
Tabela 33 - Metas quantitativas regionalizadas para melhorias ou implantação de sinalização em hidrovias.....	81
Tabela 34 - Metas quantitativas regionalizadas para construção de embarcações destinadas à cabotagem.....	83
Tabela 35 - Metas quantitativas para contratação de projetos financiados pelo FMM.....	84
Tabela 36 - Indicadores da COGEP	101
Tabela 37 - Indicadores da CGRL.....	106
Tabela 38 - Indicadores da SEGES	108
Tabela 39 – Indicadores da SPNT.....	108
Tabela 40 - Simulação de recursos destinados, executados e atualizados de projetos.....	109
Tabela 41 – Simulação da programação dos recursos para o ano	109
Tabela 42 – Simulação da pontuação dos projetos	110
Tabela 43 – Simulação do desempenho dos projetos.....	110
Tabela 44 – Relação dos projetos/atividades da SPNT	111
Tabela 45 – Evolução dos projetos/atividades da SPNT.....	112
Tabela 46 – Qualificação e classificação de valores	113
Tabela 47 – Quantitativo dos procedimentos disciplinares instaurados	119
Tabela 48 – Quantitativo dos procedimentos disciplinares julgados	119
Tabela 49 – Quantitativo das penalidades aplicadas.....	119
Tabela 50 - Evolução da despesa com estagiários	130
Tabela 51 - Distribuição geográfica dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união....	132
Tabela 52 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UPC	132
Tabela 53 - Principais sistemas de informação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.....	135
Tabela 54 - Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI	150
Tabela 55 - Capacitação de servidor	152
Tabela 56 – Mapa de distribuição dos servidores da CGTI	152
Tabela 57 – Quantitativo da gestão e fiscalização de contratos.....	157
Tabela 58 - Descrição dos projetos de TI.....	158
Tabela 59 – Quantitativo dos projetos executados.....	161
Tabela 60 – Quantitativo dos principais sistemas de informação	162
Tabela 61 – Relação dos serviços de manutenção de sistemas legados.....	164
Tabela 62 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	168
Tabela 63 - Indicadores para transporte terrestre	168

Tabela 64 - Indicadores de desempenho da Central de Relacionamento	170
Tabela 65 – Estatística mensal	171
Tabela 66 – Quantitativo dos atendimentos efetuados nos núcleos de RH.....	171
Tabela 67 – Comparativo do percentual de satisfação dos serviços prestados	175
Tabela 68 - Discriminação da composição do ativo imobilizado e intangível.....	179
Tabela 69 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	181
Tabela 70 - Demais Obrigações a Curto Prazo	181
Tabela 71 - Demais Obrigações a Longo Prazo	181
Tabela 72 - Processos disciplinares com possibilidade de dano ao erário.	191
Tabela 73 - Quantitativo de processos encerrados e motivo do encerramento	192
Tabela 74 - Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	194
Tabela 75 - Contratos firmados de publicidade e propaganda	197

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2.4.1 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS.....	30
QUADRO 3.3.2.1 – AÇÕES RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC - OFSS	84
QUADRO 3.3.2.2 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	85
QUADRO 3.3.4.1 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	87
QUADRO 3.3.5.1 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (SAAD).....	88
QUADRO 3.3.5.1 RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (SPNT).....	89
QUADRO 3.3.5.1 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (COGEP).....	89
QUADRO 3.3.5.2 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES (SAAD)	90
QUADRO 3.3.5.2 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES (SPNT)	90
QUADRO 3.3.5.2 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES (COGEP).....	91
QUADRO 3.3.5.3 - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO (SAAD)	91
QUADRO 3.3.5.3 - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO (SPNT)	92
QUADRO 3.3.5.3 - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO (COGEP)	92
QUADRO 3.3.5.4. – PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS (SPNT)	93
QUADRO 3.3.6.1 – DESPESA POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	94
QUADRO 3.3.6.2 - DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	95
QUADRO 3.3.7.1 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	97
QUADRO 3.3.7.2 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	97
QUADRO 3.3.7.3– CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	98
QUADRO 5.1.1.1- FORÇA DE TRABALHO DA UPC.....	124
QUADRO 5.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	125
QUADRO 5.1.1.3 DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC	125
QUADRO 5.1.2 – DESPESA DO PESSOAL.....	127
QUADRO 5.1.4.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE	129

QUADRO 8.1.1 - DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO	183
QUADRO 8.3.1 - MEDIDAS ADOTADAS PARA APURAÇÃO E RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO	191
QUADRO 8.6.1 - DESPESAS COM PUBLICIDADE	197

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma funcional do Ministério dos Transportes, segundo do Decreto nº 8.687, de 04/03/2016.....	29
Figura 2 – Cadeia de valores dos processos (Fonte: SPNT)	33
Figura 3 – Mapa estratégico (Fonte: SPNT)	37
Figura 4 – Pagamentos: Custeio /Investimento – Rap e Exercício. Fonte: SPO.....	99
Figura 5 – Comparativo da dotação autorizada e limites concedidos para outros custeios e capital.	100
Figura 6 – Pedido por tipo de resposta	172
Figura 7 – Razões da negativa de acesso	172
Figura 8 – Meios de envio de resposta	173
Figura 9 – Quantitativo de chamadas e respostas	174
Figura 10 – Classificação das chamadas	174
Figura 11 – Classificação da satisfação geral.....	175
Figura 12 – Aferição do grau de satisfação do cidadão	175

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 - Das demonstrações contábeis do Ministério dos Transportes.....	198
--	-----

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	20
2.	VISÃO GERAL DA UNIDADE	23
2.1.	FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	23
2.2.	NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	26
2.3.	AMBIENTE DE ATUAÇÃO	27
2.4.	ORGANOGRAMA	29
2.5.	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	32
3.	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	36
3.1.	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	36
3.1.1.	DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO	38
3.1.2.	ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	39
3.1.3.	VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS	39
3.2.	FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RESULTADOS DOS PLANOS	40
3.3.	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	41
3.3.1.	OBJETIVOS ESTABELECIDOS NO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	46
3.3.2.	EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	84
3.3.3.	FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	87
3.3.4.	RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	87
3.3.5.	EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	88
3.3.6.	INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS	93
3.3.7.	SUPRIMENTOS DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	97
3.4.	DESEMPENHO OPERACIONAL	98
3.5.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	100
4.	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS	115
4.1.	DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	115
4.2.	ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	117
4.3.	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	120
5.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	123
5.1.	GESTÃO DE PESSOAS	123
5.1.1.	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	124
5.1.2.	DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL	126
5.1.3.	GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL	128

5.1.4.	CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS	128
5.2.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	130
5.2.1.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO.....	131
5.3.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	133
5.3.1.	PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	162
5.3.2.	INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI).....	166
5.4.	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	166
5.4.1.	ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS.....	167
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	170
6.1.	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	170
6.2.	CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	173
6.3.	AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	174
6.4.	MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	176
6.5.	MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES..	176
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	177
7.1.	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	177
7.2.	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	177
7.3.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	178
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	183
8.1.	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	183
8.2.	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	190
8.3.	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	190
8.4.	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	192
8.5.	INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO.....	192
8.6.	INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	195
9.	ANEXOS E APÊNDICES	198

1. Apresentação

O presente Relatório de Gestão tem por finalidade apresentar as contas e realizações do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), em cumprimento à obrigação constitucional prevista no parágrafo único do art. 70 da nossa Carta Magna, de forma a permitir uma visão sistêmica da conformidade e do desempenho da gestão, no exercício de 2016, aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

Em 2016, a Alta Administração do Poder Executivo Federal foi profundamente modificada com a edição da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, dispondo sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

Essa medida extinguiu diversos órgãos, entre eles, a Secretaria de Portos (SEP) e a Secretaria de Aviação Civil (SAC), transferindo as respectivas competências e as entidades supervisionadas por essas Secretarias para o Ministério dos Transportes, que foi transformado em Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA).

A Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, estabeleceu certas regras de transição, algumas produzindo efeitos de imediato, como as relacionadas às competências administrativas, às extinções de cargos e às alterações de supervisão ministerial das entidades vinculadas, determinando um prazo para a entrada em vigor de outros aspectos da gestão, relacionados à estrutura regimental e à assunção do planejamento orçamentário e da execução financeira.

Assim sendo, a alteração na organização ou arcabouço dos órgãos envolvidos ocorreu a partir da data de entrada em vigor do decreto de reestruturação regimental desta UPC, que absorveu os órgãos extintos, ou seja, a reestruturação das unidades administrativas internas das entidades extintas ocorreu com a entrada em vigor do Decreto nº 9.000, de 08 de março de 2017, que também dispõe sobre nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão deste Ministério.

Diante disso, surgiu o dilema: como elaborar o Relatório de Gestão, consolidando informações das recém-incorporadas Secretarias, principalmente, porque, no presente caso, as dotações orçamentárias aprovadas na LOA-2016 não tinham sido transferidas até 31/12/2016 para o novo Ministério, dificultando a coleta e fusão das contas orçamentárias.

Por isso, a Secretaria Executiva do MTPA procedeu consulta às áreas competentes do TCU para que as extintas Secretarias de Portos e de Aviação Civil apresentassem os Relatórios de Gestão, referente ao exercício de 2016, de forma individualizada, o que foi prontamente aceito. Em seguida, aquela Corte registrou os aludidos órgãos extintos como Unidades Prestadoras de Contas (UPC) no seu Sistema on-line, responsável pelo fluxo da prestação de contas, desde a elaboração e envio dos relatórios de gestão até a remessa do pronunciamento ministerial e autuação do processo de contas do TCU.

Dessa forma, o Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MTPA reunirá as informações sobre a gestão das seguintes unidades da estrutura do Ministério: (i) Gabinete do Ministro (GM); (ii) Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD); (iii) Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO); (iv) Secretaria de Política Nacional de Transportes (SPNT); e (v) da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (SEGES).

Destaca-se, em observância aos normativos sobre a matéria, em especial, à Decisão Normativa TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016, que o presente Relatório não reúne as informações sobre a gestão da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes (SFAT), uma vez que essa Unidade do Ministério está obrigada a apresentar Relatório de Gestão individualizado, consolidando as informações sobre a gestão do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e do Departamento de Marinha Mercante (DFMM).

O presente Relatório de Gestão está estruturado de acordo com a relação de capítulos, seção e subitens do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas), disponibilizado *on-line* pelo TCU e adaptado, especificamente, para a apresentação das contas da Secretaria Executiva deste Ministério.

O corrente Relatório está composto por uma parte introdutória que compreende a apresentação; as finalidades e competências institucionais; ambiente de atuação; organograma; e macroprocessos finalísticos. Na parte central têm-se o planejamento organizacional e resultados; governança, gestão de risco e controles internos; áreas especiais da gestão; relacionamento com a sociedade; desempenho financeiro e informações contábeis; conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle. Anexos e apêndices finalizam o Relatório referenciado.

Com a absorção das Secretarias de Portos e Aviação Civil, o principal desafio foi empenhar-se na integração desses modais, bem como no bom funcionamento administrativo entre estas pastas, em um momento delicado de severas restrições orçamentário-financeiras que afetaram a Administração Pública Federal como um todo.

As atividades do MTPA, em 2016, foram priorizadas com a finalidade de atrair parcerias privadas em projetos capazes de potencializar a infraestrutura de transportes. Nesse sentido foi editado o Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, que permite às empresas participantes do PPI emitir debêntures incentivadas, para financiar projetos de investimentos em infraestrutura.

Com efeito, foram aprovados sete projetos para rodovias e três projetos para ferrovias, tendo sido autorizada a emissão de debêntures no montante de mais de R\$ 7 bilhões. Desse total, foi efetivamente emitido o total de R\$ 370 milhões em debêntures. Para o setor portuário, foi aprovado projeto de investimento na ordem de R\$ 600 milhões. Já no setor aeroportuário houve aprovação à solicitação da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. para a construção do Píer Sul, no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, com investimento estimado em R\$ 557 milhões.

Em 2016, a carteira de projetos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) somava 357 empreendimentos com financiamento contratados junto aos agentes financeiros para construção de embarcações no País. Assim, foram contratados pelos agentes financeiros do FMM R\$ 3,45 bilhões de novos financiamentos.

Como resultado, foram construídas 119 embarcações, com destaque para 76 barcas e cinco empurradores, além de cinco navios destinados à cabotagem. As barcas e empurradores destinam-se ao escoamento da produção de grãos pelo arco norte, proporcionando redução dos custos de transporte dos produtores, do fluxo de caminhões, do número de acidentes e dos custos de manutenção nas rodovias. Em relação à cabotagem, quatro navios foram destinados para o transporte de gás natural e derivados de petróleo, além de um navio graneleiro.

No setor portuário, em 2016, destaca-se a publicação de 19 anúncios públicos relativos a solicitações de autorização para construção, ampliação e alteração de perfil de cargas para Terminais de Uso Privado (TUP) e Estações de Transbordo de Cargas (ETC), o que representa uma expectativa de aporte de investimentos da ordem de R\$ 3,9 bilhões, provenientes da iniciativa privada na operação e exploração desses empreendimentos. No mesmo período, foram autorizados

17 novos contratos de adesão, sendo dez na modalidade de TUP e sete na modalidade de ETC, totalizando R\$ 1,8 bilhão.

Já no setor de aeroportos ressalta-se, que 270 Municípios foram contemplados com projetos de reforma, ampliação e construção de aeroportos regionais. A meta do Programa de Aviação Regional (PAR) é que 96% da população esteja localizada a pelo menos 100 quilômetros de um terminal de passageiros.

2. Visão geral da unidade

2.1. Finalidade e competências

O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil é o órgão central da Administração Pública Federal Direta, responsável pela formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais, referentes aos transportes rodoviário, ferroviário, aeroviário e aquaviário (marinha mercante e vias navegáveis), bem como do setor de portos e instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres. Ocupa-se, ainda, da participação do planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação, na priorização de investimentos em transportes e na aprovação dos planos de outorga na forma da legislação específica.

Em 2016, a Administração do Poder Executivo Federal foi amplamente modificada com a edição da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que extinguiu, entre outros órgãos, as Secretarias de Portos e de Aviação Civil da Presidência da República as quais passaram a integrar o Ministério dos Transportes, atualmente denominado Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA).

O MTPA, a partir da publicação da MP 726, de 2016, no Diário Oficial da União, edição extra do dia 12 de maio de 2016, retificada em 19 de maio de 2016, edição extra, posteriormente convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, passou a ter como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) política nacional de transportes ferroviário, rodoviário, aquaviário e aeroviário;
- b) marinha mercante e vias navegáveis;
- c) formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres e execução e avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres;
- d) formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais do setor de portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres;
- e) participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimentos em transportes;
- f) elaboração dos planos gerais de outorgas;
- g) estabelecimento de diretrizes para a representação do País nos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados referentes às suas competências;
- h) desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura aquaviária dos portos e instalações portuárias em sua esfera de competência, com a finalidade de promover a segurança e a eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros; e
- i) aviação civil e infraestruturas aeroportuária e de aeronáutica civil, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa.

As competências acima elencadas compreendem:

- I - a formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais;
- II - a participação no planejamento estratégico, o estabelecimento de diretrizes para sua implementação e a definição das prioridades dos programas de investimentos;
- III - a elaboração e a aprovação dos planos de outorgas, ouvida, tratando-se da exploração da infraestrutura aeroportuária, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
- IV - o estabelecimento de diretrizes para a representação do Brasil nos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados referentes aos meios de transportes;
- V - a formulação e a supervisão da execução da política referente ao Fundo da Marinha Mercante, destinado à renovação, recuperação e ampliação da frota mercante nacional, em articulação com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- VI - o estabelecimento de diretrizes para afretamento de embarcações estrangeiras por empresas brasileiras de navegação e para liberação do transporte de cargas prescritas;
- VII - a elaboração de estudos e projeções relativos aos assuntos de aviação civil e de infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil e sobre a logística do transporte aéreo e do transporte intermodal e multimodal, ao longo de eixos e fluxos de produção, em articulação com os demais órgãos governamentais competentes, com atenção às exigências de mobilidade urbana e acessibilidade;
- VIII - a formulação e a implementação do planejamento estratégico do setor aeroviário, definindo prioridades dos programas de investimentos;
- IX - a proposição de que se declare a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção, manutenção e expansão da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária;
- X - a coordenação dos órgãos e das entidades do sistema de aviação civil, em articulação com o Ministério da Defesa, no que couber; e
- XI - a transferência, para Estados, o Distrito Federal ou Municípios, da implantação, da administração, da operação, da manutenção e da exploração de aeródromos públicos, direta ou indiretamente.

As responsabilidades do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, aludidas acima, são compartilhadas com suas entidades vinculadas, sendo algumas executoras (DNIT, VALEC, INFRAERO e COMPANHIAS DOCAS) e outras agências reguladoras, assim classificadas:

- a) Autarquias:
 - 1. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
 - 2. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
 - 3. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); e
 - 4. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).
- b) Empresas Públicas:
 - 1. VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;
 - 2. INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

- c) Sociedades de Economia Mista:
1. Companhia Docas do Pará (CDP);
 2. Companhia Docas do Maranhão (CODOMAR);
 3. Companhia Docas do Ceará (CDC);
 4. Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN);
 5. Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA);
 6. Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA);
 7. Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ); e
 8. Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP).

Além disso, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, por meio de representante, preside o Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante (CDFMM), que tem por objetivo administrar o Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Coordena, ainda, os seguintes órgãos colegiados: (i) Conselho Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS); (ii) Conselho Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO); e (iii) Conselho de Aviação Civil (CONAC). Pode-se dizer que as finalidades gerais desses colegiados são a integração das atividades desempenhadas por diferentes entidades que a compõem.

Ressalta-se, a representação do Ministério dos Transportes junto a Comitês, Conselhos e Grupos de Trabalhos, por intermédio de sua Secretaria de Política Nacional de Transportes (SPNT/MTPA):

- Participação no Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), participando de todas as Reuniões Ordinárias do referido Conselho desde 2013, além das Reuniões Extraordinárias;
- Participação na Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio (CTLOG);
- Participação no Conselho Nacional de Cartografia (CONCAR);
- Participação no Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE);
- Participação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e suas várias Câmaras Técnicas.

Há, também, outras funções relevantes, desempenhadas pela Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (SEGES), que merecem destaque: (i) coordena e orienta a implementação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Viação; (ii) monitora e avalia projetos e empreendimentos do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) do setor transportes, disponibilizando informações à Secretaria Executiva e ao Gabinete do Ministro; (iii) produz e disponibiliza, relatórios com informações sobre a execução física dos empreendimentos do PAC, no que se refere à rodovias, ferrovias e hidrovias e, através de sua monitoria, participa de avaliações realizadas nas “Salas de Situação” do MPOG, apresentando o andamento das obras e alimentando o Sistema de Gestão de Informações e Participação Colaborativa (SGI), que possibilita apresentar informações referentes a empreendimentos do Eixo Transportes, inseridos no PAC.

A SEGES exerce, também, a função de receber, dos entes Federativos, os programas de trabalho para investimentos dos recursos oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) Combustíveis e suas eventuais alterações, para verificação de conformidade,

análise dos relatórios demonstrativos e encaminhamento ao Secretário Executivo nos termos da Portaria nº 210, de 30 de dezembro de 2013, do Ministro de Estado dos Transportes.

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) atua como Órgão Setorial de Orçamento, Planejamento e Programação Financeira, e tem por finalidade estabelecer a ligação entre as Unidades da Administração Direta e Indireta do Ministério dos Transportes com as Secretarias de Orçamento Federal (SOF), de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), e também com a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF).

Apresenta informações gerenciais que permitem tomadas de decisões para a definição de prioridades e implementações das políticas públicas do Governo para o setor transportes.

Descentraliza créditos destinados ao atendimento de gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos para as Unidades Gestoras deste Ministério (Administração Direta), indicadas a seguir: (i) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; (ii) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas; (iii) Inventariança da Extinta Rede Ferroviária Federal S/A, e (iv) Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD).

2.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Decreto nº 1.067, de 28.07.1860, do Império do Brasil, criou o Ministério dos Transportes com o nome de Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

A Lei nº 23, de 30.10.1891, da República do Brasil, elevou de Secretaria à condição de Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

O Decreto nº 1.606, de 29.12.1906, modificou a denominação para Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Decreto Lei nº 200, de 25.02.1967, designou o nome de Ministério dos Transportes.

A Lei nº 8.028, de 12.04.1990, unificou as competências das áreas de Transportes, Minas e Energia, e Comunicações, criando o Ministério da Infraestrutura. (MINFRA).

A Lei nº 8.422, de 13.05.1992, separa a pasta de Minas e Energia e cria o Ministério dos Transportes e Comunicações.

A Lei nº 8.490, de 19.11.1992, separa a pasta das Comunicações e cria o Ministério dos Transportes.

A Lei nº 11.518, de 05.09.2007, cria a Secretaria de Portos, separando as competências relativas aos portos marítimos do Ministério dos Transportes.

A Lei nº 12.815, de 05.06.2013, novo marco regulatório dos portos, amplia a área de competência da Secretaria de Portos reduzindo atribuições deste Ministério, mantendo a denominação de Ministério dos Transportes.

O Decreto nº 8.687, de 04.03.2016, que entrou em vigor no dia 30 de março de 2016, aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério dos Transportes e revoga o Decreto nº 7.717, de 04.04.2012, que vigorou até 29 de março de 2016.

A Lei nº 13.341, de 29.09.2016, conversão da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, altera a Lei nº 10.683, de 28.05.2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Vários órgãos foram extintos, entre estes, a Secretaria de Portos e a Secretaria de Aviação Civil. Ambos passaram a integrar o Ministério dos Transportes, que agora se chama Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

O regimento Interno do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil foi aprovado pela Portaria GM nº 250, de 31.10.2012 e está em processo de atualização em razão das mudanças na estrutura orgânica da Administração do Poder Executivo Federal ocorrida no exercício de 2016.

Dos trabalhos publicados, relacionados às atividades deste Ministério, merecem destaque: (i) o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) e (ii) o Plano Hidroviário Estratégico (PHE)

2.3. Ambiente de atuação

A infraestrutura de transportes do Brasil passou por grandes transformações, nos últimos vinte e cinco anos. Até 1990, o Ministério estava estruturado para atuar no plano federal nas funções de construção, conservação, restauração e operação da infraestrutura de transportes em geral, com exceção do transporte aéreo.

O ambiente de atuação do Ministério era amplo, tendo como missão o planejamento dos transportes; operação de portos; navegação; operação de ferrovias de carga e de passageiros interestaduais e intermunicipais; operação, por intermédio de concessão, dos serviços de transportes rodoviários interestaduais e internacionais de passageiros; operação de transporte metropolitano sobre trilhos de passageiros e operação dos armazéns gerais da estrada de ferro.

Essas atribuições elencadas acima eram empreendidas por diversas entidades da administração direta, autarquias e empresas estatais, com destaque para a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT); o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER); a Rede Ferroviária Federal (RFFSA); a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU); a Empresa de Portos do Brasil (PORTOBRAS); a Companhia Brasileira de Dragagem (CBD); Superintendência da Marinha Mercante (SUNAMAN); Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE); o Lloyd Brasileiro; e a Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S/A (AGEF).

A Constituição de 1988, como grande marco da redemocratização no Brasil, propiciou, por meio de diversos dispositivos, que os modelos político e administrativo sofressem alterações no sentido da descentralização de competências da esfera federal para a alçada estadual e para a iniciativa privada.

A partir da década de 1990 começaram a ocorrer essas alterações, entre elas assinala-se: (i) a delegação de exploração de portos e rodovias aos estados e municípios; (ii) a concessão a empresas privadas da exploração de importantes rodovias federais; (iii) a delegação para os estados de parte considerável da malha rodoviária federal; (iv) a concessão ao setor privado do sistema ferroviário federal, responsável pelo transporte de mercadorias; e (v) a transferência para os estados da operação dos metrô e trens metropolitanos.

Diante dessas mudanças, foram criadas novas entidades como o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e, posteriormente, a Secretaria de Portos (SEP) e a Empresa de Planejamento e Logística (EPL). Esses novos parceiros colocaram em

evidência a necessidade de redefinir como o Ministério dos Transportes deveria operar, dentro desse novo contexto.

O Ministério se estruturou internamente com a criação das Secretarias de Política Nacional de Transportes, de Gestão de Programas de Transportes e de Fomento para Ações de Transportes, e com as entidades vinculadas supramencionadas, com exceção da Secretaria de Portos, criada pela Lei nº 11.518, de 05 de setembro de 2007, quando foram transferidas as competências relativas ao setor portuário do Ministério para aquela Secretaria.

Com a redução do seu ambiente de atuação, comparado à década de 80, e com a reestruturação interna do Ministério citada acima, ocorreu o ambiente estratégico inicial propício para que as ações de acompanhamento das atribuições exercidas, direta ou indiretamente pelos órgãos vinculados, se tornassem mais eficientes, objetivando atingir as metas estabelecidas em prol da retomada do crescimento do país.

Em 2016, o Governo Federal entendendo ser necessário adequar a estrutura da administração à realidade econômica do País, reduzindo o número de ministérios e criando condições para a diminuição das despesas públicas, editou a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

A supracitada MP-726 modificou a estrutura organizacional da Presidência da República e dos Ministérios, iniciando pela extinção de diversos órgãos, entre eles a Secretaria de Portos e a Secretaria de Aviação Civil. As competências e as entidades supervisionadas dos órgãos citados foram transferidas para o Ministério dos Transportes, que passou a ser chamado de Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

A partir dessas mudanças, o ambiente de atuação do Ministério foi ampliado, passando a atuar como órgão central para a formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais referentes aos transportes rodoviário, ferroviário, aeroviário e aquaviário (marinha mercante e vias navegáveis), bem como do setor de portos e instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres. Ocupa-se o Ministério, ainda, da participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes, na priorização de investimentos e a aprovação dos planos de outorga.

Com a amplitude nas atividades do Ministério, o principal desafio foi integrar os modais supramencionados e priorizar a participação do setor privado em projetos capazes de potencializar a competitividade dos setores de transportes do País, pois ainda persistem problemas estruturais como o uso predominante do modal rodoviário na movimentação de mercadorias, em relação aos demais modais.

Não existem no setor público entidades ou instituições desenvolvendo atividades ou ações similares ao do MTPA com a abrangência reservada ao mesmo. No entanto, podem-se registrar os esforços mútuos desenvolvidos com outras instituições, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entidades de governamentais: MPDG, MMA, MME, DNIT, VALEC, INFRAERO, ANTAQ, ANTT, ANAC, EPL relacionadas às diretrizes socioambientais.

Quanto à política nacional de transportes, têm-se as seguintes entidades de governo: MPDG, MAPA, MDIC, MMA, MD, MME, DNIT, VALEC, INFRAERO, ANTAQ, ANTT, ANAC, EPL e na sociedade: CNT, CNA, CNI, ANUT. No campo da Avaliação das Políticas de Transportes (APT) existe na área governamental: PRF, DNIT, ANTT, EPL e na sociedade: CNT, ONSV. Nos corredores logísticos estratégicos no Governo: MAPA, DNIT, VALEC, ANTT, ANTAQ, EPL e na sociedade: CNA, APROSOJA, ABIOVE.

2.4. Organograma

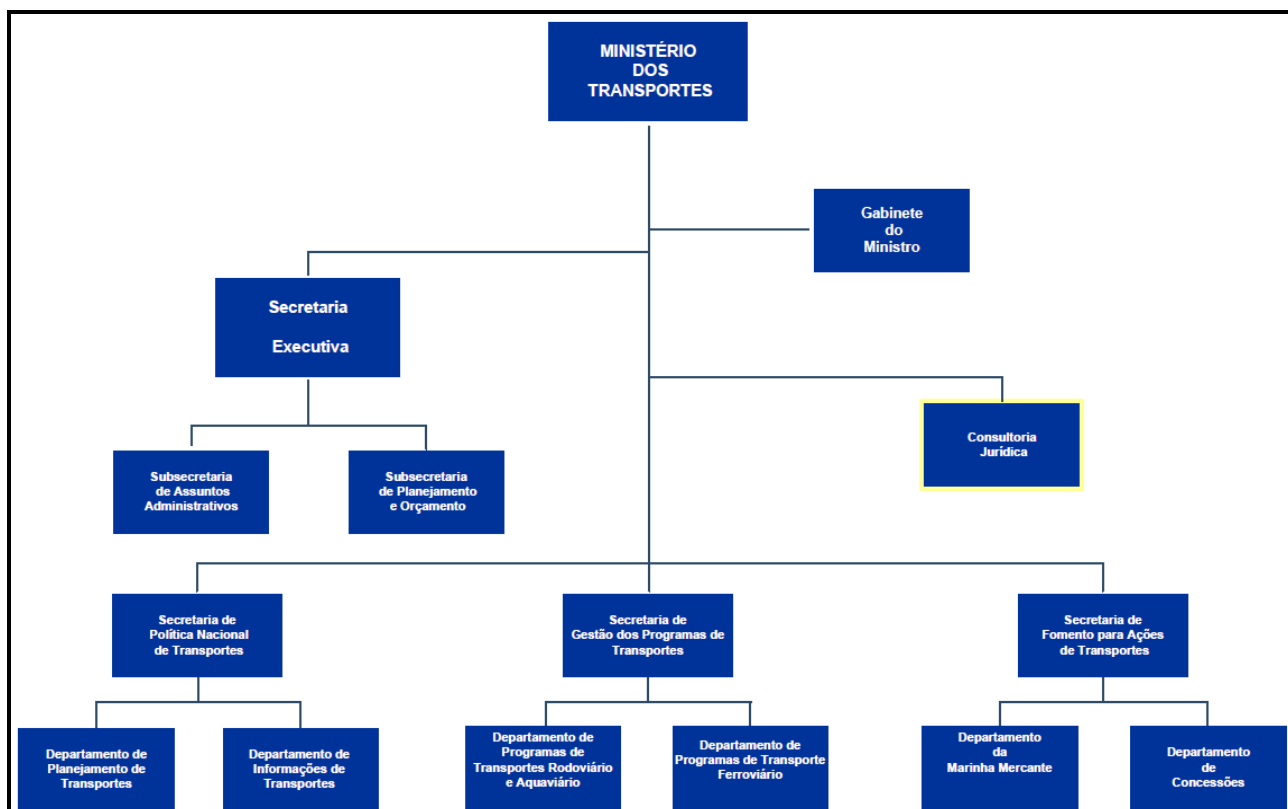


Figura 1 – Organograma funcional do Ministério dos Transportes, segundo do Decreto nº 8.687, de 04/03/2016
Fonte: Serviço de Informação (SEINF).

Embora o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, desde 12 de maio de 2016, encontre-se desempenhando as competências apontadas anteriormente no Item 1.1. Finalidades e Competências deste Relatório, a sua estrutura organizacional, por força do art. 19, inciso I, da Medida Provisória nº 726, posteriormente convertida na Lei nº 13.341, de 2016, somente restou unificada por meio do Decreto nº 9.000, de 08 de março de 2017.

Por essa razão, no presente exercício, até 29 de março de 2016, a estrutura organizacional e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão do Ministério estiveram sujeitas ao Decreto nº 7.717, de 04 de abril de 2012, posteriormente revogado pelo Decreto nº 8.687, de 04 de março de 2016, que entrou em vigor dia 30 de março de 2016, sendo revogado pelo Decreto nº 9.000, de 2017.

Portanto, durante o período de competência deste Relatório, a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil, descritas a seguir, permaneceram sob a égide do Decreto nº 8.687, de 04 de março de 2016, ao longo de 09 (nove) meses do exercício de 2016:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

a) Gabinete;

b) Secretaria Executiva:

1. Subsecretaria de Assuntos Administrativos; e
2. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento;

c) Consultoria Jurídica;

II - órgãos específicos singulares:

a) Secretaria de Política Nacional de Transportes:

1. Departamento de Planejamento de Transportes; e
2. Departamento de Informações em Transportes;

b) Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes:

1. Departamento de Programas de Transportes Rodoviário e Aquaviário; e
2. Departamento de Programas de Transportes Ferroviários;

c) Secretaria de Fomento para Ações de Transportes:

1. Departamento da Marinha Mercante; e
2. Departamento de Concessões.

O Quadro 2.4.1 abaixo relaciona uma síntese das competências relacionada à estrutura regimental das áreas do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil com seus titulares e cargos no período de atuação do exercício de 2016.

Quadro 2.4.1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2016
Gabinete do Ministro (GM)	Assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social; ocupar-se das relações públicas, do preparo e despacho de seu expediente pessoal. Monitorar o andamento dos projetos de interesse do Ministro no Congresso Nacional. Providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional. Providenciar a publicação oficial e a divulgação de matérias alusivas com a área de atuação do Ministério. Exercer as atividades de cerimonial e de apoio à organização de solenidades oficiais no âmbito do MTPA. Exercer as atividades de comunicação social, relativas às realizações do Ministério e de suas entidades vinculadas.	Leonardo Carreiro Albuquerque	Chefe de Gabinete.	01 de janeiro a 08 de maio
		Wyslaine da Costa Almeida	Chefe de Gabinete, Interina	09 de maio
		Leonardo Carreiro Albuquerque	Chefe de Gabinete, Interino	10 de maio a 09 de junho
		Ana Patrícia Gonçalves Lira	Chefe de Gabinete	10 de junho a 31 de dezembro
Consultoria Jurídica (CONJUR)	Prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério, bem como assistir o Ministro de Estado e as demais autoridades, no controle interno da legalidade dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas. Realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos. Exercer a coordenação jurídica da área finalística dos órgãos jurídicos das entidades vinculadas ao Ministério, respeitadas as orientações da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da União.	Rafael Magalhães Furtado	Consultor Jurídico	01 de janeiro a 31 de dezembro

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2016
Secretaria Executiva (SE)	Assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas. Supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas de Planejamento e Orçamento Federal, de Contabilidade e Finanças, de Administração Financeira, de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério e das entidades a ele vinculadas. Promover a articulação entre os diferentes órgãos supervisionados pela Secretaria Executiva. Coordenar as atividades relacionadas à Corregedoria. Supervisionar as entidades vinculadas ao Ministério.	Natália Marcassa de Souza	Secretária-Executiva	01 de janeiro a 17 de maio
		Ana Patrícia Gonçalves Lira	Secretária-Executiva, Interina	18 de maio a 22 de maio
		Fernando Fortes Melro Filho	Secretário-Executivo	23 de maio a 31 de dezembro
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD)	Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Organização e Modernização Administrativa, de Administração de Recursos Humanos, de Recursos de Informação e Informática e de Serviços Gerais. Realizar as tomadas de contas dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outras irregularidades que resultem em dano ao erário. Liquidar e executar as despesas autorizadas na Lei Orçamentária Anual e suas alterações, as inscrições em restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, inclusive as referentes a pessoal e encargos sociais, e proceder ao levantando dos valores a serem liquidados e executados, atestar sua exatidão e promover as medidas cabíveis para garantir a dotação e a disponibilização dos recursos necessários.	Wallace Moreira Bastos	Subsecretário	01 de janeiro a 31 de dezembro
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO)	Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas de Planejamento e Orçamento Federal, de Administração Financeira e de Contabilidade e Finanças, no âmbito do Ministério. Desenvolver, no âmbito do MTPA, as atividades de acompanhamento e de execução orçamentária, financeira e contábil. Planejar e controlar as atividades relacionadas com o programa de dispêndios globais.	Ana Maria Almeida Brito	Subsecretária	01 de janeiro a 31 de dezembro
Secretaria de Política Nacional de Transportes (SPNT)	Planejar e supervisionar a formulação, a implementação e a avaliação da política nacional de transportes e propor diretrizes para as ações governamentais a ela relacionadas. Promover a integração da Política Nacional de Transportes com as	Herbert Drummond	Secretário	01 de janeiro a 31 de dezembro

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2016
	diversas esferas de Governo e com a sociedade civil. Desenvolver o planejamento estratégico do setor de transportes, abrangendo todos os subsetores e modais, consolidando o Plano Nacional de Logística – PNL. Estabelecer critérios e prioridades de investimentos em infraestrutura de transportes, considerando as peculiaridades regionais.			
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (SEGES)	Coordenar e orientar a implementação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Viação. Monitorar e avaliar os projetos e empreendimentos do Plano Plurianual de Investimentos – PPA, do setor transportes. Disponibilizar informações que permitam avaliar o desempenho dos programas do PPA do setor transportes. Avaliar o desempenho dos programas do PPA do setor transportes. Coordenar sistemas de informações gerenciais visando manter o acompanhamento dos programas, projetos e ações do PPA do setor transportes.	Luciano de Souza Castro	Secretário	01 de janeiro a 31 de dezembro
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes (SFAT)	Participar da elaboração e supervisionar a implantação das políticas e diretrizes para captação de recursos para o setor de transportes. Identificar e desenvolver fontes de financiamento para o setor de transportes. Coordenar, supervisionar e auxiliar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Financiamentos Internacionais no âmbito do Ministério. Participar na formulação da política de aplicação dos recursos do FMM. Supervisionar a execução das receitas vinculadas ao FMM e dos financiamentos concedidos para o setor de transportes. Implantar e supervisionar a política e diretrizes de concessão no setor de transportes. Estabelecer as diretrizes para elaboração dos planos de outorga e propostas tarifárias. Avaliar os planos de outorgas e instrumentos de delegação de infraestrutura de transportes para aprovação do Ministro. Coordenar e supervisionar as atividades inerentes à concessão, autorização e permissão de exploração da infraestrutura de prestação de serviços de transportes.	Dino Antunes Batista	Secretário	01 de janeiro a 31 de dezembro

Fonte: Secretaria Executiva

2.5. Macroprocessos finalísticos

Em 2013, o Ministério definiu pela primeira vez sua cadeia de valor agregado que tinha como macroprocessos finalísticos a gestão do planejamento de transportes e do monitoramento de empreendimentos públicos, o acompanhamento dos empreendimentos concedidos e a ação de

fomento, em especial na área de marinha mercante e de instalações portuárias públicas de pequeno porte.

A evolução da maturidade do órgão na visão da gestão por processos, aliada a continuidade dos trabalhos de redesenho dos processos de negócio trouxeram a lume a necessidade natural de evoluir a cadeia de valor agregado do Ministério, a fim de que continuasse a refletir a visão global dos macroprocessos institucionais em 1º nível. A última cadeia de valor desenhada refletia as principais atribuições institucionais:

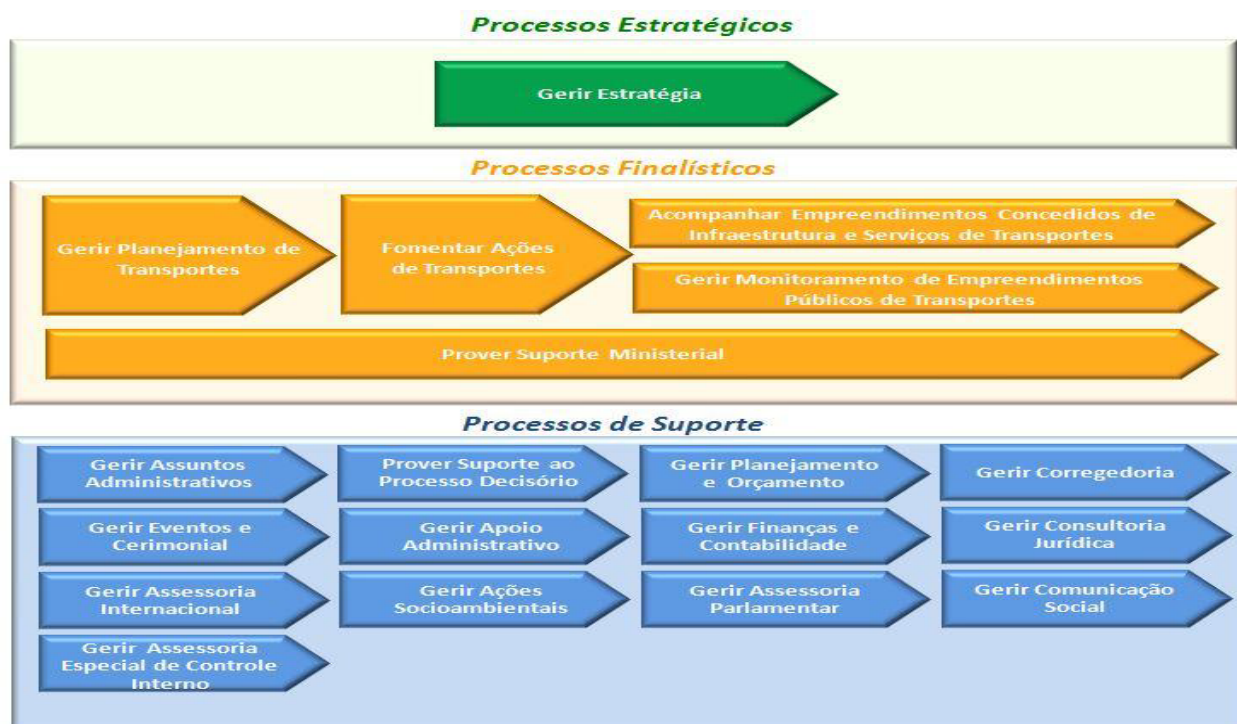


Figura 2 – Cadeia de valores dos processos (Fonte: SPNT)

Com a publicação da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que alterou as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016, o Ministério passou a incorporar novas competências e atribuições.

Desta forma, com a entrada em vigor do Decreto nº 9.000, de 08 de março de 2017, que define a estrutura e o funcionamento do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, será revisada e definida a nova cadeia de valor.

No exercício de 2016, os conjuntos de processos, associado à SPNT foram:

1. Promover a Gestão Estratégica (ver detalhes no planejamento organizacional):
 - Realizar a revisão
 - Promover o alinhamento
 - Realizar a validação
 - Promover as Reuniões de Acompanhamento
2. Promover a formulação da Política:
 - Gerenciar o projeto “Política Nacional de Transportes - PNT”
 - Realizar levantamento de informações sobre políticas públicas
 - Realizar entrevistas com as partes interessadas
 - Consolidar informações, dados, críticas e sugestões

- Analisar e estratificar principais informações
 - Elaborar relatórios
 - Divulgar e disponibilizar
3. Promover a Avaliação das Políticas:
 - Gerenciar o projeto “Avaliação das Políticas de Transportes (APT)”
 - Realizar levantamento de informações
 - Realizar workshops
 - Consolidar informações, dados, críticas e sugestões
 - Realizar a análise
 - Elaborar relatórios
 - Divulgar e disponibilizar
 4. Promover e participar de estudos e análise estratégica do setor transportes:
 - Gerenciar o projeto “Corredores Logísticos Estratégicos (CLE)”
 - Realizar levantamento de informações
 - Realizar workshops
 - Realizar a análise
 - Elaborar relatórios
 - Divulgar e disponibilizar
 5. Promover a Integração e participar dos fóruns de discussão:
 - Participar de grupos técnicos (Conselhos, Comitês, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho)
 - Acompanhar e articular as ações necessárias
 6. Gerir informações do setor transportes:
 - Definir requisitos de informação do setor transportes
 - Definir modelo de informações e geoinformações
 - Definir arquitetura de integração de dados
 - Manter informações do setor transportes
 - Implantar e integrar informações e geoinformações
 - Manter integração das informações e geoinformações
 - Disponibilizar informações e mapas de transportes
 - Estruturar coleta de dados do setor transportes
 - Identificar e coletar dados
 - Tratar dados
 - Manter base de dados

Os conjuntos de processos, associado a atividades da SPNT, foram:

- a) Gestão de pessoas, de material e de equipamentos;
- b) Atualização permanente da base de dados georreferenciada e não georreferenciada;
- c) Elaboração de instrumentos jurídicos de termos de relacionamento;
- d) Gestão técnica de estudos contratados;
- e) Elaboração de propostas orçamentárias;
- f) Edição de mapas georreferenciados;
- g) Atualização do sítio eletrônico da SPNT/MT e do Portal da Estratégia;
- h) Assessoria/montagem de apresentações técnicas de autoridades do Ministério dos Transportes;
- i) Controle de processos administrativos;
- j) Ciclo de palestras da SPNT.

No exercício de 2016, os conjuntos de processos, associado a atividades fim, que constituíram os macroprocessos finalísticos da SEGES foram:

- a) Planejamento e divisão de funções para o monitoramento dos principais empreendimentos do PPA;
- b) Elaboração de fichas para monitoramento de cada empreendimento;
- c) Atualizações sob demanda para o Ministro de Estado dos Transportes, contendo informações sobre ações de transportes;
- d) Elaboração de planilhas de acompanhamento de obras e valores;
- e) Elaboração de notas técnicas e informativas sobre empreendimentos públicos de transportes;
- f) Elaboração de relatórios sobre empreendimentos públicos de transportes;
- g) Acompanhamento de licitações através de publicações no DOU;
- h) Detecção de restrições e proposição de soluções para o andamento de ações;
- i) Reuniões de trabalho com outros órgãos do governo; (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Casa Civil, Ministério do Esporte, Ministério das Cidades, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento);
- j) Análise e publicação no DOU, dos programas de trabalho da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE);
- k) Recebimento de alterações dos programas de trabalho da CIDE, análises e publicação no DOU.

3. Planejamento organizacional e resultados

3.1. Planejamento organizacional

O processo de planejamento estratégico no Ministério teve início em 2012 por meio do Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP) e que se traduziu em uma agenda de gestão que viabilizasse a execução do planejamento estratégico pelo Ministério e pelas suas entidades vinculadas, para o período de 2013-2015.

Tendo em vista o fim do primeiro ciclo de execução da estratégia do Sistema Transportes em 2015, tornou-se imperioso o início do processo de avaliação e revisão do planejamento estratégico.

Um novo cenário afetou diretamente a estratégia e a identificação dos novos desafios que devem orientar os gestores na busca de soluções mais adequadas. Podemos destacar as seguintes mudanças:

- Nova estrutura do ministério pós Decreto nº 8.687, de 4 de março de 2016;
- Os cenários, interno e externo, sofreram mudanças bastante significativas;
- A maturidade e amadurecimento do processo de gestão estratégica;
- A capacidade de gestão;
- Alguns objetivos estratégicos já atingidos.

Havia consenso no Sistema Transportes de que o Planejamento Estratégico elaborado refletia muito bem os desafios a serem enfrentados e que o novo ciclo necessitava de pequenos ajustes e priorização de iniciativas estratégicas.

O processo de revisão do Planejamento Estratégico teve início em setembro de 2015, quando a Secretaria Executiva do MT convocou a equipe de Gestão Estratégica para realizar apresentação sobre o andamento do Planejamento Estratégico do Sistema Transportes até àquela data, seus resultados e pontos críticos, e a apresentação de proposta de retomada das reuniões de acompanhamento.

Foi definido plano de ação para priorização da nova carteira de iniciativas do Sistema Transportes, considerado como marco inicial da revisão do Planejamento Estratégico.

A proposta de revisão do Planejamento Estratégico e, conseqüentemente, do Mapa Estratégico do Sistema Transportes, seu instrumento de comunicação, foi conduzido pela Secretaria-Executiva do MT, com o apoio técnico da SPNT.

Suas etapas incluíram:

- Revisão e priorização das iniciativas estratégicas com a participação direta das Secretarias e Entidades Vinculadas;
- Revisão do Mapa Estratégico com validação dos Secretários;
- Validação e atualização dos Indicadores de Desempenho;
- Revisão dos normativos relativos ao Planejamento Estratégico.

O resultado deste trabalho de revisão foi o seguinte Mapa Estratégico apresentado na figura abaixo:

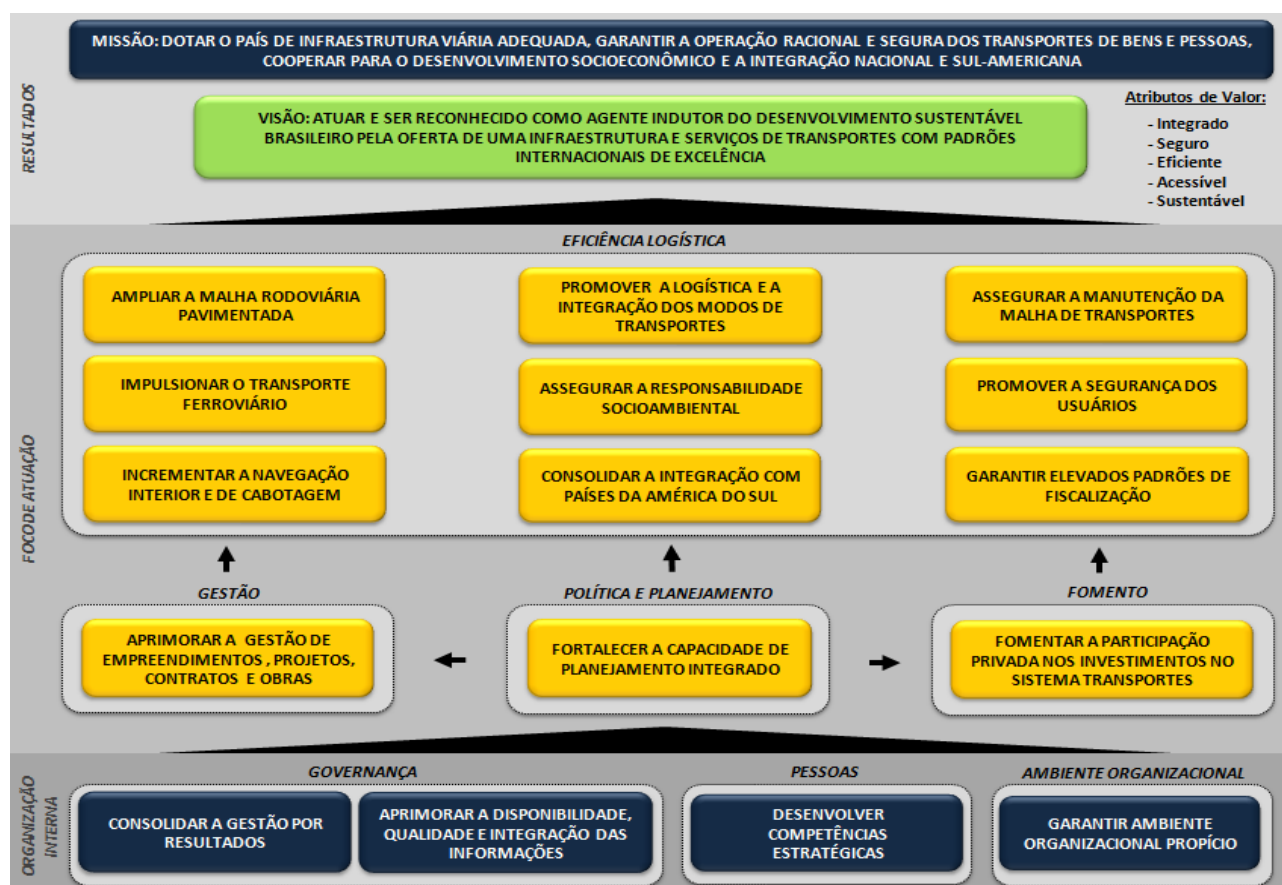


Figura 3 – Mapa estratégico (Fonte: SPNT)

Em maio de 2016, foi editada a MP nº 726, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que deu ao Ministério novas competências e atribuições, passando a incorporar as extintas Secretarias de Portos e de Aviação Civil. Houve, então, nova transição das lideranças nos principais postos do Ministério e das entidades vinculadas, o que demanda um novo trabalho de revisão do planejamento estratégico do Sistema Transportes.

O processo de revisão do planejamento estratégico do Sistema Transportes já levando em conta as novas atribuições e competências oriundas da aludida MP-726 encontra-se em execução e conta com as seguintes fases:

1. **Diagnóstico:** Levantamento dos principais desafios do Setor a partir da visão das principais partes interessadas internas e externas;
2. **Construção de agenda de gestão:** Elaboração de um plano estratégico com ações prioritizadas a partir da interpretação e confirmação dos principais desafios e objetivos do Setor Transportes;
3. **Alinhamento das Secretarias e órgãos:** Explicitação das contribuições e responsabilidades de cada uma das partes que compõem o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, na execução do plano;
4. **Implementação de processo de acompanhamento e gestão:** Estruturação de uma rotina de acompanhamento e gestão do plano desenhado, bem como, um processo de retroalimentação do próprio.

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Conforme citado anteriormente, o planejamento estratégico do Sistema Transportes tem em sua concepção o levantamento detalhado de todo o arcabouço legal que regulamenta as atividades e competências do ministério e suas entidades vinculadas, bem como, os principais instrumentos de planejamento de longo prazo.

A primeira revisão realizada priorizou as ações e iniciativas oriundas do antigo Mapa Estratégico.

A seguir os principais temas e objetivos estratégicos priorizados pelo Sistema de Transportes no período:

Tema: Eficiência Logística

Objetivo 1: Impulsionar o transporte ferroviário

Objetivo 2: Incrementar a navegação de cabotagem e interior

Objetivo 3: Ampliar a malha rodoviária pavimentada

Objetivo 4: Assegurar a manutenção da malha de transportes

Objetivo 5: Promover a segurança dos usuários

Objetivo 6: Garantir elevados padrões de fiscalização

Objetivo 7: Assegurar a responsabilidade socioambiental

Objetivo 8: Promover a logística e a integração modal nos eixos de Transporte

Objetivo 9: Consolidar a integração com países da América do Sul

Tema: Gestão

Objetivo 10: Aprimorar a gestão de empreendimentos, projetos, contratos e obras

Tema: Política e Planejamento

Objetivo 11: Fortalecer a capacidade de planejamento integrado

Tema: Fomento

Objetivo 12: Fomentar a participação privada nos investimentos no setor de transportes

Tema: Governança

Objetivo 13: Consolidar a gestão por resultados

Objetivo 14: Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações

Tema: Pessoas

Objetivo 15: Desenvolver competências estratégicas

Tema: Ambiente Organizacional

Objetivo 16: Garantir ambiente organizacional propício.

3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Ministério dos Transportes iniciou há cerca de quatro anos processo de modernização da gestão por meio do desenvolvimento de processo estruturado de administração estratégica e de gestão por resultados. Seu principal instrumento é a adoção do Planejamento Estratégico com uso do Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta de acompanhamento e controle das ações do Ministério dos Transportes e de seus órgãos vinculados.

Nesse contexto, ocorreu a reestruturação governamental, que culminou na criação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a partir da agregação das atribuições das extintas Secretaria de Portos da Presidência da República e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República ao Ministério dos Transportes. Tal medida, além de otimizar os gastos, viabiliza o planejamento integrado do setor.

Os desafios da nova pasta eram gigantescos: a situação orçamentária era complexa, com inúmeros empreendimentos paralisados ou em ritmo muito lento, empresas demitindo trabalhadores e os investidores nacionais e estrangeiros totalmente sem confiança no futuro. Era necessário reverter esse quadro.

Diante dos escassos recursos disponíveis, a gestão atuou com responsabilidade e criatividade, ampliando o nível de governança. Foi priorizada a manutenção da infraestrutura e a continuidade dos projetos estruturantes, principalmente aqueles com maior estágio de execução. Cumpriu-se uma programação realista, com ênfase nos corredores de exportação e de integração nacional.

Também houve intenso esforço para atrair a iniciativa privada a voltar a investir. Atuou-se firmemente para repactuar contratos, ajustar modelos e desburocratizar procedimentos para viabilizar as concessões, aliando viabilidade econômica e segurança jurídica. No âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), foi proposta já na primeira fase do Programa, 11 projetos para o setor de infraestrutura de transportes, sendo quatro aeroportos, dois terminais portuários, duas rodovias e três ferrovias, todos absolutamente dentro do cronograma anunciado.

Para o ano de 2017, as perspectivas são bastante promissoras. O Ministério inicia esse novo ciclo sem dívidas e com orçamento ampliado. Há sinais claros que a confiança dos empresários e fornecedores foi resgatada. Obras que estavam inacabadas estão sendo retomadas e há intenso diálogo com o setor privado para modernizarmos nosso normativo. Com o reaquecimento da economia, espera-se que mais investimentos e inovações serão trazidos para o setor de infraestrutura logística, proporcionando um ciclo virtuoso de geração de emprego e renda.

Atualmente, o planejamento estratégico encontra-se em processo de revisão, tendo em vista sua nova estrutura organizacional e atribuições.

3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

No processo de construção do Mapa Estratégico do Sistema Transportes estão sendo observadas as competências institucionais e demais planos direcionadores do planejamento institucional como a Lei 13.341/2016; o Plano Plurianual (PPA); Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e demais planos de transportes.

3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos

Por meio da Portaria nº 352, de 29 de dezembro de 2011, DOU de 30/12/2011, o então Ministério dos Transportes criou o Fórum de Desempenho do qual a SPO faz parte, onde o foco é direcionado para melhoria dos gastos públicos.

Do planejamento efetuado, são estabelecidas metas de desempenho para as Unidades responsáveis pela aplicação dos recursos consignados no Orçamento Geral da União. São analisadas as despesas inscritas em restos a pagar, em busca de melhoria na gestão dos processos que envolvem a redução dos prazos entre a realização das obras/serviços, atestação das despesas e o efetivo pagamento.

A Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES acompanha o desempenho dos programas de governo de sua competência com vistas a coordenar e orientar a implementação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Viação (SNV).

Visando monitorar e avaliar os projetos e empreendimentos do PPA do setor transportes, a SEGES utiliza os seguintes instrumentos:

- Relatórios semestrais – Sistema de Gestão de Informação e Participação Colaborativa (SGI), contendo fichas com informações atualizadas de cada obra, incluindo, além das “obras em execução”, os empreendimentos que se encontram em “ação preparatória” e em “fase de licitação”, que são disponibilizados à SEPAC/MPOG, para Balanços do PAC.

- Relatórios semestrais – Sistema de Gestão de Ações de Transportes no PAC (SIGPAC), contendo informações sobre obras em execução, onde são apresentados os principais dados sobre a realização física, orçamentária e financeira, envolvendo a adequação e construção de rodovias, a construção de ferrovias e a adequação e a ampliação de hidrovias. Para a consecução do relatório é realizada a coleta e atualização das informações, obedecendo a padrões definidos que envolvem a identificação do empreendimento, a caracterização física, o mapa de localização, as restrições e providências, o status (ritmo e percentual de execução), o registro fotográfico recente, a atualização da execução orçamentária e financeira e do diagrama unifilar.

No que tange à CIDE-Combustíveis, cabe ao Ministério, por meio da SEGES (designada pela Portaria nº 228, de 2007, como autoridade responsável pelo assunto neste Ministério), exercer o acompanhamento e monitoramento dos Programas de Trabalho da CIDE nos seguintes termos da Lei:

I – Publicar no DOU, até o último dia útil do ano, os programas de trabalho encaminhados pelos Estados e Distrito Federal;

II – Receber as eventuais alterações dos programas de trabalho enviados e publicá-las no DOU, em até 15 (quinze) dias após o recebimento;

III – Sem prejuízo do controle exercido pelos órgãos competentes, os Estados e o Distrito Federal deverão encaminhar ao Ministério, até o último dia útil de fevereiro, relatório contendo demonstrativos da execução orçamentária e financeira dos respectivos programas de trabalho e o saldo das contas vinculadas;

3.3. Desempenho orçamentário

Em 2016, inicia-se o processo orçamentário com a solicitação, em janeiro, da reabertura dos saldos dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro (4) meses de 2015, conforme dispõe o art. 50, da Lei 13.242, de 30 de dezembro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.

Posteriormente, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016, aprovado pelo Congresso Nacional, foi sancionado e transformado na Lei nº 13.255, a qual foi publicada em 15 de janeiro de 2016 (LOA/2016), e foi amplamente divulgada no âmbito do Ministério dos Transportes e de suas Unidades jurisdicionadas.

Em seguida, e de acordo com a Portaria SOF Nº 12, de 3 de fevereiro de 2016, que estabelece procedimentos e prazos para a solicitação de alterações orçamentárias no exercício, a SPO recebeu, examinou, promoveu ajustes e encaminhou ao Órgão Central de Orçamento os pedidos de créditos e/ou alterações orçamentárias solicitados pelas Unidades Orçamentárias na 1ª etapa de pleitos dessa natureza.

Dessa forma, em 12 de fevereiro de 2016, foi publicado o Decreto nº 8.670, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelecendo o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016.

Depois dessas atividades, e com base no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, foram enviadas às Unidades Orçamentárias as orientações para a elaboração da proposta orçamentária preliminar, para o exercício financeiro seguinte, que foram preparadas e enviadas à SPO.

É importante ressaltar que, devido à reforma administrativa implementada pelo Governo Federal em 2016, foram extintas a Secretaria de Portos e a Secretaria de Aviação Civil, vinculadas à Presidência da República, com suas competências, órgãos e entidades supervisionadas transferidas para este Ministério, que foi transformado em Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Estas alterações constaram da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016. A execução orçamentária permaneceu com as entidades extintas até o encerramento do exercício.

O passo seguinte foi a montagem das propostas definitivas, com os referenciais monetários definidos para a Pasta Transportes, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, inclusive as estimativas da arrecadação das receitas próprias e vinculadas.

Esses referenciais foram detalhados nas programações orçamentárias de cada Unidade, as quais foram inseridas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, e, posteriormente, integradas no PLOA/2017, que foi enviado, no final de agosto, ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo.

Finalizada essa fase, foram elaboradas e enviadas à Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP, as informações complementares ao Projeto de Lei do Orçamento, relativas aos incisos II, IV, e XX do Anexo II, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (PLDO/2017).

Em seguida, trabalhou-se na 2ª etapa de créditos adicionais e/ou alterações orçamentárias, sendo essa a última oportunidade para pleitos que dependiam de autorização legislativa, uma vez que o prazo máximo para o Poder Executivo enviar os pedidos ao Congresso Nacional, de acordo com o § 2º do art. 42 da LDO/2016, era 15 de outubro de 2016.

Em novembro de 2016, tratou-se do encaminhamento das solicitações referentes à 3ª etapa de solicitações de créditos adicionais e outras alterações orçamentárias.

Durante o exercício de 2016, foram elaborados relatórios relativos à execução orçamentária da Administração Direta desta Pasta e das Unidades vinculadas, envolvendo todas as despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e, em especial, dos investimentos e inversões, por Unidade da Federação, tendo sido divulgados no âmbito desta Pasta.

Rotineiramente é efetuada no Sistema SIAPE a homologação de disponibilidade orçamentária de processos referentes a ações judiciais cadastradas no SICAJ – Sistema Integrado de Cadastro de Ações Judiciais.

Cabe acrescentar que, em 2016, com a edição da Portaria SOF nº 103, de 19/10/2012, foi realizado o acompanhamento, via SIOP, da execução orçamentária de 2015, que engloba o registro físico-financeiro das ações constantes da Lei Orçamentária Anual, o qual tem a finalidade de gerar informações que possibilitem aperfeiçoar ações orçamentárias dos órgãos setoriais, subsidiando a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República.

Em 2016, após a publicação da Lei Orçamentária Anual e do Decreto de Programação Financeira, Decreto nº 8.670, de 2016, apresentou-se proposta de distribuição dos limites de pagamento por unidades desta Pasta, para despesas discricionárias classificadas como “Demais Ações”, custeio e investimentos e também para as Ações relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), exceto as ações relativas ao crédito extraordinário, inversões financeiras do Fundo da Marinha Mercante e sentenças judiciais cíveis.

Para as Ações relativas a Despesas Discricionárias – Demais Ações; o valor do limite estabelecido foi de R\$ 1.118,1 milhões. Desse limite, R\$ 1.016,2 milhões referem-se às fontes do Tesouro Nacional. Do limite do ano, foram pagos R\$ 1.055,1 milhões, sendo que deste valor, R\$ 7,0 milhões referem-se a Ordens Bancárias de 2015, que impactaram o limite de 2016.

Quanto as Ações relacionadas ao PAC, o valor do limite estabelecido foi de R\$ 11.303,3 milhões, foram pagos no ano R\$ 11.273,7 milhões, sendo que, deste valor, R\$ 12,2 refere-se a Ordens Bancárias de 2015 que impactaram o limite de 2016.

Quanto à execução das Inversões Financeiras do Departamento da Marinha Mercante, foi autorizado o pagamento de R\$ 3.453,9 milhões.

Quanto ao trabalho realizado pela área contábil, buscou-se atender prontamente as unidades da administração direta e indireta desta Pasta, por meio de orientação para esclarecer dúvidas geradas no decorrer da execução orçamentária e financeira. Realizou-se o cadastramento de usuário do SIAFI Operacional, Tesouro Gerencial e do SIAFI Gerencial. Realizou-se, ainda, o monitoramento por meio da análise dos balancetes contábeis para identificar possíveis despesas apropriadas em desacordo com as normas e a finalidade deste Ministério, registrando-se a conformidade contábil de órgão superior. As inconformidades apuradas foram enviadas formalmente aos ordenadores de despesas para providências.

A SPO agregou esforços para a qualificação do processo de monitoramento e avaliação dos Programas de Transporte no âmbito da Pasta de Transportes, Portos e Aviação Civil em 2016 e deu continuidade a suas ações para viabilizar maior conhecimento técnico sobre a execução dos programas da Pasta. Contribui para a retroalimentação das políticas públicas, aproximando os processos de acompanhamento e avaliação das políticas de Gestão Ministeriais institucionalizadas.

O Monitoramento do Plano Plurianual - PPA é um instrumento de acompanhamento permanente, em contínuo processo de aperfeiçoamento. A dinâmica estruturada pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, com atividades de monitoramento e avaliação das políticas e programas do PPA, constitui importante atributo do planejamento governamental em direção ao alcance e efetividade das políticas públicas.

A Coordenação consolidou todas as informações, por meio do preenchimento e atualização no sistema. É importante destacar que as informações introduzidas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento servem de subsídio para as atividades de elaboração da Mensagem Presidencial, da Prestação de Contas da Presidência da República e do Relatório de Gestão, no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil realizadas pela COMAF, consolidando-se como importante ferramenta de planejamento e gestão.

Deste modo, dando continuidade ao processo de monitoramento do PPA, em 2016, foram articulados esforços dentro de sua estrutura interna:

- Coordenou o preenchimento e o envio dos dados no módulo de monitoramento do PPA no SIOP, organizou, disciplinou e difundiu sua sistemática; e
- Disponibilizou relatórios gerenciais da execução orçamentária e financeira e Séries Históricas.
- Analisou, no âmbito setorial, cadastros dos empreendimentos quanto a aspectos orçamentários e financeiros, demandados pelas entidades e unidades orçamentárias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil para obras do Programa de Aceleração de Crescimento;
- Autorizou a movimentação de recursos orçamentários via Sistema de Monitoramento do PAC - SisPAC, por meio de análises para o desbloqueio de recursos;
- Contribuiu para a disseminação de informações orçamentárias e financeiras, de modo a subsidiar o gerenciamento dos empreendimentos, no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

A SPO conta com diversas ferramentas de apoio, entre elas os Relatórios Gerenciais que são encaminhados rotineiramente aos gestores, os quais geram subsídios para acompanhar a execução orçamentária, financeira e contábil e auxilia na tomada de decisões.

O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP e o Sistema de Programação Financeira do Governo Federal - SIAFI são utilizados pela SPO/MT por assegurarem confiabilidade e atualização tempestiva.

Portanto, o orçamento aprovado para a Administração Direta do Ministério, Unidade 39.101, é lançado no SIAFI, na UG 390002- Setorial Orçamentária. Por sua vez, os recursos são transferidos para as unidades executoras vinculadas à Administração Direta que pertencem à Unidade Orçamentária 39.101.

Tabela 1 – Programação de despesas

Unidade Orçamentária: Administração Direta	Código UO: 39.101	UGO: 390002	
Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesa Correntes		
	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL	3.106.292.418,00		159.086.801,00

CRÉDITOS	Suplementares		3.025.176,00		2.369.907,00
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados		(39.000.000,00)			(5.800.000,00)
Outras Operações					
Dotação final 2016 (A)			3.070.317.594,00		155.656.708,00
Dotação final 2015 (B)			3.086.253.163,00		180.060.267,00
Variação (A/B-1)*100			-0,516340305		-13,553
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital		
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
DOTAÇÃO INICIAL			212.238.380,00		
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados		(29.657.561,00)			
Outras Operações					
Dotação final 2016 (A)			182.580.819,00		
Dotação final 2015 (B)			34.119.643,00		
Variação (A/B-1)*100			435,11937		

Fonte: SPO

A seguir, serão tratadas as alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior.

Os recursos aprovados na Lei nº 13.255, de 15/01/2016, LOA/2016, atenderam parcialmente as despesas no decorrer do exercício, com variações, principalmente, nas despesas obrigatórias, conforme elencado a seguir.

As despesas obrigatórias com Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e Empregados, Auxílio-Transporte aos Servidores Civis e Empregados, e Auxílio Alimentação aos Servidores Civis e Empregados necessitaram de aportes, em razão do aumento nos valores dos benefícios, e foram autorizados por meio de créditos suplementares em favor da Administração Direta do Ministério, que permitiram atender as despesas no decorrer do exercício de 2016.

Foram autorizados créditos suplementares em favor da ação 20TP - Pessoal Ativo da União, e, por outro lado, foram cancelados recursos da ação orçamentária 0181 – Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis, pois foi identificado superávit no decorrer do exercício.

Foi promovido o remanejamento de dotação entre os grupos de despesas de investimento para custeio na ação 2000 - Administração da Unidade, de forma a atender a necessidade mínima de despesas correntes da Administração Direta do Ministério, em razão dos limites atribuídos a esta Pasta no exercício de 2016.

Foi solicitado crédito por remanejamento, entre rubricas do mesmo programa, em favor da ação 0713 - Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de

Estradas de Rodagem – DNER, para pagamento de sentença judicial transitada em julgado, autorizado por meio da Portaria nº 316 de 27/10/2016, publicada no DOU de 28/10/2016.

A ação 14KV - Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê - No Estado de São Paulo constou do orçamento da Administração Direta, foi descentralizada parcialmente ao DNIT, que por sua vez transferiu ao Governo de São Paulo via convênio. A parcela restante de recursos foi oferecida para cancelamento, conforme Portaria nº 410, de 21/12/2016, publicada no DOU de 22/12/2016.

Movimentação de Créditos Interna

Movimentação Interna: recursos transferidos por meio de provisão para as Unidades da Administração Direta pertencentes à mesma gestão.

Tabela 2 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	390002	COGEP				
		390007	00M1			4.648.104,00
		390007	0536			3.325.000,00
		390007	2000			2.300.000,00
		390007	2004			36.700.000,00
		390007	2010			245.506,00
		390007	2011			3.421.502,00
		390007	2012			8.687.581,00
		390007	09HB	12.861.247,00		
		390007	20TP	131.861.399,00		
		390007	216H			288.836,00
		390007	0181	2.918.639.614,00		
		RFFSA				
	390015	390015	09IX			11.200.000,00
		390015	0536			7.020.000,00
		390015	0181	700.000,00		
		390015	0625	546.000,00		
		390015	0005	5.709.334,00		
		DNER				
	390056	390056	2000			2.292.065,83
		390056	0713			2.492.066,00
		CGRL				
	390004	390004	2000			66.276.626,83
		390004	4641			4.528.990,00
		390004	6605			887.640,00
		390004	8785			930.278,00
		390004	2907			2.300.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	390002	RFFSA				
Recebidos		390015	09IX	48.102,00		
		CGRL				
		390007	2000	5.700.000,00		

Fonte: SPO

3.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Plano Plurianual – PPA 2016-2019 – Ano Base 2016

Programa 2087 – Transporte Terrestre

O Programa Transporte Terrestre do Plano Plurianual (PPA 2016-2019) foi estruturado com a finalidade de solucionar os principais desafios do setor. Para tanto, está baseado em quatro pilares principais: cobertura da malha, capacidade das rodovias e ferrovias, eficiência e segurança viária.

Para o desenvolvimento do Transporte Terrestre no País, algumas estratégias ganharam destaque no PPA 2016-2019, conforme a seguir:

- Fortalecimento das concessões rodoviárias e ferroviárias. As concessões têm forte impacto na melhoria do transporte do país, já que se concentram em eixos viários estruturantes e de grande demanda de cargas e passageiros. Contribuem para a expansão da capacidade da rede de transportes, sua adequação e melhoria da segurança e eficiência viárias;

- Continuidade das obras de construção e pavimentação de rodovias, construção de novas ferrovias e construção de conexões ferroviárias e acessos, que permitem ampliar a cobertura e a eficiência da rede de transporte terrestre;

- Intervenções para ampliação de capacidade viária, que se dá por meio da duplicação de rodovias, construção de terceiras faixas e adequação de acessos rodoviários aos portos. Decorrem da necessidade de atendimento do aumento da demanda e contribuem para uma melhor eficiência e segurança do transporte;


- Manutenção da malha rodoviária federal, como estratégia de preservação do patrimônio público, que impacta na eficiência e segurança dos transportes. O Programa de Transporte Terrestre do PPA 2016-2019 prevê a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, sob a administração federal. Isso representa um importante marco para o setor;

- Intervenções com obras ferroviárias e rodoviárias, em perímetros urbanos. A estratégia foca na melhoria da eficiência dos modos de transporte terrestre, com aumento da velocidade média e da segurança viária;

- Sinalização viária, fiscalização e controle da operação. Essas estratégias estão diretamente relacionadas ao aumento da segurança, contribuindo para a redução do número de acidentes nas rodovias.

Segue abaixo Relatório de Gestão TCU – Programa Transporte Terrestre (2087) retirado do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Tabela 3 – Programa de transporte terrestre

 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão SOF / SEPLAN / SEST	Relatório de Gestão TCU-Programas Temáticos - Programa - 2087 - Transporte Terrestre Exercício 2016 - Orgão: 39000 - Ministério dos Transportes
--	--

PROGRAMA: 2087 - Transporte Terrestre**Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)**

Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)	Dotação/Posição 2016 (LOA + Créditos)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	75.260.776.741	8.238.121.015
Orçamento de Investimentos - OI	0	0
Recursos Extraorçamentários	35.616.872.096	6.202.862.946
Total	110.877.648.837	14.440.983.961

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2016					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2016)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
7.175.283.609,67	3.984.893.365,73	3.830.756.272,08	154.137.093,65	3.190.390.243,94	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processados	0,00		0,00	0,00	0,00
Recursos de Restos a Pagar que contribuem para a execução do programa (Calculado a partir das ações que compõem o programa atualmente e que tiveram a classificação programática alterada)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	7.160.209.521,36	3.787.693.751,71	3.730.298.002,03	436.873.049,73	2.993.038.469,60
Processados	2.647.263.960,50		2.575.951.929,67	40.831,45	71.271.199,38

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

39000 - Ministério dos Transportes					
Dotação OFSS	8.238.121.015,00	Dotação OI		Recursos Extraorçamentários	6.202.862.946,08

Fonte: SIOP

Com base no planejamento anual desta Pasta e tendo em vista o restritivo cenário fiscal, foi definido pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão o limite para compor a programação orçamentária para o exercício de 2016. Diante do limite atribuído foram definidos critérios para alocação dos recursos, onde foram priorizados os empreendimentos relativos à manutenção da malha rodoviária e ferroviária federal, aqueles em fase final de conclusão, bem como as obras em andamento. Mesmo diante das dificuldades enfrentadas o desempenho do Ministério foi satisfatório.

Quanto aos Restos a Pagar, o valor executado ainda é significativo, valendo informar que existe uma avaliação contínua dos valores inscritos, de forma reduzi-los em um curto espaço de tempo.

Objetivo: 0130 – Promover a fluidez, a qualidade e a segurança do transporte de pessoas e cargas, por meio da concessão de rodovias federais e da fiscalização eficiente dos serviços de transporte rodoviário regulados.

A promoção da fluidez, qualidade e segurança do transporte de pessoas e cargas é um objetivo importante para a requalificação do desempenho de rodovias federais em patamares mais elevados, criando um ambiente favorável para a redução dos custos de transporte, com consequências positivas para o aumento da produtividade da economia nacional e para a geração de emprego e renda no país.

A consecução do objetivo demanda a mobilização de muitos recursos, tanto financeiros quanto humanos, tecnológicos e operacionais. Significa realizar projetos e obras de duplicação, ampliar a qualidade da manutenção, da sinalização, da operação e dos demais serviços e instalações relacionadas a uma rodovia.

As principais estratégias adotadas para o alcance do objetivo foram: a concessão de rodovias federais e a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário regulados. Tanto as concessões como a fiscalização estão alinhadas ao princípio da economicidade (artigo 70 da Constituição Federal - CF/88) e trazem contribuições relevantes para a melhoria da qualidade do transporte rodoviário no país.

No caso das concessões, evidencia-se a importância da estratégia para:

- desconcentrar a gestão da malha do Subsistema Rodoviário Federal dentro do Sistema Nacional de Viação (SNV);
- reduzir a pressão de custos sobre os recursos do Orçamento Geral da União (OGU);
- dar maior velocidade no processo de adequação/duplicação das rodovias federais, capaz de ser obtida pela associação aos recursos e meios, dispostos pela iniciativa privada;
- oferecer aos usuários de rodovias federais concedidas conforto e segurança ao trafegar, com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, sistema de informação ao usuário, serviços de apoio ao usuário e sistema de comunicação com telefones para emergências;
- aperfeiçoar a estratégia de concessão que abre caminho para outras estratégias, como o estabelecimento de Parcerias Público-Privadas, orientadas para o aprimoramento da logística de transportes nacional.

Já os aprimoramentos da fiscalização dos serviços de transporte rodoviário regulados contribuem para a evolução da estrutura de fiscalização e para a criação de um cenário positivo às Concessões e Parcerias Público-Privadas.

Meta: 006X – Conceder 6.944,90 km de rodovias

A Meta 006X, estabelecida no PPA 2016-2019, trata da concessão de 6.944,90 km de rodovias. Inicialmente, foram elaborados estudos para a concessão dos novos trechos, por meio de Propostas de Manifestação de Interesse (PMI), que consiste na publicação de Editais de Chamamento Público pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), para o desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA's) referentes aos seus projetos. Esses estudos, uma vez entregues pelas empresas autorizadas, são analisados para serem aprovados pelo Governo, antes de serem utilizados nas modelagens das novas concessões rodoviárias. Segue detalhamento na ordem cronológica em que foram iniciados os estudos:

- BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 – Porto de Miritituba/PA (976,0 km);
- BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis/MT– Jataí/GO – Goiânia/GO (703,7 km);
- BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO – Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437,0 km);
- BR-476/153/282/480/PR/SC, Lapa/PR – Irani/SC – Chapecó/SC (398,9 km);
- BR-101/BA, Gandú/BA – Entroncamento BR-324 (próximo à Feira de Santana) (199,4 km);
- BR-101/232/PE, novo arco metropolitano de Recife, BR-101: Divisa PB/PE – Divisa PE/AL e BR-232: Entroncamento BR-101 (Recife/PE) – Cruzeiro do Nordeste/PE (564,5 km);
- BR-101/493/465/RJ/SP, BR-101: Entroncamento BR-465 (B)/RJ-071/097 (Santa Cruz) – Praia Grande, no município de Ubatuba/SP; BR-465, Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-116; e BR-493: Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-040/116 (B) (356,9 km);
- BR-101/116/290/386/RS; BR-101: Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-116: Entroncamento BR-290 (B) (para Arroio dos Ratos) – Entroncamento BR-470/RS-350 (para Camaquã); BR-290: Osório/RS – Entroncamento BR-116 (para Guaíba) e BR-386: Entroncamento BR-116 (B)/290 (Porto Alegre) – Entroncamento BR-377 (A) (para Carazinho) (581,3 km). Após mudança de escopo, com a retirada da BR-116/RS, a inclusão da BR-448/RS entre a BR-290/RS e a BR-386/RS e a inclusão de 9,1 km da BR-101/SC, esta extensão passou para 467,6 km;
- BR-101/SC, Ponte sobre o Rio da Madre – Divisa SC/RS (220,0 km). Após mudança de escopo, com a retirada de 9,1 km da BR-101/SC, esta extensão passou para 210,9 km;
- BR-280/SC, Porto de São Francisco do Sul – Divisa SC/PR (306,6 km);
- BR-470/282/SC, BR-470: Navegantes/SC – Divisa SC/RS e BR-282: Entroncamento BR-470 (Campos Novos) – Entroncamento BR-153 (Irani) (455,1 km);
- BR-364/RO/MT, Entroncamento BR-174 (A) (Comodoro/MS) – Porto Velho (acesso Ulisses Guimarães) (806,3 km).

Os trechos rodoviários a seguir ainda não tiveram seus estudos iniciados:

- BR-262/381/MG/ES, Entroncamento BR-101/ES – João Monlevade/MG – Belo Horizonte/MG (485,9 km);
- BR-267/MS, Entroncamento BR-163 (Nova Alvorada do Sul/MS) – Divisa MS/SP (Presidente Epitácio/SP) (249,3 km);
- BR-262/MS, Entroncamento BR-163 (Campo Grande/MS) – Divisa MS/SP (Três Lagoas/MS) (326,8 km).

Dando continuidade à política de fortalecimento das concessões de transportes, em 2016 o Governo Federal lançou o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), com a edição da Lei 13.334, de 13 de setembro de 2016. O Programa busca ampliar e consolidar a interação entre o Estado e a iniciativa privada, com qualificação de processos de articulação institucionais e de empreendimentos públicos federais, celebração de contratos de parceria para a sua execução e outras medidas de desestatização. O PPI é balizado por diretrizes gerais e estratégicas dispostas por resoluções do Conselho do Programa de Parceria de Investimentos (CPPI).

São objetivos do Programa:

I - ampliar as oportunidades de investimento e emprego e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial, em harmonia com as metas de desenvolvimento social e econômico do País;

II - garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública, com tarifas adequadas;

III - promover ampla e justa competição na celebração das parcerias e na prestação dos serviços;

IV - assegurar a estabilidade e a segurança jurídica, com a garantia da mínima intervenção nos negócios e investimentos; e

V - fortalecer o papel regulador do Estado e a autonomia das entidades estatais de regulação.

Como característica dos novos modelos de concessões do Brasil, destaca-se no modal rodoviário: as duplicações serão realizadas conforme a demanda (acaba a obrigatoriedade de duplicar a rodovia nos primeiros cinco anos); os trechos serão duplicados quando atingirem um fluxo de tráfego definido no Edital e a oferta de serviços (socorro médico, atendimento mecânico e demais serviços operacionais) será disponibilizada de acordo com as necessidades de cada trecho de rodovia.

Assim, por força da estratégia de concessão estabelecida no Programa de Parceria de Investimentos (PPI), os estudos dos empreendimentos referentes às BR-163/230/MT/PA, BR-364/060/MT/GO, BR-364/365/GO/MG e BR-476/153/282/480/PR/SC estão sendo submetidos a processo de reavaliação, em decorrência do aprimoramento do modelo.

Em 2016, foram entregues seis estudos referentes a BR-101/BA, BR-101/232/PE, BR-101/493/465/RJ/SP, BR-101/116/290/386/RS, BR-101/SC e BR-470/282/SC. Há previsão de entrega dos estudos da BR-280/SC e BR-364/RO/MT em 2017. Os estudos referentes a BR-262/381/MG/ES, BR-262/MS e BR-267/MS serão realizados diretamente pelo Governo Federal.

Os empreendimentos do PPI serão tratados como prioridade nacional, tendo sido priorizados em 2016, no âmbito do modal rodoviário, aqueles qualificados de acordo com o Decreto 8.916, de 25 de novembro de 2016, a saber:

- BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO – Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437,00 km) – relevante corredor para escoamento da produção agroindustrial do sudeste goiano/Triângulo Mineiro. A concessão visa interligar a região a trechos já concedidos das BR-050 e BR-153, possibilitando acesso ao mercado consumidor do Sudeste e ao Porto de Santos; e

- BR-101/290/386/448/SC/RS, BR-101/SC – Km 455,9 – Divisa SC/RS; BR-101/RS – Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-290/RS: Osório/RS – Km 98; BR-386/RS: Entroncamento BR-285/377(B) (p/ Passo Fundo) – Entroncamento BR-448; BR-448/RS: Entroncamento BR-386 – Entroncamento BR-116/290 (467,60 km) – engloba corredores na Região Metropolitana de Porto Alegre e entorno que já estão saturados e necessitam de urgentes intervenções. A concessão tem como objetivo possibilitar a ampliação da capacidade e melhorar o nível de serviço, proporcionando redução de acidentes e melhoria na trafegabilidade.

A expectativa é de que os leilões dos empreendimentos priorizados em 2016 tenham a publicação dos Editais no primeiro semestre de 2017 e a realização dos Leilões no segundo semestre do mesmo ano.

Ainda em 2016, além dos estudos contabilizados na Meta 006X, foram lançados Editais de Chamamento Público, por meio de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI), para quatro trechos rodoviários, com extensão total de 977,6 km, conforme detalhamento a seguir:

- BR-163/PA, Campo Verde/PA – Santarém/PA (331,0 km);
- BR-316/PA, Benfica/PA – Capanema/PA (132,7 km);
- BR-282/SC, Palhoça/SC – Entroncamento BR-470(A)/SC (310,3 km); e
- BR-282/163/SC, BR-282/SC: Entroncamento BR-480(B)/SC/SC-156 – Fronteira Brasil Argentina; BR-163/SC: São Miguel do Oeste – Divisa SC/PR (203,6 km).

Tabela 4 – Metas quantitativas regionalizadas de rodovias para concessão

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 006X – Conceder 6.944,90 km de rodovias.	Km	6.944,90	0	-	-	-	0	ANTT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Região Centro-Oeste	Km	2.544,60	0	-	-	-	0	ANTT
Região Nordeste	Km	763,00	0	-	-	-	0	ANTT
Região Norte	Km	707,40	0	-	-	-	0	ANTT
Região Sudeste	Km	906,30	0	-	-	-	0	ANTT
Região Sul	Km	2.023,60	0	-	-	-	0	ANTT

Fonte: SPO

Meta: 03ZZ – Implantar e operar de forma integrada 55 pontos de fiscalização eletrônica do transporte rodoviário de cargas e passageiros.

O projeto de Fiscalização Eletrônica foi efetivamente implementado a partir do final de 2014 e conta, atualmente, com 28 pontos de fiscalização instalados e em operação, conforme tabela a seguir:

Tabela 5 – Quantidade de Pontos de Fiscalização por Estado

UF	Quantidade de Pontos de Fiscalização
Distrito Federal	2
Goiás	6
Minas Gerais	6
Mato Grosso	2
Mato Grosso do Sul	1
Santa Catarina	2
São Paulo	6
Rio de Janeiro	3
Total	28

Fonte: SPO

Os pontos de fiscalização possuem equipamento com capacidade de captura de imagens e reconhecimento automático de caracteres de placas veiculares, sistemas de laços indutivos para classificação de veículos comerciais de transporte de cargas ou de passageiros e de veículos particulares. O sistema também possui antenas de captação RFID (Radio Frequency Identification – Identificação por Rádio Frequência) para identificação redundante dos veículos comerciais, com obrigatoriedade de tagueamento, previsto pela Resolução ANTT nº 4.799/15.

Outras aplicações para o projeto de Fiscalização Eletrônica incluem a identificação de corredores logísticos, que subsidiam a formulação de indicadores econômicos e o monitoramento de cargas com destino aos portos, o que possibilita o acompanhamento do escoamento da safra por meio da verificação de agendamentos prévios dos veículos, visando facilitar a trafegabilidade nos corredores de exportação. Também está previsto o monitoramento do transporte e movimentação de cargas gerais em todo território nacional, preferencialmente em rodovias federais concedidas.

Estima-se que o sistema de fiscalização eletrônica, quando implantado plenamente, poderá elevar em até cinco vezes o valor da arrecadação com multas nos mercados de transporte de cargas e passageiros, que alcançou a cifra de R\$ 93 milhões de reais, em 2015. O sistema funciona eletronicamente 24 horas por dia e está sendo utilizado pelas secretarias estaduais de fazenda para combate à sonegação fiscal do ICMS, por meio do Operador Nacional dos Estados (ONE).

Com relação aos benefícios gerados pelo projeto ao transporte rodoviário, destaca-se a otimização da cadeia logística e o aumento da eficiência das frequências das viagens em escala, decorrente da ininterruptão para procedimentos de fiscalização diversos. Além disso, os dados estatísticos gerados possibilitarão a criação de banco de dados logísticos para definição de estratégias de fiscalização, além de ampliar o avanço de políticas sociais e econômicas para o País.

Tabela 6 - Metas quantitativas regionalizadas de rodovias para implantação de pontos de fiscalização eletrônica

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 03ZZ – Implantar e operar de forma integrada 55 pontos de fiscalização eletrônica do transporte rodoviário de cargas e passageiros.	Unidade	55	28	-	-	-	50,91%	ANTT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Região Centro-Oeste	Unidade	18	11	-	-	-	61,11%	ANTT
Região Nordeste	Unidade	2	0	-	-	-	0	ANTT
Região Norte	Unidade	1	0	-	-	-	0	ANTT
Região Sudeste	Unidade	20	15	-	-	-	75,00%	ANTT
Região Sul	Unidade	14	2	-	-	-	14,29%	ANTT

Fonte: SPO

Meta: 049C – Duplicar 2.772,50 km de rodovias federais concedidas.

A meta estabelecida no PPA 2016-2019 abarca as obras de duplicação da Terceira Etapa das concessões rodoviárias. Sendo assim, dentre as obras que estão sendo realizadas para melhoria das condições de fluidez do tráfego, segurança e conforto dos usuários nas rodovias concedidas em sua Terceira Etapa, destacam-se:

- BR-040/DF/GO/MG, duplicação (557,2 km) – executados 7,07 km em 2016, com execução física acumulada de 11,16%;
- BR-060/153/262/DF/GO/MG, duplicação (647,80 km) – executados 30,44 km em 2016, com execução física acumulada de 10,18%;
- BR-050/GO/MG, duplicação (218,5 km) – executados 23,44 km em 2016, com execução física acumulada de 17,94%;
- BR-163/MS, duplicação (806,3 km) – executados 8,46 km em 2016, com execução física acumulada de 11,77%;
- BR-163/MT, duplicação (453,6 km) – executados 19,14 km em 2016, com execução física acumulada de 25,73%.

Portanto, em 2016, foram duplicados 34,67 km de rodovias federais concedidas na Região Centro-Oeste e 53,88 km na Região Sudeste, perfazendo um total de 88,55 km de duplicação.

O avanço em direção ao cumprimento da meta de duplicação traz benefícios importantes: a ampliação da capacidade de transporte, com redução de seus custos operacionais e a melhoria da integração da malha viária em pontos estratégicos para o aumento da competitividade nacional, com geração de empregos e a arrecadação de tributos.

Tabela 7 – Metas quantitativas regionalizadas de duplicação de rodovias concedidas

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 049C – Duplicar 2.772,50 km de rodovias federais concedidas.	Km	2.772,50	88,55	-	-	-	3,19%	ANTT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Região Centro-Oeste	Km	1.484,40	34,67	-	-	-	2,34%	ANTT
Região Norte	Km	169,00	0	-	-	-	0	ANTT
Região Sudeste	Km	1.119,10	53,88	-	-	-	4,81%	ANTT

Fonte: SPO

Objetivo 0131 – Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, com a duplicação de rodovias, construção de terceiras faixas ou outras medidas que melhorem a fluidez do tráfego.

No transporte rodoviário, o Governo Federal tem priorizado os investimentos destinados à melhoria das condições de fluxos de cargas e passageiros, de forma a eliminar pontos de estrangulamento em eixos rodoviários, propiciar o desenvolvimento de regiões, facilitar o escoamento da produção agroindustrial e promover a integração nacional e com os países da América do Sul.

Os eixos rodoviários federais são indutores de desenvolvimento devido à sua importância no contexto econômico e social do país. A adequação da capacidade desses eixos, que se dá por meio

da duplicação das rodovias, da construção de terceiras faixas ou de outras medidas que melhorem a fluidez do tráfego, contribui para a redução dos custos logísticos e para a melhoria do nível de serviço nas rodovias federais.

O objetivo de adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais por meio de medidas que melhorem a fluidez do tráfego é um objetivo importante para a consolidação do Subsistema Rodoviário Federal do Sistema Nacional de Viação (SNV). Pela amplitude de seus impactos positivos esperados a partir do cumprimento de suas metas estabelecidas, o objetivo 0131 já integrou o PPA 2012-2015 e continua a integrar o PPA 2016-2019 para buscar: assegurar a unidade nacional e a integração regional; garantir a malha viária estratégica necessária à segurança do território nacional; promover a integração física com os sistemas viários dos países limítrofes; atender aos grandes fluxos de mercadorias em regime de eficiência, por meio de corredores estratégicos de exportação e abastecimento; e prover meios e facilidades para o transporte de passageiros e cargas, em âmbito interestadual e internacional.

Meta 0073 – Adequar 2 acessos portuários por meio de rodovias federais.

Os empreendimentos priorizam a otimização dos acessos terrestres aos portos, com foco na manutenção, recuperação e ampliação da infraestrutura portuária, bem como ampliação da eficiência logística dos portos brasileiros, e vão imprimir ao setor mais competitividade e dinamismo, além de reduzir os custos de transporte e contribuir para o desenvolvimento do país.

As ações de gestão e logística ficam assim facilitadas pela adequação dos acessos portuários, permitindo a melhoria na movimentação de navios, veículos e cargas nos portos, com redução nos tempos de espera e possibilidade de melhor aproveitamento da infraestrutura de berços e equipamentos existentes, o que contribui para o aumento da capacidade portuária brasileira.

Atualmente, não existem empreendimentos de acesso portuário para as regiões Norte e Sudeste.

Para a Região Nordeste (apesar da região não ter sido contemplada à época das definições das metas do Objetivo 0131 do PPA 2016-2019), houve avanços que pretendem viabilizar a execução direta de dois empreendimentos: a adequação de acesso ao porto de Aratu, em fase preparatória para licitação; e a duplicação do acesso ao porto de Pecém (entre Entroncamento BR-020 e Entroncamento CE-422), em fase de elaboração e aprovação de projetos básicos e executivos.

Tabela 8 – Metas quantitativas regionalizadas de acesso portuário

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 0073 – Adequar 2 acessos portuários por meio de rodovias federais	Unidade	2	0	-	-	-	0	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Região Norte	Unidade	1	0	-	-	-	0	DNIT
Região Sudeste	Unidade	1	0	-	-	-	0	DNIT

Fonte: SPO

Meta 006Z – Adequar 694,00 km de rodovias federais.

Com o objetivo de atender às demandas decorrentes do crescimento populacional, do aumento da frota de veículos, incremento da produção agroindustrial e seus decorrentes fluxos de cargas, foram executados em 2016, obras de adequação rodoviária em 39,17 km. Destaca-se a adequação dos seguintes trechos rodoviários:

- BR-101/AL, duplicação, trecho divisa PE/AL – Divisa AL/SE (248,5 km) – executados 6,50 km em 2016;
- BR-135/MA, duplicação, trecho Estiva – Bacabeira (27,0 km) – executados 2,00 km em 2016;
- BR-158/RS, adequação, trecho Travessia de Santa Maria (13,0 km) – executados 2,00 km em 2016;
- BR-163/PR, duplicação, trecho Entroncamento BR-277/PR Cascavel – Marmelândia (74,0 km) – executados 9,70 km em 2016;
- BR-163/PR, duplicação, trecho Cascavel – Guaíra (102,2 km), incluindo a construção da Travessia de Marechal Cândido Rondon – executados 6,00 km em 2016;
- BR-163/SC, adequação, trecho São Miguel do Oeste – Divisa SC/PR (61,1 km) – executado 1,00 km em 2016;
- BR-392/RS, duplicação, trecho Pelotas – Rio Grande (85,0 km), incluindo o Contorno de Pelotas – executados 1,75 km em 2016;
- BR-163/364/MT, duplicação, trecho Rondonópolis – Cuiabá – Posto Gil (378,4 km) – executados 5,22 km em 2016.

Como meio de manter atualizada a carteira de empreendimentos de transportes, o Governo Federal tem buscado dar maior celeridade a seus processos licitatórios, atuando em duas frentes: a gestão dos contratos, que garante o bom andamento físico e financeiro das obras e a garantia no atendimento aos padrões técnicos estabelecidos.

Tabela 9 – Metas quantitativas regionalizadas de adequação de rodovias

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta 006Z: Adequar 694,00 km de rodovias federais.	Km	694,00	39,17	-	-	-	5,64%	ANTT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Região Centro-Oeste	Km	147,00	5,22	-	-	-	3,55%	ANTT
Região Nordeste	Km	291,00	8,50	-	-	-	2,92%	ANTT
Região Norte	Km	85,00	0	-	-	-	0	ANTT
Região Sudeste	Km	64,00	5,00	-	-	-	7,81%	ANTT
Região Sul	Km	107,00	20,45	-	-	-	19,11%	ANTT

Fonte: SPO

Objetivo 0136 – Ordenar o tráfego rodoviário nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, anéis e travessias urbanas e outras intervenções.

O crescimento das cidades, motivado pelo maior volume de atividades e serviços, acaba por gerar maior utilização das rodovias que circundam suas imediações. Diante disso, o volume de tráfego se intensifica, fazendo com que os fluxos urbanos e rodoviários se aglomerem, criando situações de risco para motoristas e pedestres. Como consequência, o tráfego de caminhões e ônibus se torna acentuado na região urbana, o que contribui negativamente para o aumento dos custos do transporte, já que os fluxos de transporte por esses perímetros se tornam menos eficientes por conta da redução das velocidades.

Nesse cenário, a construção de contornos, anéis e travessias urbanas contribui para o ordenamento do tráfego nos perímetros urbanos. Esses dispositivos geram melhoria no desempenho do transporte rodoviário, com a preservação do nível de serviço necessário para o transporte de cargas e passageiros, além de auxiliar na organização do tráfego, segregando o trânsito pesado de veículos dos fluxos urbanos.

Meta0074 – Construir ou adequar 7,00 contornos ou anéis rodoviários

Dos 7 contornos ou anéis previstos para o período 2016-2019, foi realizada a execução acumulada de 29 km de pavimentação do Macro Anel de Campo Grande, nas BR260/060/163/MS; execução acumulada de 28 km de pavimentação, com previsão de licitação dos remanescentes para 2017 do Anel Viário de Fortaleza, na BR-020/CE; e a conclusão dos projetos básicos do Contorno Norte de Cuiabá BR163/364/MT, com previsão de início das obras em 2017.

Além desses empreendimentos estão executados 50% das obras do Anel Viário de Jataí, na BR-060/GO e a execução de 25% da obra do Contorno de Barra do Garças, na BR-158/MT.

Dos empreendimentos que estão em outras fases, destacam-se o Contorno de Abreu e Lima, na BR-101/PE, que se encontra em processo licitatório; o Contorno de Recife, na BR-101/PE, que aguarda ordem de início dos serviços; e o Contorno Oeste de Cascavel, nas BR-163/PR que se encontra em fase de elaboração de projetos básicos e executivos.

Tabela 10 – Metas quantitativas regionalizadas de construção ou adequação de contornos ou anéis rodoviários

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta 0074: Construir ou adequar 7,00 contornos ou anéis rodoviários.	Unidade	7	0	-	-	-	0	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Região Centro-Oeste	Unidade	3	0	-	-	-	0	DNIT
Região Nordeste	Unidade	3	0	-	-	-	0	DNIT
Região Sul	Unidade	1	0	-	-	-	0	DNIT

Fonte: SPO

Meta 0076 – Adequar 4 travessias urbanas

Da previsão das obras de adequação em 4 travessias urbanas para o PPA 2016-2019, foi executada a passagem inferior da Travessia Urbana de Uberaba/MG, na região sudeste e a execução física, em 2016, de 2 km da Travessia Urbana de Santa Maria, na região sul.

Além dos empreendimentos previstos na meta, em 2016 houve execução de 2 km da adequação da travessia urbana de Juazeiro, nas BR 235/407/BA, na região nordeste; termo de compromisso firmado com o município para adequação da travessia urbana de Dom Eliseu/PA, na região norte, com regularização do processo para assinatura e publicação do contrato. Para a região sudeste, destacam-se os serviços concentrados na execução de quatro obras de arte especiais na travessia urbana de São José do Rio Preto/SP; o contrato recém assinado para a travessia urbana de Ubatuba/SP, que aguarda ordem de início; a fase de elaboração de projetos para a travessia urbana de Juiz de Fora/MG e 1,5% de andamento da travessia urbana de Uberlândia/MG.

Tabela 11 – Metas quantitativas regionalizadas para adequação de travessias urbanas

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta 0076: Adequar 4 travessias urbanas.	Unidade	4	0	-	-	-	0	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
Região Nordeste	Unidade	1	0	-	-	-	0	DNIT
Região Sudeste	Unidade	1	0	-	-	-	0	DNIT
Região Sul	Unidade	2	0	-	-	-	0	DNIT

Fonte: SPO

Objetivo: 0137 – Promover a construção e a pavimentação da malha rodoviária federal incluindo pontes, viadutos e túneis.

O Sistema Nacional de Viação do Brasil é constituído pela infraestrutura física e operacional dos vários modos de transporte de pessoas e mercadorias, sob a jurisdição dos diferentes entes da Federação. É composto pelo Sistema Federal de Viação e pelos Sistemas de Viação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, prevê que a infraestrutura rodoviária se constitua em elemento fundamental de interligação de polos produtores e consumidores, para o fortalecimento da presença do Estado e consolidação do crescimento econômico, social e político do país.

A construção e pavimentação da malha rodoviária federal busca promover a integração regional, interestadual ou internacional; ligar capitais de Estados entre si ou ao Distrito Federal; atender a fluxos de transporte de grande relevância econômica; e promover ligações indispensáveis à segurança nacional.

A escolha dos empreendimentos a serem executados levou em conta principalmente os aspectos logísticos, a integração com o planejamento territorial, o respeito ao meio ambiente e a abordagem de projetos de cunho sociopolítico voltados à redução de desigualdades regionais, à indução ao desenvolvimento, à integração continental e à segurança nacional.

O objetivo contempla assim metas de construção e pavimentação de rodovias e construção de pontes nacionais e internacionais.

Meta: 0079 – Construir ou pavimentar 1.133,00 km de rodovias.

No Brasil, o modal rodoviário é o mais utilizado para o transporte de cargas e passageiros. A malha rodoviária federal pavimentada abrange uma extensão total de aproximadamente 52,9 mil km e a não pavimentada contempla aproximadamente 10,6 mil km.

Os investimentos em obras de construção e pavimentação de rodovias visam ampliar a capacidade de tráfego e garantir condições permanentes de circulação, segurança e conforto no trânsito de veículos e usuários, com consequente redução dos custos operacionais.

Diante deste contexto, durante o exercício de 2016 foram executados 91,7 km de obras de construção/ pavimentação rodoviária, conforme a seguir:

Região Norte:

- BR-163/PA, construção, trecho Divisa MT/PA – Santarém (947,0 km) – executados 18,0 km de pavimentação em 2016;
- BR-230/PA, construção, trecho Divisa TO/PA – Rurópolis (855,0 km), incluindo o acesso a Miritituba (32,2 km) – executados 10,0 km de pavimentação em 2016;
- BR-242/TO, construção, trecho Tabatinga – Peixe (Entroncamento TO-280 (A)) – executados 35,0 km de construção em 2016.

Região Nordeste:

- BR-235/BA, construção e pavimentação, trecho Divisa SE/BA – Divisa BA/PI (664,0 km) – executados 1,5 km em 2016;
- BR-235/PI, construção, trecho Gilbués – Divisa PI/MA (Santa Filomena) (130,2 km) – executados 14,2 km, com conclusão do empreendimento em 2016;
- BR-020/CE, construção, trecho Entroncamento-CE-040 – Ponte Sabiaguaba – (13,18 km) – executados 3,0 km de construção em 2016.

Região Sul:

- BR-487/PR, construção, trecho Porto Camargo – Campo Mourão (101,7 km) – executados 1,0 km de construção em 2016.

Região Centro-Oeste:

- BR-158/MT, construção, trecho Ribeirão Cascalheira – Divisa MT/PA (481,3 km) – executados 9,0 km de pavimentação em 2016.

Tabela 12 – Metas quantitativas regionalizadas para construção ou pavimentação de rodovias

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 0079 – Construir ou pavimentar 1.133,00 km de rodovias.	Km	1.133,00	91,70	-	-	-	8,09%	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
Região Centro-Oeste	Km	125,00	9,00	-	-	-	7,20%	DNIT
Região Nordeste	Km	424,00	18,70	-	-	-	4,41%	DNIT
Região Norte	Km	470,00	63,00	-	-	-	13,40%	DNIT
Região Sudeste	Km	85,00	0	-	-	-	0	DNIT
Região Sul	Km	29,00	1,00	-	-	-	3,45%	DNIT

Fonte: SPO

Meta: 007C – Construir 2 pontes internacionais.

Construção Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná em Foz do Iguaçu, na BR-277/PR: em 2016 os projetos se encontravam em fase de elaboração. Localizado na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este, esse empreendimento é de interesse do Brasil e do Paraguai, já que contribui na integração dos países, a partir do incremento do atual fluxo de passageiros e cargas transportados.

Construção de nova Ponte e acessos sobre o Rio Jaguarão – Fronteira Brasil/Uruguai, na BR-116/RS: em decorrência da não obtenção de êxito em processo licitatório anterior, o projeto encontra-se atualmente em fase de revisão orçamentária. O empreendimento aliviará o tráfego sobre a já existente ponte Barão de Mauá e ampliará a capacidade dos atuais fluxos comerciais entre o Brasil e Uruguai.

Tabela 13 – Metas quantitativas regionalizadas para construção de pontes internacionais

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 007C – Construir 2,00 pontes internacionais	Unidade	2,00	0	-	-	-	0	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
Exterior	Unidade	2,00	0	-	-	-	0	DNIT

Fonte: SPO

Meta: 007G – Construir 2 pontes.

Construção da Ponte sobre o Rio Madeira em Abunã/RO: a BR-364/RO é rodovia de fundamental importância para o escoamento da produção da região Norte e a construção da ponte sobre o rio Madeira representa a conclusão da integração rodoviária do Acre com o restante do país. A solução técnica adotada para o vão central da ponte ensejou pequenas correções que foram propostas para facilitar os fluxos de transporte na hidrovia. A situação das principais fases da obra de construção da ponte em dezembro de 2016 contemplava a execução de 99,7% da infraestrutura; 60,7% da mesoestrutura; e 55,4% da superestrutura.

Construção da Segunda Ponte sobre o rio Guaíba na BR-116/290/RS: a construção da Segunda Ponte sobre o rio Guaíba é de importância estratégica para o equacionamento dos atuais fluxos de transporte na região. Devido a sua localização, envolve aspectos relacionados a processos de desapropriação e reassentamento de famílias. O empreendimento encontra-se em implantação, com avanços medidos correspondentes a 86,0% de infraestrutura, 58,0% da mesoestrutura e 14,0% da superestrutura.

Tabela 14 – Metas quantitativas regionalizadas para construção de pontes

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 007G – Construir 2 pontes.	Unidade	2	0	-	-	-	0	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
Região Norte	Unidade	1	0	-	-	-	0	DNIT
Região Sudeste	Unidade	1	0	-	-	-	0	DNIT

Fonte: SPO

Objetivo: 0280 – Melhorar a trafegabilidade e a segurança da malha rodoviária federal não concedida, por meio da sua manutenção permanente, e da melhoria da sinalização e do controle dos limites de peso e de velocidade.

As condições de trafegabilidade e segurança das rodovias federais dependem de diversos fatores. Dentre eles, destacam-se a manutenção permanente da via e o controle de peso, que contribuem para conservar o estado do pavimento em condições adequadas de trafegabilidade; a sinalização das vias e controle de velocidade, que contribuem para a segurança dos usuários e auxiliam no respeito às normas de trânsito dentro dos limites legais.

Meta: 00IQ – Implantar e operar 23 equipamentos de medição de peso.

O fluxo de veículos de transporte com excesso de peso é fator importante no desgaste prematuro dos pavimentos. O excesso de peso também se relaciona com a redução do nível de segurança na condução dos veículos e com o aumento dos custos de manutenção.

Com o objetivo de realizar fiscalização, o Governo Federal implantou Postos de Pesagem de Veículos (PPV). Essa iniciativa teve como abordagem inicial a implantação e operação de 73 PPV's até julho de 2014. Uma nova proposta baseada em novo modelo de fiscalização, por meio de Postos Integrados Automatizados de Fiscalização (PIAF), foi criada para facilitar a coleta de dados automatizada de veículos pesados, visando redução do tempo de parada. As principais vantagens do novo modelo decorrem da possibilidade de o posto de fiscalização poder operar de forma centralizada em Centros de Controle Operacionais remotos (CCO).

A estratégia de implantação dos locais em que serão instalados os PIAF's busca maximizar seus efeitos, a partir da escolha de pontos prioritários mais próximos das regiões geradoras de carga, minimizando impactos na infraestrutura, resultando em maior economia.

Nessa mesma linha estratégica, até que se inicie a implantação dos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização, alguns PPV's foram priorizados para serem reativados em 2016: os postos fixos nos municípios de Formosa/GO, Cáceres/MT e Feira de Santana/BA, que iniciaram a fiscalização do excesso de peso por verificação de Nota Fiscal; e o posto fixo instalado no município de Araranguá/SC, que executa a fiscalização de excesso de peso através da utilização de equipamento eletrônico de pesagem e também iniciará a fiscalização por verificação de Nota Fiscal. Para 2017, há previsão de que sejam reativados mais dez Postos de Pesagem de Veículos.

Complementarmente, foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a instalação de duas balanças móveis/portáteis, no estado do Espírito Santo, para fiscalização do excesso de peso nas rodovias BR-262/ES, BR-259/ES e BR-381/ES. Há ainda outra balança móvel/portátil disponibilizada para realização de fiscalização de peso em veículos longos de carga – que possuem Autorização Especial de Trânsito (AET) – para ser utilizada sob demanda, em todo o território nacional.

Ainda em 2016, foram desenvolvidos projetos para 35 Postos Integrados Automatizados de Fiscalização e realizados estudos para outros 27 integrantes da 2ª ETAPA do PIAF, com previsão de licitação para 2017. A tabela abaixo descreve a situação dos projetos dos PIAF, em 2016, por região.

Tabela 15 – Quantitativos de projetos de postos integrados automatizados de fiscalização

Região	Projeto Básico		Projeto Executivo	
	Aceito	Em elaboração	Aceito	Em elaboração
Centro-Oeste	2	4	-	2
Nordeste	8	5	-	8
Norte	-	5	-	-
Sudeste	2	2	-	2
Sul	-	7	-	-

Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Tabela 16 – Metas quantitativas regionalizadas para implantação e operação de equipamentos de medição de peso

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 00IQ – Implantar e operar 23 equipamentos de medição de peso.	Unidade	23	0	-	-	-	0	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
Região Centro-Oeste	Unidade	3	0	-	-	-	0	DNIT
Região Nordeste	Unidade	8	0	-	-	-	0	DNIT
Região Norte	Unidade	4	0	-	-	-	0	DNIT
Região Sudeste	Unidade	4	0	-	-	-	0	DNIT
Região Sul	Unidade	4	0	-	-	-	0	DNIT

Fonte: SPO

Meta: 00IR – Implantar e operar 2.500 equipamentos de controle de velocidade.

O Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) é um programa de execução plurianual e que possui como objetivos: (i) a promoção do aumento da segurança viária nos pontos críticos identificados das rodovias federais, com o deslocamento de veículo e pedestres de maneira racional, com segurança, fluidez e comodidade; e (ii) a consequente redução do número e da severidade dos acidentes de trânsito.

Para tanto, o PNCV contempla a implantação de equipamentos eletrônicos com a finalidade de controlar e reduzir a velocidade, detectar o avanço do sinal vermelho e sobre a faixa de travessia de pedestres.

A partir de novas necessidades detectadas, a meta de instalação e operação desses equipamentos tem sido periodicamente revisada. No ano de 2016, 178 foram desativados e outros 112 foram instalados conforme tabela a seguir, perfazendo um total de 3.544 equipamentos implantados e em operação.

Tabela 17 – Quantidade de equipamentos eletrônicos de controle de velocidade

Região	Equipamentos instalados em 2016
Centro-Oeste	46
Nordeste	05
Norte	33
Sudeste	25
Sul	03
Total	112

Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Os contratos do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) possuem validade até o primeiro semestre de 2017. Ao se encerrarem, o novo PNCV será contratado, com previsão de operação de 5 anos e o escopo será ampliado de 3.160 para 3.873 equipamentos.

Tabela 18 – Metas quantitativas regionalizadas para implantação e operação de equipamentos de controle de velocidade

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 00IR – Implantar e operar 2.500 equipamentos de controle de velocidade.	Unidade	2.500	3.160	-	-	-	126,4%	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
Região Centro-Oeste	Unidade	400	618	-	-	-	154,50%	DNIT
Região Nordeste	Unidade	850	887	-	-	-	104,35%	DNIT
Região Norte	Unidade	225	225	-	-	-	100,00%	DNIT
Região Sudeste	Unidade	615	801	-	-	-	130,24%	DNIT
Região Sul	Unidade	410	629	-	-	-	153,41%	DNIT

Fonte: SPO

Meta: 03ZK – Implantar sinalização em 100% da malha rodoviária federal pavimentada (BR-Legal).

O impacto dos acidentes de trânsito se traduz em altos custos sociais e econômicos para a sociedade brasileira. Um relatório de pesquisas realizado em 2015 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) avaliou que o custo médio de um acidente envolvendo vítima fatal é de R\$ 664.821,46, com vítima não fatal é de R\$ 96.747,79 e sem vítimas é de R\$ 23.498,77. Portanto, o que se gasta em investimentos realizados na área de sinalização e segurança viária torna-se uma economia ao país, pelo impacto esperado na redução dos acidentes.

Com objetivo de reduzir o número e a severidade desses acidentes, o Governo Federal está implantando o Programa BR-Legal. Atualmente o programa está estruturado para comportar 54.000 km de rodovias federais. Por meio de contratos por desempenho de cinco anos, o programa busca implantar e manter a sinalização horizontal, vertical e suspensa; dispositivos auxiliares de segurança viária; e serviços relacionados à área de engenharia de trânsito. A modalidade de licitação adotada é o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), na forma de contratação integrada.

Em 2016, dentro do escopo do Programa BR-Legal, foram assinados quatro contratos que correspondem a um acréscimo de aproximadamente 2.640 km de rodovias sinalizadas, totalizando 107 contratos, que comportam até aproximadamente 54.000 km de rodovias a serem sinalizadas.

Em termos quantitativos, durante o ano de 2016, o programa avançou com a aprovação dos projetos básicos de sinalização para 6.500 km; projetos executivos para 12.000 km; execução de aproximadamente 14.700 km de sinalização horizontal; 7.200 km de sinalização vertical e 5.600 km de dispositivos de segurança.

Tabela 19 - Metas para implantação de sinalização das rodovias pavimentadas

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 03ZK – Implantar sinalização em 100% da malha rodoviária federal pavimentada (BR Legal).*	%	100	62%*	-	-	-	62%	DNIT

Fonte: SPO

*Percentual calculado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), de acordo com os critérios contratuais de desempenho do Programa BR-Legal.

Meta: 040E – Realizar a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, sob a administração federal

O Governo Federal, no exercício de 2016, deu continuidade à política de manutenção das rodovias federais, com adoção de contratos de um a cinco anos de duração, buscando assegurar boas condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários.

Dados de manutenção consolidados em Dezembro de 2016, indicaram que a extensão total da malha rodoviária federal pavimentada era de aproximadamente 52,9 mil km. Desses, 48,8 mil km, que correspondem a 92,3% da malha, estavam cobertos com contratos de manutenção rodoviária. Do mesmo modo, quanto à malha rodoviária não pavimentada, 8,5 mil km, que representam 79,9% do total de aproximadamente 10,6 mil km, estava coberta com contratos de manutenção, por meio de conservação tradicional. Portanto, o total da cobertura contratual, em 2016, sobre rodovias pavimentadas e não pavimentadas, alcançou 90,2% da malha rodoviária total.

Observa-se que o valor 90,2% verificado em Dezembro de 2016, não deve ser interpretado como valor máximo percentual atingido no ano. Como decorrência de prazos contratuais distintos, apenas 4,6% da malha deixou de ser contemplada contratualmente nos doze meses de 2016. (Fonte: Atlas DNIT, ano 2016).

A manutenção das rodovias pavimentadas, seus serviços e prazos de execução são definidos por mais de uma modalidade de contratos, assim caracterizados:

- Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (CREMA): o programa está vinculado a cláusulas de desempenho que preveem a realização de obras de recuperação do pavimento e execução dos serviços de manutenção e de conservação rotineira, por prazos contratuais que variam de dois a cinco anos. Objetiva-se que as empresas realizem intervenções mais duradouras, de modo a reduzir os seus custos operacionais pelo aumento da qualidade dos serviços prestados. Em 2016, foram cobertos por este programa 18.132,50 km de rodovias pavimentadas.

- Restauração de Pista em contratos de Duplicação: modalidade de manutenção adotada para ser aplicada nas obras de duplicação de rodovias, quando, a pista antiga, utilizada também como rota de serviço, é recuperada ao final do empreendimento. Em 2016, foram restaurados 39,30 km de rodovias em contratos de duplicação.

- Restauração Tradicional: modalidade em que são realizadas obras de restauração do pavimento, com intervenções mais substanciais na pista existente. Em 2016, foram restaurados 1.331,40 km de pavimento em rodovias federais.

- Conservação Tradicional: modalidade em que são realizadas obras de conservação do pavimento, com intervenções mais simples na pista existente. Em 2016 foram conservadas

29.315,91 km de rodovias pavimentadas cobertos por meio da contratação de serviços de conservação preventiva e rotineira.

Tabela 20 – Metas para realização de manutenção permanente das rodovias

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 040E – Realizar a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, sob a administração federal.	%	100,00	90,2	-	-	-	90,2%	DNIT

Fonte: SPO

Objetivo: 0141 – Promover a expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos.

O objetivo de expansão da malha ferroviária federal visa aumentar a importância do modal ferroviário para a movimentação de grandes volumes de cargas a longas distâncias, agregando conexões importantes sobre vias fluviais e rodoviárias, que possibilitem o aumento da capilaridade dos modos de transportes.

As localizações atuais de importantes regiões produtoras nacionais agrícolas e de extração mineral impõem que grandes distâncias sejam percorridas até que os produtos alcancem seus portos marítimos de destino. A expansão da malha ferroviária federal se justifica pela necessidade de redução dos custos de transporte. O objetivo tem também a finalidade de conectar melhor as ferrovias nacionais e facilitar a integração modal dos transportes.

Procura-se privilegiar traçados ferroviários que dialoguem com os parques industrial e agrícola nacionais nos quais o Brasil seja competitivo, quais sejam, os setores que demandam um volume expressivo de produtos para beneficiamento, seguimentos em que a ferrovia traz eficiência pela redução dos custos de transporte associados.

Assim, por sua própria natureza, os investimentos relacionados a projetos ferroviários são complexos e demandam expressivos recursos, tanto financeiros (privados ou públicos), quanto tecnológicos. Abre-se a possibilidade de mesclar a utilização de recursos públicos nacionais e também internacionais, em associação ao capital privado em Concessões, Parcerias Público-Privadas ou outros arranjos que possam viabilizar a construção de novas ferrovias.

Meta: 007J – Expandir em 1.101,20 km a malha ferroviária no país, com recursos do Orçamento Geral da União.

A meta 007J contempla segmentos na Ferrovia Norte-Sul – Extensão Sul (FNS) (EF-151), trecho Ouro Verde/GO – Estrela d’Oeste/SP, com extensão de 682,00 km e segmentos na Ferrovia de Integração Oeste-Leste, trecho Ilhéus/BA – Barreiras/BA (FIOL) (EF-334).

Em 2016 foram implantados 68,00 km de grade ferroviária na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul. Ainda foram executados 3,8% de infraestrutura, 2,7% de superestrutura e 8,6% de obras de arte especiais em 2016. O avanço físico acumulado de todo o trecho Ouro Verde/GO – Estrela d’Oeste/SP ao final de 2016 é de 94,9% de infraestrutura, 88,4% de superestrutura e 88,9% de obras de arte especiais.

Com relação à Ferrovia de Integração Oeste-Leste, prossegue a implantação do trecho Ilhéus/BA – Caetitê/BA (FIOL I) com as seguintes execuções: 0,6% de infraestrutura e 10,1% de obras de arte especiais em 2016. O avanço físico acumulado de todo o trecho ao final de 2016 é de 70,2% de infraestrutura, 68,4% de superestrutura e 80,1% de obras de arte especiais. Vale destacar a conclusão do túnel Mandacaru (Jequié/BA). No que se refere ao trecho Caetitê/BA – Barreiras/BA (FIOL II) foram executados 8,2% de infraestrutura, 1,7% de superestrutura e 12,1% de obras de arte especiais em 2016. O avanço físico acumulado de todo o trecho ao final de 2016 é de 19,0% de infraestrutura, 11,0% de superestrutura e 15,3% de obras de arte especiais.

Tabela 21 – Metas quantitativas regionalizadas para expansão das ferrovias

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 007J – Expandir em 1.101,20 km a malha ferroviária no país, com recursos do Orçamento Geral da União.	Km	1.101,20	68,00*				6,18%	VALEC
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
Região Centro-Oeste	Km	513,00	68,00*	-	-	-	13,26%	VALEC
Região Nordeste	Km	419,20	0	-	-	-	0	VALEC
Região Sudeste	Km	169,00	0	-	-	-	0	VALEC

Fonte: SPO

Meta: 040H – Conceder para expandir em 2.510,00 km a malha ferroviária federal, com recursos da iniciativa privada.

A Meta 040H, estabelecida no PPA 2016-2019, trata da concessão de 2.510,00 km de ferrovias e foi consolidada a partir da soma de extensões obtidas por traçados definidos nos estudos existentes a época, a saber:

- Ferrovia Norte-Sul – Trecho Açailândia/MA – Barcarena/PA, com extensão de 575,00 km;
- Ferrovia Lucas do Rio Verde/MT – Miritituba/PA – com extensão de 1.140,00 km;
- Ferrovia Três Lagoas/MS – Estrela D'Oeste/SP – com extensão de 223,00 km;
- Ferrovia Rio de Janeiro/RJ – Vitória/ES, com extensão de 572,00 km.

Os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA's) dos trechos Açailândia/MA – Barcarena/PA, Estrela d'Oeste/SP – Três Lagoas/MS e Sinop/MT – Miritituba/PA (segmento do trecho Lucas do Rio Verde/MT – Miritituba/PA) foram realizados por meio de Propostas de Manifestação de Interesse (PMI). Quanto ao trecho Rio de Janeiro – Vitória, seus estudos estão sendo desenvolvidos pelos dois estados.

Dando continuidade à política de fortalecimento das concessões de transportes, em 2016 o Governo Federal lançou o Programa de Parceria de Investimentos (PPI). Como característica dos novos modelos de concessões do Brasil, destaca-se no modal ferroviário que as novas outorgas serão realizadas sob o modelo que melhor se adequar a cada caso, buscando-se a interoperabilidade do Sistema Ferroviário Federal, por meio do compartilhamento da infraestrutura ferroviária (Tráfego Mútuo e Direito de Passagem).

Os empreendimentos do PPI são tratados como prioridade nacional, a partir da publicação do Decreto 8.916, de 25 de novembro de 2016. Na meta 040H, foi priorizado, no âmbito do programa, o trecho Sinop/MT – Miritituba/PA, conhecido como Ferrogrão (EF-170), com extensão de 965,00 km.

A Ferrogrão foi estudada por meio de PMI e sua concessão avançou na busca de alternativas de minimização dos impactos esperados pela implantação de seu futuro traçado. A questão foi bem equacionada em 2016 com a desafetação de área do Parque Jamanxim/PA. A concessão dessa ferrovia contribuirá para a redução de custos do escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste, conectando-se ao Porto de Miritituba, as margens do rio Tapajós, na cidade de Itaituba, no Pará. A expectativa é de que o leilão da EF-170 ocorra no segundo semestre de 2017.

Com relação ao Trecho Açailândia/MA – Barcarena/PA, a Comissão de Seleção decidiu que o estudo apresentado não se encontrava em condições de prosseguir para audiência pública, tendo em vista questões suscitadas e não resolvidas quanto à concepção e soluções de engenharia propostas. Sendo assim, avaliou-se que o trecho ainda não apresenta as condições suficientes para torná-lo atrativo, como opção prioritária de investimento por parte da iniciativa privada.

Para o Trecho Três Lagoas/MS – Estrela D'Oeste/SP, os estudos foram avaliados pela Comissão de Seleção e inicialmente o trecho foi considerado para ser vinculado à futura concessão – Tramo Central e Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul. A modelagem de concessão foi revista no âmbito do PPI, restando a Ferrovia EF-151 definida como o trecho entre Porto Nacional e Estrela D'Oeste.

No que se refere à Ferrovia Rio de Janeiro/RJ – Vitória/ES, trata-se de projeto em desenvolvimento pelos estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo, para implantação de nova ligação ferroviária interligando Nova Iguaçu/RJ e Cariacica/ES. O projeto prevê a interconexão ferroviária entre diversos portos do litoral norte do estado do Rio de Janeiro e do litoral sul do estado do Espírito Santo, destacando-se dois grandes projetos-âncora portuários: o terminal do Açú (São João da Barra/RJ) e o complexo industrial portuário Porto Central (Presidente Kennedy/ES). Até o final de 2016, o projeto ainda requeria maior desenvolvimento da modelagem da concessão e, por esta razão, ainda não estava contemplado no PPI.

Tabela 22 – Metas quantitativas regionalizadas para expansão de ferrovias para concessão

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 040H – Conceder para expandir em 2.510,00 km a malha ferroviária federal, com recursos da iniciativa privada.	Km	2.510,00	0	-	-	-	0	ANTT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Região Centro-Oeste	Km	479,00	0	-	-	-	0	ANTT
Região Nordeste	Km	76,00	0	-	-	-	0	ANTT
Região Norte	Km	1.229,00	0	-	-	-	0	ANTT
Região Sudeste	Km	726,00	0	-	-	-	0	ANTT

Fonte: SPO

Objetivo 0147 – Ordenar o tráfego nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, de anéis, de variantes ferroviários e de outras intervenções.

Uma infraestrutura ferroviária eficiente é aquela que permite o tráfego entre a origem e destino das composições ferroviárias, com uma velocidade média adequada aos padrões internacionais.

Buscar o aumento da velocidade média dos trens pelas ferrovias do País é uma estratégia que decorre do atual cenário econômico global de produção em que está inserido o mercado das commodities agrícolas, minerais e demais itens de produção industrial.

A interferência de segmentos ferroviários em regiões urbanas tende a prejudicar não só o trânsito urbano rodoviário, mas também o trânsito ferroviário, ao impor redução da velocidade média dos comboios ferroviários, hoje na faixa de 22,6 km/h.

A busca por soluções para o aumento da velocidade média impõe que sejam necessárias intervenções na infraestrutura ferroviária. Como solução técnica, a construção de contornos ou anéis ferroviários, permite que se obtenha maiores velocidades médias, já que é capaz de retirar o fluxo de trens das áreas de interferência urbanas.

Um ganho adicional pode ser obtido a partir da implantação de contornos ferroviários, pois antigos eixos ferroviários por serem liberados passam a contribuir como alternativa para a implantação de novas soluções e estratégias, orientadas para a mobilidade urbana.

Meta 008C – Realizar 3,00 adequações ferroviárias em perímetro urbano.

Para atingir o objetivo, foi criada a meta Realizar 3 adequações ferroviárias em perímetro urbano, sendo elas: adequação de Barra Mansa (RJ), adequação Ferroviária em São Carlos (SP) e adequação Ferroviária em Juiz de Fora (MG).

Foram firmados contratos com empresas para execução das obras em Barra Mansa(RJ) e convênios com as Prefeituras Municipais de São Carlos(SP) e Juiz de Fora(MG).

Em Juiz de Fora foram concluídas as seguintes intervenções: ponte e acesso à Praça dos Poderes, ponte e acesso à ponte da Tupynambas e ponte e acesso à ponte da Rua Antônio Lagrota.

Em São Carlos a obra encontra-se em fase de revisão de projeto (levantamento de remanescente de obra) para reliciar o empreendimento.

Em Barra Mansa, a obra paralisada, poderá ser retomada a partir da conclusão de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) exigido pelo Ministério Público (MP) que define o papel das partes envolvidas e em específico na construção das casas populares e o fornecimento de demais necessidades.

Tabela 23 – Meta quantitativa regionalizada para adequações ferroviárias em perímetro urbano

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 008C – Realizar 3,00 adequações ferroviárias em perímetro urbano	Unidade	3	0	-	-	-	0	DNIT

Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Região Sudeste	Unidade	3	0	-	-	-	0	DNIT

Fonte: SPO

Objetivo: 1002 – Ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais existentes.

O objetivo de ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais busca atender uma demanda ainda reprimida por transporte ferroviário, necessária e capaz de dar respostas a vários setores, entre eles o industrial e o do agronegócio.

Dentre os trechos ferroviários que serão concedidos, destaca-se o trecho da Ferrovia Norte-Sul, de Porto Nacional/TO a Ouro Verde/GO (incluindo o ramal de acesso ao pátio de Anápolis/GO) e o trecho de Ouro Verde/GO a Estrela D'Oeste/SP.

O modelo de concessão das ferrovias se dará de acordo com as características de cada empreendimento. Em todos os casos, haverá garantia de direito de passagem e tráfego mútuo.

A preservação da qualidade da via férrea construída e ainda não concedida assegura o funcionamento eficiente e eficaz da via permanente, que tem sido alcançado por meio dos serviços de manutenção ferroviária.

Com a execução deste objetivo espera-se uma ampliação de capacidade de tráfego, melhoria da segurança e sinalização da via, integração de novos pátios, construção de novos ramais, modernização da frota ferroviária, aperfeiçoamentos dos processos de manutenção e das atuais concessões ferroviárias federais.

Meta: 017M – Realizar a manutenção permanente de 100% da malha ferroviária sob administração federal.

A malha ferroviária em operação, sob administração federal, compreende atualmente o trecho Palmas/TO – Anápolis/GO (Tramo Central), integrante da Ferrovia Norte-Sul, com extensão total de 855,0 km.

Em 2016, os serviços de manutenção foram realizados em 100% da malha ferroviária, sob administração federal, com o objetivo de conservar a qualidade da infraestrutura e superestrutura do Tramo Central da Ferrovia Norte-Sul.

Foram realizadas, ainda, as seguintes atividades: conservação de passagens de nível, substituição de placas de sinalização, limpeza e lubrificação dos aparelhos de mudança de vias (AMV's), vistorias nas superestruturas ferroviárias, substituição de dormentes, instalação de barreiras defletoras flutuantes, manutenção de bacias de acumulação e infiltração, capina manual, roçada, limpeza de sarjetas e valetas, limpeza mecanizada de vegetação e aceiros.

Além dessas atividades, é mantida equipe de prevenção capaz de atendimentos e monitoramentos ambientais.

Tabela 24 – Metas quantitativas regionalizadas para manutenção permanente de ferrovias

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 017M – Realizar a manutenção permanente de 100% da malha ferroviária sob administração federal.	%	100%	100%	-	-	-	100%	VALEC
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Região Centro-Oeste	%	100%	100%	-	-	-	100%	VALEC
Região Norte	%	100%	100%	-	-	-	100%	VALEC
Região Sudeste	%	100%	100%	-	-	-	100%	VALEC

Fonte: SPO

Meta: 040D – Conceder 1.537,00 km de ferrovias existentes.

A meta de concessão de 1.537,00 km de ferrovias existentes foi definida para ser alcançada por meio da concessão de dois trechos da Ferrovia Norte-Sul (FNS) (EF-151): o primeiro, de Porto Nacional/TO a Ouro Verde/GO (incluindo o ramal de acesso ao pátio de Anápolis/GO) com 855,00 km de extensão, e o segundo, de Ouro Verde/GO a Estrela D’Oeste/SP com 682,00 km de extensão.

Com o avanço dos investimentos realizados em 2016 nas obras do tramo sul da EF-151 (trecho Ouro Verde/GO – Estrela D’Oeste/SP), o conselho do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) passou a considerar a opção de que os dois trechos pudessem ser tratados como um único trecho a ser concedido, entre Porto Nacional/TO e Estrela D’Oeste/SP. A estratégia procurou dar maior atratividade ao novo trecho ampliado. Busca-se consolidar o interesse da participação do capital privado no projeto de concessão da infraestrutura ferroviária. Como consequência, estudos complementares foram demandados e um novo cronograma definido, com previsão de concessão para o segundo semestre de 2017.

Tabela 25 – Metas quantitativas regionalizadas para concessão de ferrovias existentes

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 040D – Conceder 1.537,00 km de ferrovias existentes.	Km	1.537,00	0	-	-	-	0	ANTT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Região Centro-Oeste	Km	1.035,00	0	-	-	-	0	ANTT
Região Norte	Km	333,00	0	-	-	-	0	ANTT
Região Sudeste	Km	169,00	0	-	-	-	0	ANTT

Fonte: SPO

Programa 2086 – Transporte Aquaviário

O Programa de Transporte Aquaviário foi estruturado de forma a dar uma visão integrada das políticas públicas voltadas à ampliação dos serviços de transportes no Brasil e, assim, elenca ações que, no período de 2016-2019, possam fazer frente aos principais desafios do setor.

Diante desse cenário, foram formulados objetivos voltados à adequação da capacidade portuária às demandas de carga e passageiros, ao aprimoramento da governança e da gestão do setor portuário, à melhoria da produtividade do sistema e à promoção da sustentabilidade ambiental das áreas portuárias de portos organizados.

Estão previstas ainda ações direcionadas à expansão da cobertura e ampliação da capacidade da rede de transporte hidroviário no país, assegurando sua disponibilidade e promovendo a modernização da frota mercante.

A estratégia proposta pelo Programa vem ao encontro do crescimento da movimentação observada nos últimos anos nos portos e hidrovias do país.

Por consequência, a navegação de Longo Curso evidenciou um grande aumento na tonelage de carga transportada assim como o transporte por meio da navegação de cabotagem, aquele realizado entre portos ou pontos do território brasileiro utilizando a via marítima ou a interação desta com as vias navegáveis interiores, que também apresentou um crescimento expressivo nos últimos anos.

Diante desse cenário de crescimento na navegação brasileira, alavancado pelo crescimento nas exportações, observou-se a necessidade de adequação da capacidade portuária à demanda de cargas e passageiros, por meio da melhoria nas instalações portuárias e das condições dos acessos aquaviários e terrestres.

Os acessos terrestres são hoje considerados um dos principais gargalos logísticos portuários, sendo sua melhoria uma condição vital para o aumento da eficiência de transporte do modal.

Deste modo, os investimentos na ampliação da capacidade de movimentação de carga de um determinado porto devem ser planejados e implementados de forma integrada aos investimentos em melhoria dos acessos terrestres, considerando ainda a possibilidade de expansão da área ocupada pelo porto.

Para tanto, as iniciativas propostas pelo Programa contemplam obras civis de superestrutura e de infraestrutura de acostagem e abrigo, bem como a execução de obras e serviços de dragagem em alguns portos nacionais. Está prevista também a realização de arrendamentos de áreas operacionais nos portos organizados.

O Governo Federal conduzirá medidas que visem incentivar a modernização da infraestrutura e da gestão portuária, a expansão dos investimentos privados no setor, a redução de custos e o aumento da eficiência, além da retomada da capacidade de planejamento portuário com a reorganização institucional do setor e a integração logística entre modais.

Além das ações voltadas para ampliação e melhoria do sistema portuário brasileiro, o Programa Transporte Aquaviário também contempla iniciativas voltadas à rede fluvial nacional, que, conforme dados do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, possui cerca de 42.000

km de extensão, subdivididos em 28.000 km de vias navegáveis, dos quais cerca de 60% estão localizadas na Bacia Amazônica.

Dos 28.000 km de vias navegáveis, 13.000 km são utilizados economicamente e destes, 9.785 km são utilizados comercialmente. É importante destacar que há cerca de 14.000 km da rede fluvial nacional que dependem de intervenções para se tornarem navegáveis.

Cabe mencionar, portanto, a diferença entre os conceitos de via navegável e hidrovia. O primeiro refere-se aos rios ou superfícies aquáticas que permitem a navegação em condições naturais. O outro, por outro lado, são as vias navegáveis que sofreram intervenções que as tornaram viáveis ao transporte aquaviário em grande escala.

Pelo exposto, apesar do Brasil possuir infraestrutura natural para navegação, a maioria de suas vias navegáveis precisa de intervenções como dragagens para se tornar plenamente navegáveis durante todo o ano.

Além disso, ações como sinalização, balizamento, derrocamento e destocamento são exemplos de intervenções que ampliam a capacidade e tornam as vias mais seguras para a navegação fluvial e lacustre, garantindo assim, redução de acidentes, além do aumento na velocidade média de deslocamento e redução no tempo de viagem.

A modernização, renovação e ampliação da frota mercante brasileira e do parque nacional de estaleiros também se fazem necessários como instrumentos na busca do aumento da participação do modal aquaviário na matriz de transportes do país. Além de contribuir para o aumento da utilização do modal e conseqüentemente, para a redução dos custos de transportes, é um grande incentivo à indústria naval brasileira.

O instrumento central de incentivo é o financiamento a embarcações e construção de estaleiros. Sendo assim, uma das metas previstas no Programa contempla o fomento à contratação de projetos (embarcações e/ou estaleiros) e incentivos voltados à navegação de cabotagem.


Em suma, os objetivos estruturados para o Transporte Aquaviário do Plano Plurianual no período 2016-2019 visam tornar o sistema aquaviário brasileiro mais competitivo frente ao mercado internacional.

Além da busca de torná-lo ambientalmente mais sustentável, o programa vem atuando nos temas de aumento da capacidade de movimentação de cargas e passageiros nos portos e hidrovias, na ampliação do transporte de cabotagem e de navegação interior, na redução dos custos de movimentação portuária, na simplificação de procedimentos administrativos e fiscais de desembaraço de mercadorias, e na garantia da continuidade do funcionamento do sistema aquaviário como um todo.

Tais medidas, em conjunto com o fomento à indústria naval e à renovação da frota, permitirão o aumento na participação do modal na matriz de transportes brasileira, com os desejados efeitos de redução das emissões e diminuição nos custos de transportes.

Segue abaixo Relatório de Gestão – Programa Transporte Aquaviário (2086) retirado do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

Tabela 26 - Programa de transporte

 <p>Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão SOF / SEPLAN / SEST</p>	<p>Relatório de Gestão TCU-Programas Temáticos - Programa - 2086 - Transporte Aquaviário Exercício 2016 - Orgão: 39000 - Ministério dos Transportes</p>
---	---

PROGRAMA: 2086 - Transporte Aquaviário

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)	Dotação/Posição 2016 (LOA + Créditos)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	24.614.033.795	5.482.376.727
Orçamento de Investimentos - OI	1.587.660.768	729.041.892
Recursos Extraorçamentários	9.026.634.780	1.356.000.000
Total	35.228.329.343	7.567.418.619

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2016					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2016)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
122.096.548,17	51.900.843,90	47.639.934,90	4.260.909,00	70.195.704,27	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processados	0,00		0,00	0,00	0,00
Recursos de Restos a Pagar que contribuem para a execução do programa (Calculado a partir das ações que compõem o programa atualmente e que tiveram a classificação programática alterada)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	312.116.927,65	121.292.399,62	120.706.767,16	8.890.544,22	181.881.348,17
Processados	6.059.026,08		6.059.026,08	0,00	0,00
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)					
39000 - Ministério dos Transportes					
Dotação OFSS	164.864.974,00	Dotação OI		Recursos Extraorçamentários	1.356.000.000,00

Fonte: SOF/SEPLAN/SEST

Com relação à execução orçamentária e financeira, vale esclarecer que o quadro demonstrativo acima, denominado “Esfera de Recursos PPA e LOA”, inclui recursos destinados ao setor hidroviário, portuário e também do Fundo da Marinha Mercante. No entanto, no quadro demonstrativo “Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa” foram considerados apenas os recursos do setor hidroviário.

Com base no planejamento anual desta Pasta e tendo em vista o restritivo cenário fiscal, foi definido pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão um limite para compor a programação orçamentária do exercício de 2016, relativas aos setores portuário e hidroviário. Diante do limite atribuído, foram definidos critérios para alocação dos recursos, com a priorização de empreendimentos em fase final de conclusão e aqueles em andamento.

Quanto aos Restos a Pagar do setor hidroviário, constante do quadro “Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa”, o valor executado ainda é significativo, valendo informar que existe uma avaliação contínua dos valores inscritos, de forma reduzi-los num curto espaço de tempo.

Objetivo 0234 – Ampliar a capacidade da rede de transporte hidroviário por meio da melhoria das condições de navegabilidade existentes e da adequação da infraestrutura portuária pública de pequeno porte.

O Brasil apresenta um imenso potencial para utilização e ampliação da navegação fluvial, com 63 mil km de rios, lagos e lagoas, distribuídos em todo o território nacional. No entanto, a navegação comercial ocorre em pouco mais de 13 mil km, com significativa concentração na região Amazônica, local onde a população não dispõe de muitas opções de transportes terrestres. A participação das hidrovias na atual matriz de transporte de cargas é ainda modesta quando comparada com o transporte rodoviário.

No que tange aos aspectos ambientais, o transporte hidroviário possibilita a redução das emissões de gases poluentes causadores do efeito estufa.

Em termos econômicos, a opção hidroviária possibilita a redução de tarifas e fretes na circulação de pessoas e cargas, potencializando diversas atividades produtivas. De forma geral, a literatura técnica aponta que o frete hidroviário para fluxos de minérios e grãos agrícolas, em longas distâncias, é metade do frete ferroviário e cerca de 1/4 do frete rodoviário.

O transporte hidroviário também contribui para a redução do fluxo de caminhões nas rodovias, o que colabora para a diminuição dos acidentes de trânsito, redução de custos hospitalares e dos gastos com a manutenção dos corredores rodoviários já saturados.

Importante mencionar a interação do setor hidroviário com o setor elétrico, de forma a se compatibilizar a navegabilidade nos corredores hidroviários com a construção de novas hidrelétricas, ao se preservar o uso múltiplo das águas.

No Brasil, as hidrovias são utilizadas para transporte de cargas e de passageiros, portanto têm papel importante nas questões estratégicas, econômicas, turísticas e sociais.

Melhorar as condições atuais da estrutura da malha hidroviária brasileira, bem como adequar as instalações portuárias públicas de pequeno porte (IP4) representam a possibilidade do aumento de capacidade operacional – ampliando a quantidade e a qualidade do fornecimento de serviços prestados através das hidrovias.

Meta 043V – Adequar 4 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.

A adequação de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) contribui para a ampliação da capacidade da rede de transporte hidroviário. Como exemplo de ações de adequação de IP4 cita-se: ampliação e proteção da plataforma de atracação, melhoramentos na acostagem, aumento da área do retroporto, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e de instalações gerais e de suprimento.

O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil realizou a contratação emergencial das obras de adequação das IP4 de Humaitá e Manacapuru, concluindo os dois empreendimentos ao longo do ano de 2016.

No que compete à adequação das pontes da IP4 de Parintins, as obras já foram contratadas, mas ainda não iniciadas em 2016. As obras de adequação da instalação portuária de Beruri Pontes ainda não foram contratadas.

Sendo assim, em 2016, foram concluídas duas obras de adequação de Instalações Portuárias Públicas, o que corresponde a 50% da Meta proposta para os quatros anos do Plano Plurianual – PPA 2016-2019.

Tabela 27 - Meta quantitativa regionalizada para adequação de instalações portuárias públicas de pequeno porte

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 043V – Adequar 4 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.	Unidade	4	2	-	-	-	50,00%	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Região Norte	Unidade	4	2	-	-	-	50,00%	DNIT

Fote: SPO

Meta 00F2 – Eliminar 18 pontos críticos em hidrovias.

As vias navegáveis interiores não permitem a navegação ao longo de todo o ano, já que o nível dos rios varia em função da época das cheias ou estiagem. Normalmente, na época de estiagem, quando o nível dos rios é mais baixo, a profundidade em alguns trechos ou a presença de pedrais pode impedir a navegação. A melhoria das condições de navegação existente proporcionará a navegação de embarcações maiores durante o ano todo, respondendo melhor a condições climáticas e hidrológicas desfavoráveis.

Dessa forma, para melhorar as condições de navegabilidade das vias, fazem-se necessárias intervenções de caráter definitivo nos locais ou pontos específicos onde há restrições à navegação das embarcações de maiores dimensões. Pode-se citar: alargamentos de vãos de pontes, proteção de pilares, dragagens de aprofundamento, derrocagens, melhorias de canais e adequações e construções de dispositivos de transposição de desnível.

Na Hidrovia do Tietê, em 2016, foi concluída a obra de ampliação do vão da ponte ferroviária Ayrosa Galvão, na hidrovia Tietê - Paraná. Também foi concluída, em novembro de 2016, a licitação do derrocamento do pedral de Nova Avanhandava, com previsão de assinatura de contrato em 2017. No mesmo ano, foi também iniciada a obra de proteção dos pilares da ponte da rodovia SP-595.

No que se refere às Hidrovias do Sul, em 2016, estavam em fase de conclusão a elaboração do novo projeto básico de sinalização e dragagem da Lagoa Mirim, no estado do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, em 2016, foi concluída uma obra de eliminação de pontos críticos, o que corresponde a 5,6% da Meta proposta para os quatros anos do Plano Plurianual – PPA 2016-2019.

Tabela 28 - Metas quantitativas regionalizadas para eliminação de pontos críticos em hidrovias

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 00F2 – Eliminar 18 pontos críticos em hidrovias.	Unidade	18	1	-	-	-	5,56%	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
Nacional	Unidade	6	0	-	-	-	0	DNIT
Sudeste	Unidade	6	1	-	-	-	16,67%	DNIT
Sul	Unidade	6	0	-	-	-	0	DNIT

Fonte: SPO

Objetivo 0278 – Expandir a cobertura da rede de transporte hidroviário por meio de intervenções nos corredores hidroviários e de novas instalações portuárias públicas de pequeno porte.

O objetivo busca aprimorar a eficiência e a integração dos fluxos dos modos de transporte por meio da ampliação e aumento da capacidade da malha hidroviária nacional.

A gestão do escoamento de cargas e fluxo de passageiros nas hidrovias proporciona novas possibilidades de adaptação para os serviços de transporte, de acordo com as especificidades que cada demanda possui; o resultado é um sistema de transporte mais eficiente.

Os custos do transporte de grandes volumes e cargas pelo modal hidroviário, em geral, são expressivamente inferiores aos custos de outros modais. Possuir uma vasta malha hidroviária operacional é estratégico, pois tende a estabilizar a prática dos preços de transportes em patamar mais adequado, o que favorece o ambiente dos negócios, além de permitir a integração, possibilitando que populações isoladas possam ter acesso a centros econômicos mais estruturados.

Entre as principais hidrovias operacionais brasileiras, destacam-se cinco: Hidrovia Tietê-Paraná, Hidrovia do Solimões-Amazonas, Hidrovia do Madeira, Hidrovia do Tapajós e Hidrovia do Tocantins-Araguaia.

A navegação fluvial no Brasil é avaliada como um sistema de transporte mais barato e limpo, contudo, ainda tem menor participação no total do volume de cargas transportadas pelo Brasil.

Nas hidrovias são transportadas as principais commodities e produtos como: minérios, cascalhos, areia, carvão, ferro, cereais e combustíveis.

Com a implantação de novos terminais, cargas que hoje são exclusivamente transportadas por rodovias e/ou ferrovias podem ter parte do seu trajeto realizado pelo modo hidroviário, ajustando a matriz de transporte de cargas brasileira, aproveitando dessa forma, as vantagens e complementaridades de cada modo de transporte. Para isso, os terminais multimodais devem ser localizados em pontos estratégicos de modo a tornar a logística de transporte o mais eficiente possível.

Torna-se necessário, portanto, fomentar a implantação de terminais (públicos ou privados) nos cruzamentos dos principais corredores hidroviários utilizados para escoamento de carga com as principais rodovias e ferrovias federais, já que, dessa forma, haverá maior possibilidade de ocorrer essa transferência modal.

Para a continuidade do programa de desenvolvimento de transporte aquaviário, de passageiros e misto (passageiros e cargas), na Região Norte, concentrou-se esforços para realizar contratações de projetos de instalações portuárias públicas de pequeno porte (IP4), serviços complementares para as IP4 já existentes e contratação de serviços de engenharia para construção de novas IP4.

Meta 00IL – Implantar 23,00 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.

No exercício de 2016, foram implantadas as Instalações Públicas de Pequeno Porte em Carauari, Manacapuru e Autazes, todas na região Norte do país.

Tabela 29 - Meta quantitativa regionalizada para implantação das instalações portuárias públicas de pequeno porte

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 00IL – Implantar 23,00 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.	Unidade	23	3	-	-	-	13,04%	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
Região Norte	Unidade	23	3	-	-	-	13,04%	DNIT

Fonte: SPO

Meta 0445 – Contratar a construção de 2,00 dispositivos de transposição de nível.

Em 2016, não houve execução da meta proposta. A construção da eclusa de Marabá e de São Luís do Tapajós, ambas no Pará, dependem da análise e aprovação dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA).

Tabela 30 - Meta quantitativa regionalizada para construção de dispositivos de transposição de nível

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 0445 – Contratar a construção de 2,00 dispositivos de transposição de nível.	Unidade	2	0	-	-	-	0	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Região Norte	Unidade	2	0	-	-	-	0	DNIT

Fonte: SPO

Objetivo 1054 – Assegurar a disponibilidade da rede de transporte hidroviário de passageiros e cargas por meio da manutenção e da operação.

A operação e manutenção da rede de transporte hidroviário de forma estruturada e contínua contribuem para uma melhor organização do setor de transportes, elevando padrões de segurança e eficiência dos fluxos de cargas e passageiros com benefícios econômicos e ambientais tangíveis a todos os integrantes da sociedade brasileira.

Para se garantir o fortalecimento dos corredores hidroviários são necessárias intervenções que assegurem sua manutenção, proporcionando melhores condições de segurança à navegação independentemente das condições climáticas e visuais, para minimizar a quantidade de acidentes e otimizar o tempo e o conforto das viagens. Essas intervenções serão do tipo: sinalização e balizamento; limpeza e destocamento; elaboração e disponibilização de cartas náuticas; e dragagem de manutenção.

A manutenção de sinalização e de balizamento se destaca e deve, portanto, ser suportada por uma estrutura organizacional eficiente, moderna e orientada para os fluxos hidroviários sobre as vias aquáticas, seus sistemas de transposição de níveis (eclusas), seus terminais de transbordo e portos de origem e destino.

A disponibilidade da rede hidroviária depende também dos níveis dos rios, de maneira que a hidrovía garanta o calado necessário para a passagem das embarcações. Desse modo, é imprescindível que as intervenções de manutenção sejam executadas no tempo certo, para que mesmo nas épocas hidrológicas críticas o corredor esteja disponível durante o maior período de tempo possível.

Meta 00F3 – Manter 7,00 corredores hidroviários.

Há contratos vigentes de manutenção e melhoramento de corredores hidroviários para as seguintes hidrovias:

- Paraguai: dragagem do Tramo Norte, levantamento hidrográfico, monitoramento ambiental e manutenção da sinalização dos Tramos Norte e Sul;

- Paraná: manutenção do balizamento fixo e flutuante entre São Simão e a barragem de Itaipu e contrato de manutenção e operação das eclusas de Três Irmãos (Tijoá);
- Tocantins: contrato de manutenção e operação das eclusas de Tucuruí;
- Do Sul: dragagem do rio Taquari e realização de estudos técnicos;
- Madeira: em fase de elaboração de cartas náuticas. Em 2016 também foram contratados levantamento hidrográfico, monitoramento ambiental e dragagem de pontos críticos entre Porto Velho e a foz do Amazonas, a se iniciar em 2017;
 - São Francisco: em fase de estudos técnicos;
 - Amazonas: em fase de estudos técnicos.

Há previsão de contratação da manutenção dos corredores hidroviários do São Francisco e Tapajós, bem como o aprimoramento da manutenção das hidrovias do Sul, especialmente para as eclusas.

Tabela 31 - Metas quantitativas regionalizadas para manutenção de corredores hidroviários

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 00F3 – Manter 7,00 corredores hidroviários.	Unidade	7	4	-	-	-	57,14%	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Nacional	Unidade	5	3	-	-	-	60,00%	DNIT
Região Norte	Unidade	1	0	-	-	-	0,00%	DNIT
Região Sul	Unidade	1	1	-	-	-	100,00%	DNIT

Fonte: SPO

Meta 043X – Manter e operar 40 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.

Estão sendo mantidas 40 Instalações Portuárias Pública de Pequeno Porte, localizadas na região Norte, dentro das normas estabelecidas pela Marinha.

Tabela 32 - Metas quantitativas regionalizadas para manutenção e operação de instalações portuárias públicas de pequeno porte

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 043X – Manter e operar 40 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.	Unidade	40	40	-	-	-	100,00%	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Região Norte	Unidade	40	40	-	-	-	100,00%	DNIT

Meta 04LQ – Melhorar ou implantar sinalização em 7,00 hidrovias.

Em 2016 estavam sendo realizados os Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTEA) das hidrovias do São Francisco; Paraguai; Paraná; Madeira; Tocantins; do Sul e Tapajós.

As sinalizações nas hidrovias do Madeira e do Paraguai estão sendo mantidas por meio de Termo de Compromisso com a Marinha. Na hidrovia do Paraná, existe contrato de sinalização gerenciado pela Administração Hidroviária. Quanto à hidrovia do Tocantins, estão sendo realizados estudos e a sinalização é efetiva na barragem do Tucuruí. Na hidrovia do Sul, a dragagem do rio Taquari é mantida pela Administração Hidroviária.

No rio Tapajós, entre a sua foz e o município de Itaituba, já existe um projeto homologado pela Marinha do Brasil e que atualmente está sendo analisado para uma futura licitação, após a conclusão do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA). No rio São Francisco, foram feitas manutenções pontuais em pequenos trechos. Entretanto a estiagem que vem dificultando a navegação e a não conclusão do EVTEA da Hidrovia do São Francisco, impossibilitaram implantações e melhorias na sinalização. Dessa forma, nas hidrovias do São Francisco e do Tapajós estão sendo concluídos os EVTEA, o que possibilitará a apresentação da necessidade em sinalização, monitoramento ambiental, dragagem e batimetria.

Tabela 33 - Metas quantitativas regionalizadas para melhorias ou implantação de sinalização em hidrovias

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 04LQ – Melhorar ou implantar sinalização em 7,00 hidrovias.	Unidade	7	5	-	-	-	71,43%	DNIT
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Nacional	Unidade	5	3	-	-	-	60,00%	DNIT
Região Norte	Unidade	1	1	-	-	-	100,00%	DNIT
Região Sul	Unidade	1	1	-	-	-	100,00%	DNIT

Objetivo 0757 – Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira de longo curso, de cabotagem e navegação interior e o parque nacional de estaleiros, por meio de concessão de financiamento com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A Modernização, renovação e ampliação da frota mercante brasileira de longo curso, de cabotagem e navegação interior e do parque nacional de estaleiros, por meio de concessão de financiamento com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), busca ampliar a participação do transporte aquaviário na matriz de transporte brasileira, planejada para avançar de um patamar avaliado em 13% de participação (dados do PNL T – 2011) para 29% até 2025.

Apesar de integrar a oitava maior economia do planeta, nossa frota mercante naval ocupava em 2010 a 45ª posição no ranking mundial. O atual cenário é desafiador, pois o patamar em que se

situa a disponibilidade do transporte aquaviário nacional ainda não é o ideal, e induz a que as empresas brasileiras busquem alternativas por modais complementares de transporte ou afretem embarcações estrangeiras, com maior pressão sobre o saldo de nossa balança comercial.

Para a superação dos desafios, é necessário e fundamental que a ampliação e modernização da frota nacional avancem com qualidade e eficiência produtivas.

O fomento à modernização, renovação e ampliação da frota mercante brasileira e do parque nacional de estaleiros é uma estratégia adotada para a indústria naval brasileira, apoiada pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM).

O FMM é um fundo de natureza contábil destinado a prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileira, conforme descrito no artigo 22 da Lei 10.893, de 10 de julho de 2004. É administrado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), tendo como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os demais bancos oficiais brasileiros.

São oito as fontes de recursos do FMM:

- Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM);
- As dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas no Orçamento Geral da União;
- Os valores de importância que lhe sejam destinados em lei;
- O produto do retorno das operações de financiamento concedido e outras receitas resultantes de aplicações financeiras;
- Os provenientes de empréstimos contraídos no País e no exterior;
- As receitas provenientes de multas aplicadas por infrações de lei, normas, regulamentos e resoluções referentes à arrecadação do AFRMM;
- Reversão dos saldos anuais não aplicados; e
- Receitas de outras fontes.

Foram estabelecidas as seguintes prioridades de aplicação de recursos, para contribuir na consolidação do setor industrial naval nacional:

I - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros com ênfase na navegação de cabotagem e navegação interior observando aspectos de segurança, conforto, regularidade, eficiência, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas;

II - Priorizar investimentos em setores estratégicos da economia brasileira, alinhados com a Política de Petróleo, Gás e Combustíveis, Política de Desenvolvimento Produtivo e Política de Desenvolvimento Agrícola;

III - Ampliar o acesso das empresas ao Fundo da Marinha Mercante, diversificando sua utilização;

IV - Promover a inovação tecnológica no setor aquaviário por meio do fomento a programas de Pesquisa e Desenvolvimento e parcerias com instituições de pesquisa;

V - Apoiar iniciativas públicas e privadas de treinamento e capacitação no sentido de elevar a quantidade e o nível de formação dos recursos humanos do setor aquaviário;

VI – Apoiar a Marinha do Brasil na formação de tripulação para as embarcações brasileiras;

VII - Contribuir para a redução das emissões de gases poluentes no setor transportes, por meio do fomento à navegação interior e de cabotagem;

VIII – Fomentar a segurança do transporte aquaviário de cargas e passageiros por meio do financiamento de embarcações mais modernas e seguras;

IX – Promover, difundir e divulgar as vantagens ambientais, econômicas e sociais do transporte aquaviário junto ao setor privado; e

X – Apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva nacional do setor naval.

Portanto, os recursos do FMM se destinam a qualificar a indústria de construção naval, seus projetos e pesquisas, e formação de recursos humanos que contribuam para o desenvolvimento das atividades produtivas brasileiras com impulso do transporte hidroviário de passageiros e cargas, resgate da cabotagem e o fortalecimento da participação da bandeira brasileira no comércio exterior.

Meta 0444 – Fomentar a construção de 10 embarcações destinadas à cabotagem.

No âmbito da navegação de cabotagem, a frota mercante brasileira foi incrementada pela conclusão da construção de três gaseiros e um petroleiro SUEZMAX, integrantes do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef), e a conclusão de um navio graneleiro.

Sendo assim, em 2016 já foi executado 50% da meta proposta para o PPA 2016-2019.

Tabela 34 - Metas quantitativas regionalizadas para construção de embarcações destinadas à cabotagem

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 0444 – Fomentar a construção de 10 embarcações destinadas à cabotagem.	Unidade	10	5	-	-	-	50,00%	FMM
Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Região Nordeste	Unidade	5	4	-	-	-	80,00%	FMM
Região Sudeste	Unidade	5	1	-	-	-	20,00%	FMM

Fonte: SPO

Meta 02IW – Fomentar a contratação de R\$ 14 bilhões em projetos (embarcações e/ou estaleiros) financiados com recursos do FMM.

Em 2016 foram concluídas as obras de 119 embarcações que contam com apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante. Dentre estas, vale destacar a conclusão de 76 barcas e cinco empurradores que aumentaram a frota nacional de navegação interior e cinco navios destinados à cabotagem.

As barcas e empurradores destinam-se, em sua maioria, ao escoamento da produção de grãos pelo arco norte, proporcionando redução dos custos de transporte dos produtores, do fluxo de caminhões, do número de acidentes e dos custos de manutenção nas rodovias.

Em 2016, foram contratados pelos agentes financeiros do FMM R\$ 1 bilhão de novos financiamentos para a construção de embarcações e ampliação de estaleiros. Dos valores contratados em 2016, alguns contratos já entraram em eficácia, ou seja, já houve liberação de recursos. Todavia, a maioria dos contratos refletirá desembolsos ao longo dos próximos anos.

Para os próximos anos pretende-se estimular a contratação de novos financiamentos por meio de divulgação da linha de crédito do FMM, aprimoramento da gestão dos recursos e estreitamento de relacionamento com os agentes financeiros e postulantes.

Tabela 35 - Metas quantitativas para contratação de projetos financiados pelo FMM

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista PPA 2016-2019	Meta Realizada até				% da meta total 2016-2019 realizada acumulado	Instituição responsável pela apuração
			2016	2017	2018	2019		
Meta: 02IW – Fomentar a contratação de R\$ 14 bilhões em projetos (embarcações e/ou estaleiros) financiados com recursos do FMM.	Bilhões	14	1	-	-	-	7,14%	FMM

Fonte: SPO

3.3.2. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ações relacionadas a Programa Temático do PPA

Os quadros 3.3.2.1, a seguir, relacionam as ações vinculadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da Unidade Prestadora de Contas.

Quadro 3.3.2.1 – Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS

Identificação da Ação						
Código	12JP		Tipo:			
Título	Apoio a Construção do Rodoanel – Trecho Norte – No Estado de São Paulo					
Iniciativa	00B1- Construção do Rodoanel de São Paulo					
Objetivo	Ordenar o tráfego rodoviário nos perímetros urbanos, com a construção de contornos , anéis e travessias urbanas e outras intervenções. Código: 0136					
Programa	Transporte Terrestre		Código: 2087		Tipo:	
Unidade Orçamentária	Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não		Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
170.000.000	170.000.000	170.000.000	161.000.000	161.000.000	3.280.477	6.145.419
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	9.425.895,46	0,00	Não se aplica			

Identificação da Ação	
Código	14KV Tipo:
Título	Apoio a implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tiete/SP

Iniciativa	00Q8 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê e afluentes					
Objetivo	Ampliar a capacidade da rede de transporte hidroviário por meio da melhoria das condições de navegabilidade existentes e da adequação da infraestrutura portuária pública de pequeno porte. Código: 0234					
Programa	Transporte Aquaviário		Código: 2086		Tipo:	
Unidade Orçamentária	Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
36.290.278	6.832.717	3.345.512	1.588.644	1.159.330	1.297.513	48.858.280
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	50.155.792,98	0,00	Não se aplica			

Fonte: SPO

Ações do Orçamento de Investimento – OI

Os quadros 3.3.2.2, a seguir, relacionam as ações do orçamento de investimento.

Quadro 3.3.2.2 – Ações do orçamento de investimento

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral () Parcial					
Código	26.122.0807.4101.0021		Tipo: Manutenção			
Título	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis, no Estado do Maranhão – MA					
*Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Código: 0807 Tipo:					
Unidade Orçamentária	39.214					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
40.000	40.000	39.448				
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Não há meta física						

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Identificação da Ação						
<input type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial						
26.122.0807.4102.0021			Tipo: Manutenção			
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos, no Estado do Maranhão – MA						
Código:						
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais						
Código: 0807			Tipo:			
39.214						
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.000	0	9.248				
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
Não há meta física				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação						
<input type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial						
26.122.0807.4103.0021			Tipo: Manutenção			
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, no Estado do Maranhão – MA						
Código:						
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais						
Código: 0807			Tipo:			
39.214						
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária do exercício						

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
25.000	0	8.672				
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Não há meta física						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SPO

3.3.3. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Em função dos ajustes fiscais que vem ocorrendo no país, os contingenciamentos de limites orçamentário e financeiro prejudicaram um melhor desempenho.

3.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 3.3.4.1 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016	Pagamento		Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016
	(a)	(b)		(c)	(d) = (a-b-c)
2013	956.101,87	956.101,87		0,00	0,00
2014	1.297.513,24	1.297.513,24		0,00	0,00
2015	2.557.341,04	2.557.341,04		0,00	0,00
TOTAL RP PROC	4.810.956,15	4.810.956,15		0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016	Liquidados	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e-g-h)
2010	54.806,50	0,00	0,00	54.806,50	0,00
2012	10.921.544,36	0,00	0,00	0,00	10.921.544,36
2013	50.397.541,26	15.446.308,15	15.446.308,15	62.009,10	34.889.224,01
2014	137.686.796,88	33.727.664,07	33.727.664,07	6.477.535,16	97.481.597,65
2015	37.731.898,84	16.815.973,03	16.815.973,03	2.097.442,57	18.818.483,24

TOTAL RP NÃO PROC	236.792.587,84	65.989.945,25	65.989.945,25	8.691.793,33	162.110.849,26
--------------------------	-----------------------	----------------------	----------------------	---------------------	-----------------------

Fonte: SPO/SAAD

Análise Crítica

Além dos valores acima demonstrados consta registrado na conta contábil 6.3.1.1.0.00.00 Restos a Pagar Não Processados a Liquidar o valor de R\$ 3.852.711,83, referente ao saldo de créditos recebidos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários- ANTAQ e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para campanhas publicitárias, com empenhos em nome de Link/Bagg Comunicação e Propaganda Ltda.

Foi cancelado no exercício de 2016 o montante de R\$ 8.691.793,33 de restos a pagar não processados a liquidar de exercícios anteriores, devido encerramentos de contratos, falta de justificativa para execução das despesas, em atenção ao decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

Os saldos dos exercícios de 2012 a 2014 no montante de R\$ 143.292.366,02, encontra-se em análise para verificação da possibilidade de cancelamento no exercício de 2017 juntamente com os dos exercícios de 2015 e 2016.

3.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos

Este item tem por objetivo informar sobre a descentralização de recursos da UPC para outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, consórcios públicos e Entes da Federação para a execução de ações ou atividades de responsabilidade da UPC.

Os quadros 3.3.5.1, a seguir, demonstram o resumo dos instrumentos e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios das unidades concedentes ou contratantes.

Quadro 3.3.5.1 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (SAAD)

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD)					
UG/GESTÃO:	390004/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						
Contrato de repasse						
Descentralização			01	15.000,00		266.101,23
Totais	01	0	01	15.000,00		266.101,23

Fonte: SIAFI:

O Quadro acima trata dos seguintes termos: (i) Termo de Cooperação Técnica nº 677250, firmado com a Universidade Federal do Pará – UFPA, para apoio metodológico e realização de mapeamento de competência e avaliação de clima organizacional do Ministério dos Transportes, mediante descentralização de recursos. O responsável pelo acompanhamento técnico e prestação de recursos é a COGEP/MT; (i) Termo de Cooperação Técnica nº 688067 firmado com o Ministério das Relações Exteriores, para apoio a visitas/missões oficiais no exterior do Ministro dos

Transportes, Portos e Aviação Civil. O responsável pelo acompanhamento da utilização dos recursos é a Secretaria Executiva.

Quadro 3.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (SPNT)

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Secretaria de Política Nacional de Transportes (SPNT)					
UG/GESTÃO:	390004/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						
Contrato de repasse						
Descentralização		02	03	1.200.761,23	3.194.604,89	4.584.988,71
Totais		02	03	1.200.761,23	3.194.604,89	4.584.988,71

Fonte: SIAFI

O quadro acima trata dos seguintes termos:

(i) Termo de Cooperação Técnica nº 682373, firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para atualização da política ambiental do Ministério dos Transportes;

(ii) Termo de Cooperação Técnica nº 677344, firmado com a Universidade do Rio de Janeiro – UFRJ, trata da elaboração de Estudo e Pesquisa para Desenvolvimento de Metodologia para Implementação de Centros de Integração Logística – CIL;

(iii) Termo de Cooperação Técnica nº 673370 firmado com a Universidade Federal Fluminense – UFF, Elaboração de Estudo e Pesquisas, de natureza Tecnológica e Econômica em subsidio ao Aprimoramento da Política de outorgas de Rodovias Federais. A unidade responsável pelo acompanhamento técnico e prestação de recursos é a SPNT/MT;

(iv) Termo de Cooperação Técnica nº 682372, firmado com a Universidade Federal Fluminense – UFF, Contratação de serviços técnicos especializados para o Desenvolvimento de Modelos de Documentos Eletrônicos aplicados aos processos logísticos com ênfase em Comércio Exterior de Carga Conteneirizada.

A unidade responsável pelo acompanhamento técnico e prestação de contas dos recursos é a Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT.

Quadro 3.3.5.1 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (COGEP)

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)					
UG/GESTÃO:	390007/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	01	01	01	30.835.793,99	32.518.991,63	36.783.422,00
Contrato de repasse						
Descentralização						
Totais	01	01	01	30.835.793,99	32.518.991,63	36.783.422,00

Fonte: SIAFI

O quadro acima trata de convênio firmado com a Fundação Geap Autogestão em Saúde, a fim de proporcionar aos servidores do Ministério, ativos ou inativos e seus respectivos grupos familiares definidos, bem como aos pensionistas, a possibilidade de ingresso em plano de saúde.

Quadro 3.3.5.2 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres (SAAD)

Unidade Concedente					
Nome: Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD)					
UG/GESTÃO: 390004/00001					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Descentralização
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			02
		Montante Repassado			281.101,23
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI

Deste total, R\$ 266.101,23 se referente ao Termo de Cooperação Técnica nº 677250, firmado com a Universidade Federal do Pará – UFPA, para apoio metodológico e realização de mapeamento de competência e avaliação de clima organizacional do Ministério dos Transportes, mediante descentralização de recursos.

O responsável pelo acompanhamento técnico e prestação de recursos é a COGEP/MT. O valor de R\$ 15.000,00, se refere ao Termo de Cooperação Técnica nº 688067, firmado com o Ministério das Relações Exteriores, para apoio a visitas/missões oficiais no exterior do Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil. A unidade responsável pelo acompanhamento da utilização dos recursos é a Secretaria Executiva. O Termo foi cancelado com a devolução dos recursos.

Quadro 3.3.5.2 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres (SPNT)

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Política Nacional de Transportes (SPNT)					
UG/GESTÃO: 390004/00001					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Descentralização
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			02
		Montante Repassado			6.306.475,40
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI

Deste total R\$ 1.921.218,45 se refere ao Termo de Cooperação Técnica nº 682373, firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para atualização da política ambiental do Ministério dos Transportes, e R\$ 4.385.256,95 é referente ao Termo de Cooperação Técnica nº 677344, firmado com a Universidade do Rio de Janeiro – UFRJ, trata da elaboração de Estudo e Pesquisa para Desenvolvimento de Metodologia para Implementação de Centros de Integração Logística – CIL. A unidade responsável pelo acompanhamento técnico e prestação de recursos é a SPNT.

O Quadro abaixo de número 3.3.5.2 demonstra o resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse das Unidades Concedentes.

Quadro 3.3.5.2 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres (COGEP)

Unidade Concedente					
Nome: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)					
UG/GESTÃO: 390007/00001					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	01		
		Montante Repassado	30.835.793,99		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI

O quadro acima trata de convênio firmado com a Fundação Geap Autogestão em Saúde a fim de proporcionar aos servidores do Ministério, ativos ou inativos e seus respectivos grupos familiares definidos, bem como aos pensionistas, a possibilidade de ingresso em plano de saúde.

O Quadro abaixo demonstra a situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão das Unidades Concedentes ou Contratantes.

Quadro 3.3.5.3 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão (SAAD)

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD)				
UG/GESTÃO: 390004/00001				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Descentralização
Contas analisadas	Quantidade aprovada			02
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			

	Montante repassado (R\$)			281.101,23
Contas NÃO analisadas	Quantidade			
	Montante repassado (R\$)			

Fonte: SIAFI

Deste total, R\$ 266.101,23 se referente ao Termo de Cooperação Técnica nº 677250, firmado com a Universidade Federal do Pará – UFPA, para apoio metodológico e realização de mapeamento de competência e avaliação de clima organizacional do Ministério dos Transportes, mediante descentralização de recursos. O responsável pelo acompanhamento técnico e prestação de recursos é a COGEP/MT. O valor de R\$ 15.000,00, se refere ao Termo de Cooperação Técnica nº 688067, firmado com o Ministério das Relações Exteriores, para apoio a visitas/missões oficiais no exterior do Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil. A unidade responsável pelo acompanhamento da utilização dos recursos é a Secretaria Executiva. O Termo foi cancelado com a devolução dos recursos

Quadro 3.3.5.3 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão (SPNT)

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: SECRETARIA DE POLÍTICA NACIONAL DE TRANSPORTES (SPNT)				
UG/GESTÃO: 390004/00001				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Descentralização
Contas analisadas	Quantidade aprovada			02
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)			6.306.475,40
Contas NÃO analisadas	Quantidade			
	Montante repassado (R\$)			

Fonte: SIAFI

Deste total R\$ 1.921.218,45 se refere ao Termo de Cooperação Técnica nº 682373, firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para atualização da política ambiental do Ministério dos Transportes, e R\$ 4.385.256,95 é referente ao Termo de Cooperação Técnica nº 677344, firmado com a Universidade do Rio de Janeiro – UFRJ, trata da elaboração de Estudo e Pesquisa para Desenvolvimento de Metodologia para Implementação de Centros de Integração Logística – CIL. A unidade responsável pelo acompanhamento técnico e prestação de recursos é a SPNT.

Quadro 3.3.5.3 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão (COGEP)

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)			
UG/GESTÃO: 390007/00001			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios	Contratos de repasse

Contas analisadas	Quantidade aprovada	01		
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)	30.835.793,99		
Contas NÃO analisadas	Quantidade			
	Montante repassado (R\$)			

Fonte: SIAFI

O quadro acima trata de convênio firmado com a Fundação Geap Autogestão em Saúde a fim de proporcionar aos servidores do Ministério, ativos ou inativos e seus respectivos grupos familiares definidos, bem como aos pensionistas, a possibilidade de ingresso em plano de saúde.

Quadro 3.3.5.4. – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos (SPNT)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Política Nacional de Transportes (SPNT)					
UG/GESTÃO: 390004/00001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					
Contratos de repasse					
Termo de Cooperação					238.765,15
...					

Fonte: SIAFI

O quadro acima se refere ao Termo de Cooperação Técnica nº 682372, firmado com a Universidade Federal Fluminense – UFF, Contratação de serviços técnicos especializados para o Desenvolvimento de Modelos de Documentos Eletrônicos aplicados aos processos logísticos com ênfase em Comércio Exterior de Carga Conteneirizada. A unidade responsável pelo acompanhamento técnico e prestação de contas é a SPNT.

Análise Crítica

Não ocorreram irregularidades sobre as transferências de recursos realizadas por esta UPC no exercício de referência do Relatório de Gestão. As prestações de contas ocorreram de forma regular e dentro do prazo previsto.

3.3.6. Informações sobre a execução das despesas

Este item tem por objetivo demonstrar, de forma sucinta e gerencial, a consolidação da execução da despesa pelas unidades gestoras (UG) que compõem o contexto da unidade prestadora da conta (UPC).

Quadro 3.3.6.1 – Despesa por modalidade de contratação

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: 39101: Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil									Código da UO: 39101		UGO: 39000	
Modalidade de Contratação	Despesas Empenhadas				Despesas Liquidadas				Despesas Pagas			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	80.247.227,86	2,38	70.627.459,76	2,20	51.447.128,57	1,54	48.726.252,91	1,53	51.003.903,91	1,53	46.168.911,87	1,45
c) Concorrência	13.528.990,00	0,40	15.600.000,00	0,49	1.542.527,33	0,05	2.591.351,37	0,08	1.542.527,33	0,05	34.010,33	0,00
d) Pregão	63.372.725,86	1,88	55.027.459,76	1,71	48.315.957,05	1,45	46.134.901,54	1,45	48.302.046,82	1,45	46.134.901,54	1,45
g) Regime Diferenciado de Contratação	3.345.512,00	0,10	0,00	0,00	1.588.644,19	0,05	0,00	0,00	1.159.329,76	0,03	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	5.650.666,53	0,17	7.221.132,11	0,22	4.173.195,94	0,13	4.510.518,45	0,14	4.173.195,94	0,13	4.510.518,45	0,14
h) Dispensa	2.948.180,88	0,09	5.297.314,58	0,16	2.430.413,79	0,07	3.017.717,34	0,10	2.430.413,79	0,07	3.017.717,34	0,10
i) Inexigibilidade	2.702.485,65	0,08	1.923.817,53	0,06	1.742.782,15	0,05	1.492.801,11	0,05	1.742.782,15	0,05	1.492.801,11	0,05
3. Regime de Execução Especial (j)	36.162,59	0,00	67.350,79	0,00	36.162,59	0,00	67.350,79	0,00	36.162,59	0,00	67.350,79	0,00
j) Suprimento de Fundos	36.162,59	0,00	67.350,79	0,00	36.162,59	0,00	67.350,79	0,00	36.162,59	0,00	67.350,79	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.061.632.692,75	90,79	3.068.469.688,35	95,48	3.059.721.650,80	91,68	3.066.629.223,50	96,56	3.059.209.048,72	91,70	3.066.629.223,50	96,63
k) Pessoal	3.061.258.647,39	90,78	3.068.241.026,20	95,47	3.059.347.605,44	91,67	3.066.400.561,35	96,55	3.058.835.003,36	91,69	3.066.400.561,35	96,63
l) Diárias	374.045,36	0,01	228.662,15	0,01	374.045,36	0,01	228.662,15	0,01	374.045,36	0,01	228.662,15	0,01
5. Outros	224.767.179,79	6,67	67.376.432,92	2,10	221.845.984,36	6,65	56.096.819,44	1,77	221.792.569,17	6,65	56.096.819,44	1,77
6. Total (1+2+3+4+5)	3.372.333.929,52	100,00	3.213.762.063,93	100,00	3.337.224.122,26	100,00	3.176.030.165,09	100,00	3.336.214.880,33	100,00	3.173.472.824,05	100,00

Fonte: SIAF/Tesouro Gerencial

Quadro 3.3.6.2 - Despesa por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil				CÓDIGO DA UO: 39101			UGO: 39000	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Paga		Despesas Inscritas em Rp Não Processados	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	3.061.258.647,39	3.068.241.026,20	3.059.347.605,44	3.066.400.561,35	3.058.835.003,36	3.066.400.561,35	1.911.041,95	1.840.464,85
03-Pensões RPPS	2.051.744.510,57	2.023.014.148,42	2.051.615.858,15	2.023.014.148,42	2.051.615.858,15	2.023.014.148,42	128.652,42	-
01-Aposentadoria RPPS	808.789.913,34	865.435.341,26	808.366.293,20	865.197.003,64	808.363.863,47	865.197.003,64	423.620,14	238.337,62
11-Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal civil	110.441.104,86	110.765.179,36	110.331.118,70	110.256.908,96	110.331.118,70	110.256.908,96	109.986,16	508.270,40
Demais elementos do grupo	90.283.118,62	69.026.357,16	89.034.335,39	67.932.500,33	88.524.163,04	67.932.500,33	1.248.783,23	1.093.856,83
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	132.046.025,16	121.114.665,54	109.694.857,66	107.044.172,95	109.627.532,24	107.044.172,95	22.351.167,50	14.070.492,59
37-Locação de mão de obra	45.621.577,19	39.547.782,49	36.057.921,29	34.655.586,18	36.057.921,29	34.655.586,18	9.563.655,90	4.892.196,31
93-Indenizações e Restituições	36.703.690,58	33.350.865,69	34.930.095,95	32.925.967,39	34.882.328,73	32.925.967,39	1.773.594,63	424.898,30
39-Outros serviços de terceiros PJ	23.712.649,06	23.546.158,43	14.537.873,53	16.391.784,44	14.523.963,30	16.391.784,44	9.174.775,53	7.154.373,99
Demais elementos do grupo	26.008.108,33	24.669.858,93	24.168.966,89	23.070.834,94	24.163.318,92	23.070.834,94	1.839.141,44	1.599.023,99

DESPESAS DE CAPITAL

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Paga		Despesas Inscritas em Rp Não Processados	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	179.029.256,97	24.406.372,19	168.181.659,16	2.585.430,79	167.752.344,73	28.089,75	10.847.597,81	21.820.941,40
51-Obras e instalações	161.000.000,00	9.608.000,00	161.000.000,00	-	161.000.000,00	-	-	9.608.000,00
35-Serviço de Consultoria	9.000.000,00	13.500.000,00	-	2.557.341,04	-	-	9.000.000,00	10.942.658,96
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Op. Int. Orç.	5.892.388,00	-	4.050.820,19	-	3.621.505,76	-	1.841.567,81	-
52-Equipamentos e material permanente	3.136.868,97	1.298.372,19	3.130.838,97	28.089,75	3.130.838,97	28.089,75	6.030,00	1.270.282,44
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.372.333.929,52	3.213.762.063,93	3.337.224.122,26	3.176.030.165,09	3.336.214.880,33	3.173.472.824,05	35.109.807,26	37.731.898,84

Fonte: Serviço de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal – SEOF/COGEP

Análise Crítica

Não ocorreu variação relevante nas modalidades de contratações no exercício de 2016. A modalidade de contratação pregão foi priorizada, as contratações nas modalidades de contratações diretas (dispensa e inexigibilidade) e pelo regime de execução especial (suprimento de fundos) apresentaram movimentação compatíveis com as contratações do MTPA no exercício, mantendo praticamente a proporcionalidade do exercício anterior. A modalidade Outros foi o que apresentou maior variação devido a despesas com a obra do Rodoanel de São Paulo.

As despesas empenhadas no exercício de 2016 totalizaram R\$ 3.372.333.929,52, representando um acréscimo de 4,93% em comparação com o exercício de 2015, compatível com os acréscimos das repactuações dos contratos de serviços contínuos e reajustes de salariais.

No tocante as despesas com pessoal, considerando a revisão da tabela remuneratória dos servidores, aposentados e pensionistas deste Ministério, conforme disposto na Lei 13.324, de 29 de julho de 2016, que fixou o reajuste de carreiras específicas para os exercícios de 2015 a 2017, incluindo os cargos integrantes no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), cargos comissionados, funções de confiança, funções gratificadas e gratificações, houve um aumento de despesas proporcional aos valores aprovados na referida Lei.

As despesas de investimentos nos grupos obras e instalações e serviços de consultoria referem-se às descentralizações ocorridas para a UG 390003 (DNIT), para apoio a execução da obra do rodoanel de São Paulo. As demais despesas de investimentos apresentaram acréscimo no exercício de 2016 em comparação com 2015, devido basicamente a aquisição de software para solução de gerenciamento de portfólio e projetos, contratos administrativos e subsistema de armazenamento de alta disponibilidade.

3.3.7. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 3.3.7.1 – Concessão de Suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	39004	CGRL			06	102.000,00	30.000,00
2015	39004	CGRL			06	102.000,00	30.000,00
2014	39004	CGRL			08	120.000,00	40.000,00

Fonte: SIAFI

Quadro 3.3.7.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	390004	CGRL			17	7.780,40	28.340,70	36.121,10
2015	390004	CGRL			30	11.852,24	52.165,22	64.017,46
2014	390004	CGRL			31	10.980,00	46.086,83	57.066,83

Fonte: SIAFI

Quadro 3.3.7.3– Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
390004	CGRL	339030	96	25.756,89
		339039	96	14.587,41

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

No exercício de 2016, a UPC utilizou somente o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), para pagamento de despesas por suprimento de Fundos.

A UPC segue as determinações constantes na Instrução Normativa nº 01, de 04/06/2008, quanto a indicação de pessoas autorizadas a utilizar CPGF, quanto ao prazo de prestação de contas e documentação comprobatória.

O valor concedido no exercício de 2016 foi de R\$ 102.000,00, sendo mantido o valor do exercício anterior. Os gastos totais no exercício de 2016 totalizaram R\$ 36.121,10, inferior em 43,57% em comparação com o exercício de 2015.

A composição dos gastos com suprimento de fundo no exercício de 2016 está considerando o valor de R\$ 4.223,20, correspondente a 02 faturas do cartão de pagamento do Governo Federal de competência do exercício com vencimento em janeiro/2017.

3.4. Desempenho operacional

No exercício de 2016, foram apresentadas diversas informações gerenciais que permitiram tomadas de decisões para a definição de prioridades e implementações das políticas públicas do Governo para o setor transportes.

Destacam-se os resultados alcançados por meio do Fórum de Desempenho do Ministério dos Transportes. Foram analisadas as despesas inscritas em restos a pagar, onde foram cancelados R\$ 886,0 milhões, de um montante inscrito de 12.224,4 e, a busca de melhoria na gestão dos processos que envolvem a redução dos prazos entre a realização das obras/serviços, atestação das despesas e o efetivo pagamento.

No início do Exercício de 2016, foi apresentada a demanda e a capacidade de realização de uma possível meta de R\$ 13,8 bilhões; porém diante do cenário político e financeiro exposto pelo Ministério do Planejamento e Orçamento – MP e pelo Ministério da Fazenda – MF, foi redimensionada a meta para R\$ 10,7 bilhões e para tanto foi necessário realizar cortes orçamentários e financeiros em todas as Unidades deste MT, sendo necessário um acompanhamento diário dos gastos das Unidades.

Porém a partir do mês de junho houve remanejamentos e ampliações dos Limites de Pagamento do Ministério elevando a R\$ 12,4 bilhões.

Portanto, no que se refere ao cumprimento da meta de desempenho da execução financeira anual, estabelecida para o ano de 2016, no valor de R\$ 10,7 bilhões, foram pagos R\$ 12,3 bilhões, o que representa mais de 100 % da meta fixada.

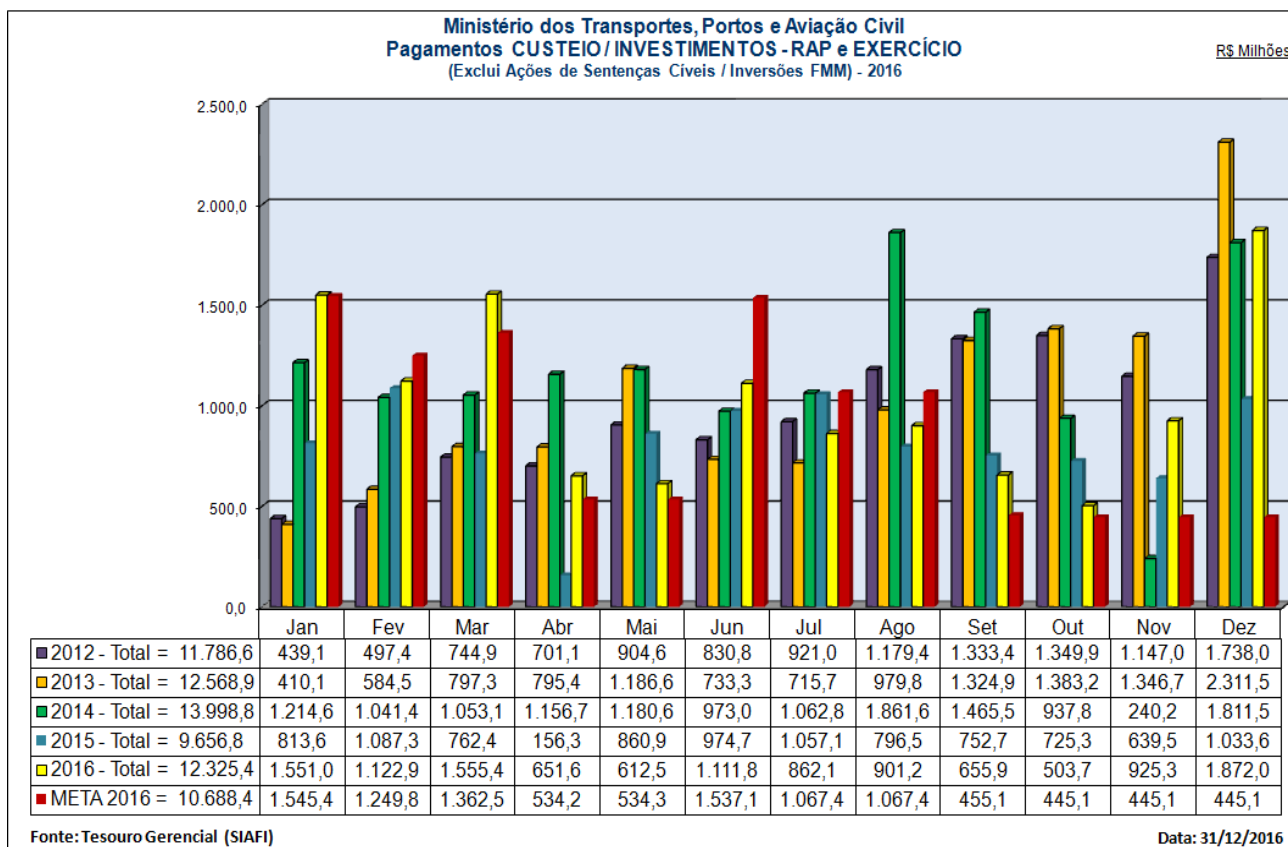


Figura 4 – Pagamentos: Custeio /Investimento – Rap e Exercício. Fonte: SPO

No quesito elaboração da proposta orçamentária anual, foram observados todos os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual - PPA 2016-2020, bem como nas disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2016.

Com relação aos limites orçamentários e financeiros destinados às dotações de Custeio, Capital e Inversões Financeiras, foram observados os referenciais definidos por meio do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, DOU de 12/02/2016, Seção I e alterações posteriores.

No tocante às atribuições do Decreto nº 6.976, de 07/10/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal, a Coordenação de Contabilidade, da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade desta Subsecretaria, procedeu à elaboração sistemática de relatórios com informações e orientações a respeito das análises realizadas nas contas contábeis das Unidades Gestoras subordinadas ao Órgão Superior – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Esses relatórios foram encaminhados pelo titular da SPO aos responsáveis por aquelas Unidades, com vistas às regularizações das restrições contábeis durante o exercício, evitando, dessa forma, incompatibilidades nos Balanços dos Órgãos e, conseqüentemente, no Balanço Geral da União.

Vale ressaltar que no exercício de 2016 foi encerrado de forma satisfatória e não houve registro de restrição contábil no Balanço Geral da União referente ao Órgão 39000 – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

A execução orçamentária para o exercício de 2016, no que se refere a Outras Despesas Correntes - Custeio e Capital, considerando as disposições contidas no Decreto nº 8.670/2016 e suas alterações, representou 64% do orçamento aprovado pela Lei nº 13.255, publicada em 15 de janeiro de 2016 e seus créditos adicionais, mais Restos a Pagar, conforme demonstrativo adiante indicado.

No que se refere ao limite para pagamento, concedido pelo citado Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, DOU de 12/02/2016, Seção I, e alterações posteriores, foram destinados à programação financeira das entidades vinculadas a este Órgão, por meio de cotas mensais, 83% do limite para movimentação de empenho, mais Restos a Pagar, sendo importante esclarecer que os recursos direcionados às sentenças judiciais, pessoal e encargos, inversões financeiras do Departamento da Marinha Mercante e destaques recebidos foram excepcionalizados pelo mencionado Decreto.

COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA E LIMITES CONCEDIDOS PARA OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL							
Milhões							
"DEMAIS AÇÕES" E "PAC"	LEI + CRÉDITOS	LIMITE PARA EMPENHO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	LIMITE DE PAGAMENTO	PAGAMENTOS EFETIVADOS	%	
[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]	[G] = E/(C + D)	[H] = (C/B)
CUSTEIO/INVESTIMENTOS	9.820,2	8.172,6	11.338,4	12.421,3	12.325,4	64%	83%
Fontes próprias e tesouro							
Obs: 1) Não está incluso Sentenças Cíveis, Inversões Financeiras do FMM e Crédito Extraordinário.							
2) Os valores relativos aos Limites de Pagamento de Demais Ações não foram liberados em sua totalidade pela STN							
[A] - Despesas sujeitas aos limites de empenho e pagamento do Decreto nº 8.670, de 12/02/2016, e alterações posteriores.							
[C] - Composição do Limite para Empenho (Disponibilizado) R\$ 8.172,6							
- Demais Ações R\$ 899,6							
- PAC R\$ 7.273,0							
[E] - Composição do Limite de Pagamento de R\$ 12.421,3							
- Demais Ações R\$ 1.118,1							
- PAC R\$ 11.303,3							
[F] - Pagamento do Orçamento de 2016 e Restos a Pagar							

Figura 5 – Comparativo da dotação autorizada e limites concedidos para outros custeios e capital.

Fonte: SPO

3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Este item tem por objetivo demonstrar os principais indicadores utilizados pela UPC para monitorar e avaliar o desempenho da gestão.

Indicadores são essenciais ao planejamento e controle dos processos das organizações, porque possibilitam o estabelecimento de metas e análise crítica do desempenho da unidade objetivando as tomadas de decisão.

A COGEP tem adotado práticas gerenciais subsidiadas na gestão por competências e nos processos de trabalho. Com a conclusão do estudo acerca do mapeamento de competências, fundamentado em objetivos estratégicos, gradativamente, têm sido adotadas novas iniciativas que convergem para sua consecução.

Entretanto, o grande fluxo de processos atinentes ao setor de Gestão de Pessoas, somado ao exíguo Quadro de Pessoal, implicam, em alguns casos, na impossibilidade de atendimento total das demandas, sendo uma busca constata desta Unidade a execução de suas atividades pautadas nos preceitos de eficiência, eficácia e efetividade.

Mesmo diante de tais dificuldades, e a condição defasada de seu corpo profissional, a COGEP, de um modo geral, conseguiu atingir grande parte das metas propostas, como pode ser observado no quadro acima.

Indicadores da COGEP:

Tabela 36 - Indicadores da COGEP

Objetivo Unidade	Indicador	Coordenação	Responsável	Frequência	Unid.	Fórmula / Cálculo		2016			
								1° T	2° T	3° T	4° T
	Servidores com Auxílio Transportes	COAD	DIBEN (Márcia)	Trimestral	Nº	Quantidade de Servidores com Auxílio Transportes	Meta	3.350	3.350	3.350	3.350
							Realizado	3.405	3.347	3.353	3.294
	Servidores com Auxílio Saúde	COAD	DIBEN (Márcia)	Trimestral	Nº	Quantidade de Servidores com Auxílio Saúde	Meta	1644	1644	1644	1644
							Realizado	1551	1640	1681	1704
	Programa qualidade de vida	COAD	DITC (Marina)	Trimestral	Nº	Quantidade de ações de qualidade de vida (ex: palestras, seminários etc.)	Meta	3	4	4	4
							Realizado	-	1	1	1
	Servidores capacitados	COAD	DITC (Marina)	Trimestral	Nº	Quantidade de Servidores Capacitados	Meta	125	125	125	125
							Realizado	10	9	45	19
	Atendimentos Médicos	COAD	SAMS (Luiza)	Trimestral	Nº	Quantidade de atendimentos realizados	Meta	275	275	275	275
							Realizado	520	323	290	609
	Licenças Homologadas	COAD	SAMS (Luiza)	Trimestral	Nº	Quantidade de licenças homologadas	Meta	187	187	187	187
							Realizado	192	279	331	281
Consolidar a Gestão por Resultados Gestão Estratégica Gestão de	Análise do processo de Aposentadoria	COAD	SEREF (Carina)	Trimestral	%	Percentual de Processos de aposentadoria concluídos	Meta	100%	100%	100%	100%
							Realizado	100%	100%	100%	100%

Iniciativas Gestão de Processos Gestão de Riscos	Análise do processo de abono de permanência	COAD	SEREF (Carina)	Trimestral	%	Percentual de Processos de abono permanência Concluídos	Meta	100%	100%	100%	100%
							Realizado	100%	100%	100%	100%
Coordenar e orientar a execução das atividades relacionadas com cadastro funcional, concessão e revisão de aposentadorias e pensões	Atendimento de diligências da SFC/CGU e TCU.	COAP	COAP (Bráulio) DIVAP e DICOP	Trimestral	%	Percentual de processos concluídos	Meta	93%	93%	93%	93%
							Realizado	93%	93%	95%	99%
	Informações prestadas à Justiça e Órgãos afins	COAP	COAP (Bráulio) DIVAP e DICOP	Trimestral	%	Percentual de processos concluídos	Meta	93%	93%	93%	93%
							Realizado	95%	96%	98%	96%
	Atendimento de Trilhas de Pessoal da CGU	COAP	COAP (Bráulio, José Paulo, Maria Helena, Daniel, Rafael) DIVAP e DICOP	Semestral	%	Percentual do atendimento das trilhas de pessoal da CGU (aposentadoria e pensão)	Meta	72%	72%	72%	72%
							Realizado	100%	100%	100%	99%
	Processos concluídos de concessão de pensão	COAP	DICOP (Daniel)	Trimestral	%	Percentual de processos concluídos	Meta	83%	83%	83%	83%
							Realizado	84%	83%	81%	79%
	Processos concluídos de concessão de Aposentadoria	COAP	DIVAP (José Paulo Cordeiro)	Trimestral	%	Percentual de processos concluídos	Meta	85%	85%	85%	85%
							Realizado	100%	96%	100%	100%

Consolidar a Gestão por Resultados Gestão Estratégica Gestão de Iniciativas Gestão de Processos Gestão de Riscos	Quantidade de Processos	COPAP	DICAP (Rômulo)	Trimestral	Nº	A - B <= 0 (A = quantidade de processos que entram no setor; B= quantidade de processos que saem da DICAP)	Meta	2164	1596	1596	1596
							Realizado	2164	1596	1596	1596
	Tempo de permanência dos Processos na Divisão	COPAP	DICAP (Rômulo)	Trimestral	Tempo (dias)	A - B = X (A = data em que o processo entrou no setor; B= data que o processo foi finalizado)	Meta	7	7	7	7
							Realizado	5	7	6	5
Coordenar e orientar a execução das atividades relacionadas à manutenção e controle da folha e prestar informações e orientações em processos, referentes a demandas administrativas e judiciais, relativas ao pagamento de aposentados e de pensionistas	Análise de documentos e processos aposentados e de pensionistas	COPAP	COPAP (Lúcia)	Trimestral	%	Percentual de processos concluídos	Meta	90%	90%	90%	90%
							Realizado	90%	90%	90%	90%
	Análise e revisão das informações a serem prestadas Justiça, TCU e Órgãos afins	COPAP	COPAP (Lúcia)	Trimestral	%	Percentual de documentos e processos recebidos e analisados	Meta	100%	90%	90%	90%
							Realizado	100%	90%	90%	90%
	Subsídio a Central de Relacionamento	COPAP	COPAP (Lúcia)	Trimestral	%	Subsídio ao atendimento da demanda da Central de Relacionamento relativa a pagamento de aposentados e de pensionistas	Meta	100%	100%	100%	100%
							Realizado	100%	100%	100%	100%

	Acompanhamento das situações de reversão de créditos de aposentados e de pensionistas	COPAP	COPAP (Lucia) DICAP (Rômulo) SECAP (Iva) SEPEN (Lucas)	Trimestral	Nº	Quantitativo de reversões de créditos elaboradas	Meta	1153	1336	834	589
							Realizado	1153	1336	834	589
	Atendimento de Trilhas de Pessoal da Controladoria Geral da União	COPAP	COPAP (Lucia) DICAP (Rômulo) SECAP (Iva) SEPEN (Lucas)	Trimestral	%	Percentual de trilhas atendidas	Meta	100%	100%	100%	100%
							Realizado	100%	100%	100%	100%
Consolidar a Gestão por Resultados Gestão Estratégica Gestão de Iniciativas Gestão de Processos Gestão de Riscos	Quantidade Pag. De Exercícios Anteriores - Aposentados	COPAP	SECAP (Iva)	Trimestral	Nº	Quantidade de processos que resultaram em Pag. De Exercícios Anteriores - Aposentados	Meta	18	18	18	18
							Realizado	18	23	17	21
	Manutenção da Folha de Pagamento	COPAP	SECAP (Iva)	Trimestral	Nº	Quantidade de Revisão de Proventos	Meta	80	80	80	80
							Realizado	82	87	79	81
	Reversão de Créditos - Aposentados	COPAP	SECAP (Iva)	Trimestral	Nº	Quantidade de Reversão de Crédito elaborada	Meta	540	438	550	353
							Realizado	540	438	550	353
	Pagamento de Auxílio Funeral	COPAP	SECAP (Iva)	Trimestral	Nº	Quantidade de Pagamento de Auxílio Funeral	Meta	164	186	224	209
							Realizado	164	185	224	209
	Quantidade de Pag. De Exercícios Anteriores - Pensionistas	COPAP	SEPEN (Lucas)	Trimestral	Nº	Quantidade de processos que resultaram em Pag. De Exercícios Anteriores - Pensionistas	Meta	126	103	88	38
							Realizado	126	103	88	38

	Reversão de Créditos - Pensionistas	COPAP	SEPEN (Lucas)	Trimestral	Nº	Quantidade de Reversão de Crédito elaborada	Meta	613	898	284	236
							Realizado	613	898	284	236
Receber, Incluir e acompanhar demandas judiciais	Índice de vazão de Processos	COTEC	(Elaice Vinagre da Silva Guimarães)	Trimestral	Nº	nº de processos despachados / nº de processos recebidos)	Meta	1161	1225	1376	1086
		DITEC					Realizado	1569	1275	1376	1086
Receber, Instruir processos diversos	Índice de vazão de Processos	DINOR	(Antonio Ximenes Feijão)	Trimestral	%	Percentual de processos despachados / percentual de processos recebidos) * 100	Meta	100%	100%	100%	100%
							Realizado	100%	100%	100%	100%
Consolidar a Gestão por Resultados Gestão Estratégica Gestão de Iniciativas Gestão de Processos Gestão de Riscos	Índice de vazão de Processos	SEAINF	Serviço de Articulação de Informação (Fabíola)	Trimestral	%	percentual de processos despachados / percentual de processos recebidos) * 100	Meta	100%	100%	100%	100%
							Realizado	100%	100%	100%	97%
	Tempo de permanência dos Processos no Setor	SEAINF	Serviço de Articulação de Informação (Fabíola)	Trimestral	Tempo (dias)	A - B = X (A = data em que o processo entrou no setor; B= data que o processo saiu do setor ou foi concluído)	Meta	6,3	6,3	6,3	6,3
							Realizado	4,1	4,3	6,9	4,5

Indicadores da CGRL

Tabela 37 - Indicadores da CGRL

Objetivo Estratégico ou Objetivo Operacional	Indicador	Responsável	Unidade de Medida	Fórmula / Cálculo		2015				2016				2017			
						1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T
Suportar áreas secretarias MT aquisição, empenho, liquidação e controle dos contratos	Tempo médio da fase interna da contratação de serviços	CGRL	Dias	Somatório dos dias necessários para a elaboração de termo de referência, elaboração de projeto e publicação do edital	Meta	-	-	-	110				88				110
					Realizado	-	-	-	152				233,6				
	Tempo médio da fase interna para compra de materiais	CGRL	Dias	Somatório dos dias necessários para a elaboração de termo de referência, elaboração de projeto e publicação do edital	Meta	-	-	-	-				110				110
					Realizado	-	-	-	115				167				
Garantir infraestrutura e serviços adequados	Pesquisa de satisfação com os serviços (restaurante e lanchonete)	CGRL	%	Questionário	Meta	-	-	70%	-	-	-	70%	-	-	-	70%	70%
					Realizado	-	-	57%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pesquisa de satisfação com os serviços prestados (telefônico, eletricidades, etc)	CGRL	%	Questionário	Meta	-	-	-	90%	-	-	-	90%	-	-	-	90%
					Realizado	-	-	-	*	-	-	-	*	-	-	-	-
	Atendimento dentro do prazo (Serviços de Manutenção Predial)	CGRL	%	(Número de atendimentos dentro do prazo / total de atendimentos realizados)*100	Meta	92%	92%	92%	92%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%
					Realizado	98%	82%	79%	85%	81%	80%	75%	79%				
	Atendimento dos serviços de transporte	CGRL	Minutos	Somatório do tempo de atendimento dos serviços de transporte	Meta	90%	90%	90%	90%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%
					Realizado	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Pesquisa de satisfação com os serviços de transporte	CGRL	Minutos	Questionário	Meta	90%	90%	90%	90%	95%	95%	95%	95%	97%	97%	97%	97%
					Realizado	*	*	*	*	*	*	*	96%	*	*	*	*

INDICADORES DA SEGES

Visando medir o desempenho operacional da Unidade, na realização de suas atribuições, a SEGES dispõe de alguns indicadores:

- Relatórios semestrais – SGI, contendo fichas com informações atualizadas de cada obra, incluindo, além das “obras em execução”, os empreendimentos que se encontram em “ação preparatória” e em “fase de licitação”, que são disponibilizados à SEPAC/MPOG, para Balanços do PAC.

- Relatórios semestrais - SIGPAC, contendo informações sobre obras em execução, onde são apresentados os principais dados sobre a realização física, orçamentária e financeira, envolvendo a adequação e construção de rodovias, a construção de ferrovias e a adequação e a ampliação de hidrovias. Para a consecução do relatório é realizada a coleta e atualização das informações, obedecendo a padrões definidos que envolvem a identificação do empreendimento, a caracterização física, o mapa de localização, as restrições e providências, o status (ritmo e percentual de execução), o registro fotográfico recente, a atualização da execução orçamentária e financeira e do diagrama unifilar.

A seguir são apresentados demonstrativos de cálculo e índices anuais atingidos no exercício 2016.

-Indicadores referentes aos relatórios - SGI

-NMAM - Número médio de ações PAC monitoradas no ano, onde:

a = número de ações monitoradas em cada um dos 2 balanços anuais:

b = número de balanços no ano

Índice apurado em 2016:

a1 = 170 b = 2

a2 = 76

NMAM = 123 ações/ano

-NMAT - Número médio de ações monitoradas por técnico, onde:

a = número de ações monitoradas em cada um dos 2 balanços anuais:

c = número de técnicos diretamente envolvidos no monitoramento em cada balanço

Índice apurado em 2016:

a1 = 170 c1 = 24

a2 = 76 c2 = 21

NMAT = 5,46 obras por técnico

-Indicador referente aos relatórios – SIGPAC

-NMEA = Número médio de obras em execução acompanhadas,
onde:

e = número de obras em execução acompanhadas em cada período

f = número de períodos

Índice apurado em 2016:

e1 = 76 f = 2

e2 = 77

NMEA = 76,5 obras em execução

Tabela 38 - Indicadores da SEGES

Indicadores	Frequência de Medição:	Unidade de Medida:	Responsável pela Medição do Indicador:	META PREVISTA 2013 (P)	META REALIZADA 2016 (R)	(R)/(P) * 100%	META PREVISTA 2017 (P)
Número médio de ações monitoradas por balanço do PAC.	Semestral	un.	SEGES	123	123	100%	150
Número médio de obras em execução do PAC acompanhadas.	Semestral	un.	SEGES	76	76	100%	50
Total de relatórios de obras em execução do PAC acompanhadas.	Semestral	un.	SEGES	1	1	100%	1
Total de relatórios de ações monitoradas por balanços do PAC.	Semestral	un.	SEGES	1	1	100%	1

Fonte: SEGES

INDICADORES DA SPNT

Tabela 39 – Indicadores da SPNT

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de Desempenho	100%	95%	96,86%	Anual	$ID_e = \sum_{i=1}^n \left(\frac{PAR_i}{MAP_i} . PP_{e_i} \right) \rightarrow e = a, b \text{ ou } c$

Fonte: SPNT

Obs: O índice terá 3 medidas, calculados com base nos percentuais de realização de cada um de seus projetos/atividades ponderados pelo seu respectivo percentual de participação no conjunto da Secretaria conforme a seguir:

Ide = Indicador de Desempenho da Secretaria segundo os enfoques (a), (b) ou (c), sendo:

- O do total anualizado dos recursos destinados à execução plena dos projetos contratados pela SPNT – sob este enfoque, o percentual foi estabelecido pela razão entre o total anualizado dos recursos destinados ao projeto/atividade e aquele destinado ao conjunto da SPNT.

A título de exemplo, suponha-se que a Secretaria tenha contratado quatro projetos com as seguintes características:

Tabela 40 - Simulação de recursos destinados, executados e atualizados de projetos

Projeto	Total de Recursos destinados à plena execução do Projeto (R\$)	Tempo Total de Execução do Projeto (anos)	Total de Recursos Anualizados (R\$/ano)
1	100 milhões	10 anos	10 milhões/ano
2	40 milhões	2 anos	20 milhões/ano
3	15 milhões	1,5 anos	10 milhões/ano
4	5 milhões	0,5 anos	10 milhões/ano
TOTAL	160 milhões	-	50 milhões/ano

Fonte: SPNT

Neste caso, os percentuais de participação dos projetos 1, 2, 3 e 4 na SPNT serão estabelecidos em 20%, 40%, 20% e 20%, respectivamente.

- O do total dos recursos programados para o ano a ser avaliado – sob este enfoque, o percentual de participação foi estabelecido pela razão entre o total de recursos programados para o projeto/atividade e aquele programado para o conjunto da SPNT/MTPA.

Considerando, ainda, o exemplo posto acima, suponha-se que a programação dos recursos para o ano a ser avaliado tenha sido a dada pelo quadro abaixo:

Tabela 41 – Simulação da programação dos recursos para o ano

Projeto	Programação dos Recursos para o Ano a ser avaliado (R\$)
1	15 milhões
2	20 milhões
3	10 milhões
4	5 milhões
TOTAL	50 milhões

Fonte: SPNT

Neste caso, os percentuais de participação dos projetos 1, 2, 3 e 4 na SPNT serão estabelecidos em 30%, 40%, 20% e 10%, respectivamente.

- O da nota de relevância do projeto/atividade para a SPNT – sob este enfoque, o percentual de participação foi estabelecido com base no grau de importância, em uma escala de zero a cem, atribuído, subjetivamente, ao projeto/atividade pela SPNT.

Considere-se, agora, que os quatro projetos acima referidos tenham sido pontuados, segundo sua relevância, conforme o quadro a seguir:

Tabela 42 – Simulação da pontuação dos projetos

Projeto	Nota de Relevância
1	100
2	30
3	50
4	20
TOTAL	200

Fonte: SPNT

Neste caso, os percentuais de participação dos projetos 1, 2, 3 e 4 na SPNT serão estabelecidos em 50%, 15%, 25% e 10%, respectivamente

MAP_i = Meta Anual Projetada – Percentual do projeto/atividade i a ser realizado no ano de avaliação.

PAR_i = Percentual do projeto/atividade i efetivamente realizado no ano de avaliação.

Ppe_i = Percentual de participação do projeto/atividade i segundo o enfoque $e = (a), (b)$ ou (c) , dado pela fórmula:

$$PP_{e_i} = \frac{V_{e_i}}{\sum_{i=1}^n V_{e_i}} \rightarrow e = a, b \text{ ou } c$$

Na qual:

V_{e_i} = valor da variável representativa do enfoque “ e ” associado ao projeto/atividade “ i ”;

i = identificador do projeto/atividade, $i = 1, 2, 3, \dots, n$

n = nº de projetos contratos da Secretaria

Para efeito de qualificação, os indicadores serão classificados segundo o quadro abaixo:

Tabela 43 – Simulação do desempenho dos projetos

Qualificação	Classe de valores
Ótimo	de 90% a 100%
Bom	de 70% a < 90%
Regular	de 50% a < 70%
Ruim	de 30% a < 50%
Péssimo	de 0% a < 30%

Desta forma, os 96,86% alcançados pela média dos índices de desempenho, segundo os vários critérios, qualifica o desempenho desta Secretaria como **ÓTIMO**.

Avaliação de 2016

A tabela a seguir relaciona os projetos/atividade da Secretaria, executados em 2016, e seus respectivos percentuais de participação, segundo os enfoques (a), (b) e (c):

Tabela 44 – Relação dos projetos/atividades da SPNT

PROJETO/ATIVIDADE	OBJETIVO ESTRATÉGICO	ENFOQUES							
		(a) TOTAL ANUALIZADO DE RECURSOS NECESSÁRIOS PARA O CUMPRIMENTO PLENO DO PROJETO/ATIVIDADE				(b) RECURSOS PROGRAMADOS NO ANO		© RELEVÂNCIA RELATIVA DO PROJETO PARA A POLÍTICA DE TRANSPORTES [0 – 100]	
		Total (R\$)	Tempo de execução (ANO)	Total/ano (R\$/ANO)	Valor Relativo (Peso1)	Valor Absoluto	Valor Relativo (Peso2)	Valor Absoluto	Valor Relativo (Peso3)
1) Elaboração de Estudos das Diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes	Fortalecer a capacidade de planejamento integrado buscando o alinhamento das esferas de Governo e sociedade Assegurar a responsabilidade socioambiental	2.641.675,07	1,50	1.761.116,71	1,00	1.200.761,23	1,00	30,00	0,07
2) Elaboração do Projeto “Política Nacional de Transportes”	Fortalecer a capacidade de planejamento integrado buscando o alinhamento das esferas de Governo e sociedade	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,00	0,23
3) Elaboração do Projeto “Corredores Logísticos Estratégicos”	Fortalecer a capacidade de planejamento integrado buscando o alinhamento das esferas de Governo e sociedade	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	80,00	0,19
4) Elaboração do Anuário Estatístico de Transportes	Alinhar a estrutura organizacional à estratégia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,00	0,12
5) Revisão do Planejamento Estratégico	Alinhar a estrutura organizacional à estratégia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	90,00	0,21
6) Elaboração do Projeto “Avaliação das Políticas de Transportes”	Fortalecer a capacidade de planejamento integrado buscando o alinhamento das esferas de Governo e sociedade	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	80,00	0,19
TOTAL		2.641.675,07		1.761.116,71	1,00	1.200.761,23	1,00	430,00	1,00

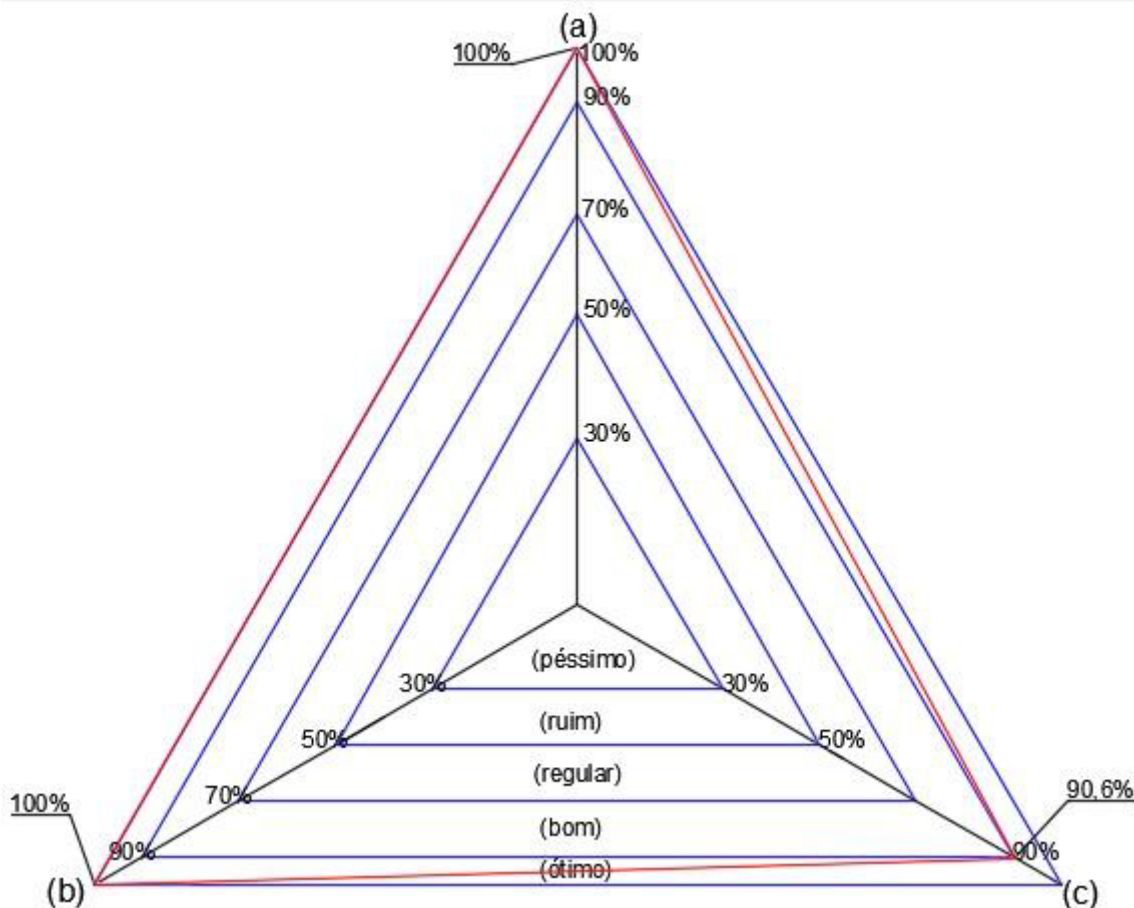
A tabela, a seguir, apresenta a evolução dos projetos/atividades da Secretaria ao longo de 2016 e sua avaliação segundo os indicadores de desempenho calculados:

Tabela 45 – Evolução dos projetos/atividades da SPNT

Seq.	PROJETO/ATIVIDADE	PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO POR TRIMESTRE				ACUMULADO DO PERÍODO		QUOCIENTE DE REALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO PERCETUAL SEGUNDO O ENFOQUE ADOTADO		
		1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	Programado	Realizado	Realizado/Programado	(a) Peso ₁	(b) Peso ₂	(c) Peso ₃
1	Elaboração de Estudos das Diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes	0,00%	0,00%	30,00%	50,00%	80,00%	80,00%	1,00	1,00	1,00	0,07
2	Elaboração do Projeto "Política Nacional de Transportes"	10,00%	20,00%	20,00%	20,00%	80,00%	70,00%	0,88	-	-	0,20
3	Elaboração do Projeto "Corredores Logísticos Estratégicos" (1ª Etapa)	-	-	40,00%	45,00%	90,00%	85,00%	0,94	-	-	0,18
4	Elaboração do Anuário Estatístico de Transportes	-	20,00%	30,00%	35,00%	100,00%	85,00%	0,85	-	-	0,10
5	Revisão do Planejamento Estratégico	20,00%	14,00%	13,00%	13,00%	60,00%	60,00%	1,00	-	-	0,21
6	Elaboração do Projeto Avaliação das Políticas de Transportes (1ª Etapa)	-	-	20,00%	20,00%	50,00%	40,00%	0,80	-	-	0,15
INDICADOR DE DESEMPENHO = $\sum_{i=1}^5 \text{Peso}_{D_i} \times \frac{\text{Realizado}_i}{\text{Programado}_i}$									100,0%	100,0%	90,6%
									ÓTIMO	ÓTIMO	ÓTIMO

Fonte: SPNT

Estes valores podem ser visualizados no diagrama tridimensional a seguir. Nele o triângulo externo representa o desempenho máximo sob os três enfoques: a, b e c, enquanto que o triedro interno representa os desempenhos medidos sob estes enfoques.



Este diagrama sugere a definição de um Indicador de Desempenho Geral que resuma em um único valor os três enfoques.

De fato, tal indicador poderá ser definido pela razão entre a área do triângulo, representativo dos indicadores de desempenho (medidos), cujos vértices situam-se nos eixos ortogonais (a), (b) e (c), e a área máxima possível de ser alcançada, ou seja:

Da Geometria, tem-se que a área máxima possível de ser obtida vale $\frac{\sqrt{3}}{2}$ (considerando o lado unitário), enquanto que a área do triângulo representativo dos três indicadores de desempenho é dada pela fórmula:

$$\frac{\sqrt{ID_a^2 \times ID_b^2 + ID_a^2 \times ID_c^2 + ID_b^2 \times ID_c^2}}{2}$$

Assim, o Indicador de Desempenho Geral, representado por IDG, será definido pela fórmula:

$$IDG = \sqrt{\frac{\sqrt{ID_a^2 \times ID_b^2 + ID_a^2 \times ID_c^2 + ID_b^2 \times ID_c^2}}{3}}$$

E seus valores poderão ser assim classificados:

Tabela 46 – Qualificação e classificação de valores

Qualificação	Classe de valores
Ótimo	de 81% a 100%
Bom	de 49% a <81%

Regular	de 25% a <49%
Ruim	de 9% a <25%
Péssimo	de 0% a <9%

Obs: No caso em questão as áreas dos triângulos, foram calculadas graficamente, usando-se o programa “AUTOCAD” que é bastante preciso nesse cálculo.

Adotando-se este conceito e com base nos valores de desempenho alcançados pela Secretaria em 2016, calcula-se o IDG da Secretaria em 93,73%, o que indica que boa parte dos projetos/atividades programados para o ano de 2016 foi executada, classificando, sob todos os enfoques considerados, como ÓTIMO.

INFOMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA SPNT

01) Atuação junto a Conselhos, Comitês e Grupos de Trabalho:

- Criação do Comitê Nacional de Gestão Hidroviária (CONAGH)
- Participação na Câmara Temática de Logística para Agricultura (CTLOG)
- Participação no Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)
- Participação no Conselho Nacional de Cartografia (CONCAR)
- Participação no Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)
- Participação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e suas Câmaras Técnicas representando o MTPA.
- Participação na Câmara de Internet das Coisas (*IoT*)

02) Assuntos Internacionais

- Subsídio técnico para o planejamento e ações de integração da América do Sul: a SPNT, em articulação com a Assessoria Internacional, representa o ministério no processo de integração da América do Sul (IIRSA/COSIPLAN).
- Participação no Acordo de Cooperação Brasil- Estados Unidos, por meio de quatro grupos de trabalho (rodovias, ferrovias, hidrovias e resposta a desastres) com representantes do Brasil (MTPA e vinculadas) e dos Estados Unidos (DOT e Agências) através de workshop e videoconferências;

03) Atuação junto ao Sistema de Informação ao Cidadão (SIC): a SPNT, atendendo o disposto na Lei nº 12.527/2011 – Acesso a Informações, respondeu, em 2016, às solicitações sobre temas relacionados à política de transportes.

04) Avaliação de demandas referentes ao Sistema Nacional de Viação - SNV;

05) Assessoramento ao Fórum Permanente para o Transporte Rodoviário de Cargas;

06) Participação e assessoramento no GT Safra;

07) Coordenação e execução do Projeto “ Política Nacional de Transportes (PNT)”;

08) Coordenação e execução do Projeto “Corredores Logísticos Estratégicos (CLE)”.

09) Coordenação e execução do Projeto “Avaliação das Políticas de Transportes (APT)”.

4. Governança, gestão de risco e controles internos

4.1. Descrição das estruturas de governança

Com a edição da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, foi modificada a organização da Presidência da República e dos Ministérios, tendo, o Ministério dos Transportes a sua composição e estrutura significativamente modificada, passando a denominar-se Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

O Ministério dos Transportes passou a agregar as atividades do Setor Aéreo, com a extinção da Secretaria de Aviação Civil, e as do Setor Portuário, com a extinção da Secretaria de Portos.

Assim, as atividades e estruturas do Ministério dos Transportes que possuía 03 Secretarias Singulares (SPNT, SEGES e SFAT), com a sua transformação, passou a ter 05 Secretarias (agregando a de Portos e de Aviação Civil)

Em relação às entidades vinculadas, o Ministério que antes possuía sob sua supervisão 04 entidades (DNIT, VALEC, ANTT e CODOMAR) recebeu mais 10 vinculadas, sendo 08 estatais (07 Companhias Docas e a Infraero) e 02 autarquias (ANTAQ, ANAC), totalizando assim, 14 entidades vinculadas.

Em que pese a transformação do Ministério agregando todas essas novas atribuições, em termos organizacionais, só foi possível a sua efetiva reestruturação com a edição do Decreto nº 9.000, de 09 de março de 2017.

Não obstante a isso, o Ministério, no exercício de 2016, adotou diversos procedimentos de Governança focados na melhoria da Gestão, dentre os quais destacamos:

Intensificou-se o comprometimento das unidades internas deste Ministério, bem como nas entidades vinculadas, a preocupação e o aprimoramento dos mecanismos de controle interno, o fortalecimento dos procedimentos de correição, a disseminação da conduta ética e o alinhamento dos canais de comunicação, interno e externo, demonstrando assim, o comprometimento e o apoio da Alta Administração desta Pasta à Governança, ao Controle Interno, às ações de Integridade e a Transparência.

Da mesma forma, a Secretaria Executiva e as Secretarias finalísticas apresentam elevada percepção dos conceitos que abrangem a Governança, estimulando ações dessa natureza.

No tocante ao Planejamento Estratégico o Ministério tem adotado o processo de modernização da gestão por meio do desenvolvimento de um processo estruturado de administração estratégica e de gestão por resultados. Seu principal instrumento é a adoção do Planejamento Estratégico com uso do Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta de acompanhamento e controle das ações do Ministério e de seus órgãos vinculados.

O Ministério, com base na diretriz estratégica de Consolidar a Gestão por Resultados, adotou o modelo de gestão por processos.

Por meio da revisão de processos de negócio, o MTPA busca atingir melhorias significativas na prestação de serviços à sociedade e otimizar a aplicação dos recursos públicos.

Utilizando técnicas e metodologias específicas, em permanente consonância com o planejamento estratégico da Instituição e com as diretrizes emanadas do Plano de Governo do Poder Executivo Federal, a Pasta vem criando e disseminando a cultura de permanente revisitação de seus processos de trabalho, no intuito de buscar melhorar a performance da Instituição.

Do levantamento realizado junto as estatais vinculadas, foi verificado que todas já adotaram procedimentos de implantação do Planejamento Estratégico, entretanto, é necessário o aprimoramento dos mecanismos de integração da Governança Corporativa.

No âmbito das autarquias vinculadas (DNIT, ANTT, ANTAQ e ANAC) observou-se também a estruturação de unidades de Planejamento Estratégico.

No âmbito do Ministério, a área responsável pelo Planejamento Estratégico Institucional está formalmente integrada à estrutura organizacional. Entretanto, será necessária a revisão em função da incorporação dos modais Portuário e de Aviação Civil.

Em 2016, deu-se continuidade a implementação das medidas de gestão para aperfeiçoar o monitoramento e acompanhamento das ações de controle junto aos órgãos de Controle Interno e Externo (CGU e TCU). Foram criados grupos de trabalho para atuar em temas específicos, além de ter sido ampliada a interação com as unidades de auditoria do sistema Transportes. Adicionalmente, foi intensificado o acompanhamento dos assuntos e estão sendo mapeados e estabelecidos procedimentos e rotinas para futuro disciplinamento.

Ainda na linha de reforço a aos mecanismos de governança, foi estabelecido o Fórum Permanente dos Representantes do Ministério nos conselhos de administração e fiscal das entidades vinculadas à Pasta. O Fórum visa estabelecer um alinhamento de informações acerca dos normativos legais e das atribuições, competências, responsabilidades e responsabilizações, além da troca de experiência com os conselheiros com mais tempo de representação. A coordenação do Fórum está a cargo do Assessor Especial de Controle Interno (AECI).

Em apoio às ações e Governança, no exercício de 2016, houve significativos avanços, que foram todos planejados e elaborados no decorrer do exercício, fruto de diversas reuniões e estudos de aprimoramento que se concretizaram com a edição do Decreto nº 9.000/2017.

Dentre elas, destacam-se, em reforço aos Mecanismos de Controle Interno:

A transformação do cargo de Assessor Especial de Controle Interno em Assessoria Especial de Controle Interno, como unidade organizacional de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado.

A AECI/MT passou a ter duas principais vertentes de atuação, sendo uma com foco nos controles internos e externos e de atuação junto aos órgãos de Defesa do Estado e a segunda em fomento e monitoramento as ações de Governança, Riscos, Integridade e Transparência.

Em reforço as Ações de Integridade:

A Corregedoria do Ministério deixou de ser unidade vinculada à Secretaria Executiva para ser unidade organizacional de assistência direta ao Ministro de Estado, com maior autonomia técnica e administrativa.

Em reforço a Transparência

Foi criada a Ouvidoria do Ministério, vinculada a Secretaria Executiva, o que poderá agregar melhoria às ações de transparência no âmbito do Ministério, bem como em acompanhamento às entidades vinculadas.

Importante destacar, que as unidades internas estão receptivas e almejam aprimorar os seus mecanismos de Governança. Os desafios são enormes, em face das crescentes restrições orçamentárias, o que impõe à Administração Pública Federal e, por inclusão, ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, soluções criativas compatíveis com as diversas necessidades que se apresentam a todo instante, em um processo contínuo de aprimoramento da gestão, assegurando a suficiência dos controles internos para mitigar os riscos e garantir, com segurança razoável, a confiabilidade das informações produzidas e a qualidade na realização de seus objetivos institucionais.

A adoção de mecanismos e procedimentos de monitoramento contínuo das ações e ritos vinculados ao sucesso das Políticas Públicas para o setor de infraestrutura de transportes é um dos maiores desafios e fator de sucesso da Gestão e, em 2016, avançou-se satisfatoriamente nesse trilhar.

No tocante ao apoio à Governança na gestão de TI, o Ministério criou o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (COGETI). Este comitê, criado por meio da Portaria nº 303, de 31 de dezembro de 2008, publicada no Boletim de Pessoal nº 24, de 31 de dezembro de 2008, tem como objetivo dar suporte às ações de TI, sobretudo na elaboração e aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e do Plano de Investimentos em TI. Compete também ao COGETI, definir prioridades de execução de projetos de TI, segundo estratégias previamente formuladas, considerando-se as demandas apresentadas.

A Coordenação-Executiva do COGETI é exercida pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do MT, vinculada a Secretaria Executiva, porém sua composição contempla a representação do Gabinete do Ministro, da Secretaria Executiva, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Secretaria de Política Nacional de Transportes, da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes e da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, planejando e integrando todas as iniciativas correlatas à Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito desta Pasta.

O COGETI se reuniu uma vez no ano de 2016. Nessa oportunidade, foi apresentada e aprovada a primeira revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2015/2017.

4.2. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

No âmbito do Poder Executivo Federal, as atividades de correção estão organizadas sob a forma de Sistema, conforme disposto no Decreto nº 5.480, de 30/6/2005, que dispõe sobre o Sistema de Correção do Poder Executivo Federal.

O referido Sistema é composto por um Órgão Central, no caso o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) por unidades setoriais e seccionais, sendo que estas últimas são as corregedorias que compõem as estruturas de órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

A Corregedoria do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), vinculada à Secretaria-Executiva (SE), foi criada a partir da aprovação da nova estrutura regimental do Ministério dos Transportes, instituída pelo Decreto nº 7.717, de 4/4/2012, tendo sido estabelecidas

suas competências e as atribuições de seus dirigentes por meio da Portaria nº 250, de 31/10/2012, publicada no DOU, de 01/11/2012.

Em 22/4/2016, por meio da Portaria nº 130/2016, publicado no DOU, de 25/04/2016, foi nomeado o atual Corregedor. A partir de então foram estabelecidas as principais linhas de atuação da Corregedoria, com base em registros históricos da Unidade e nas necessidades de aprimoramento da gestão identificadas, dentre as quais se destacam a informatização das rotinas de trabalho, o treinamento do corpo técnico, a aproximação técnica com a Consultoria Jurídica, a comunicação e a interação com as comissões, com as unidades do Ministério e com a Corregedoria-Geral da União.

Em consonância com as medidas de contenção de despesas do Poder Executivo, confirmou-se a utilização de videoconferências, iniciada em 2015, como eficiente e econômica ferramenta de apoio aos trabalhos de correição, com significativa diminuição de custos com deslocamentos de membros das comissões constituídas a outras localidades para a realização de oitivas e diligências.

Outro ponto a se destacar dentre as iniciativas orquestradas pela Corregedoria/MTPA foram as gestões que culminaram com a edição da Portaria MT nº 309, publicada no DOU, de 19/10/2015, a qual definiu e estabeleceu os procedimentos para apuração de responsabilidade administrativa de empresas (PAR) pela prática de atos ilícitos contra a Administração Pública Federal e encaminhamentos de propostas de celebração de acordos de leniência, de que trata a Lei nº 12.846, de 01/08/2013.

Embora não tenha havido demandas para apurações da espécie em 2016, a atual gestão buscou manter estreito contato com a CGU acerca de treinamentos específicos e orientações sobre o PAR, com previsão de abertura de cursos em 2017.

Importa mencionar que o PAR é mais uma ferramenta de combate à corrupção que visa punir pessoas jurídicas cujos prepostos venham a corromper agentes públicos, que fraudem licitações e contratos ou que dificultem atividades de investigação ou fiscalização de órgãos públicos, dentre outras irregularidades.

Experiência também exitosa da Corregedoria/MTPA, iniciada em 2015 e sistematicamente mantida pela atual gestão, diz respeito à prática da transparência ativa, materializada na ampla divulgação, no sítio eletrônico do MTPA, das informações relativas às atividades correcionais, em consonância com os modernos princípios de acesso à informação ao público em geral.

Os dados relativos às ações empreendidas pela Corregedoria do MTPA estão disponibilizados no endereço www.transportes.gov.br/corregedoria e incluem, em síntese, a identificação da equipe, legislação pertinente, dados sobre as atividades correcionais desde 2012, acesso rápido sobre o andamento processual, mapa de serviços, informações sobre a temática da Responsabilização de Entes Privados, dentre outros, com as quais se busca oferecer, ativamente, o acesso amplo à informação previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI).

Em decorrência da Lei nº 13.341, de 29/09/2016, que extinguiu a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP) e a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC), as respectivas competências foram transferidas para o novo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Coube, então, à Corregedoria do MTPA proceder aos encaminhamentos necessários para a assunção dos procedimentos de apuração disciplinar em curso naqueles Órgãos e junto à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República.

Em paralelo às atividades típicas de correição, no ano de 2016 a Corregedoria do MTPA passou a contribuir com as ações relativas à implantação do Programa de Fomento à Integridade, ao

qual o Ministério aderiu formalmente no mês de maio, por meio de Aviso endereçado ao então Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Órgão idealizador do referido Programa.

Também no mês de maio de 2016 foi publicada a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. Assim, em conjunto com a Assessoria Especial de Controle Interno, foram iniciados os estudos prévios à implantação da política de governança do Ministério, com efetiva participação da Corregedoria em eventos de treinamento, seminários, oficinas e reuniões sobre os temas relacionados, com ênfase em integridade, ética e transparência.

A Corregedoria iniciou o exercício de 2016 com 32 procedimentos administrativos em curso, os quais, somados aos 27 novos procedimentos, perfizeram um total de 59 processos analisados até 31/12/2016, destes, 28 ainda terão prosseguimento no exercício de 2017.

No quadro a seguir são demonstrados, em números absolutos, os resultados obtidos por esta Corregedoria no exercício de 2016.

Tabela 47 – Quantitativo dos procedimentos disciplinares instaurados

Procedimentos Disciplinares Instaurados em 2016	Autoridade Instauradora		Total
	Gabinete do Ministro	CORREG SE/MT	
Processo Administrativo Disciplinar	7	4	11
Processo Administrativo (PA)	-	7	7
Sindicância	1	8	9
Total Geral de Procedimentos Disciplinares instaurados			27

Tabela 48 – Quantitativo dos procedimentos disciplinares julgados

Procedimentos Disciplinares Julgados em 2016	Autoridade Instauradora		Total
	Gabinete do Ministro	CORREG SE/MT	
Processo Administrativo Disciplinar	19	11	30
Processo Administrativo (PA)	-	2	2
Sindicância	-	9	9
Total Geral de Procedimentos Disciplinares julgados			41

Tabela 49 – Quantitativo das penalidades aplicadas

Geral de Penalidades aplicadas em 2016			
Penalidades	Autoridade Instauradora		Total
	Gabinete do Ministro	CORREG SE/MT	
*Advertência	7	4	11
Suspensão	-	-	-
Demissão	8	-	8
Conversão de exoneração em Destituição de Cargo em Comissão	1	-	1
Destituição de Cargo em Comissão	-	-	-
Rescisão de Contrato de Trabalho - CLT	-	1	1
Cassação de Aposentadoria	1	-	1
Total Geral de penalidades aplicadas			22

Obs.: Inclui anotação nos assentamentos individuais em virtude do art.170 da Lei nº 8.112, de 1990;

Incluem penalidade de demissão suspensa (1) art.170 (1);
Inclui conversão de exoneração em destituição de cargo em comissão art.170 (1);
* Um pedido de reconsideração acatado, com absolvição (1);
Fonte: CORREG

Como é sabido, a Portaria nº 1.043/2007 estabeleceu a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares atinentes ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Cumpra a esta Corregedoria, portanto, cadastrar e atualizar os dados no Sistema CGU-PAD de todos os processos disciplinares do MTPA, inclusive os que dizem respeito à apuração de irregularidades ocorridas no âmbito do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), do Departamento da Marinha Mercante (DMM) e da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA).

Além destes, a Corregedoria/MTPA também assumiu o cadastramento dos procedimentos disciplinares instaurados por meio de Portaria Conjunta entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Procuradoria-Geral Federal (PGF), uma vez que nestes casos a autoridade julgadora é o Ministro de Estado do MTPA.

Com o advento do Ofício-Circular nº 5627/CRG/CGU-PR, de 11/03/2015, a Corregedoria/MTPA passou a cadastrar no CGU-PAD os procedimentos administrativos disciplinares a instaurar, os quais englobam as apurações disciplinares com juízo de admissibilidade em elaboração, as investigações preliminares e os processos que aguardam a disponibilidade de pessoal para designar a comissão, de forma a ampliar e otimizar o monitoramento por parte da (CRG/MTFCGU) e da própria Seccional.

4.3. Gestão de riscos e controles internos

No que tange a Gestão de riscos, é necessária a adoção de ações visando à melhoria na condução dos processos internos, com vistas ao aprimoramento das práticas de gestão de riscos associadas às diversas atividades desenvolvidas no âmbito do Ministério. Os modelos institucionais adotados ao longo da constituição histórica da Administração Pública ainda prevalecem nas práticas de gestão atuais e condicionam as mudanças a um processo de transição, motivados por experiências e adequações, até que as novas ferramentas de gestão se estabeleçam.

O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MDG) editaram, em 10/05/2016, a Instrução Normativa Conjunta nº 1.

Em função da citada norma, os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, devem operacionalizar a adoção de uma série de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à Governança, a Gestão de Riscos e Controles Internos.

O inciso VII do art. 2º da Instrução Normativa Conjunta conceitua Governança como a “combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração, para informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, com o intuito de alcançar os seus objetivos”.

Especificamente para o serviço público, o item IX do mesmo artigo diz que “Governança no Setor Público: compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos

em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”;

A Instrução Normativa Conjunta estabelece como Princípios da Boa Governança (art.21), que devem ser seguidos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal:

- I – liderança;
- II – integridade;
- III – responsabilidade;
- IV – compromisso;
- V – transparência; e
- VI – Accountability.

Para uma efetiva governança, os princípios devem ser aplicados de forma integrada, como um processo, e não apenas individualmente, sendo compreendidos por todos na organização.

Ainda de acordo com a IN 01, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade é o principal responsável pelo estabelecimento da estratégia de organização e da estrutura de gerenciamento de riscos. Dentro deste cenário, também será papel do dirigente máximo estabelecer, de forma continuada, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão.

Cada risco mapeado e avaliado deve estar associado a um agente responsável formalmente identificado. O agente responsável pelo risco deve ser um gestor com alçada suficiente para orientar e acompanhar as ações de mapeamento, avaliação e mitigação do risco.

A norma também prevê a instituição de Comitê de Governança, Riscos e Controles em todos os órgãos federais. Esse comitê será formado pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, pelos dirigentes das unidades a ele diretamente subordinadas e será apoiado pelo Assessor Especial de Controle Interno.

O Comitê a ser institucionalizado no âmbito do Ministério terá sob sua responsabilidade promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, transparência, efetividade das informações e, dentro dessa finalidade, promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos; garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público; bem como supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chaves que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público; entre outras atribuições.

Visando já preparar as áreas que serão responsáveis pela implantação da Gestão de Riscos no âmbito de todo o Ministério é que, ao longo do exercício de 2016, diversos servidores dos órgãos e das entidades vinculadas realizaram, em diversas etapas, o Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos ministrados pela CGU.

Associado ao Risco, no tocante a Integridade, por meio da Portaria nº 784, de 28 de abril de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União – CGU foi instituído o Programa de Fomento à Integridade Pública (PROFIP).

Conforme consta do Guia de Integridade Pública da CGU, Integridade “deve ser entendida como o conjunto de arranjos institucionais que visam a fazer com que a Administração Pública não se desvie de seu objetivo precípua: entregar os resultados esperados pela população de forma

adequada, imparcial e eficiente. “A corrupção impede que tais resultados sejam atingidos e compromete, em última instância, a própria credibilidade das instituições públicas.”

O Programa de Integridade consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e desvios de conduta, e deve ser desenvolvido a partir dos seguintes eixos fundamentais:

- I - comprometimento e apoio da alta direção;
- II - definição e fortalecimento de instâncias de integridade;
- III - análise e gestão de riscos;
- IV - estratégias de monitoramento contínuo.

O objetivo do programa é de orientar e capacitar os órgãos, autarquias e fundações do Poder Executivo Federal a implementar Programas de Integridade.

O Ministério aderiu ao PROFIP em 04/05/2016. No âmbito do Ministério já se encontra em operação um Grupo de Trabalho coordenado pelo AECI, com a participação da Corregedoria, da Comissão de Ética e da área de Planejamento Estratégico.

Diversas reuniões ao longo de 2016 ocorreram, visando formatar o modelo de Integridade do Ministério.

Assim, a proposta de criação do Comitê de Governança, Riscos, Integridade e Controle prevê a participação de todas as áreas finalísticas do Ministério com o apoio das áreas de apoio técnico e legal.

Esse comitê, que terá o caráter e as atribuições de ordem estratégica e tática, será formado pelo Ministro de Estado, juntamente com o Secretário-Executivo, os secretários nacionais e os subsecretários e será apoiado da seguinte forma:

No tocante a Riscos:

Serão criadas células específicas responsáveis pela Gestão de Riscos que farão o mapeamento operacional dos **riscos** de cada área específica, sendo atribuído a cada risco, um gestor responsável.

No tocante a Integridade:

O grupo que será formado pela Corregedoria, Ouvidoria, Assessoria Especial de Controle Interno e Comissão de ética será responsável por auxiliar na identificação dos riscos de Integridade em suporte as áreas operacionais e ao Comitê.

No tocante a Controle Interno:

As atividades de controle interno são inerentes a cada servidor/colaborador, ainda assim a Assessoria Especial de Controle Interno dará treinamentos e realizará ações de fomento às boas práticas de controle.

No tocante ao Planejamento Estratégico

A área responsável pelo gerenciamento do Planejamento Estratégico no MTPA dará o suporte necessário às ações do Comitê visando manter as ações de Governança associadas aos riscos sempre em consonância com o Planejamento Estratégico do Ministério.

5. Áreas especiais da gestão

5.1. Gestão de pessoas

O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil não dispõe de servidores temporários. A necessidade atual deste Órgão na recomposição de sua força de trabalho não se enquadra nas tipicidades prescritas na Lei nº. 8.745, de 1993, que dispõe sobre as contratações por tempo determinado no âmbito do serviço público, destinadas a situações ditas excepcionais e temporárias.

Conforme se depreende dos dados apresentados nos quadros a seguir, o Quadro de Pessoal efetivo deste Ministério encontra-se defasado e envelhecido. Atualmente conta com servidores e empregados com idade média superior a 55 anos e mais de 50% em plenas condições de aposentar-se. Situação gerada por longos períodos sem reposição adequada de pessoal, cujos últimos ingressos foram em 1994 e 2010, este último em quantidade muito aquém do que fora demandado.

A despeito disso, esforços gerenciais também têm sido feitos no sentido de otimizar o trabalho, com vistas a garantir o melhor desempenho possível em meio a essas condições. Em maio de 2016, foi implantado o Sistema Eletrônico de Informação – SEI, um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, que no âmbito deste Ministério e principalmente na gestão de pessoas teve papel importante na diminuição do uso do papel como suporte físico, a virtualização de processos, o acesso simultâneo de várias unidades, ainda que distantes fisicamente, bem como a redução do tempo de realização das diversas atividades.

Ainda no mês de maio de 2016, foi elaborado o estudo e consequente proposta para instalação de ponto eletrônico no âmbito deste Órgão para os servidores e empregados públicos, incluindo os Núcleos de Recursos Humanos nos Estados. A aludida demanda tem por finalidade uma aferição mais fidedigna da frequência do corpo funcional, minimização de erros materiais, maior controle da documentação apresentada pelas unidades organizacionais, trazendo com isso mais facilidade de busca, pesquisa e localização das informações relacionadas à frequência funcional, melhoria da gestão do controle de assiduidade, bem como maior celeridade na adoção de medidas administrativas cabíveis.

Além desses fatos elencados, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) elaborou proposta de aquisição de Sistema Informatizado de Gestão de Pessoal, o qual foi submetido à SAAD mediante respectivo Documento de Oficialização da Demanda (DOD), que se encontra em fase de processo licitatório. Esse Sistema tem como escopo o gerenciamento de toda a parte de pessoal, cadastro, pagamento, avaliação de desempenho, capacitação e desenvolvimento funcional, atualmente segregados em vários sistemas e planilhas sem interface entre si.

Não obstante às dificuldades apresentadas em relação à falta de pessoal, diversas determinações atribuídas pelos órgãos de controle foram cumpridas. Podemos citar, como exemplo, as Trilhas de Auditoria de Pessoal demandadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) à COGEP, que, no ano de 2016, apurou 100% do grupo de trilhas da competência 06/2015, totalizando 567 casos. Das demais competências 06/2014, 12/2015 e 06/2016, dentre as 7822 inconsistências apresentadas, foram apuradas 7815, restando atender menos de 1% das inconsistências residuais.

Em relação às deliberações do TCU de 2016, de um total de 33 acórdãos encaminhados a esta Coordenação-Geral, 31 foram integralmente cumpridos no âmbito de 2016, e outros dois parcialmente.

Além da rotina de ações afetas a gestão de cadastro da folha de pagamento do Órgão, composto por mais de 71.000 pessoas, cabe destaque especial, ainda, os seguintes trabalhos:

- Tratamento de demandas judiciais: 5303 processos.
- Processos de pensão avaliados no decorrer do ano de 2016: 1324 casos.
- Gestão do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores e Dependentes: média mensal de 19.200 pessoas atendidas pela GEAP e média mensal de 548 pessoas assistidas pelo ressarcimento auxílio saúde.
- Gestão/Fiscalização de Contratos de Serviços terceirizados: três contratos com o total de 442 postos de trabalho, relativos às áreas de apoio administrativo, secretariado e central de relacionamento.

Visando o atingimento dos objetivos estratégicos relacionados inicialmente às pessoas (Desenvolver Competências Estratégicas – Quali e Quanti) e ao ambiente organizacional (Garantir Ambiente Organizacional Propício – motivação, transversalidade e comunicação interna), não obstante às restrições orçamentárias, foram executadas ações a fim de aumentar o grau de satisfação e desempenho dos servidores, colaboradores e estagiários, promovendo ações de capacitação e treinamento de Pessoal no âmbito deste Ministério, as quais são normatizadas pela Portaria MT nº 433/2013, que dentre outras regras define que todas as capacitações têm de estar atreladas a objetivos estratégicos institucionais.

As restrições orçamentárias governamentais, a transferência das competências da Secretaria de Portos e Aviação Civil para este Ministério, por meio da Lei nº 13.341/2016, bem como a edição do Decreto nº 8.540/2015, impactaram na execução do Plano Anual de Capacitação. Com isso houve um reduzido número de capacitações, totalizando apenas 83 servidores.

5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

O quadro a seguir demonstra a força de trabalho da Unidade, quanto a tipologias dos cargos, sua lotação, os ingressos (entraram no órgão) no exercício e os egressos (saíram do órgão) no exercício.

Quadro 5.1.1.1- Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	1156	57	109
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	02	02	02
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	1154	55	107
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	738	33	50
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	124	12	13
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	00	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	292	10	44
2. Servidores com Contratos Temporários	-	00	00	00

3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	111	05	17
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	1267	62	126

Fonte: Serviço de Cadastro – SECAD/COAD/COGEP

O quadro acima apresenta apenas os servidores de carreira e não foram contabilizados os empregados públicos.

Já o quadro a seguir demonstra a distribuição da lotação efetiva dos servidores nas áreas meio e fim da unidade.

Quadro 5.1.1.2 – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	371	85
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	371	85
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	704	32
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	122	22
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	321	31
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	36	58
4. Total de Servidores (1+2+3)	407	143

Fonte: Serviço de Cadastro – SECAD/COAD/COGEP

No quadro acima, a área fim abrange as atividades desta UPC correspondente às suas finalidades e objetivos precípuos, quais sejam, prover o apoio necessário à Secretaria Executiva no acompanhamento e na supervisão das atividades desenvolvidas pelas entidades vinculadas ao Ministério. Dessa forma, o quantitativo apresentado compreende os servidores da SEGES, SFAT e SPNT, para atendimento à demanda de trabalho na realização de suas competências regimentais.

A área meio abrange todas as demais áreas da estrutura regimental deste Ministério, inclusive o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva, e corresponde às demais atividades que dão suporte técnico-administrativo à realização de suas atividades finalísticas.

Os demais servidores e empregados públicos não enumerados no quadro acima, são 147 cedidos (117RJU + 30CLT) e 669 celetistas com exercício em outros Órgãos.

Quadro 5.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	--	320	97	97
1.1. Cargos Natureza Especial	--	01	01	01
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	--	319	97	97

1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	--	79	09	06	
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	--	63	12	35	
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	--	58	31	79	
1.2.4. Sem Vínculo	--	111	05	17	
1.2.5. Aposentados	--	08	00	04	
2. Funções Gratificadas		214	155	14	18
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	--	153	14	18	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	--	01	00	00	
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	--	01	00	00	
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		214	534	111	115

Fonte: SECAD/COAD/COGEP (DEZ/2016)

O quadro anterior apresenta o total de Cargos de Natureza Especial, do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e as Funções Gratificadas, aprovadas pelo Decreto nº 8687/2016, nele incluídos os cargos de DAS, em caráter temporário, da Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), aprovados pelo Decreto nº 6018/2007.

Análise Crítica

O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil encontra-se com o Quadro de Pessoal extremamente precário para fazer frente às suas competências institucionais, tanto por carência de renovação do perfil profissional, quanto por falta de recomposição tempestiva da força de trabalho, evadida ao longo dos últimos anos.

Desde 1987, ocorreram somente duas oportunidades de ingresso de servidores mediante concurso público, em 1994 e 2010. Do último concurso realizado, além de ter sido autorizado quantitativo muito aquém da necessidade do Órgão, apenas 170 (cento e setenta) vagas, um terço já se encontram desprovidas em função da evasão de pessoal.

Este grande lapso temporal, decorrido desde 1987 até os dias atuais, sem o ingresso suficiente de novos servidores para suprir as vacâncias e assumir trabalhos fruto da expansão das atividades desta Pasta, ensejou várias providências emergenciais, porém paliativas. Dentre essas, podemos mencionar a busca por profissionais do Quadro Descentralizado Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), a contratação de mão de obra acessória e especializada, através de empresas de prestação de serviços. Tais providências, no entanto, além de criarem algumas distorções administrativas indesejáveis, não resolvem o gritante problema da falta de pessoal efetivo.

Outra grande preocupação identificada é a previsão de aposentadorias, especialmente para 2017, tendo em vista o grande número de servidores que percebem abono de permanência, ou seja, o Órgão poderá, ainda, perder cerca de 50% de seus servidores efetivos em curtíssimo prazo. Destaca-se também a alta faixa etária dos servidores que compõem o Quadro de Pessoal desta Pasta, o que denota um envelhecimento rápido da força de trabalho e a possível redução, em futuro próximo, de servidores ativos.

5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Este item tem por finalidade informar sobre as principais rubricas de despesas com o pessoal da UPC, conforme quadro a seguir.

Quadro 5.1.2 – Despesa do Pessoal

Tipologias/Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0	298.375,09	30.934,70	0	16.700,49	0	0	0	0	346.010,28
	2015	0	371.216,40	30.934,70	0	92.804,10	0	0	0	0	494.955,20
Servidores de carreira vinculados ao Órgão da unidade											
Exercícios	2016	73.427.763,44	4.068.390,97	61.524.017,90	1.176.291,11	12.701.415,30	3.587.462,31	924.570,23	11.252.093,62	367.925,82	169.029.930,70
	2015	55.065.222,83	4.176.977,00	28.707.487,72	2.856.184,30	3.498.091,85	36.709.703,41	436.221,36	339.106,38	45.504,17	131.834.499,02
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o Órgão da unidade											
Exercícios	2016	6.566.009,85	0	0,00	0	0	0	0	0	0	6.566.009,85
	2015	2.856.611,65	0	19.106,88	0	147.967,35	0	0	0	0	3.023.685,88
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporário)											
Exercícios	2016	6.477.525,61	0	748.402,11	0	0	0	0	0	0	7.225.927,72
	2015	6.418.239,04	0	546.662,89	3.416,27	590.049,70	0	0	0	0	7.558.367,90
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	59.686,37	0		0	0	0	0	0	0	59.686,37
	2015	129.203,20	0		0	0	0	0	0	0	129.203,20
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016		0		0	0	0	0	0	0	0,00
	2015		0		0	0	0	0	0	0	0,00

Fonte: COAD/COGEP

Obs.: Não há servidores com contrato temporário nesta Unidade. Os valores dos campos (gratificações, adicionais e indenizações) referentes a Servidores de carreira sem vínculo com o Órgão da unidade e Servidores sem vínculo com a administração pública, exceto temporário, estão inseridos no título “Servidores de carreira vinculados ao Órgão da unidade”, considerando que em análise aos relatórios de despesas foram constatados que tais valores se encontram consolidados, isto é, sem separação por situação.

5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

No que tange à gestão de riscos, cumpre informar que com o advento da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, de 10 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 11 de maio de 2016, Seção 1, este Ministério iniciou processo de conhecimento e divulgação das políticas de gestão dos riscos, porém no decorrer do exercício 2016 não foi, ainda, possível instituir o Comitê de Governança, Riscos e Controles, previsto no art. 23 daquela instrução.

Como fator gerador de riscos ao cumprimento da missão institucional, é necessário ressaltar o grande déficit funcional desta Pasta, que detém um exíguo Quadro de Pessoal, reflexo do alto índice de evasão (exonerações, vacâncias e aposentadorias) somado à inexistência de certame público para reposição do referido Quadro.

Há que se destacar, que a baixa remuneração das carreiras de base do Poder Executivo faz com que os servidores admitidos por meio de concurso público permaneçam por pouco tempo no Órgão, uma vez que se submetem a novos concursos por salários maiores.

Dessa forma, o conhecimento não é transferido, ou seja, os servidores mais antigos se aposentam e a bagagem de conhecimento é repassada para mão de obra composta por estagiários e terceirizados, cuja presença no serviço público é temporária, agravando mais ainda os problemas relacionados à gestão de pessoal, podendo comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional em longo prazo, bem como os objetivos estratégicos em médio e longo prazo.

É imprescindível destacar que a dificuldade de acesso ao cadastro de servidores/empregados da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) vem comprometendo a conclusão de pedidos de concessão/revisão de benefícios e a prestação de informações, em tempo hábil, ao Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU), Advocacia-Geral da União (AGU) e Órgãos de Justiça em geral.

5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

As regras de contratação e fiscalização da mão de obra terceirizada seguem as diretrizes previstas no Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, bem como das Instruções Normativas n. 02 de 30 de abril de 2008 e n. 04 de 12 de novembro de 2010, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A contratação de mão de obra indireta restringe-se à execução de atividades de apoio e assessoramento administrativo, secretariado e tele atendimento, para alocação em área meio deste Ministério, com o objetivo de auxiliar os servidores efetivos do Órgão na execução das tarefas inerentes aos seus cargos.

Para melhor cumprimento e execução dos referidos serviços, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) mantém vinculado a cada contrato, quadro de servidores designados para as funções de Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Gestor, promovendo assim o ideal acompanhamento da prestação dos serviços.

Cumpre ressaltar que, mesmo com o auxílio do corpo funcional indireto, é urgente a necessidade de realização de novo certame público que venha a recompor a força de trabalho desta Pasta, reduzindo ou extinguindo a dependência de mão de obra terceirizada.

Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (Regular)

Quadro 5.1.4.1 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Unidade contratante: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas						
UG/Gestão: 390004						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Contratação de "agente de integração", público ou privado, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização do programa continuado de estágio no âmbito do Ministério dos Transportes.	Centro de Integração Empresa Escola –CIEE (61.600.839/0001-55)	19/08/13	18/08/17	Nível médio	Ativo Prorrogado (P)
2014	Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, implantação, treinamento e operação gerenciada de Central de Relacionamento, na modalidade Ativo e Receptivo	CTIS Tecnologia S/A (01.644.731/0001-32)	26/09/14	25/09/17	Nível médio	Ativo Prorrogado (P)
2015	Contratação de empresa para execução indireta de serviços de apoio administrativo de secretariado, por meio da disponibilização de profissionais das categorias de Secretário-Executivo e de Técnico em Secretariado	EMPRESA Gestão de Pessoas e Serviços LTDA (03.873.484/0001-71)	06/01/2015	05/01/2018	Nível médio	Ativo Prorrogado (P)
2015	Contratação de empresa para execução indireta de serviços de apoio técnico administrativo, por diversas categorias laborais, em atividades meio, no âmbito do Ministério dos Transportes	EMPRESA Gestão de Pessoas e Serviços LTDA (03.873.484/0001-71)	07/12/2015	06/12/2017	Nível Fundamental	Ativo Prorrogado (P)

Fonte: Serviço de Articulação e Informação – SEAINF/COGEP

Em 2016, em atendimento às recomendações exaradas no Parecer n. 00324/2015/CONJUR-MT/CGU/AGU, de 18 de dezembro de 2015, que dispôs sobre a elaboração dos instrumentos de redução dos contratos de custeio, visando o alcance da meta de redução de 20% sobre o valor total dos contratos, nos termos do disposto no Decreto n° 8.540/2015, foi aplicada uma redução de 35% no número de vagas de estágio disponibilizadas às unidades internas do Órgão, resultando em um total de 231 vagas distribuídas.

Dessa forma, em 2016, o Programa de Estágios realizou 176 contratações, ocorrendo 23 desistências, resultando em 153 novos estagiários. Número inferior aos 196 desligamentos realizados no ano. Destes desligamentos, 73 foram a pedido dos estagiários, 89 por conclusão do período de estágio e 34 por interesse da administração, em razão de inassiduidade ou desempenho insatisfatório.

Das 231 vagas distribuídas, 44 (19%) são vagas de nível médio na área fim, 55 (24%) de nível superior na área fim, 59 (25%) de nível médio na área meio, e 73 (32%) de nível superior na área meio. A média de ocupação dos postos de estágio ao longo de 2016 foi de 218, dentro do limite de 231 e 27% abaixo da média de 2015 (290). A taxa de rotatividade dos estagiários foi de 70%.

As regras de contratação, as exigências sobre supervisão, a correlação com as atividades exercidas nas unidades e os valores de Bolsa-Estágio e Auxílio-Transporte dos estagiários são definidos pela Orientação Normativa n. 2, de 24 de Junho de 2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, publicada no DOU de 28/06/2016, e que se ampara na Lei nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008.

O número máximo de vagas de estágio disponibilizadas no SIAPE para cada Órgão correspondente 20% da força de trabalho, conforme a Lei 11.788/2008. No caso deste Ministério, seriam 764 vagas, sendo 283 de nível médio e 481 de nível superior. Contudo, entre 2012 e 2015 este Ministério limitou o número máximo de estagiários a 365, visando a racionalização dos gastos e a adequação à necessidade de estagiários em cada área.

Tabela 50 - Evolução da despesa com estagiários

	2012	2013	2014	2015	2016
Quantidade (média)*	292	280	273	290	218
AUXILIO TRANSPORTE (R\$)	463.511,85	443.751,68	433.840,06	459.702,76	334.832,02
BOLSA DE ESTAGIO (R\$)	1.389.651,22	1.307.860,41	1.242.481,79	1.376.550,06	1.085.035,94
RECESSO NÃO GOZADO (R\$)	-	23.543,03	46.460,79	51.864,19	63.783,03
TOTAL (R\$)	1.853.163,07	1.775.155,12	1.722.782,64	1.888.117,01	1.483.650,99

* Baseada no número de pagamentos realizados.

5.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

Este item apresenta a forma como o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil administra os bens imóveis sob sua guarda, evidenciando os controles internos relacionados à gestão do patrimônio imobiliário.

Vale destacar que o normativo interno básico que institui a responsabilidade pela administração patrimonial dos bens imóveis é o Regimento Interno do MTPA, o qual estabelece à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL), por meio da Divisão de Patrimônio (DIPAT), que é vinculada à Coordenação de Material e Patrimônio (COMAP), a incumbência de gerenciar,

dentre outros, todos os imóveis vinculados diretamente ao Órgão. Atualmente, o Ministério possui um total de 12 (doze) imóveis para seu uso, sendo 07 (sete) no Distrito Federal e 05 (cinco) no Estado do Pará.

Com o objetivo de facilitar e tornar mais ágil o controle desses bens, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil aderiu ao Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), desenvolvido pelo SERPRO. O Sistema gerencia a utilização dos imóveis da União, com objetivos específicos de manter o cadastro de imóveis e usuários, emitir relatórios gerenciais, permitir utilização de elementos gráficos (mapas, fotos dos imóveis) e disponibilizar informação em interface simplificada e moderna.

A conservação e manutenção predial são realizadas por meio da empresa Rocha Bressan Engenharia Indústria e Comércio Ltda, que avalia e mantém a estrutura dos imóveis situados em Brasília/DF. Vale destacar que, com a contratação de empresa especializada, visando à prestação de serviços de manutenção de forma ininterrupta e continuada, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil preserva a integridade do patrimônio da União, zelando pelo conforto e segurança dos usuários, economicidade dos investimentos, instalações, sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade.

Devido à necessidade de alocar espaço físico em imóvel de responsabilidade do MTPA para uso do Programa Passe Livre, bem como adaptar a guarda de documentos sob custódia do Arquivo Central, o Órgão estuda a viabilidade de reforma e ampliação de duas edificações localizadas nas Quadras 1 e 2 do SGON, em Brasília-DF. Ademais, com o intuito de melhor adequar a distribuição de diferentes serviços, estuda-se a possibilidade de edificação em terreno vazio situado também no SGON. Contudo, as restrições relacionadas à disponibilidade orçamentária tem dificultado a realização desse planejamento. Torna relevante ressaltar que a escassez de orçamento tem sido um fator impactante para a contratação de novas obras.

Por outro lado, o processo de melhorias da gestão, com vistas a alcançar a excelência na administração, manutenção e controle patrimonial, tem sido impactado com a carência de servidores para o funcionamento das Unidades relacionadas ao uso dos bens imóveis.

Em que pese tais dificuldades, no intento de aprimorar os procedimentos adotados para a gestão dos imóveis, o Órgão vem estudando soluções que implicam na otimização de espaços, além disso, constantemente, os imóveis têm sido monitorados para atualização dos dados e realização de pequenos reparos. Nesse aspecto, a agilidade dessas ações está condicionada aos recursos disponíveis, sejam eles humanos, financeiros ou tecnológicos.

5.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da união

O controle e a gestão dos imóveis da União sob a responsabilidade desta Unidade Prestadora de Contas se faz por meio do Sistema de Registro dos Imóveis de uso Especial da União- SPIUnet. As atualizações das informações dos imóveis são inseridas no Sistema SPIUnet, com reflexos nos registros contábeis.

No exercício de 2016 foram gastos R\$ 1.126.869,42 (um milhão, cento e vinte e seis mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta e dois centavos) com despesas de manutenção dos imóveis da União, por meio do Contrato nº 23/2014, firmado com a empresa Rocha Bressan Engenharia Indústria e Comércio Ltda., tendo por objeto: manutenção predial preventiva e corretiva, assistência técnica e operação das instalações eletro-hidrossanitárias e águas pluviais das dependências do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Tabela 51 - Distribuição geográfica dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRAFICA		QUANTIDADE DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCICIO 2016	EXERCICIO 2015
BRASIL	UF 1 - DISTRITO FEDERAL	7	5
	BRASILIA	7	5
	UF 2 - PARA	5	5
	BELEM	5	5
Sub Total (BRASIL)		12	10
EXTERIOR	PAÍS - NÃO TEM	0	0
Subtotal (EXTERIOR)		0	0
Total (Brasil + Exterior)		12	10

Nota: Foi realizado pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU a divisão dos lotes de RIP: 970133069.500-4 e 970133067.500-3 que alterou a quantidade de imóveis de 10 para 12.

https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/consulta/Cons_PorUG_Imov.asp

Tabela 52 - Descriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UPC

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	9701 214485.500-7	11	Bom	19/08/2014	48.689.561,12
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	9701 21382.500-9	10	Bom	30/01/2015	19.693.394,40
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	9701 21377.500-1	10	Bom	18/12/2014	1.809.350,28
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	9701 21381.500-3	4	Bom	18/12/2014	1.738.004,34
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	9701 21374.500-5	13	Bom	18/12/2014	182.952,69
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0427 00536.500-4	13	Regular	18/12/2015	102.255,44
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0427 00537.500-0	13	Regular	18/12/2015	117.116,54
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0427 00538.500-5	13	Regular	18/12/2015	125.729,44
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0427 00539.500-0	13	Regular	18/12/2015	108.896,80
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	9701 33067.500-3	4	Bom	30/08/2014	73.469,19
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	9701 33069.500-4	4	Bom	14/04/2015	57.142,71
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0427 00732.500-0	13	Regular	18/12/2015	116.143,71

Obs.: A Área utilizada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil referente ao RIP: 9701.21448500-7 (Ed. Sede) é 11.037,36 M2, Valor da Utilização 21.717.496,14

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet

5.3. Gestão da tecnologia da informação

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), na estrutura do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, é uma unidade integrante da Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD). Sua missão é planejar, coordenar, controlar e supervisionar os planos, programas e projetos relativos aos recursos de informação e informática no âmbito do Ministério, consoante às diretrizes do Órgão Central do Sistema.

O presente Relatório de Gestão contempla os atos de gestão cujo detalhamento das estratégias de atuação adotadas para o desempenho das atividades desenvolvidas, relativas ao exercício de 2016, e dos resultados atingidos pela CGTI, consubstanciados em tópicos no decorrer deste documento.

Em 2016, as ações de Tecnologia da Informação, de acordo com as diretrizes constantes do seu planejamento interno, além de manterem a orientação estabelecida no exercício anterior, especificamente quanto à disponibilidade dos serviços afetos a essa área, ampliaram a satisfação dos usuários da TI.

Com o alinhamento do PDTI 2015/2017 ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI/MT), foi possível obter maior efetividade no desenvolvimento das ações na área de tecnologia da informação, de forma a rever e replanejar as ações de TI do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil a curto, médio e longo prazo, com uma visão alinhada à estratégia da Instituição.

Sendo assim, além de se ter instrumentos que balizam as ações da área de TI, é necessário frisar, mais uma vez, as principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela área de Tecnologia da Informação para o exercício de 2016, decorrem da carência de conhecimento técnico e experiência por parte dos servidores que fazem parte da estrutura deste Ministério atualmente.

Desse modo, a CGTI expõe, neste relatório, as ações desenvolvidas no exercício findo.

Acreditamos ser o presente relatório mais uma forma de demonstrar e reafirmar a intenção em continuar, de maneira transparente, proporcionando soluções de Tecnologia da Informação que subsidiem à tomada de decisão dos vários níveis do Ministério.

Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no ano de 2016 e quais as principais decisões tomadas:

De acordo com o art. 2º do Regimento Interno do COGETI (Resolução n. 20, de 27/01/2015), compete ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (COGETI) do MTPA:

I – deliberar sobre a elaboração e revisões do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);

II - apreciar e aprovar o Plano de Investimentos em TI para o Ministério e acompanhar os valores definidos no orçamento, segundo as orientações do PDTI e do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI);

III - apreciar e aprovar o plano de trabalho anual para ações relativas à Tecnologia da Informação;

IV - apreciar e aprovar o relatório de gestão das ações contempladas no plano de trabalho anual;

V - definir prioridades de execução de projetos de TI, segundo estratégias previamente formuladas, considerando-se as demandas apresentadas pelos órgãos que compõem a estrutura do Ministério;

VI - monitorar a situação dos projetos relativos a TI e resolver conflitos de recursos e prioridades;

VII - apreciar e aprovar o Modelo de Gestão, que defina os procedimentos técnicos operacionais utilizados para o acompanhamento e execução dos contratos para a área de TI;

VIII - acompanhar a execução do PDTI;

IX - apreciar o relatório do grau de satisfação dos usuários e propor ações corretivas e de melhoria;

X - apreciar e deliberar sobre estudos e pareceres técnicos, submetidos pela área de TI, quanto à adoção de tecnologias, ferramentas e metodologias de trabalho para temas especializados de TI do Ministério;

XI - apreciar, aprovar e adotar as ações necessárias para o alinhamento do quadro funcional da área de TI do Ministério quanto à quantidade e competências técnicas com vistas a assegurar a qualidade, eficiência e eficácia das atividades e ações de TI no âmbito da Pasta;

XII - criar grupos de trabalho ou subgrupos para assessorar o Comitê;

XIII - convocar servidor do MT para tomar parte em reuniões ou compor grupos ou subgrupos de trabalho e convidar colaboradores eventuais.

Integram o COGETI as seguintes autoridades:

I - o Secretário-Executivo;

II - o Chefe de Gabinete do Ministro;

III - o Secretário de Política Nacional de Transportes;

IV - o Secretário de Gestão dos Programas de Transportes;

V - o Secretário de Fomento para Ações de Transportes;

VI - o Subsecretário de Assuntos Administrativos;

VII - o Subsecretário de Planejamento e Orçamento.

A Coordenação-Executiva do COGETI é exercida pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do MTPA, de acordo com o art. 3º e 6º do Regimento Interno do COGETI (Resolução Nº 20, de 27/01/2015).

O COGETI reuniu-se uma vez no ano de 2016. Nessa oportunidade, foi apresentada e aprovada a primeira revisão do PDTIC 2015/2017.

Tabela 53 - Principais sistemas de informação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes							
Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
ADM CIDE	Administrador Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	Gestor do sistema CIDE – WEB	Felipe Torres	Marcos Vinicus /Seges	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
AECI ASSAD	Assessoria de Controle Interno	Controlar as tarefas e seus encaminhamentos futuros, o registro da documentação recebida, o registro dos trabalhos/projetos e encaminhamentos de expediente, controlando os prazos de vencimento das tarefas, permitindo ainda a geração de informações para apoiar análise gerencial.	Maria de Fátima	Wyslane/ASSAD/GM	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
AECI - ASSAM	Assessoria de Controle Interno	Controlar as tarefas e seus encaminhamentos futuros, o registro da documentação recebida, o registro dos trabalhos/projetos e encaminhamentos de expediente, controlando os prazos de vencimento das tarefas, permitindo ainda a geração de informações para apoiar análise gerencial.	Maria de Fátima	Mateus/ASSAM/GM	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
AECI - SEGES	Assessoria de	Controlar as tarefas e seus	Maria de	Manuel/Seges	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes

Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
	Controle Interno	encaminhamentos futuros, o registro da documentação recebida, o registro dos trabalhos/projetos e encaminhamentos de expediente, controlando os prazos de vencimento das tarefas, permitindo ainda a geração de informações para apoiar análise gerencial.	Fátima				
AECI - SPNT	Assessoria de Controle Interno	Controlar as tarefas e seus encaminhamentos futuros, o registro da documentação recebida, o registro dos trabalhos/projetos e encaminhamentos de expediente, controlando os prazos de vencimento das tarefas, permitindo ainda a geração de informações para apoiar análise gerencial.	Maria de Fátima	SPNT	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
ASI PATRIMÔNIO		ASI - Patrimônio	Ciro Salomão	Gilvan Meneses/CGRL	6 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
AUXFUN	Auxílio Funeral	Analisar e instruir processos de auxílio funeral para os Servidores Ativos e Aposentados.	Maria de Fátima	Carlos Rafael/CGRH	12 meses	De Seg a Sex: 8h; Sáb e Dom: 24h.	3 h

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes

Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
CADIPP	Cadastro de Interessados Ponto de Parada	Responsável por cadastrar todos os pontos de paradas dos motoristas em cada posto do território nacional	Felipe Torres	Wagner Oliveira/SPNT	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
CAPPL	Consultar Andamento de Processos Livre	Responsável por disponibilizar os processos em andamento do Passe Livre	Ayrton Silva	Roberto Marciano/SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
CARGA FITA ESPELHO	Carga Fita Espelho	Atualiza a base BD_RH através de importação de arquivo mensal do SIAPE para servidores ativos, pensionistas e aposentados.	Felipe Torres	Carlos Rafael/CGRH	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
CARGA MARINHA MERCANTE	Carga Marinha Mercante	Carga de importação dos arquivos de Consignatários, Empresas e Agências da Marinha Mercante.	Felipe Torres	Carlos Rafael/CGRH	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	Felipe Torres	Marcos Vinicus /Seges	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12 h
EGAB	Sistema Eletrônico de Gabinete	Responsável pelo cadastro de agenda, contato, pleito, requerimento, perfis parlamentares, convite e demais funcionalidades que permitem interlocução política Ministerial.	Liliane Santos	Luis Rodrigues/ASSAD/GM	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes

Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
FORMAR	Acompanhamento de Formação de servidores	Acompanhamento de formação de servidores	Felipe Torres	Carlos Rafael/CGRH	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
GPWEB	Gestão de Projetos WEB	Responsável por monitorar todos os contratos ativos e inativos do MTPA	Lorena Lima	Viviane Fleury /CGTI/COGIN	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
HELP ONLINE	Guia prático de ajuda	Sistema responsável por centralizar o <i>help</i> das aplicações do MTPA, facilitando a manutenção e criação do conteúdo do <i>help</i> das funcionalidades das aplicações. Os helps de funcionalidades devem ser criados com o objetivo de auxiliar o usuário, de forma clara e objetiva, na melhor utilização da funcionalidade.	Valdinere Carneiro	Felipe Torres/CGTI/COPSI	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
INTERNET	Portal do MT	Disponibiliza na <i>web</i> informações referente ao MT permitindo maior interação com o público interessado. O sistema mantém a atualização e inclusão de conteúdo no Portal do Ministério dos Transportes de forma dinâmica.	Lino Neto	Laura Almeida/ASCOM/GM	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
INTERNET - ADMINISTR	Administrador de conteúdo	Publicador na web informações referente ao	Lino Neto	Laura Almeida/ASCOM/GM	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes

Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
ADOR		MT permitindo maior interação com o público interessado. O sistema mantém a atualização e inclusão de conteúdo no Portal do Ministério dos Transportes de forma dinâmica.					
INTRANET	Portal do MT interno	É um instrumento de gerir a informação permitindo o adequado processo da comunicação organizacional interna.	Lino Neto	Laura Almeida/ASCOM/GM	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
INTRANET	Administrador de conteúdo	É um instrumento de gerir a informação permitindo o adequado processo da comunicação organizacional interna.	Lino Neto	Laura Almeida/ASCOM/GM	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
Portal da Estratégia	Portal do Planejamento Estratégico Institucional	Disponibiliza na web informações referente ao planejamento estratégico do MT, permitindo maior interação com o público interessado.	Lino Neto	Orlando Filho/SPNT	3 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
Portal da Estratégia - ADMINISTRADOR	Administrador de conteúdo do PEI	Publicador de informações da Subsecretaria SPNT	Lino Neto	Orlando Filho/SPNT	3 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
PLANO DE SAÚDE	Plano de Saúde	Receber mensalmente a movimentação dos atendimentos realizados pela conveniada, realizar	Maria de Fátima	Robson Andrade/CGRH	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes

Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
		batimento com as informações dos servidores na base de dados do sistema de recursos humanos, controlar descontos na folha de pagamento do benefício de plano de saúde, o batimento de servidores que estejam fora da folha ou com nome diferente, e realizar o controle dos estornos. (Extração de Arquivos)					
RECAD - WEB	RECAD - WEB	Consulta externa para os processos referentes ao recadastramento anual dos aposentados e pensionistas do Ministério dos Transportes	Maria de Fátima	Robson Andrade/CGRH	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
REIDI	Regime Especial para o desenvolvimento de da Infraestrutura	Preenchimento automático de informações de projetos aprovados pelo ministério dos transportes no REIDI - Regime Especial para o Desenvolvimento da Infraestrutura neste MT, para encaminhamento à Secretaria da Receita Federal através de Declaração de Benefícios Fiscais - DBF	Felipe Torres	Adolfo Almeida/SFAT	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes

Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
REVERSÃO	Reversão	Analisar e instruir processos de reversão de crédito de Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas.	Maria de Fátima	Carlos Rafael/CGRH	6 meses	De Seg a Sex: 8h; Sáb e Dom: 24h.	6h
SAECI/AECI	Sistema da Assessoria de controle interno	Controla as tarefas e seus encaminhamentos futuros, o registro da documentação recebida, o registro dos trabalhos/projetos e encaminhamentos de expediente, controlando os prazos de vencimento das tarefas, permitindo ainda a geração de informações para apoiar análise gerencial.	Maria de Fátima	Augusto.C.Souza /AECI/GM	12 meses	De Seg a Sex: 8h; Sáb e Dom: 24h.	3h
SCA	Sistema de Controle de acesso	Possibilitar a definição de perfis de usuário, garantindo a segurança no acesso aos sistemas do Ministério dos Transportes no ambiente de produção.	William Ribeiro	Valdirene Carneiro/CGTI/ COPSI	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SCA COMPONENTES WEB	Sistema de Controle de acesso	SCA - Componente Validação AD (porta 22000)	William Ribeiro	Valdirene Carneiro/CGTI/ COPSI	6 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SCA I	Sistema de Controle de acesso	Possibilitar a definição de perfis de usuário, garantindo a segurança no acesso aos sistemas do	William Ribeiro	Valdirene Carneiro/CGTI/ COPSI	6 meses	De Seg a Sex: 8h; Sáb e Dom: 24h.	6h

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes

Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
		Ministério dos Transportes no ambiente de produção.					
SCEPL	Sistema de Consulta externa Controle processo do Passe Livre	Consulta Externa Passe Livre	William Ribeiro	Roberto Marciano/SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SCIMO	Sistema de controle de instrumentos médico e odontológico	Controlar o estoque de instrumentos Médicos e Odontológicos do Ministério dos Transportes.	Maria de Fátima	Carina Moreira/SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SEI	Sistema Eletrônico de Informações	Responsável por manter os processos de forma eletrônica, controla todos os trâmites processuais, permite as assinatura eletrônica e digitais, possui compartilhamento de processos para várias pessoas, áreas ao mesmo tempo.	Edison Moreira	Andreza Borges/SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SGD	Sistema de Gestão de Documentos	Responsável por tramitar processos físicos.	Lorena Lima	Dilma Mendes/ SPO	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SGF	Sistema de gestão de frotas	Responsável por controlar todos os veículos, Km, motorista, passageiros, inclusive a manutenção da frota do MT	Lorena Lima	Marco Aurélio/ SAAD	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	3 h
SIGI	Sistema de Gestão Internet	Gerenciar os questionamentos, dúvidas e sugestões do cidadão	Lino Neto	Mara Lopes/SAAD	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	3 h

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes

Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
		comum, e publicar informações sobre licitações em andamento no MT.					
SGINP	Sistema de gestão de impressão de processos	Gerar número de processos e produzir etiquetas.	Felipe Torres	Marilene Thimotheo/SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SGP	Sistema de Gestão de Processos	Acompanhar os Processos Administrativos Disciplinares e de Sindicância do Extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), manutenção dos membros da comissão de sindicância e as ocorrências de prorrogação de prazo.	Felipe Torres	/SE	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SIADRI	Sistema de Avaliação de Desempenho e Regimento Interno	Responsável por gerir a avaliação 360 dos servidores	Maria de Fátima	Dilma Mendes/ SPO	12 meses	De Seg a Dom: 1min.	6h
SIAEP	Sistema de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas -	Sistema responsável por cadastrar, visualizar, editar, excluir e aprovar pesquisas. Podendo também gerar relatórios dos registros realizados em cada funcionalidade. Facilitando de forma objetiva, o controle das informações no sistema.	Felipe Torres	Everton Correa/SPNT	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes

Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
SIAEX	Sistema de extração	Mini extrator dinâmico de dados que permite ao usuário, escolher as informações que serão analisadas de forma dinâmica. Este sistema está vinculado às entidades de dados do SIORC.	Felipe Torres	/SPO	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SICAP	Sistema de Controle e acompanhamento de processos de	Mantém o controle da movimentação de processos e documentos, acompanha o seu movimento e distribuição, desde a formação até o arquivamento, mantendo registro de localização e responsável pelo recebimento do mesmo nos setores por onde tramitou.	Maria de Fátima	Marilene Thimotheo/SAAD	12 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	3 h
SICAP - CONSULTA	Sistema de Controle e acompanhamento de processos de	SICAP Consulta - CTIS	Maria de Fátima	Marilene Thimotheo/SAAD	12 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	3 h
SICAP - MALA DIRETA	Sistema de Controle e acompanhamento de processos de	Mala Direta SICAP	Maria de Fátima	Marilene Thimotheo/SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SICAP - WEB	Sistema de Controle e acompanhamento	Possibilitar a consulta externa a processos registrados no sistema	Maria de Fátima	Marilene Thimotheo/SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes

Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
	de processos de	SICAP, por parte de empresas consignatárias e de navegação registradas no sistema Mercante.					
SICAR	Sistema de controle de arquivo	Mantém informações sobre os documentos e processos arquivados no Arquivo Geral do MT.	Maria de Fátima	Wesley Nascimento /SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SICON/SISCÓN	Sistema de contratos	Realizar o controle e acompanhamento de contratos do Ministério dos Transportes.	Felipe Torres	/SAAD	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
SICPAG	Sistema de controle de pagamento	Gerar o PCC (Plano de Classificação de Cargos) com todos os direitos e vantagens trabalhistas de um determinado aposentado ou pensionista em conformidade com as leis vigentes em cada período de tempo, desde 1960.	Felipe Torres	Carlos Rafael/CGRH	3 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
SICPAT/SICAT	Sistema de controle de pagamentos atrasados	Calcular e gerar valores para pagamentos de atrasados de direitos e vantagens trabalhistas de aposentados e pensionistas do Ministério dos Transportes.	Felipe Torres	Robson Andrade/CGRH	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SIGAT	Sistema de Gestão das Ações de Transporte	Sistema de Gestão das Ações de Transporte	Felipe Torres		3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes

Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
SIGEF	Sistema de gestão funcional	Responsável por controlar os dados funcionais dos servidores, terceirizados, dados financeiros, reversão, auxílio funeral	Maria Fátima de	Carlos Rafael/CGRH	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	3 h
SIGESA	Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental	Responsável cadastrar e monitorar as licenças ambientais	Edison Moreira	Mateus Amaral/ASSAM/GM	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	3 h
SIGPAC/SIMERR	Sistema de gestão de programa de aceleração do crescimento	Apoiar o Controle e monitoramento da execução dos empreendimentos sob responsabilidade do MTPA, permitindo controlar as fases preparatórias e fases de execução das obras do PAC.	Felipe Torres	Emanuel Fonteles/SEGES	6 meses	De Seg a Sex: 8h; Sáb e Dom: 24h.	6h
SIGT	Sistema de informações de Planejamento Regional de Transportes	Sistema de informações de Planejamento Regional de Transportes	Felipe Torres	/SPNT	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	3 h
SIMEC					3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SIMIC V2	Sistema de microfilmagem	Sistema de Microfilmagem - Sistema responsável por cadastrar Setores, Rolos, Microfilmes e Etiquetas. Podendo também, gerar relatórios dos registros realizados em cada	Maria de Fátima	Ailton Silva/SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes

Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
		funcionalidade. Facilitando de forma objetiva, o controle das informações no sistema.					
SIORC	Sistema de orçamento	Apoiar as atividades executadas pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério dos Transportes (áreas: Orçamento e Financeiro), subsidiando com funcionalidades de cadastros, importação de informações e consultas.	Valdirene	Ana Josina/SPO	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SISPF	Sistema de programação financeira	Manter o cadastro dos ofícios de programação financeira do Ministério dos Transportes, apoiando a Secretaria de Planejamento e Orçamento (Financeiro).	Valdirene	Ana Josina/SPO	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SPNLT	Sistema Nacional de Pesquisa de Tráfego	Sistema Nacional de Pesquisa de Tráfego	Valdirene	Mário Filho/SPNT	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SITRA	Sistema de tramitação	Realiza um planejamento antecipado das movimentações de um processo específico, sendo que tais movimentações deverão ocorrer após a entrada deste processo na CONJUR-MT.	Liliane Santos	Sergio Santos/CONJUR	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes

Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
SOPHIA	Sistema de gerenciamento de Bibliotecas	Responsável por controlar todo o acervo do MT	Liliane Santos	Sheila Portal/SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SPATIC	Sistema de acompanhamento de tecnologia da informação e comunicação	Sistema de acompanhamento do fluxo de demandas de serviços/pleitos para solicitantes e gestores, verificando o seu andamento. Verifica também a viabilidade/inviabilidade, planejamento, execução e homologação da solicitação (pleito). Serão disponibilizados ainda relatórios gerenciais para prover informações quantitativas e de custos das demandas.	Maria de Fátima	Maria de Fátima/CGTI/COPSI	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SPL	Sistema de Passe Livre	Gerenciar a concessão de Passe Livre às Pessoas Portadoras de Deficiência e Carentes, conforme determina a Lei 3.298 de 20/12/2003.	Ayrton Silva	Roberto Marciano/SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SPL - KITS	Sistema de Passe Livre	KITS - Módulo Passe Livre	Ayrton Silva	Roberto Marciano/SAAD	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
SREAP	Sistema de cadastramento de aposentado e pensionista	Mantém, acompanha e controla os processos referentes ao cadastramento anual dos	Maria de Fátima	Carlos Rafael/CGRH	12 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes

Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
		aposentados e pensionistas do Ministério dos Transportes e atende o disposto no decreto nº 7.141 de 29 de março de 2010 que regulamenta a atualização de dados cadastrais dos aposentados e pensionistas pagos pela União.					
Suíte Corporativa	Suíte Corporativa	Responsável por centralizar os serviços de base corporativa, mensagens e servidor de arquivo	Liliane Santos	Robson Andrade/CGRH	12 meses	De Seg a Dom: 1min.	6h
Wi-fi	Rede sem fio	Responsável por cadastrar todos os usuários que terão acesso a rede sem fio do MTPA	Felipe Torres	Liliane Santos/CGTI/COPSI	6 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h

Tabela 54 - Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI.

CAPACITAÇÃO	OE	APLICABILIDADE	STATUS
Gerenciamento de Projetos – Preparatório para Certificação PMP	E25	Aplicar os conceitos de gerenciamento de projetos de forma ampla, contemplando as áreas de conhecimento e grupos de processos, principais técnicas e ferramentas, tendo por referência o GUIA PMBOK.	Não Realizado
ITIL V3 Foundations	E25	Aplicar as boas práticas no gerenciamento de serviços de TI conforme a abordagem da ITIL Edição 2011.	Não Realizado
COBIT 5	E25	Capacitar profissionais na governança de TI, usando o modelo do COBIT como base para realizar diagnósticos, estabelecer controles, gerenciar e melhorar os processos de TI.	Não Realizado
Formação em Security Officer	E25	Capacitar profissionais os aspectos de gestão e organização da segurança da informação.	Não Realizado
Elaboração de Termos de Referência e Projetos Básicos para Contratação de Bens e Serviços no Setor Público	E25	Ao final do curso, o participante deverá ser capaz de: Elaborar termos de referência e projetos básicos para aquisições de bens e serviços comuns e complexos, continuados ou não, por preço, por técnica e preço, e por técnica.	Realizado
Banco de Dados	E25	Capacitar o Servidor a entender o contexto onde é utilizada a Modelagem Multidimensional de Dados; Desenvolver Modelos Multidimensionais de dados aplicando técnicas básicas e avançadas, seguindo as melhores práticas de mercado.	Não Realizado
Análise de Ponto de Função	E25	Capacitar o servidor a medir e estimar o tamanho funcional de um software, abordando todo o processo de contagem de pontos de função definido pelo Grupo Internacional de Usuários de Pontos de Função - IFPUG e capacitar os métodos relativos à estimativa de tamanho a partir de requisitos ainda incompletos.	Não Realizado
Análise de Requisitos	E25	Capacitar o servidor a utilizar abordagens sistemáticas para definir, analisar, especificar e verificar os requisitos de um sistema.	Não Realizado

Teste de Software	E25	Capacitar o servidor a conhecer as habilidades necessárias para execução das atividades de teste de <i>software</i> , gerenciar e conhecer as principais ferramentas, técnicas estáticas e dinâmicas do teste.	Não Realizado
Analista de Negócio de TI	E25	Capacitar o Analista de Negócios a compreender as reais necessidades do usuário de tecnologia e garantir eficiência das soluções.	Não Realizado
Governança de TI na Administração Pública	E25	Ao final do curso, o participante deverá ser capaz de estabelecer um conjunto de mecanismos com o objetivo de assegurar que o uso da TI agregue valor ao negócio, com riscos e custos aceitáveis.	Não Realizado
Encontro PMI-DF	E25	Servir aos interesses profissionais de seus filiados e contribuir para o desenvolvimento da comunidade de gerenciamento de projetos no Distrito Federal.	Não Realizado
Analista de Negócios de TI com Base no Babok 2.0	E25	Capacitação dos servidores para aplicação das regras de negócio, modelagem de negócios e processos BPM e as técnicas do Babok 2.0.	Não Realizado
Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação – DGTI	E25	Desenvolver a capacidade para o planejamento integrado nos processos de aquisição e contratação de suprimentos, serviços, produtos e outros elementos relacionados à tecnologia da informação no contexto do SISP, além de aprimorar a capacidade técnica para avaliação de propostas dessa temática e de gerenciamento de contratos de tecnologia de informação.	Não Realizado
Licitação e Contrato Administrativo	E25	Aplicação dos conhecimentos adquiridos no Serviço de Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação da CGTI.	Não Realizado
Arquitetura Corporativa	E25	Capacitar os servidores para desenvolver processo iterativo, reutilizável, cíclico e suportado pelas melhores práticas de modelagem envolvidas nas atividades fim ou meio de uma organização, compreendendo quatro tipos de arquitetura que são comumente aceitas como subconjuntos de uma arquitetura corporativa, a saber: negócios, dados, aplicações e tecnologia.	Não Realizado
ISO 27002	E25	Preparatório para: Exame ISO 27002 Fundamentos.	Não Realizado
ISO 27001	E25	Preparatório para: Exame ISO 27001 Fundamentos.	Não Realizado
ISO 15999	E25	Preparatório para: Exame ISO 15999 Fundamentos Boas Práticas na Segurança da Informação.	Não Realizado

Tabela 55 - Capacitação de servidor

CURSO	SERVIDOR	RESULTADO ESPERADO
PREPARATÓRIO PARA CERTIFICAÇÃO EM GESTÃO DE PROJETOS – PMI	VALDIRENE CARNEIRO DE SOUZA	Agregar valor à Gestão de Projetos de Software

Treinamento e transferência de conhecimento:

Em 2016 ocorreram treinamentos do Sistema Eletrônico de Informações para várias unidades internas do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e transferência de conhecimento para vários órgãos externos, agregando valor ao órgão e à Administração Pública.

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários:

Tabela 56 – Mapa de distribuição dos servidores da CGTI

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO SERVIDORES DA CGTI			
COM GRATIFICAÇÃO GSISP – NÍVEL INTERMEDIÁRIO			
Qtd	Nome	Formação	Cargo
01	Marcelo Henrique Rios dos Reis	Ciências Econômicas	Agente Administrativo
02	Márcia Lopes Vicente	Letras	Agente Administrativo
03	Maria de Fátima Almeida Silva	Ciências Econômicas	Agente Administrativo
04	Marta Malaquias Nunes	Tecnologia em Gestão Pública	Agente Administrativo
ANALISTAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ATI			
Qtd	Nome	Formação	Cargo
01	Anderson da Costa	Tecnólogo em Processamento de Dados (Sistemas)	Analista em TI

02	Bruno Martins Marques Migowski Carvalho	Ciências da Computação	Analista em TI
03	Edison Moreira de Carvalho Júnior	Computação	Analista em TI
04	Felipe Torres da Silva e Souza	Administração	Chefe de Divisão
05	Julierme Rodrigues da Silva	Processamento de Dados	Analista em TI
	Julio Cesar Ferreira da Silva	Ciência da Computação	Analista em TI
06	Liliane Pereira dos Santos	Sistemas de Informação	Coordenadora
07	Lino José de Figueiredo Neto	Sistemas de Informação	Analista em TI
08	Marcus Vinicius Porto Lavinias	Processamento de Dados	Analista em TI
09	Nubian Mendonça Amorim	Processamento de Dados	Coordenadora
10	Valdirene Carneiro de Souza	Ciência da Computação	Chefe de Serviço
11	Victor Alex Begnini	Processamento de Dados	Analista em TI
12	Viviane Fleury Veiga	Sistemas de Informação	Coordenadora
13	Wiliam Ribeiro da Silva	Sistemas de Informação	Analista em TI

SEM GRATIFICAÇÃO

Qtd	Nome	Formação	Cargo
01	Ciro Tadeu Costa Salomão	Análise de Sistemas	Analista de Sistemas
02	João Batista Ferreira de Castro	Processamento de Dados	Analista de Sistemas

CARGOS EM COMISSÃO

Qtd	Nome	Formação	Cargo
-----	------	----------	-------

01	Luana Conceição de Lima	Sistemas de Informação	Chefe de Divisão
02	Marcelo Cozzetti Bertoldi de Souza	Análise de Sistemas	Chefe de Divisão
03	Rafael Ferreira Bittencourt	Sistemas de Informação	Chefe de Serviço

ESTAGIÁRIOS

01	Ayrton Jose dos Reis Moura de Souza	Sistemas de Informação	Estagiário
02	João Pedro Cardoso Silva	Sistemas de Informação	Estagiário
03	Lorena de Oliveira Lima	Sistemas de Informação	Estagiária
04	Matheus da Silva Reis	Sistemas de Informação	Estagiário
05	Maria Lucinete Souza	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Estagiária

COORDENAÇÃO-GERAL DE TI

Qtd	Nome	Formação	Cargo
01	Kleber Campos Rodrigues Filho	Ciência da Computação	Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS TERCERIZADOS DA CGTI - MTPA

Qtd	Nome	Empresa	Cargo
01	Ana Verônica Rabelo	Interação	Gerente de Projetos Sênior I
02	Assis Dos Reis Marques	Interação	Representante Legal
03	Davy Alvarenga Machado	Interação	Administrador de Banco de Dados
04	Jimmy Vieira Sant Ana	Interação	Analista de Sistema

05	Pedro Ernesto Uliana	Interação	Desenvolvedor Sênior III
06	Erinéia Vieira da Silva	Interação	Analista de Sistema
07	Jana Paula	Interação	Analista de Sistema
08	Carlos Henrique Ferreira de Melo	Interação	Analista Desenvolvedor
09	Marcos Ferreira Tavares	Interação	Analista Desenvolvedor
10	Érika Silva Dantas de Oliveira	Interação	Analista de Sistema
11	Matheus da Silva Reis	Interação	Analista Desenvolvedor
12	Antônio Flávio Dantas Pinto	Intelit	Supervisor - Perfil A
13	Adelson Nascimento Dourado	Intelit	Analista Sênior - Perfil B
14	Eduardo Pinho de Andrade	Intelit	Analista Sênior - Perfil B
15	Rafael Leandro Almeida	Intelit	Analista Sênior - Perfil B
16	Alisson Eduardo do Vale Vasconcelos	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C
17	Alysson Cotrim Rodrigues	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C
18	Ana Paula Rabelo Cavalcante	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C
19	Jonatan Dias Carmo	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C
20	Kelly Oliveira da Silva	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C
21	Marcelo Ferreira dos Reis Ribeiro	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C
22	Nilton Rodrigues do Nascimento	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C
23	Wallacy Bom fim de Oliveira	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade e demais iniciativas:

O processo de gerenciamento de serviços de TI implementados na Coordenação de Infraestrutura de Informática (COINF), com apoio da Coordenação-Geral de TI (CGTI), baseia-se numa central de Serviços (*Service Desk*) que funciona como um ponto único de contato para oferecer orientação, diretrizes e tratamento de incidentes desde sua detecção até sua resolução.

A Central de Serviços atende a todos os colaboradores vinculados ao Ministério, abrangendo atendimento ao público interno, às Secretárias de Portos e de Aviação Civil e ao Departamento da Marinha Mercante (DMM) e Núcleos Regionais de Recursos Humanos (NRH), que se localizam em diversas cidades do Brasil.

Todos os atendimentos são gerenciados pela ferramenta de gerenciamento de serviços de TI (ITMS) chamada *SysAid*, com a qual foi possível incorporar características dos processos de *Service Desk*, gestão de incidentes, gestão de problemas, gestão de catálogo de serviços e de gestão de nível de serviço dentro da rotina de execução dos serviços de TI.

Com essa ferramenta, os gestores da rede e as empresas de suporte técnico realizam o controle do Acordo de Nível de Serviço (SLA) de até sessenta minutos para atendimento às demandas, assim como a interação entre solicitante e as subáreas responsáveis pelo atendimento da requisição, cumprindo um ciclo de vida pré-definido.

A ferramenta ainda disponibiliza o catálogo de serviços prestados pela COINF em até três níveis de especialização, podendo o requisitante escolhê-los, conforme a necessidade. Essa necessidade pode ser categorizada em incidente ou requisição. Caso seja a primeira, dispara-se processo para restabelecimento o mais breve possível do serviço afetado, como a interrupção do serviço, minimizando os impactos negativos.

A infraestrutura que suporta a ferramenta *SysAid* é composta por *host* de máquina virtual no *cluster* de produção usado para a aplicação e um esquema dentro da instância principal do Banco de Dados *Oracle* Produção.

Ademais, existem iniciativas da Coordenação de Infraestrutura para documentar e aprimorar os processos existentes e implementar novos processos, com objetivo de prover serviços e processos de tecnologia da informação com maior qualidade.

Relacionado a gerenciamento de configuração e de ativos, foi adquirido recentemente o *software Symantec Altires* que possibilitará o controle pelos gestores de todas as configurações aplicadas aos ativos de rede, como *desktops*, *notebooks*; *switches*, servidores de rede, entre outros.

O gerenciamento de conhecimento é realizado atualmente através de documentação dos serviços, dos ativos e dos procedimentos em arquivos de texto. Com a iminente contratação de novo modelo de prestação de serviços de Infraestrutura de TI, será exigido que toda documentação e conhecimento seja incluída numa base de conhecimento única, utilizando a funcionalidade já disponível no *software SysAid*.

Preocupando-se com a continuidade do serviço, estão sendo desenvolvidas iniciativas relativas a estudos de projetos que possibilitem a oferta de alta disponibilidade dos serviços oferecidos pela TI, além de definir e manter um plano de continuidade de serviço, de adquirir ferramentas *Symantec*, que possam auxiliar na segurança dos ativos envolvidos nos serviços TI, de

aquisição de um equipamento de alta performance voltado para *backup*, possibilitando a guarda e recuperação dos dados de modo a assegurar a continuidade dos serviços, dentre outros.

A Coordenação de Infraestrutura utiliza diversas ferramentas que auxiliam na melhor disponibilização e gerenciamento de seus serviços. Ferramentas de monitoramento de ativos de rede, tais como *Zabbix* e *Nagios*, propiciam uma ação proativa, evitando assim que os serviços sejam afetados por incidentes pré-anunciados. A ferramenta *Dynatrace* (APM), para análise de performance de sistemas, foi adquirida no intuito de melhorar a satisfação do usuário final para com os serviços ofertados pelos principais sistemas do Ministério.

Alguns recursos de TI estão em avançado estágio de contratação o que possibilitará melhor satisfação dos usuários com os serviços de Internet e todos os sistemas de governo e aplicativos que são acessados pela internet, além de possibilitar maior velocidade no tráfego de informações pela rede de dados.

Como parte da competência da Coordenação de Projetos e Sistemas está a Gestão e Fiscalização dos seguintes contratos:

Tabela 57 – Quantitativo da gestão e fiscalização de contratos

CONTRATO	OBJETO	GESTOR	FISCAL	Fiscal Técnico Suplente
03/2013	EGAB	Liliane Pereira dos Santos	Liliane Pereira dos Santos	Felipe Torres
18/2014	Fábrica de Software	Liliane Pereira dos Santos	Liliane Pereira dos Santos	Felipe Torres
02/2015	SOPHIA	Liliane Pereira dos Santos	Maria de Fátima	Liliane Pereira
09/2016	Scanner	Liliane Pereira dos Santos	Liliane Pereira dos Santos	Felipe Torres
10/2016	Gestão de Contratos - GESCON	Marco Aurélio Correia de Souza	Liliane Pereira dos Santos	Felipe Torres

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no ano de 2016, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão:

Tabela 58 - Descrição dos projetos de TI

E DE TI	E DE TI	E DO MT	C DE TI	PROJETO	CONTRATO	RESULTADOS ESPERADOS	VALORES ORÇADOS R\$	VALORES DESPENDIDOS R\$	PRAZO PARA CONCLUSÃO
TI2	E4	E25	C7	Serviço de Acesso à Internet	SERPRO -13/2014	Interconexão com outros órgãos e disponibilização de acesso à internet	214.510,71	214.510,71	08/03/2017
TI2	E4	E3	C6	Serviço de Manutenção e Desenvolvimento de Sistemas	EVOLUÇÃO - 03/2013	Prestação de serviços especializados de atualização, suporte, atendimento e manutenção no sistema integrado de gabinete.	321.600,00	321.600,00	15/03/2017
TI3	E6	E3	C12	Manutenção, Atualização e Suporte Técnico (NETAPP)	Columbia - 15/2013	Serviço especializado em suporte, manutenção e atualização, no site, do equipamento <i>storage NetApp</i> .	124.949,03	124.948,92	31/03/2017
TI2	E4	E3	C6	Serviço de Manutenção e Desenvolvimento de Sistemas	INTERAÇÃO - 18/2014	Prover o ministério dos transportes de um modelo eficiente e eficaz, capaz de atender as demandas de sistema de suas unidades e órgãos integrantes.	4.893.000,48	2.577.132,04	11/04/2017
TI2	E4	E25	C7	Serviço de Manutenção e Suporte ao VMWARE	BRISA - 08/2013	Atualização e Suporte técnico às licenças de uso do produto de virtualização de servidores VMWare.	215.038,17	208.151,80	12/05/2017
TI3	E5	E3	C12	Serviço de Manutenção e Suporte à Sala Cofre	ACECO - 09/2013	Garantir continuidade de funcionamento da sala-cofre no ambiente de TI do Ministério.	332.581,92	295.201,92	10/06/2017
TI3	E6	E3	C12	Serviço de Manutenção e Suporte de Biblioteca de Fita de Armazenamento de Dados - QUANTUM	UNITECH - 16/2013	Manter os equipamentos de armazenagem de dados e a unidade robotizada de backup em perfeito funcionamento	50.196,00	50.196,00	04/07/2017
TI3	E6	E3	C12	Aquisição de subsistema de armazenamento <i>Scale Out</i> de alta disponibilidade compatível com ambiente atual.	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA - 06/2016	Dados, informações e aplicações protegidas de forma que seja garantida a sua recuperação. Softwares e equipamentos que realizam a cópia de segurança em pleno funcionamento e atualizados para que possam assegurar a integridade e disponibilidade da aplicação.	2.799.900,00	2.799.900,00	11/08/2017

TI2	E4	E25	C7	Serviços de Impressão Corporativa	VICMA - 20/2013	Agilidade e controle em impressões de serviços e documentos.	547.980,00	360.523,69	15/08/2017
TI2	E4	E25	C7	Contratação para o fornecimento de "Solução de Gerenciamento de Portfólio e Projetos, Contratos Administrativos, indicadores ,de desempenho (BI) e Extrator SIAFI, incluindo a aquisição de licenças de uso e a prestação serviços afins de instalação, Treinamento de usuários, Serviço de Suporte Técnico e Manutenção e Serviço de apoio Estratégico", a ser implantado na Secretaria de Portos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.	N20 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME - 10/2016	Prover acesso através da intranet/internet: A Solução deverá permitir que todos os processos, atividades e registros sejam realizados, utilizando tecnologia "WEB" e acessado através de navegadores padrão de mercado, tais como Google Chrome, Firefox, Internet Explorer;	5.023.351,00	1.291.776,00	01/09/2017
TI3	E5	E3	C9	Aquisição <i>Scanners</i> , contemplando assistência técnica da garantia, de acordo com as especificações técnicas e os quantitativos constantes deste contrato.	APPSERVICE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI — ME - 09/2016	Atender a demanda de digitalização de documentos, fornecendo arquivos em OCR para inserção no sei. Diminuição de cópias impressas.	319.950,00	319.950,00	08/09/2017
TI2	E4	E25	C7	Manutenção do Contrato de Atendimento e Suporte ao Usuário	Intelit-28/2014	Suporte técnico de informática em atendimento presencial e remoto, ambos nas dependências física do Ministério dos Transportes	1.170.141,52	1.169.813,50	30/04/2016
TI2	E4	E25	C7	Contratação de serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação com serviços de análise especializados, bem como, serviços complementares de apoio à consulta, interpretação e aplicação das informações contidas nas referidas bases.	GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA - 16/2016	Fornecimento de estudos que funcionem como guias para profissionais, que atuem no setor de TI das empresas e do governo federal, além de subsidiar os gestores de TI uma melhor tomada de decisão no dia-a-dia.	693.695,00	57.807,92	02/12/2017

TI4	E8	E2	C16	Fornecimento, manutenção, atualização e <i>upgrade</i> de Solução de Segurança Integrada e Gerenciamento Seguro da Informação em ambiente corporativo.	FAST SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - 17/2016	Redução da possibilidade de sucesso de ataques cibernéticos aos equipamentos do Ministério; Redução da possibilidade de infecção dos equipamentos do Ministério; Atualização automática e permanente do sistema antivírus em uso no Ministério; Implementação de regras e políticas de segurança no que se refere ao uso de internet e correio eletrônico;	2.240.249,13	1.344.149,48	26/12/2017
TI5	E10	E2	C22	Fornecimento de Solução de Gerenciamento de Disponibilidade e Qualidade das Aplicações Tecnológicas e dos Serviços de Banco de Dados, e serviços associados.	XYS TECNOLOGIA LTDA - 19/2016	Disponibilizar informações a respeito da qualidade das aplicações e dos bancos de dados, bem como ferramentas que promovam a análise e a investigação, de forma assertiva, dos incidentes de tecnologia que causa indisponibilidade ou diminuição da performance das aplicações e bancos de dados.	915.000,00	685.000,00	26/12/2017
TI2	E4	E25	C7	Serviço de Manutenção da Solução de Gestão de Biblioteca - <i>Sophia</i>	PRIMASOFT - 02/2015	Software de gerenciamento de biblioteca atualizado. Suporte técnico e manutenção.	11.880,00	11.880,00	15/01/2018
TI2	E4	E3	C6	Serviço de Manutenção e Desenvolvimento de Sistemas	LINK DATA - 11/2013	Prestação de serviços de suporte técnico e manutenção continuada do <i>software</i> de Gestão ASI Módulos	318.381,07	132.291,70	Concluído
TI2	E4	E25	C7	Serviço de Suporte à Infraestrutura da TI	HEPTA - 30/2015	Suporte e a sustentação da infraestrutura de TI do MTPA	851.449,28	517.907,89	Concluído
TI2	E4	E25	C7	Aquisição de Linha Digital "VOIP" com o respectivo aparelho	Redisul Informática LTDA - 33/2015	Substituir, complementar e estender o uso da tecnologia VOIP no âmbito do Ministério dos Transportes.	999.020,00	999.020,00	Concluído

Em 2016 houve uma redução na execução de novos projetos em relação a 2015, conforme orientação da alta gestão, em razão do contingenciamento de recursos orçamentários. Neste sentido, os projetos priorizados foram os que constam abaixo:

Tabela 59 – Quantitativo dos projetos executados

ITEM	PROJETOS	RESUMO
01	SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI	Implantação do Sistema Eletrônico de Informações na Secretaria Nacional de Aviação Civil.
02	SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – TREINAMENTO	Treinamento do Sistema Eletrônico de Informações em diversas unidades do MT.
03	SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO(SCA)	Continuidade na migração do Sistema de Controle de Acesso do Ministério para plataforma JAVA e ORACLE.
04	SUÍTE CORPORATIVA	Continuidade à integração dos sistemas à Suíte Corporativa do Ministério.
05	SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SIGESA)	Sistema de Gestão Ambiental da Assessoria de Gabinete
06	GESTÃO DE FROTAS	Sistema de Gestão de Frotas do Ministério
07	SISTEMA DE GESTÃO DE OBRAS	Sistema solicitado pela SFAT e SEGES para acompanhamento das obras do Ministério
08	SISTEMA DE PASSE LIVRE (SPL)	Sistema de Passe Livre

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade:

A dependência tecnológica de terceiros, na área governamental, se deve principalmente à falta de maturidade dos processos de TI, comuns ao ambiente de dificuldades de planejamento e investimento a longo prazo. O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, assim como uma grande parte da Administração Pública Federal, carece de maturidade na sua área de TI e os trabalhos vêm sendo executados no sentido da melhoria dessa característica.

A dependência tecnológica principal encontra-se em duas atividades, a saber: suporte a infraestrutura e aos usuários da rede de dados e desenvolvimento de sistemas. Assim, a CGTI vem atuando para cada área.

- a) Suporte a Infraestrutura e aos usuários da rede de dados:

Encontra-se em andamento processo de contratação prestação de Serviços técnicos continuados de operação, monitoração, manutenção, sustentação e projetos de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que é baseado no tamanho da infraestrutura para o atendimento e suporte ao usuário de infraestrutura de TIC, bem como para a realização de projetos de Infraestrutura de TIC, baseando-se em métricas especializadas. Esse modelo eleva o nível de maturidade dos serviços de TI, ampliando a capacidade operacional, garante maior eficiência, amplia a base de conhecimento e proporciona a contínua evolução do catálogo de serviços.

Vale observar que nesse modelo de contratação haverá uma preocupação em incorporar soluções para inibir o aprisionamento e a dependência tecnológica. Para atender a este requisito, cabe destaque a agregação de valor a ser obtida pela transferência do domínio tecnológico para o Ministério, através da transferência de conhecimento ao mesmo tempo em que a execução do serviço vier a ocorrer.

Assim, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil se beneficiará dos produtos e serviços prestados pela futura contratação, sem risco à continuidade do negócio da instituição.

b) Desenvolvimento de sistemas:

Para mitigar a dependência tecnológica de empresas terceirizadas, a Coordenação de Projetos e Sistemas realizou as seguintes iniciativas:

1. Mapeou os processos de trabalho da Coordenação de Projetos e Sistemas;
2. Padronizou a arquitetura de desenvolvimento;
3. Padronizou os artefatos de desenvolvimento;
4. Padronizou a Modelagem de Dados;
5. Elaborou o Portfólio de Serviços de Apoio Técnico;
6. Atualizou o Roteiro de Métricas do MT;
7. Implantou ferramentas próprias para Gestão de Demandas, projetos e serviços;
8. Finalizou a implantação do *Dashboard* da Coordenação com gráficos e relatórios para apoiar a gestão da unidade, aprimorando o planejamento e controle das demandas em execução e auxiliando na tomada de decisão;
9. Mapeou o Parque Tecnológico do MTPA e elaborou o Portfólio de Aplicações existentes;
10. Iniciou a elaboração de Metodologia de Desenvolvimento de *Software*;
11. Capacitou servidores em Gestão de Projetos;
12. Reteve conhecimento através de treinamentos e *workshops*;
13. Versionou códigos fontes e *scripts* de banco de dados; e
14. Iniciou o Planejamento da Contratação de Fábrica de *Software*, Serviços de Apoio Técnico, Apoio à Gestão da Qualidade e Apoio à Gestão de Métricas, em itens separados.

5.3.1. Principais sistemas de informação

Tabela 60 – Quantitativo dos principais sistemas de informação

Sigla	Descrição
ADM CIDE	Administrador Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
AECI - ASSAD	Assessoria de Controle Interno
AECI - ASSAM	Assessoria de Controle Interno
AECI - SEGES	Assessoria de Controle Interno
AECI - SPNT	Assessoria de Controle Interno

ASI - PATRIMÔNIO	
AUXFUN	Auxílio Funeral
CADIPP	Cadastro de Interessados Ponto de Parada
CAPPL	Consultar Andamento de Processos Livre
CARGA FITA ESPELHO FASE1	CARGA FITA ESPELHO FASE1
CARGA FITA ESPELHO FASE2	CARGA FITA ESPELHO FASE2
CARGA MARINHA MERCANTE	CARGA MARINHA MERCANTE
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
EGAB	Sistema eletrônico de Gabinete
FORMAR	Acompanhamento de Formação de servidores
GPWEB	Gestão de Projetos WEB
HELP ONLINE	Guia prático de ajuda
INTERNET	Portal do MT
INTERNET - ADMINISTRADOR	Administrador de conteúdo
INTRANET	Portal do MT interno
INTRANET	Administrador de conteúdo
PEI	Portal do Planejamento Estratégico Institucional
PEI - ADMINISTRADOR	Administrador de conteúdo do PEI
PLANO DE SAÚDE	PLANO DE SAÚDE
RECAD - WEB	RECAD - WEB
REIDI	Regime Especial para o desenvolvimento de da Infraestrutura
REVERSÃO	REVERSÃO
SAECI/AECI	Sistema da Assessoria de controle interno
SAPPI	Sistema de Alimentação Ações de Estados
SCA	Sistema de Controle de acesso
SCA COMPONENTES WEB	Sistema de Controle de acesso
SCA I	Sistema de Controle de acesso
SCEPL	Sistema de Consulta externa Controle processo do Passe Livre
SCIMO	Sistema de controle de instrumentos médico e odontológico
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SGD	Sistema de Gestão de Documentos
SGF	Sistema de gestão de frotas
SGI	Sistema de Gestão Internet
SGINP	Sistema de gestão de impressão de processos
SGP	Sistema de Gestão de Processos
SIADRI	Sistema de Avaliação de Desempenho e Regimento Interno
SIAEP	Sistema de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas -
SIAEX	Sistema de extração
SICAP	Sistema de Controle e acompanhamento de processos de
SICAP - CONSULTA	Sistema de Controle e acompanhamento de processos de
SICAP - MALA DIRETA	Sistema de Controle e acompanhamento de processos de

SICAP - WEB	Sistema de Controle e acompanhamento de processos de
SICAR	Sistema de controle de arquivo
SICON/SISCON	Sistema de contratos
SICPAG	Sistema de controle de pagamento
SICPAT/SICAT	Sistema de controle de pagamentos atrasados
SIGAT	Sistema de Gestão das Ações de Transporte
SIGEF	Sistema de gestão funcional
SIGESA	Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental
SIGPAC/SIMER	Sistema de gestão de programa de aceleração do crescimento
SIGT	Sistema de informações de Planejamento Regional de Transportes
SIMEC	
SIMIC V2	Sistema de microfilmagem
SIORC	Sistema de orçamento
SISPF	Sistema de programação financeira
SPNLT	Sistema Nacional de Pesquisa de Tráfego
SITRA	Sistema de tramitação
SOPHIA	Sistema de gerenciamento de Bibliotecas
SPATIC	Sistema de acompanhamento de tecnologia da informação e comunicação
SPL	Sistema de Passe Livre
SPL - KITS	Sistema de Passe Livre
SREAP	Sistema de cadastramento de aposentado e pensionista
Suíte Corporativa	Suíte Corporativa
Wi-fi	Rede sem fio

Manutenção de Sistemas Legados (sustentação):

Foram realizadas manutenções nos sistemas legados, conforme Portfólio de Sistemas do MT e sustentação nos produtos entregues pela equipe de projetos.

Serviços

Abaixo seguem os serviços que foram prestados ao Ministério pela Coordenação de Projetos e Sistemas:

Tabela 61 – Relação dos serviços de manutenção de sistemas legados

PORTFÓLIO DE SERVIÇOS PARA DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES	
SERVIÇO MACRO	SERVIÇOS
1. GESTÃO DO PORTFÓLIO DE PROJETOS	1.1 Priorização dos projetos de software
	1.2 Elaboração do Portfólio de Projetos de Software
	1.3 Liderança da equipe
	1.4 Desenho dos Projetos da Coordenação
	1.5 Gerenciamento de Conflitos
	1.6 Orquestrar os cronogramas dos projetos
	1.7 Apoio aos Líderes de Projetos na elaboração e acompanhamento dos Cronogramas
	1.8 Dar e receber feedbacks dos projetos em execução
	1.10 Orientar a Contratação de Recursos dentro dos perfis esperados pelo MTPA

	1.11 Criação e Evolução de Artefatos
	1.12 Suporte na atualização da Metodologia de Desenvolvimento de Software
2. LIDERANÇA DE PROJETOS	2.1 Estudar a Proposta de Projeto e verificar sua viabilidade
	2.2 Desenvolver o Termo de Abertura do Projeto
	2.3 Desenvolver o Plano de Gerenciamento do Projeto
	2.4 Orientar e Gerenciar o trabalho do projeto
	2.5 Monitorar o controlar o trabalho do projeto
	2.6 Realizar o controle integrado de mudança
	2.7 Encerrar o projeto ou fase
	2.8 Realizar a pesquisa de satisfação do projeto
	2.9 Apresentar o Termo de Aceito do projeto
3. ANÁLISE DE NEGÓCIOS	3.1 Preparar a licitação MACRO de requisitos
	3.2 Conduzir a licitação MACRO junto às partes interessadas
	3.3 Desenhar os Processos de Negócio
	3.4 Desenhar os Processos do Sistema
	3.5 Listar as principais funcionalidades dos sistemas
	3.6 Definir necessidade do negócio
	3.7 Definir abordagem da solução
	3.8 Definir o escopo da solução
	3.9 Elaborar o Documento de Visão
	3.10 Gerenciar o Escopo e os Requisitos da Solução
	3.11 Gerenciar a rastreabilidade de requisitos
	3.12 Manter requisitos para reutilização
	3.13 Preparar o pacote de requisitos
	3.14 Comunicar requisitos as partes interessadas
	3.15 Validar requisitos
	3.16 Apresentar solução
4. GESTÃO DE BANCO DE DADOS	4.1 Gerir a Arquitetura de Dados
	4.2 Auxiliar no Desenvolvimento e Implantação de sistemas
	4.3 Criação, Análise e Validação de Artefatos de Bases de Dados
	4.4 Eliminar redundância e manter a qualidade dos dados
	4.5 Criação e Evolução de soluções de integração e transformação de dados
	4.6 Suporte na análise e solução de problemas
	4.7 Analisar informações e auxiliar na tomada de decisões
	4.8 Multiplicar Conhecimento
	4.9 Realizar migração de dados
	4.10 Realizar propostas de melhoria na Arquitetura de Dados do MTPA
	4.11 Validar Manuais de Implantação de Sistemas, no que concerne à criação das Bases de Dados
	4.12 Validar Scripts SQL
	4.13 Validar Modelos de Dados
	4.14 Realizar treinamentos para disseminação do conhecimento
	4.15 Desenvolver e Manter rotinas de exportação, transformação e carregamento de dados (ETL)
5. GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E AMBIENTE	5.1 Criar o Manual de Implantação do Sistema nos servidores de Homologação e Produção
	5.2 Validar o pacote de implantação dos sistemas
	5.3 Implantar o sistema em ambiente de desenvolvimento
	5.4 Implantar o sistema em ambiente de homologação
	5.5 Implantar o sistema em ambiente de produção
	5.6 Realizar testes nos sistemas recém implantados
	5.7 Preencher o <i>checklist</i> validando versões homologadas dos sistemas
	5.8 Versionar os sistemas
	5.9 Preparar o ambiente
	5.10 Analisar e Resolver problemas de ambiente
	5.11 Esclarecer dúvidas sobre infraestrutura e ambiente à equipe da Coordenação de Projetos e sistemas
6. GESTÃO DE OPERAÇÕES	
7. GESTÃO DE	

5.3.2. Informações sobre o planejamento estratégico de tecnologia da informação (PETI) e sobre o plano diretor de tecnologia da informação (PDTI)

O planejamento principal da área de Tecnologia da Informação no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil chama-se Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), que se baseia, principalmente, no Planejamento Estratégico do Órgão.

O PDTIC é revisado anualmente e vimos tentando mantê-lo atualizado, mesmo com toda as restrições orçamentárias que a área vem enfrentando ao longo dos anos, impedindo uma atuação mais eficiente diante das necessidades crescentes das áreas internas do Ministério.

O PDTIC é trienal, porém ocorrem revisões no mês de dezembro de cada ano. É solicitado às Secretarias e Subsecretarias a identificação de projetos e necessidades. A CGTI auxilia nessa identificação e, posteriormente, organiza e consolida a revisão do Plano, que é submetida à aprovação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.

5.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

No âmbito da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, são adotados critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de obras e serviços, em acordo com o previsto na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010. Realiza-se também a separação dos resíduos recicláveis descartáveis, conforme determinado no Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006, referente ao procedimento para destinação adequada dos resíduos.

As licitações realizadas por este Ministério priorizam a aquisição de materiais e serviços sustentáveis e todos os editais de licitações contêm cláusulas que abordam critérios de sustentabilidade, cujas minutas padrão são elaboradas pela Comissão Permanente de Atualização de Editais da Consultoria-Geral da União.

O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil está inserido como unidade participante da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e em suas atividades tem se pautado na implementação de ações que visam à utilização racional dos recursos disponíveis, pautando-se nos seguintes temas:

Material de consumo: Papel, copos descartáveis e cartuchos de impressão.

O uso do papel reciclado foi amplamente difundido no âmbito desta Unidade, em substituição ao papel clorado, tendo sido utilizado, no exercício de 2016, o quantitativo de 7.242 resmas de papel reciclado. Paralelamente, a introdução da impressão padrão em frente e verso, a prática de revisão dos documentos antes da impressão, a implementação do uso de impressoras corporativas e a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) vêm minimizando o uso de cartuchos. Também foi realizada a redução do consumo de copos plásticos descartáveis, com a substituição gradual por copos de vidro e de bagaço de cana, sempre que possível.

Energia elétrica:

Ao longo dos últimos anos, foram realizadas modificações da instalação elétrica do Edifício Anexo, com a substituição das lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas, bem como lâmpadas fluorescentes de 32W, com luminárias reflexivas para otimizar os ganhos em iluminação. Lâmpadas de “led” para corredores e banheiros, bem como a instalação de interruptores, têm sido introduzidas à iluminação do Edifício Anexo.

Água e esgoto:

No curso do exercício 2016, foram efetuadas diversas ações de troca de reparos em torneiras, descargas e de busca de vazamentos, com vistas à economia e otimização do uso dos recursos hídricos. Também é feita a reutilização da água do sistema de ar condicionado para a rega de jardins e lavagem de garagens, no que, apesar do aumento da ocupação da edificação, pode-se verificar uma economia de água em torno de aproximadamente 9,6% em relação ao exercício anterior.

Coleta seletiva de recicláveis:

Nesta UPC ocorre a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a cooperativas de catadores, conforme Decreto n. 5.940/2006. Tal ação representou, no exercício 2016, a destinação de aproximadamente 300 quilos mensais de papel à cooperativa CORTRAP, por exemplo.

Qualidade de vida no ambiente de trabalho:

No aspecto “qualidade de vida no ambiente de trabalho”, podem ser citadas as ações de limpeza dos dutos de ar condicionado central do Edifício Anexo, com o monitoramento do ar dos diversos ambientes do edifício, gerando melhoria das condições de trabalho dos servidores, empregados terceirizados e demais usuários dos serviços públicos postos à disposição nos diversos ambientes da edificação sob a gestão deste Ministério.

O deslocamento de pessoal por meio dos veículos da frota própria também vem sendo supervisionado visando à redução dos gastos. Estão sendo adotadas ações como a concentração de tarefas para a entrega de documentos, por exemplo, para a redução do número de saída de veículos, objetivando a redução do consumo de combustíveis e a emissões de substâncias poluentes.

Análise crítica

O Objetivo desta UPC é a intensificação das práticas de sustentabilidade e racionalização no uso dos recursos disponíveis, envolvendo todas as unidades operacionais e administrativas, no planejamento, contratação e execução de serviços, utilizando-se da mão de obra do quadro de pessoal e colaborativa, público alvo das ações, no sentido de disseminar e conscientizar sobre importância do uso dos recursos ambientais.

À Unidade vem se agregando a implementação de ações de consumo consciente a cada exercício, observando que há plenas condições para desenvolver-se ainda mais essas boas práticas, adotando o foco na redução de custos e definição de ações exequíveis com a máxima otimização dos recursos, agregadas à responsabilidade ambiental.

5.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Abaixo estão apresentados alguns dos critérios de sustentabilidade ambiental utilizados pela Administração no âmbito deste Ministério, na contratação de bens, serviços e obras:

Monitoramento das ações no Ed. Anexo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil:

Tabela 62 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos		
Indicadores para uso de energia	Descrição	Resultado 2016
Consumo de energia elétrica	Quantidade de kWh consumidos (deverá ser incluído o somatório dos valores mensais das faturas pagas no período considerado para a elaboração do relatório)	2.499.783 kWh
Gasto com energia	Valor total da fatura em reais (deverá ser incluído o somatório dos valores mensais pagos no período considerado para elaboração do relatório)	R\$ 1.563.357,37
Uso de energia renovável - percentual	(Total de Kwh de energia elétrica a partir de fontes renováveis /total de kwh de energia elétrica) x 100	0%
Energia elétrica economizada - percentual	(Total de kWh de energia elétrica no ano 2 – total de kWh de energia no ano 1 / total de energia elétrica) x 100	7%
Uso de lâmpadas fluorescentes eficientes	Quantidade (unidades) de lâmpadas incandescentes substituídas por lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho na área de iluminação	Iluminação 100% fluorescente e Led
Uso de sistema de controle de iluminação por timer ou foto célula	Informar se utiliza ou não sistema de controle de iluminação	Não
Indicadores para uso da água	Descrição	Resultado 2016
Consumo de água	Quantidade de m3 consumidos = (deverá ser incluído o somatório dos valores mensais das faturas pagas)	15.868 m ³
Volume de água per capita	Quantidade de m3 de água consumidos/total de servidores	4,96 m ³
Gasto com água	Valor da fatura em reais (deverá ser incluído o somatório dos valores mensais das faturas pagas no período considerado para elaboração do relatório)	R\$ 366.316,10
Consumo de água mineral	Total de galões de água mineral (20 litros) adquiridos	15.105
Gasto com aquisição de água mineral	Valor total gasto com compra de galões de água mineral em reais	R\$ 95.962,38
Reutilização de água	Total de m3 de água cinza (servida) + Total de m3 de água captada da chuva	20 m ³
Uso de hidrômetros individualizados para controle do consumo de água	Informar se possui ou não hidrômetros individualizados	Sim

Fonte: CGRL/SAAD

Tabela 63 - Indicadores para transporte terrestre

Indicadores para Transporte Terrestre	Descrição	Resultado 2016
Frota total	Quantidade de veículos utilizados no transporte de funcionários	24
Quilometragem percorrida	Quantidade de quilômetros percorridos	305.506
Consumo de Gasolina	Quantidade de litros de gasolina consumida	12.406
Consumo de Álcool	Quantidade de litros de álcool consumido	26.184
Emissão de CO2	Quantidade de litros de gasolina consumida x 2,63 KgCO2/l	32.628
Indicadores para Gestão de Resíduos Perigosos	Descrição	Resultado 2016
Descarte de lâmpadas fluorescentes	Quantidade de lâmpadas trocadas	713
Descarte de pilhas e baterias	Não foi realizado descarte de pilhas e baterias no exercício de 2016	
Logística reversa de lâmpadas fluorescentes	Quantidade de lâmpadas recicladas pela empresa prestadora do serviço	713
Indicadores para Iluminação	Descrição	Resultado 2016
Aquisição de lâmpadas fluorescentes eficientes	Quantidade de lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho adquiridas	713
Uso de reatores eletrônicos com alto fator de potência	Quantidade de reatores adquiridos	145
Uso de luminárias reflexivas de alta eficiência	Quantidade de luminárias adquiridas	29
Indicadores para Veículos	Descrição	Resultado 2016
Aquisição de veículos <i>flex</i>	Quantidade de veículos <i>flex</i> adquiridos	0
Aquisição de veículos movidos a biocombustíveis	Quantidade de veículos movidos a biocombustíveis adquiridos	0
Indicadores para Serviços de Limpeza	Descrição	Resultado 2016
Utilização de Materiais biodegradáveis	Informar sobre a inclusão, no contrato, de material de limpeza biodegradável	Sim

Fonte: CGRL/SAAD

6. Relacionamento com a sociedade

6.1. Canais de acesso do cidadão

Canal Direto com os Transportes - CDT

O Canal Direto com os Transportes – CDT, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, Ed. Anexo, Térreo, Ala Leste, presta atendimento presencial a aposentados e pensionistas em Brasília – DF, assim como os Núcleos de Recursos Humanos, localizados em 15 (quinze) capitais do território nacional.

A Central de Relacionamento do Ministério dos Transportes faz atendimento, por meio do telefone (61) 3329-9068, onde aposentados e pensionistas, procuradores, curadores e representantes legais de beneficiários de aposentadoria ou pensão, podem solicitar informações sobre:

- a) Recadastramento;
- b) Tramitação de processos e documentos;
- c) Denúncias ou reclamações feitas junto à mesma central ou junto à alguma unidade da COGEP/MTPA;
- d) Plano de saúde;
- e) Inclusão ou exclusão de beneficiário de aposentadoria/pensão;
- f) Isenção de imposto de renda;
- g) Montante de rendimentos para declaração de imposto de renda;
- h) Cadastramento de senha de acesso para o SIAPENET;
- i) Pagamento de exercícios anteriores; e
- j) Qualquer outra demanda inerente à gestão de pessoas.

Cabe registrar que, além das chamadas telefônicas feitas por servidores aposentados e pensionistas, a Central de Relacionamento atende também demandas afetas ao Programa Passe Livre (informações sobre habilitação ao passe livre, tramitação de documentos/processos, emissão e validade das carteiras).

Houve um aumento, no volume de ligações telefônicas feitas para a Central de Relacionamento na ordem de 86,25% (oitenta e seis vírgula vinte e cinco por cento), ao se comparar os atendimentos feitos no exercício de 2016 com os atendimentos realizados no ano de 2015, com a absorção dos atendimentos que eram feitos anteriormente pela equipe responsável pelo Programa Passe Livre e com a busca crescente do público por informações relativas ao recadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos.

Tabela 64 - Indicadores de desempenho da Central de Relacionamento

INDICADOR DE DESEMPENHO DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO	2013	2014	2015	2016
(A) Atendimentos telefônicos	36.210	33.104	44.609	83.085
(B) Assuntos solucionados pela central telefônica	29.659	26.894	41.267	76.274
(C) Assuntos direcionados aos técnicos de área (níveis 2, 3 e 4)	6551	5.190	3.342	6.798
(D) Pendências que ficaram em aberto (o total mensal informa as pendências do mês somadas às que foram acumuladas ao longo do período e o total anual demonstra o somatório de todas as pendências, inclusive as já resolvidas).	1.689	1.157	296	15

Tabela 65 – Estatística mensal

ESTATÍSTICA MENSAL (DETALHAMENTO MENSAL DO ANO DE 2016)													
ICD	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
A	4.374	5.050	8.740	11.708	6.517	8.511	7.148	7.492	6.680	5.544	5.965	5.356	83.085
B	3.992	4.636	8.142	11.012	5.915	7.809	6.460	6.824	6.131	5.037	5466	4.850	76.274
C	374	414	595	694	602	702	688	668	549	507	499	506	6.798
D	8	0	3	2	1	0	0	0	0	1	0	0	15

Fonte: Coordenação de Administração de aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas (COAP)

Atendimentos efetuados nos núcleos de recursos humanos do ministério dos transportes nos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016.

Tabela 66 – Quantitativo dos atendimentos efetuados nos núcleos de RH

ATENDIMENTOS EFETUADOS NOS NÚCLEOS NOS EXERCÍCIOS DE 2011, 2012, 2013 E 2014				
NÚCLEO (cidade onde se localiza)	2013	2014	2015	2016
NRH – 01 (Manaus – AM)	915	808	601	966
NRH – 02 (Belém – PA)	1.253	1.092	2.778	3.058
NRH – 03 (Fortaleza – CE)	25.623	23.530	10.563	21.120
NRH – 04 (Recife – PE)	10.251	11.706	18.699	4.153
NRH – 05 (Salvador - BA)	7.255	8.331	3.809	27.534
NRH – 06 (Belo Horizonte – MG)	21.600	19.430	29.547	20.753
NRH – 07 (Rio de Janeiro – RJ)	15.998	18.893	8.647	11.758
NRH – 08 (São Paulo – SP)	6.254	7.593	2.461	13.484
NRH – 09 (Curitiba – PR)	5.238	4.936	6.120	9.673
NRH – 10 (Porto Alegre – RS)	2.841	2.537	4.341	8.190
NRH – 11 (Cuiabá – MT)	2.211	2.123	2.544	3.959
NRH – 12 (Goiânia – GO)	1.997	1.751	1.782	4.235
NRH – 13 (Florianópolis – SC)	5.600	4.593	3.311	3.083
NRH – 14 (Natal – RN)	4.081	5.327	3.398	3.725
NRH – 15 (João Pessoa – PB)	-	-	-	1.632
TOTAL	116.409	112.650	98.601	84.883

Cabe esclarecer que, referente ao NRH – 15 (João Pessoa/PB), o núcleo foi recentemente criado por meio da Portaria nº 398, de 15/12/2015, publicada no DOU de 16/12/2015, o que justifica a demanda apresentada.

Serviço de Informações ao Cidadão

O Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (SIC/MTPA) é a unidade responsável por atender aos pedidos de acesso à informação, recebidos no Órgão com base na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

O SIC totalizou 802 pedidos de acesso à informação através do Sistema e-sic, com uma média mensal de 66,83 pedidos.

Tendo como base principal os 20 dias para resposta proposto na LAI, o SIC/MT fechou o período de 2016 com o tempo médio de resposta de 12,97 dias. Abaixo os tipos de respostas aos pedidos, as razões da negativa de acesso e os meios de envio de resposta.

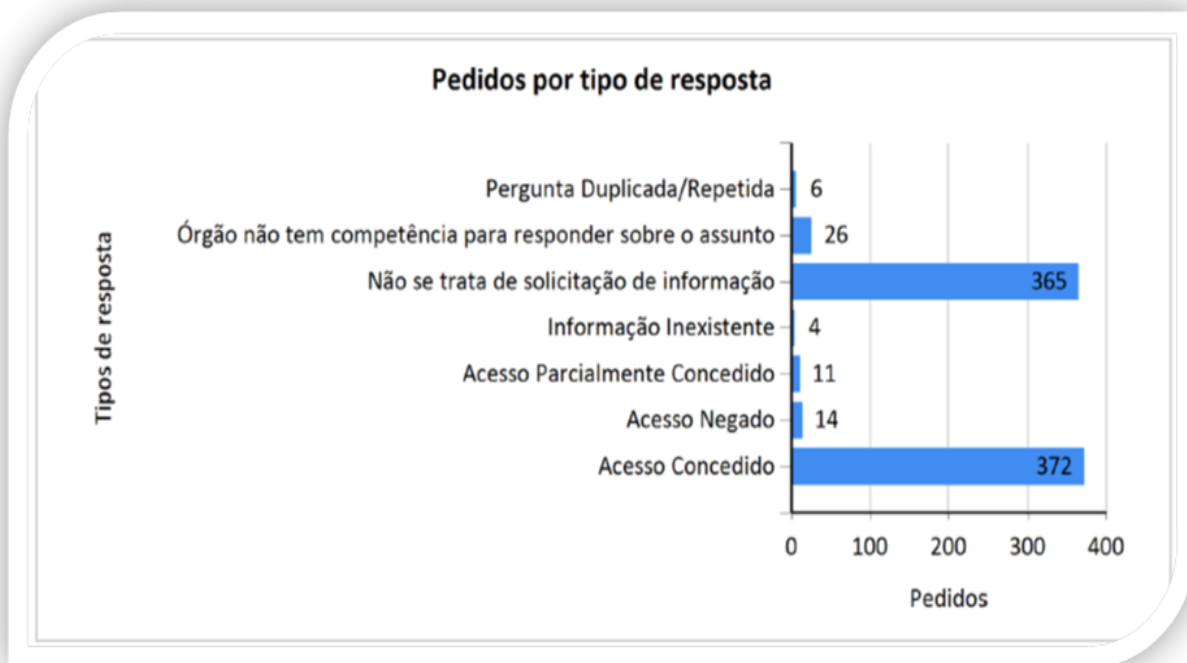


Figura 6 – Pedido por tipo de resposta

Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
Processo decisório em curso	3	21,429%	0,37%
Informação sigilosa de acordo com legislação específica	3	21,429%	0,37%
Pedido exige tratamento adicional de dados	3	21,429%	0,37%
Pedido genérico	2	14,286%	0,25%
Pedido incompreensível	2	14,286%	0,25%
Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	1	7,143%	0,12%
TOTAL:	14	100,000%	1,75%

Figura 7 – Razões da negativa de acesso

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	788	98,25%
Correspondência física (com custo)	7	0,87%
Buscar/Consultar pessoalmente	7	0,87%

Figura 8 – Meios de envio de resposta

A grande maioria das solicitações de acesso é feita por pessoa física, contabilizando 664 (97,65%) pedidos, restando 16 (2,35%) para pessoa jurídica.

Programa Passe Livre do Governo Federal

O Programa conta, desde o ano de 2015, com parte do fluxo telefônico redirecionada para a Central de Relacionamento do MTPA, que conta com estrutura de 15 (quinze) funcionários, das 8 às 20 horas, aptos a prestar informações sobre os procedimentos para obtenção e renovação do benefício, além de informações sobre processos em análise.

No total foram registradas 45.199 (quarenta e cinco mil cento e noventa e nove) ligações no ano de 2016, sendo 21.180 (vinte e uma mil cento e oitenta) ligações recepcionadas junto à Central de Relacionamento. Comparando com o ano anterior, constata-se a evolução do atendimento, sendo em janeiro, 1.175; fevereiro, 1.052; março, 1.325; abril, 1.146; maio, 1.732; junho, 1.947; julho, 2.151; agosto, 2.310; setembro, 2.416; outubro, 1.874; novembro, 2.187 e dezembro, 1.865 ligações, dentre as quais solicitações de alteração de endereço, de reenvio de credencial, reenvio de documentação pendente, pedidos de kit para beneficiário e acompanhante, solicitação de 2ª via de credencial, resposta de protocolo e as demais informações sobre andamento, aquisição e procedimentos de preenchimento dos formulários já enviados ou a serem enviados.

Na outra parte do atendimento telefônico, que funciona diretamente nas instalações do Programa, com 6 (seis) atendentes, foram recebidas e respondidas 24.019 (vinte e quatro mil e dezenove) ligações no ano de 2016.

Quanto ao atendimento realizado por meio de mensagens eletrônicas (E-mail), foi registrado um quantitativo de 20.208 (vinte mil duzentos e oito) mensagens respondidas, dentre as quais se destacam as informações sobre a concessão do benefício, envio de cópia de documentos e de exames para atendimento de pendências, pedido de segunda via, reenvio de credenciais e de documentação pendente, dentre outros.

6.2. Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços do Ministério dos Transportes facilita o acesso do cidadão às áreas de seu interesse relacionadas diretamente às atividades desenvolvidas pelo órgão. O documento dá uma maior transparência às atividades do MT e facilita a interação com os usuários de seus serviços.

O acesso à Carta de Serviços ao Cidadão pode ser feito através do link abaixo:
<http://www.transportes.gov.br/direto-ao-cidadao/carta-de-servico-ao-cidadao.html>

6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

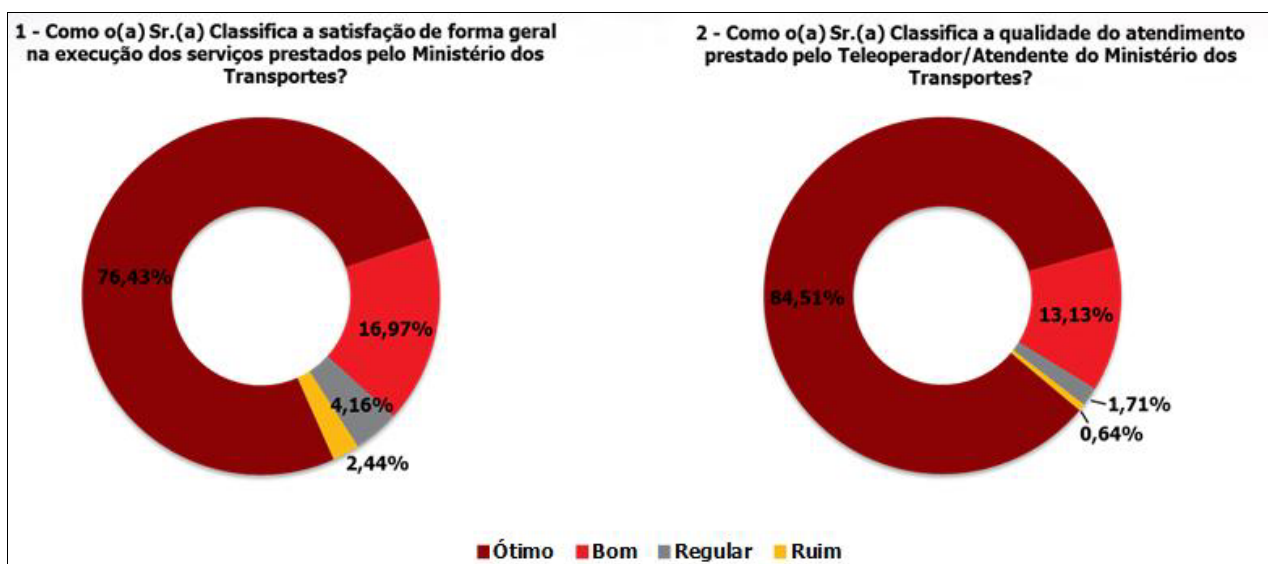
Canal Direto com os Transportes - CDT

A Central de Relacionamento do MTPA, faz, ao final de cada chamada telefônica, 2 (duas) perguntas à clientela atendida, que são:

- 1) Como classifica a satisfação de forma geral na execução dos serviços prestados pelo Ministério dos Transportes?
- 2) Como você classifica a qualidade do atendimento prestado pelo Teleoperador/Atendente do Ministério dos Transportes?

PARTICIPAÇÃO	
	Quantitativo
Total de Chamados	82.428
Pesquisas Respondidas	35.257 (42,77% de participação)
Período	01 de Janeiro a 31 de Dezembro/2016

Figura 9 – Quantitativo de chamadas e respostas



Fonte: COGEP/SAAD

Nota: Os valores apresentados correspondem aos dados retirados do Sistema de Relatórios Gerenciais de Telefonia em 02/01/2017.

Figura 10 – Classificação das chamadas

Meta de Satisfação	Satisfação Global *
90%	95,52%



Fonte: COGEP/SAAD

Nota: Satisfação global calculada a partir da soma dos volumes de respostas nas duas perguntas aplicadas na pesquisa.

Figura 11 – Classificação da satisfação geral

Como resultado, fica evidenciado que os serviços prestados pela Central de Relacionamento atendem de forma satisfatória a maior parte dos usuários, como demonstrado abaixo:

Segue o comparativo percentual de satisfação de serviços prestados por ano.

Tabela 67 – Comparativo do percentual de satisfação dos serviços prestados

ANO	SATISFAÇÃO GLOBAL*
2014	92,96%
2015	94,09%
2016	95,52%

Fonte: COGEP/SAAD

Serviço de Informações ao Cidadão

O grau de satisfação é medido de acordo com as demandas do Sistema e-SIC, na qual o grau de medição adotado varia entre ótimo, bom, médio, ruim e péssimo. Às demandas com acesso negado por alguma razão legal é atribuído volume ao campo médio e ruim.

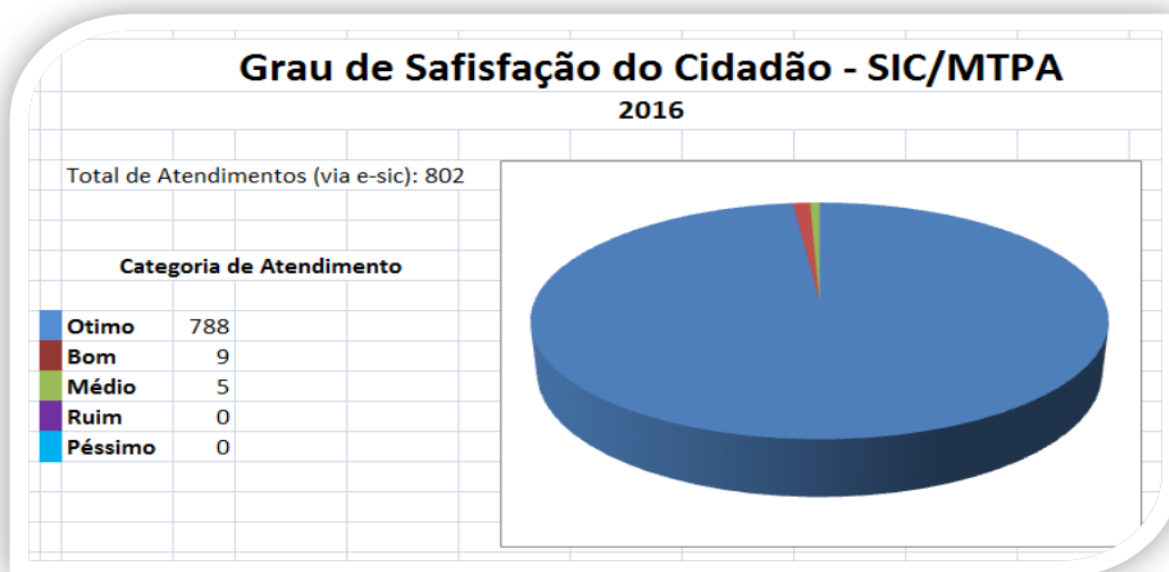


Figura 12 – Aferição do grau de satisfação do cidadão

Programa Passe Livre do Governo Federal

Com respeito à aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários dos serviços prestados, no atendimento presencial e telefônico, observou-se um número baixo e pontual de queixas, pois o Programa passou a analisar e a proceder à averiguação imediata, dando resposta aos requerentes, seja presencial, por meio de contato telefônico ou por mensagens eletrônicas (E-mail).

6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O acesso às informações alusivas à atuação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil de interesse da sociedade em geral, com vistas a contribuir para a transparência da gestão, está disponibilizado no portal www.transportes.gov.br, mais especificamente na janela “Serviços do MT” no link www.transportes.gov.br/servicos-da-denominacao.html. Abaixo estão os principais links de interesse:

- Passe Livre: <http://www.transportes.gov.br/direto-ao-cidadao/passe-livre.html>
- Direito ao Cidadão: <http://www.transportes.gov.br/direto-ao-cidadao.html>
- Corregedoria: <http://www.transportes.gov.br/corregedoria.html>
- Condições das vias: <http://www.transportes.gov.br/condicoes-das-vias.html>
- Relatórios de Gestão: <http://www.transportes.gov.br/relatorio-de-gestao.html>
- Informações Gerais para Servidores Aposentados:
<http://www.transportes.gov.br/conteudo/2784-gestao-de-pessoas-aposentados.html>
- Informações Gerais para Pensionistas:
<http://www.transportes.gov.br/conteudo/2783-gestao-de-pessoas-pensionistas.html>
- Informações Gerais sobre recadastramento de aposentados e pensionistas:
<http://www.transportes.gov.br/gestao-de-pessoas/recadastramento.html>

6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

No ano de 2016, não foram realizadas obras nas edificações sob a gestão do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, mas apenas serviços de manutenção predial, mantendo-se os já existentes acessos aos portadores de necessidades especiais, a saber: rampa de acesso e corrimãos na entrada do Edifício Anexo, banheiros masculinos e femininos adaptados a necessidades especiais, rampa na sala de multimídia do Edifício Sede.

No entanto, no Programa Passe Livre, dentre as ações realizadas ao longo do ano de 2016, merece destaque a edição de cartilha em braile, voltada aos deficientes visuais, contendo orientação de como proceder para requisitar o benefício concedido pelo Programa.

Encontra-se em desenvolvimento um novo sistema com vistas à informatização completa do processo de atendimento ao Programa Passe Livre, ou seja, contemplando as etapas de requisição, análise e concessão do benefício. Tal sistema deverá contar com aplicativos *mobile*, formulários eletrônicos, cruzamentos de informações com diversos cadastros mantidos pelo Governo Federal, dentre eles o da Receita Federal, dos Correios, do Conselho Federal de Medicina, do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), entre outros, que tornarão o processo de solicitação do benefício mais ágil e seguro, além de facilitar a interatividade dos requerentes com o Ministério. A previsão de conclusão do projeto é outubro de 2017.

7. Desempenho financeiro e informações contábeis

7.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A depreciação, amortização ou exaustão dos bens do patrimônio e avaliação e mensuração dos seus ativos e passivos são calculados utilizando os critérios apresentados nas Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 16.9 e NBC T 16.10 e demais normas brasileiras aplicadas ao setor público.

Foram utilizadas as orientações da Macrofunção SIAFI n. 02.03.30 para apurar a vida útil econômica do ativo imobilizado, bem como para os cálculos da depreciação, amortização e exaustão. As taxas de depreciação utilizadas e os valores residuais do bem também seguiram as orientações constantes na NBC T 16.9 e na Macrofunção SIAFI n. 02.03.30.

Os recursos disponíveis, os créditos e as dívidas são avaliados e mensurados de acordo com a NBC T 16.10. As contas são analisadas para identificar a necessidade de ajustes nos saldos. Na disponibilidade é verificada a existência de depósitos em moeda estrangeira ou aplicação financeira, para que seus valores sejam atualizados para as contas que representam os créditos e dívidas. Os saldos são analisados para identificar riscos de recebimentos de dívidas ou existência de obrigações pós-fixadas.

O estoque de materiais utilizados para consumo tem sua mensuração e avaliação das saídas dos materiais apuradas pelo custo médio ponderado, conforme orientação da NBC T 16.10.

O resultado apurado foi impactado em R\$ 3.126.051,18 (três milhões, cento e vinte e seis mil, cinquenta e um reais e dezoito centavos), com a utilização dos critérios das NBC T 16.9 e NBC T 16.10 conforme segue: baixa de estoque, R\$ 526.675,29 (quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais e vinte e nove centavo), e depreciação, amortização e exaustão, R\$ 2.599.375,89 (dois milhões, quinhentos e noventa e nove mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

7.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Compete à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) desenvolver, no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), as atividades de acompanhamento e execução orçamentária, financeira e contábil, inclusive quanto ao acompanhamento, análise e divulgação de informações relativas ao sistema de custos. Desenvolve também informações relativas ao desempenho com as entidades vinculadas (DNIT, VALEC, ANTT, ANTAQ, ANAC, SAC, SEP e FUNDOS).

Para tanto, a SPO conta com a Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação (CGAA), a qual compete manter o sistema de custos e realizar acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Compete a essa Coordenação Geral realizar registros e manter o sistema de custos, com análise da qualidade dos gastos e emissão de relatórios para subsidiar as decisões quanto à alocação de recursos.

Os relatórios de custos são gerados pelos órgãos centrais dos sistemas de Planejamento e Orçamento Federal e analisados pela equipe de custos da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

A SPO trabalha em conjunto com as entidades vinculadas, acompanhando e analisando a qualidade dos gastos, bem como, emitindo relatórios para subsidiar as decisões quanto à alocação de recursos.

O gerenciamento de custos no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ainda está em fase inicial de implantação. Pode-se afirmar que o conhecimento histórico da Pasta, referente aos programas, projetos, obras, execução orçamentária, financeira e contábil, tem propiciado melhores resultados na aplicação dos recursos.

A SPO desenvolve e disponibiliza diversos relatórios de sistemas informatizados que complementam e balizam as informações de custos, como por exemplo:

- Séries Históricas;
- Relatórios Gerenciais do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI);
- Relatórios Gerenciais;
- Monitoramento e acompanhamento do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), e
- Fórum de Desempenho com as entidades vinculadas a esta Pasta.

7.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis deste Ministério, exigidas pela Lei nº 4.320/64, foram extraídas do SIAFI, referente ao órgão (39000 – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA) junto com suas unidades (390002 – SPO, 390004 – CGRL, 390007 – COGEP, 390015 – RFFSA e 390056 – SAAD), e encontram-se exibidas no Item 9 - “Anexos e Apêndices” deste Relatório, na seguinte sequência:

a) Balanço Orçamentário (BO) demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas;

b) Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o início do exercício seguinte;

c) Balanço Patrimonial (BP) demonstra a evidência qualitativa e quantitativa da situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio líquido, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação;

d) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício;

e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); demonstra a transparência da gestão pública, permitindo um melhor gerenciamento e controle financeiro da entidade e proporciona aos usuários informações úteis para avaliar a capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades; e

f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade tais como: os ajustes de exercícios anteriores, o superávit ou déficit patrimonial, as transações de capital com os sócios, a destinação dos resultados e outras mutações do patrimônio líquido.

Ressalta-se que nas demonstrações contábeis aludidas acima constam os valores da inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), UG 390015, que apresenta Relatório de Gestão individualizado.

As Notas Explicativas abaixo se referem às Unidades Gestoras Executoras 390004 – CGRL – Coordenação Geral e Recursos Logísticos, 390007 – COGEP – Coordenação Geral de Gestão de Pessoas e 390056 – Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD. Quanto a Unidade 390002 - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento-Setorial esta apenas executa no SIAFI descentralizações orçamentárias e financeiras as Unidades Gestoras da Administração Direta.

Notas Explicativas

Nota 1 – Estoque: Materiais utilizados para consumo nas atividades do Ministério calculados pelo custo médio de aquisição, conforme orientação da NBC T 16.10. Apresenta saldo de R\$ 881.080,84 (oitocentos e oitenta e um mil, oitenta reais e oitenta e quatro centavos) assim distribuído: (i) Material de Consumo = R\$ 226.651,43; (ii) Gêneros Alimentícios = R\$ 70.801,15; (iii) Materiais de Construção = R\$ 229,97; (iv) Materiais de Telecomunicações = R\$ 5.710,10; (v) Materiais Gráficos = R\$ 30.299,66; (vi) Material de Expediente = R\$ 547.388,53.

Nota 2 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos: Valor referente Convênio PG-288/87-00 firmado entre o Extinto DNER e o Estado de Pernambuco registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo devido o Estado não ter sido incluído no Parecer PGFN/CAF/nº 1666/2004 que somente amparou os Convênios dos Estados que reescalonaram as Dívidas.

Nota 3 – Imobilizado e Intangível: O Ativo Imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição, produção ou construção deduzida da depreciação acumulada. Tendo sua vida útil estimada e o cálculo de sua reavaliação apurados de acordo com os dispositivos constantes na NBC T 16.10 e na Macrofunção Siafi ° 020330. O Intangível refere-se à licença de software adquiridos e capitalizados com base nos custos incorridos e por concessão de direito de uso de comunicação.

A depreciação e a amortização dos bens são calculadas utilizando os critérios apresentados nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 e a metodologia constante na Macro função Siafi nº 020330, para apuração da vida útil do bem, a taxa de depreciação e amortização a ser aplicada e também os valores residuais dos mesmos.

Segue a composição do Ativo Imobilizado e Intangível:

Tabela 68 - Discriminação da composição do ativo imobilizado e intangível

Discriminação	Valor do Bem	Depreciação	Saldo
Imobilizado	55.385.574,33	8.057.699,62	47.327.874,71
Bens Móveis	26.405.652,21	7.899.606,55	18.506.045,66
Aparelhos de Medição e Orientação	732,97	87,92	645,05
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.364.695,66	100.081,93	1.264.613,73
Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp	54.711,02	11.440,62	43.270,40
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	26.972,35	5.964,39	21.007,96
Máquinas e Equipamentos Industriais	185.674,55	55.747,84	129.926,71
Máquinas e Equipamentos Energéticos	261.053,54	28.812,31	232.241,23
Máquinas e Equipamentos Gráficos	38.535,06	6.844,23	31.690,83

Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	4.885,29	1.605,89	3.279,40
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	59,50	10,80	48,70
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	145.802,62	54.050,15	91.752,47
Equipamentos de Processamento de Dados	13.067.925,52	5.263.503,57	7.804.421,95
Aparelhos e Utensílios Domésticos	108.751,65	30.556,68	78.194,97
Máquinas e Utensílios de Escritório	41.718,54	9.686,18	32.032,36
Mobiliário em Geral	7.713.374,58	1.485.244,42	6.228.130,16
Coleções e Materiais Bibliográficos	70.285,25	24.582,35	45.702,90
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	1.160.846,02	389.859,43	770.986,59
Obras de Arte e Peças para Exposição	0,03		0,03
Veículos em Geral	13.820,38	3.857,27	9.963,11
Veículos de Tração Mecânica	1.001.414,38	372.114,67	629.299,71
Estoque de Distribuição	741.264,32		741.264,32
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	403.128,98	55.555,90	347.573,08
Bens Imóveis	28.979.922,12	158.093,07	28.821.829,05
Edifícios	28.096.215,60	157.789,64	27.938.425,96
Terrenos/ Glebas	130.611,90		130.611,90
Armazéns/Galpões	182.952,69		182.952,69
Salas	570.141,93	303,43	569.838,50
Intangíveis	3.743.032,85	589.555,51	3.153.477,34
Softwares	3.672.685,52	589.555,51	3.083.130,01
Concessão de Direito de Uso de Comunicação	70.347,33		70.347,33

Nota 4 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Tabela 69 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

CONTAS	VALOR
2.1.1.1.1.01.01 - Salários, Remunerações e Benefício	557.939,57
2.1.1.1.1.01.02 - Decimo Terceiro Salario a Pagar	19.596.029,17
2.1.1.1.1.01.03 - Férias a Pagar	1.171.818,32
TOTAL	21.331.435,03

Os valores acima correspondem a:

- Provisão mensal, correspondente a 1/12, do valor da folha de pagamento de pessoal.
- O valor da folha de pagamento do mês de dezembro foi de R\$ 249.866.475,56.
- Cada mês é feito nova provisão.
- O valor das provisões são baixados ao longo do ano.

Nota 5 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Tabela 70 - Demais Obrigações a Curto Prazo

CONTAS	VALOR
2.1.8.8.1.01.19 - Retenções - Associados (1)	2.429,73
2.1.1.1.1.04.47 - Depósitos por Devolução de Valores (2)	654.083,79
TOTAL	656.513,52

(1) Valor de bloqueio judicial da ASCB, da folha de pagamento de dezembro/2016, em decorrência do feriado bancário de 31/dez/16, o sistema não concluiu o pagamento, deu crítica. Porém foi realizado no dia 05/janeiro/2017, por meio da 2017OB800007.

(2) São valores referentes devoluções de remunerações, proventos e pagamentos de pensões, sendo que a maior parte trata-se de pagamento de pensões de 2015 e 2016.

Valores que não são reclamados por desconhecimento da existência por parte de servidores e pensionistas que tiveram erros de cadastramento de domicílio bancário, contas encerradas e/ou inativas.

Nota 6 – Demais Obrigações a Longo Prazo

Tabela 71 - Demais Obrigações a Longo Prazo

CONTAS	VALOR
2.2.8.8.1.03.02 - Depósitos Recebidos por Determinação Judicial (1)	30.588,64
2.2.8.8.1.04.02 - Depósitos e Cauções Recebidos (2)	5.190,68
2.2.8.8.1.04.09 - Depósitos de Terceiros (3)	3.929.600,33
TOTAL	3.965.379,65

(1) e (2) Trata-se de depósitos judiciais e não judiciais e depósitos e cauções recebidos, remanescentes do Extinto-DNER que se encontram no disponível da UG.

(3) Depósitos de Terceiros

Obs.: São valores referentes devoluções de remunerações, proventos e pagamentos de pensões, sendo que a maior parte trata-se de pagamento de pensões. Valores que não são reclamados por desconhecimento da existência por parte de servidores e pensionistas que tiveram erros de cadastramento de domicílio bancário, contas encerradas e/ou inativas.

Muitos pagamentos ocorrem por meio de processo judiciais. Estes valores são mantidos nesta conta para aguardar a solicitação do devido pagamento.

Nota 7 – Termo de Execução Descentralizada – TED

No intuito de elaboração de estudos, pesquisas, modernizações tecnológicas e divulgar por meio de campanha publicitárias de utilidade pública e ações governamentais o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, tem firmado Termos de Descentralização de Recursos com órgãos e entidades especializadas.

No exercício de 2016 foi repassado o montante de R\$ 1.215.761,23 sendo: R\$ 1.200.761,23 para o Termo 682373 firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina e R\$ 15.000,00 para o Termo 688067 para o Ministério das Relações Exteriores, firmado para apoio a visitas/missões oficiais no exterior do Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Termo firmado e cancelado no exercício de 2016.

Foram prestadas contas no exercício de 2016 o montante de R\$ 6.762.576,63, sendo R\$ 1921.218,45 do Termo 682373 firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina, R\$ 4.385.256,95 do Termo 677344 firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e R\$ 456.101,23 do Termo 677250 firmado com a Universidade Federal do Pará.

Nota 8– Movimentação orçamentária externa

Foram celebrados Termos de Execução Descentralizada no exercício de 2016 com créditos repassados por órgãos governamentais para desenvolvimento de Programa/Projeto de publicidade de utilidade pública para desenvolvimento de ações de comunicações publicitárias para estimular à adoção de uma cultura permanente de enfrentamento a violência no trânsito, visando à redução do número de fatalidades dos acidentes de trânsito em rodovias federais.

Sendo: R\$ Ministério da Saúde R\$ 10.000.000,00, R\$ 500.000,00 Ministério da Justiça e Cidadania, R\$ 160.000,00 Polícia Rodoviária Federal e R\$ 1.600.000,00 Ministério das Cidades.

Nota 9 – Indenizações

Em cumprimento ao Mandado de Segurança nº 0035554-98.2009.4.01.3400 da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, foi pago a título de juros de mora dos Contratos PG- 82/96/00, PD 01/01/95-0 e PD 01/02/94-0 firmados pelo Extinto DNER com a empresa Planurb Planejamento e Construções Ltda.

8. Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2016, a Assessoria de Especial de Controle Interno centralizou e gerenciou todas as demandas oriundas do Tribunal de Contas da União (TCU), e as encaminhou às áreas específicas para que pareceres técnicos subsidiassem as respostas encaminhadas àquela corte de contas. Essa centralização proporcionou maior celeridade ao atendimento das determinações e recomendações primando sempre pelo cumprimento dos prazos.

Quanto à elaboração do Relatório de Gestão, para orientar sobre os procedimentos a serem adotados, foi encaminhado a todas as secretarias e subsecretarias do Ministério o Memorando Circular nº 02/2017/AECI/GM, informando sobre os dispositivos legais a serem observados e solicitando a indicação de representantes para atuação como apresentadores de contas.

Foram realizadas diversas reuniões entre a Assessoria de Controle Interno, e as áreas competentes para definir as etapas do processo e o cronograma de elaboração, revisão e inserção do Relatório de Gestão no E-Contas do TCU.

A seguir são apresentadas as ações em curso resultantes de acórdãos do TCU.

Quadro 8.1.1 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 030.981/2011-5	303/2015-TCU		Aviso 117-Seses-TCU-Plenário	25/02/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS				
Descrição da determinação/recomendação				
9.2 – Determinar ao Ministério dos Transportes e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que: 9.2.1 – Apresente no prazo de 30 dias, plano de ação, cuja execução não extrapole o prazo máximo de 360, dias com as providências necessárias ao restabelecimento do Regime Celetista para todos os anistiados oriundos da EBTU e da Portobrás apontados nas listagens constantes do presente processo, caso ainda não tenha feito em cumprimento à conclusão de nº 47 constantes do Parecer JT-01/2007, do Advogado-Geral da União do dia 31/12/2007, devendo ser assegurados o contraditório e a ampla defesa aos que se considerarem afastados pela deliberação que vier a ser proferida.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O assunto se encontra em andamento, com aplicação decorrente dos comandos dispostos na Portaria Normativa nº 5/2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho - SEGRT do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que regulamenta os procedimentos atinentes à alteração do regime jurídico do pessoal anistiado.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 011.706/2014-7	Acórdão 2.780/2016-TCU-Plenário	9.1 e 9.2	Ofício 11817/2016-TCU/Sefip, de 25/11/2016 Processo	07/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinação de examinar indícios de pagamento indevido de pensão à filha solteira, maior de 21 anos, em desacordo com os fundamentos do artigo 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/1958 e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O atendimento do Acórdão, dado o grande volume de situações analisadas, está em andamento, dentro do prazo estipulado pelo Tribunal de Contas da União				

Fonte: AECI

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
008.509/2015-8	940/2016 Plenário	9.1; 9.2; 9.3; 9.5; 9.6; e 9.7	Ofício 0254/2016-TCU/SeinfraHidroFerroviária, de 26/4/2016	05/05/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) que:</p> <p>9.1.1. revise seu planejamento estratégico e o plano anual de capacitação dos servidores de modo a contemplar a área aquaviária;</p> <p>9.1.2. realize estudo de alocação ideal/necessária de servidores dentro do DNIT, analisando também, até que seja realizado novo concurso público para a entidade, a possibilidade de realocação de servidores, de modo a prover a área aquaviária das condições necessárias ao desenvolvimento do Transporte Hidroviário Interior; e</p> <p>9.1.3. atue junto ao Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo para acelerar as obras de derrocamento do</p>				

Pedral em Nova Avanhandava, de forma a possibilitar a navegação quando o reservatório da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos estiver na cota de 323,0m;

9.2. recomendar ao **Ministério dos Transportes, portos e Aviação Civil (MTPA)**, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que:

9.2.1. aperfeiçoe os critérios de priorização de investimentos, em nível tático e operacional, para a implementação dos instrumentos de planejamento do setor de hidrovias, considerando alternativas de cenários para situações de escassez de recursos e os benefícios gerados em oposição aos custos e subsídios necessários, tendo em vista a necessidade de uma definição prévia de prioridades para o sucesso da política pública, com fulcro no artigo 27, § 8º, inciso II, da Lei 10.683/2003, e com vistas ao pleno atendimento aos princípios da transparência, da motivação, da economicidade e da eficiência,;

9.2.2. participe ativamente dos comitês de Bacia, especialmente nas deliberações sobre o gerenciamento dos níveis dos reservatórios frente a cenários hidrometeorológicos desfavoráveis; e

9.2.3. adote as medidas necessárias para implantação da Força-Tarefa e dos Grupos de Desenvolvimento Regional previstos no PHE.

9.3. recomendar ao **MT** e ao **DNIT**, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que em conjunto:

9.3.1. avaliem a conveniência e oportunidade de promover, nas futuras reavaliações do PPA, a revisão dos indicadores estipulados para programas relacionados ao transporte hidroviário, de forma que contemplem aspectos de eficiência, efetividade, qualidade de infraestrutura, tempo e custo;

9.3.2. compatibilizem as propostas orçamentárias futuras, elevando os investimentos em hidrovias, em conformidade com os objetivos do Sistema Nacional de Viação, com os princípios e diretrizes para os transportes aquaviário e terrestre previstos na Lei 10.233/2001 e com a necessidade de mais investimentos no setor apontada nos instrumentos oficiais de planejamento do governo; e

9.3.3. promovam, no desenvolvimento de estudos futuros voltados ao setor hidroviário, a ampliação e efetiva utilização dos canais de participação, bem como fomentem a participação dos usuários e demais agentes interessados em todo o ciclo da política pública, inclusive na elaboração, execução e monitoramento do PPA e da LOA;

9.5. recomendar à **Agência Nacional de Águas (ANA)** e ao **MT**, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que, em conjunto, atuem junto à **Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)** e outras entidades públicas com vistas a incluir, nos futuros contratos de concessão de usinas hidrelétricas, regras de operação dos reservatórios com observância de níveis mínimo e máximo necessários para navegação da hidrovia, inclusive os critérios objetivos a serem observados para excepcionalização desses limites, a fim de conciliar os interesses da navegação e do setor elétrico;

9.6. recomendar ao **DNIT** e à **ANA**, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que, em conjunto, estudem a instituição do instrumento de outorga para navegação, aplicável a hidrovias em que possam ocorrer conflitos do uso múltiplo da água (parágrafo 249);

9.7. determinar ao **MT** e ao **DNIT**, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que encaminhem a este Tribunal, no prazo de sessenta dias, plano de ação, com indicação de cronograma, etapas intermediárias, atividades e responsáveis, para a implementação das recomendações contidas nos subitens anteriores de suas competências, ou justificativa sobre a decisão de não implementar tais recomendações;

Providência Adotada

Item	Considerações	Ação	Prazo
9.1.1	1) O processo de revisão do PE teve início em 2016 e já está contemplando as áreas ferroviárias e hidroviárias; 2) Assinatura de Termo de Execução Descentralizada – TED nº 431/2015 entre DNIT e a Universidade Federal do Pará – UFPA para realização do mapeamento de competências da Autarquia, o que propiciará a elaboração do plano de capacitação a partir de lacunas de competências identificadas, ao invés do simples levantamento de necessidades com as chefias de cada área	1) Consolidação do escritório de gestão estratégica como disposto na nova edição do novo regimento interno do DNIT; 2) Revisão e validação do mapa estratégico, incorporando a área hidroviária; 3) Identificação das necessidades de capacitação para as Administrações Hidroviárias, ainda no modelo de “levantamento de necessidades por entrevista”, junto à Diretoria de Infraestrutura Aquaviária; 4) Inclusão de ações específicas para a área hidroviária no Plano	Concluído Dezembro de 2016 Novembro de 2016 Dezembro de 2017

		<p>Anual de Capacitação de 2017 a ser aprovado pela Diretoria Colegiada do DNIT;</p> <p>5) Execução do plano de capacitação;</p> <p>6) Descentralização imediata do recurso disponível para capacitação específica às Unidades descentralizadas do DNIT, inclusive Administrações Hidroviárias;</p> <p>7) Execução do TED (mapeamento de competências): Análise documental; Oficinas de mapeamento (8); Identificação de competências organizacionais; Identificação de competências transversais; Identificação de competências setoriais; gerenciais e técnicas; avaliação das lacunas de competências; e Avaliação de clima organizacional;</p>	<p>Dezembro de 2017</p> <p>Concluído</p> <p>Até abril de 2018</p>
9.1.2	<p>Estão sendo realizados estudos experimentais para aplicação de metodologia pela Universidade Federal do Pará no sentido de acelerar o prazo de identificação da força de trabalho adequada a cada Unidade. Como piloto o trabalho será realizado na Superintendência Regional do Estado de Minas Gerais (SR-MG), e posteriormente, caso seja aprovado, replicado para as demais unidades, inclusive as Administrações Hidroviárias.</p>	<p>1) Aplicação <i>in loco</i> da metodologia experimental da UFPA na SR-MG; Estudo piloto em SR-MG.</p> <p>2) Consolidação do mapa de lotação adequada a cada Unidade da Autarquia.</p> <p>3) Revisão do normativo de remoção.</p> <p>4) Aprovação em diretoria colegiada do normativo.</p> <p>5) Realização do concurso de remoção.</p> <p>6)</p> <p>7) Pedido de concurso público para 2017 (já negado pelo Ministério do Planejamento).</p> <p>8) Pedido de concurso público para 2018.</p>	<p>Novembro de 2016</p> <p>Dezembro de 2016</p> <p>Novembro de 2016</p> <p>Dezembro 2016</p> <p>Fevereiro 2017</p> <p>Concluído</p> <p>Fevereiro 2017</p>
9.1.3	<p>O DNIT já atua de forma consistente na parceria com estado de São Paulo, formalizada através do Protocolo de Intenções nº 01/2011, para efetuar obras de melhoramentos e expansão na hidrovía do Tietê. Através do Termo de Compromisso nº 589/2014, a ação de derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava ganhou um instrumento que permite o repasse de recursos federais para execução da referida obra, de modo que a intervenção será financiada integralmente pela União. Por outro lado, por se tratar de um temo de Compromisso, a iniciativa de licitação, assinatura de contrato e fiscalização direta da obra fica a cargo do Estado de São Paulo, através do Departamento Hidroviário (DH/SP), vinculado à Secretaria de Logística e Transportes.</p> <p>Desta forma, as ações mais efetivas no sentido de acelerar a obra cabem ao Departamento Hidroviário, principalmente para dar a devida celeridade ao processo de licitação, sendo que o DNIT tem monitorado de perto o andamento das</p>	<p>Continuidade das reuniões técnicas e de gestão;</p> <p>Após a contratação pelo Estado de SP, cumprimento dos repasses previstos no cronograma do termo de compromisso;</p> <p>Monitoramento e fiscalização da aplicação dos recursos;</p>	<p>Desde Janeiro 2014 até a conclusão da obra;</p>

	ações e dialogado de forma constante com a área técnica e gestora do DH/SP. Entendemos ainda que haverá priorização dos gestores do DNIT responsáveis pela liberação dos recursos a serem repassados para a obra de Nova Avanhandava, assim que a mesma estiver contratada e durante todo o período em que vigorar a sua execução, em consonância com os desembolsos previsto no cronograma físico-financeiro e no Plano de Trabalho do Termo de Compromisso nº 589/2014, a fim de evitar dificuldades de fluxo de caixa que possam impactar de forma negativa o andamento da obra.		
9.2.1	<ul style="list-style-type: none"> - Em cenários de escassez de recursos, o planejamento das ações é passo fundamental para o êxito das políticas públicas; - o processo de priorização no nível tático e operacional é afetado pelo planejamento integrado da rede de transportes; - A criação dos GDRH's contribui para o processo de estruturação. - Tendo em vista o atual estágio de desenvolvimento do setor hidroviário, o fomento à navegação interior deve ser precedido de uma organização institucional. - O aperfeiçoamento destes critérios servirá de subsídio para tomada de decisão. 	<p>1- As atividades serão estudadas no âmbito do CONAGH;</p> <p>2-Relatório</p> <p>2.1 - Levantamento das melhores práticas;</p> <p>2.2 - Análise dos critérios de priorização;</p> <p>2.3 - Necessidades oriundas dos GDRH's e consolidadas no CONAGH;</p> <p>2.4 - Definição de Matriz de Priorização;</p> <p>2.5 - Validação da Matriz junto às partes interessadas;</p> <p>2.6 - Implementação e monitoramento;</p>	<p>Novembro de 2016</p> <p>Outubro de 2017</p>
9.2.3	<p>O GDRH é um instrumento proposto pelo PHE como forma de desenvolver e articular ações previstas na política e no planejamento do setor hidroviário.</p> <p>O Ministério dos Transportes estruturou um projeto estratégico para a implantação dos GDRH's e do Comitê de Gestão Hidroviária, que tem como escopo a sistematização da realização das reuniões, com a criação de um ambiente institucionalizado para a implantação das ações necessárias ao desenvolvimento do THI.</p> <p>Considerando a necessidade de concentrar esforços, em razão da carência de recursos, em especial, os recursos humanos, o Comitê de Gestão Hidroviária desempenhará o papel da Força Tarefa, prevista no PHE.</p>	<p>1 -Estruturar o funcionamento do GDRH e do Comitê de Gestão Hidroviária por meio do seu Regimento Interno e a sua institucionalização por meio de ato legal.</p> <p>2 - Realização de Reunião Geral em Brasília com as Partes Interessadas para apresentação do Modelo de funcionamento do GDRH e do Comitê de Gestão Hidroviária .</p> <p>3 - Realização das Reuniões de implantação dos GDRH's em cada região.</p> <p>4 - Realização das Reuniões do Comitê de Gestão Hidroviária para avaliação dos resultados da implantação dos GDRH's.</p>	<p>Outubro de 2016</p> <p>Novembro de 2016</p> <p>Até Dezembro de 2017</p> <p>No período de janeiro de 2017 á março de 2018</p>
9.3.1	<p>Texto no final da tabela</p>	<p>1) Acompanhar e validar os indicadores apresentados como resultado dos produtos oriundos do Contrato nº 315/2016 – DAQ/DNIT</p> <p>2) Implantar no âmbito do DNIT a rotina dos indicadores</p>	<p>Dezembro 2017</p> <p>Até dezembro 2018</p>
9.3.2	<p>Temos a informar que a tendência de elevação de investimentos decorre naturalmente de dois eventos de extrema relevância ocorridos no DNIT: a reestruturação promovida no órgão, com a incorporação das Administrações Hidroviárias, e a conclusão dos Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTEAs).</p> <p>Os apontamentos feitos nos EVTEAs concluídos</p>	<p>Atendimento dos itens das outras recomendações...</p> <p>9.1.1;</p> <p>9.1.2;</p> <p>9.1.3;</p> <p>9.2.1;</p> <p>9.3.1.</p>	<p>Estabelecido nas recomendações de cada um dos itens.</p>

	<p>até a presente data, já representariam um acréscimo significativo na proposta orçamentária do DNIT para os próximos exercícios. No entanto, é preciso ter em mente que a proposta orçamentária do DNIT segue limites estabelecidos pelos Ministérios que, nos exercícios anteriores, sempre resultaram na necessidade de redução das estimativas originalmente confeccionadas.</p> <p>Portanto, a intenção do DNIT é propor o maior número possível de intervenções indicadas nos EVTEAs elevando os investimentos em conformidade com o SNV e com os princípios e diretrizes da Lei nº 10.233/2001, suprindo assim a necessidade de investimentos no setor. Da mesma forma, é intenção do órgão dotar sua estrutura dos recursos materiais e humanos para permitir a correta execução e acompanhamento de todas as intervenções pretendidas. No entanto, a prosperidade de tal iniciativa está intimamente relacionada à disponibilidade de limites orçamentários por parte dos respectivos Ministérios, tanto para a contratação das obras quanto para a melhoria da estrutura do órgão.</p>		
9.3.3	<p>O PHE, enquanto ponto de partida para o desenvolvimento do THI, preconizou a participação das partes interessadas a partir de consultas públicas. Ademais, a composição dos GDRH's e do CONAGH buscam a participação das partes interessadas.</p> <p>Em todos os onze Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica e Ambiental (EVTEA) contratados pelo DNIT para as principais hidrovias brasileiras, foi reconhecida e enfocada a necessidade de que os usuários e demais agentes interessados participassem do processo tão ativamente quanto possível. Previu-se, nos Termos de Referência para a contratação de tais estudos, a realização de ciclos de “Reuniões Participativas” sediadas nas principais cidades servidas por cada hidrovia. Tais reuniões tiveram como propósito auscultar a sociedade local sobre o empreendimento, abrir espaço para discussões e colher suas impressões, sugestões, recomendações e propostas, de modo a compatibilizar os anseios da comunidade afetada com a condução dos projetos e as soluções apresentadas pelos estudos. As Reuniões Participativas contaram com a presença de autoridades, representantes dos Conselhos de Recursos Hídricos, de ONGs, de órgãos ambientais, empresários, usuários e comunidade e geraram relatórios específicos.</p> <p>As ações decorrentes dos estudos são embasadas do levantamento de necessidades estruturadas pelo PHE e pelos EVTEAs, que contou com a participação das partes interessadas, e são materializados em parte, nos programas do PPA e na LOA. O desenvolvimento do PPA prevê a participação dos interessados através do Fórum Interconselhos e Diálogos Federativos.</p>	Considera-se que o item esta sendo atendido.	
9.5	Com relação ao item 9.5, no tocante a se incluírem nos futuros contratos de concessão de usinas hidrelétricas, regras e critérios objetivos a serem		

	<p>observados, a fim de conciliar os interesses da navegação e do setor elétrico, trata-se de assunto sob a égide do MME e da ANEEL, sendo o papel do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil informar ao órgãos gestores dos recursos hídricos, as características técnicas da infraestrutura viária necessárias à navegação.</p> <p>Com estas informações os órgãos responsáveis pela gestão dos recursos hídricos poderiam incorporá-las, quando for o caso, nos atos de DRDH e outorga de uso.</p> <p>Isto ocorrendo, verifica-se nos contratos de concessão de geração de energia elétrica, que já constam nas cláusulas denominadas “OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA E CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DAS USINAS HIDROELÉTRICAS”, as seguintes obrigações inerentes das concessionárias:</p> <p>a) realizar a Gestão dos Reservatórios das Usinas Hidrelétricas e respectivas Áreas de Proteção, nos termos da legislação e regulamentação pertinentes, bem como de eventuais condições a serem estabelecidas nas outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos;</p> <p>b) respeitar os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, taxa de variação das vazões defluentes, níveis máximos e mínimos operativos e taxas de variação de níveis operativos, observando as condições de Operação de reservatórios definidas pela ANA, em articulação com o ONS, nas Outorgas de Direto de Uso de Recursos Hídricos das usinas Hidrelétricas objeto deste Contrato ou em atos específicos;</p> <p>c) cumprir a legislação de recursos hídricos, atendendo às exigências contidas nas Outorgas de Direito de Uso de recursos Hídricos a serem emitidas e a eventuais condicionantes nela estabelecidos, e respondendo pelas eventuais consequências do descumprimento da legislação pertinente;</p> <p>Observa-se que, se as regras e os critérios citados no item 9.5 fossem incorporados aos atos de DRDH e Outorgas de Direto de Uso de Recursos Hídricos, emitidos pela ANA, para a ANEEL e para as Concessionárias, já seria o suficiente para se atender ao disposto no item 9.5. Portanto, entendemos não ser necessário implementar esta recomendação</p>		
9.6	<p>O DNIT e a ANA têm se reunido desde o segundo semestre de 2015 para estudar a questão.</p> <p>O DNIT esta implementando os Gabaritos Hidroviários, a partir do qual serão determinadas as profundidades operacionais necessárias à navegação nos principais trechos hidroviários brasileiros, com base no planejamento setorial.</p> <p>O que poderá servir de subsídio para as discussões de eventuais conflitos.</p>	Considera-se que o item está em implementação	
9.7	Foi elaborado e publicado o plano de ação recomendado	Concluído	
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
-			

Fonte: SPNT

Nota: 9.3.1 - Será avaliada a utilização de alguns indicadores apresentados no Plano Hidroviário Estratégico – PHE. Sobre a revisão dos indicadores estipulados para programas relacionados ao transporte hidroviário, de forma que contemplem aspectos de eficiência, efetividade, qualidade de infraestrutura, tempo e custo, podemos informar que foi dada ordem de serviço, no dia 17/06/2016, ao Contrato nº 315/2016 – DAQ/DNIT (Consórcio STE/Falconi), cujo objeto é a prestação de Serviços Técnicos Especializados no Assessoramento em gestão pública e engenharia consultiva para atuação nas áreas de planejamento e gestão, com o aprimoramento dos mecanismos de governança e gerenciamento das demandas dos empreendimentos e programas previstos no PAC, constantes dos Planos Plurianuais (2012/2015) e (2016/2019). Informamos também que, estão previstos a entrega dos seguintes produtos, dentre outros: i) Produto P4.1 - Gestão Tática das Diretrizes Estabelecidas para a Execução dos Empreendimentos Aquaviários do PAC”, cujo escopo inclui o assessoramento da DAQ na efetivação dos processos, metas e indicadores de desempenho orientados pela gestão estratégica do DNIT.;ii) Produto P4.4 - Assistência Técnica para Atendimento as Demandas da Coordenação de Operações Aquaviárias (COPAQ)” – onde há a seguinte previsão em edital: “ (...) b) Prover o acompanhamento da execução dos serviços elaborados pelas Administrações Hidroviárias no sentido de consolidar em um Sistema de Informações Gerenciais (SIG) as informações relevantes aos usuários das hidrovias interiores, por bacia hidrográfica; c) Definir os indicadores de eficiência das Hidrovias em conjunto com a Coordenação Setorial, implantar a metodologia em cada uma das hidrovias sob o controle do DNIT e alimentar regularmente o referido SIG; (...)”. A equipe gestora do Contrato no DNIT orientará o Consórcio a desenvolver os indicadores de desempenho no sentido de abranger os aspectos de eficiência, efetividade, qualidade de infraestrutura, tempo e custo, bem como exigirá a proposição de metodologias de monitoramento e obtenção de dados que subsidiem a quantificação e atualização periódica dos indicadores. Quando da conclusão destes produtos, da sua validação pelo DNIT e, posterior implementação dos indicadores, se poderá propor a revisão dos indicadores no PPA.

8.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

Todo o acompanhamento das recomendações da CGU é realizado por meio do Sistema Monitor, onde as manifestações das unidades do Ministério são registradas e acompanhadas via sistema.

Um representante de cada unidade organizacional foi designado para monitorar as recomendações e acompanhar as manifestações dos gestores.

Como no decorrer do exercício de 2016 o Ministério passou por uma significativa reformulação, novos procedimentos serão adotados para inserir nesse monitoramento as entidades que passaram a compor a nova estrutura do MTPA, quais sejam, a Secretaria de Portos, a Secretaria de Aviação Civil e suas respectivas entidades vinculadas.

Para o acompanhamento e atendimento às recomendações da Controladoria Geral da União, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, vem sendo adotado o Plano de Providências Permanente: documento de monitoramento da implementação das providências relacionadas às recomendações recebidas.

O PPP é um instrumento de monitoramento contínuo, que registra gradualmente o encaminhamento das soluções para resolução das constatações identificadas nos trabalhos realizados pela CGU, as quais são registradas no sistema monitor.

8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Este item tem por finalidade oferecer ao leitor uma visão gerencial de como a UPC trata os ilícitos administrativos, especialmente os que resultam em dano ao Erário.

No âmbito da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP), houve três casos objeto de medidas administrativas internas. Em relação a dois processos, os acusados já ressarciram ou estão ressarcindo o dano por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU). Em relação ao terceiro processo, foi encaminhada a cobrança ao acusado por meio dos Ofícios n. 2094/2015-SECR, de 27 de abril de 2015 e 2730/2016-COGEP, de 02 de junho de 2016, para conhecimento do débito e a GRU de ressarcimento ao erário, porém não houve retorno.

Quadro 8.3.1 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo >10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício de instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
3	3	0	0	2	1			
12	12	0	0					

Fonte: COGEP/CGRL

No âmbito da Corregedoria, as apurações disciplinares encerradas com indicativo de apuração de responsabilidade por dano ao erário são, na maioria dos casos, encaminhadas à Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD), para as verificações pertinentes e providências de encaminhamento de cobrança, se for o caso.

No âmbito da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL), durante o exercício de 2016, foram abertos 12 (doze) processos de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), referentes a extravio ou dano a bens públicos, os quais implicaram em prejuízo de pequeno valor, conforme demonstrado na última linha do quadro acima.

Dessa forma, estão listados na tabela abaixo os processos disciplinares cujos resultados apontaram possível dano ao erário, com o devido encaminhamento à SAAD ou, conforme o caso, ao órgão vinculado competente:

Tabela 72 - Processos disciplinares com possibilidade de dano ao erário.

Quat.	Processo investigado	Tipo	Documento de Encaminhamento
1	50600.058976/2012-22	PAD	Encaminhado para o DNIT por meio do Ofício nº 15/2016-CORREG/SE/MT, de 20/1/2016
2	50600.030045/2011-89	PAD	Encaminhado para o DNIT por meio do Ofício nº 22/2016-CORREG/SE/MT, de 26/1/2016
3	50000.020195/2013-13	PAD	Encaminhado a SAAD por meio do Memorando nº 135/2016-CORREG/SE/MT, de 12/5/2016.
4	50600.019391/2012-97	PAD	Encaminhado para o DNIT por meio do Ofício nº 2042/2016-CORREG/SE-MT, de 07/11/2016.
5	00058.079065/2012-64	PAD	Encaminhado a ANAC por meio do Ofício nº 2070/2016/CORREG/SE-MT, de 14/12/2016.
6	00058.077277/2012-15	PAD	Encaminhado a ANAC por meio do Ofício nº 2071/2016/CORREG/SE-MT, de 14/12/2016.
7	50000.031803/2012-26	PA	Encaminhado a SAAD por meio do Memorando nº 56/2016-CORREG/SE/MT, de 3/3/2016.
8	50000.030101/2013-14	PAD	Encaminhado a SAAD por meio do Memorando nº 102/2016-CORREG/SE/MT, de 4/04/2016.
9	50600.009179/2009-16	PAD	Encaminhado para o DNIT por meio do Ofício nº 2026/2016-CORREG/SE-MT, de 8/9/2016.
10	50000.036683/2005-24	SIND INV	Encaminhado a SAAD por meio do Memorando nº 2050/2016/CORREG/SE, de 10/10/2016.

Fonte: CORREG

A tabela abaixo apresenta o quantitativo de processos encerrados com o respectivo motivo.

Tabela 73 - Quantitativo de processos encerrados e motivo do encerramento

Motivo do encerramento	Ano do ressarcimento	Qtd.
Por meio de pagamento GRU	2016	2
Por meio de pagamento GRU	2017	2
Pela entrega de um bem de características iguais ou superiores	2016	2
Prestação de serviço que restitua o bem danificado às condições anteriores	2016	0
Bem localizado	2016	1
Processo arquivado	2016	1

Fonte: CGRL/SAAD

8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O cronograma de pagamento de obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços observa o disposto no art. 5º da Lei n. 8.666/93.

O art. 5º da referida Lei, dispõe sobre a "ordem cronológica das datas de suas exigibilidades". A terminologia utilizada pelo legislador exige uma definição clara e objetiva sobre a data de exigibilidade do crédito, para que se estabeleça a ordem dos pagamentos. Portanto, é de extrema importância estabelecer-se o marco, a partir do qual um crédito decorrente de um contrato administrativo é passível de ser exigido do ente contratante.

A data da exigibilidade seria decorrente da liquidação, em razão da observância dos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64, portanto, servindo de base para o estabelecimento da ordem cronológica de todos os pagamentos.

“Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.”

“Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.”

Cumpra observar, todavia, que a obrigação de pagamento por parte da Administração surge após a liquidação da despesa, em caso de não haver previsão contratual que estabeleça prazo diverso.

Além das normas previstas nas leis supramencionadas, é respeitado o prazo para pagamento previsto na Instrução Normativa n. 02/2008 da SLTI/MPOG e suas alterações, que determina, em seu art. 36, § 3º, que “o prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Administração, não deverá ser superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua apresentação, na inexistência de outra regra contratual.”

8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração de folha de pagamento

Em janeiro de 2014, foi autuado o processo 50000.002951/2014-03, contendo a documentação relacionada abaixo, para que a Consultoria Jurídica desta Pasta avaliasse a questão relacionada à revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração de folha de pagamento e emitisse recomendação acerca das diretrizes a serem tomadas.

- Ofício 37211/DITRA/DISFC/CGU-PR;
- Formulário de atendimento encaminhando dúvida de legislação ao sítio do Compras Net para esclarecimento do assunto;
- Respostas da equipe “Compras Net.normas” informando que os órgãos e entidades deveriam aguardar a manifestação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) com as medidas necessárias a revisão dos contratos;
- Memorando 52/2013-DIAC/COEX/CGRL/SAAD/MT, solicitando a prorrogação do prazo de resposta, haja vista a complexidade do caso vertente, junto a Secretaria Federal de Controle Interno;
- Cópia da Lei 12.546, de 14/12/2011;
- Cópia do Decreto n. 7.828, de 16/10/2012;
- Orientações da SLTI acerca do Acórdão TCU n. 2859/2013, que trata da desoneração contratual;
- Cópia do Ofício n. 487/2013-SAAD/SE/MT, em resposta à Secretaria Federal de Controle Interno, e
- Despacho da DIAC submetendo a questão a CONJUR.

A CONJUR-MT, por sua vez, emitiu o Parecer n. 52/2014/CONJUR-MT/CGU/AGU:CGJA/rc., sobre o qual cumpre destacar que, de acordo com as prescrições do Decreto 7.828, de 16/10/2012, os períodos e alíquotas indicados pela planilha elaborada pela Divisão de Atos e Contratos parecem corretos, especificamente os contratos indicados como serviços de tecnologia da informação (TI) ou de tecnologia da informação e comunicação (TIC); destaca-se, ainda, que o presente aditivo formaliza ato administrativo que impõe a revisão econômica do contrato administrativo, através de reequilíbrio econômico (álea extraordinária), não se caracterizando como aditivo de supressão.

Importante registrar que, todo o trâmite do referido processo de desoneração utilizou como metodologia a Lei n. 12.546, de 14 de dezembro de 2011, o Decreto n. 7.828, de 16/10/2012 e as orientações da SLTI acerca do Acórdão TCU n. 2859/2013.

Com referência ao contrato 35/2014, firmado com a empresa CTIS Tecnologia S/A, foi incluído no rol dos contratos da tabela abaixo, uma vez que a empresa se enquadra nos requisitos do Plano Brasil Maior, entretanto, o processo ainda está sendo encaminhado à Consultoria Jurídica para análise da viabilidade do pleito da contratada.

Em que pese todo o trabalho desenvolvido a título de desoneração da folha de pagamento, o TCU suspendeu os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2859/2013, que tratava das medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

Conforme informações publicadas no sítio “Compras Governamentais”, em 01/04/2015, a Secretaria de Logística e Tecnologia expedirá orientações aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do SISG, após o exame final da matéria pelo Tribunal de Contas da União.

Por fim, salienta-se que todos os Contratos relacionados na tabela detalhada a seguir já estavam vencidos em dezembro de 2014 e, portanto, os valores a serem ressarcidos à União deverão ser formalizados por intermédio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Tabela 74 - Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Contrato	Empresa	Contratante	CNPJ/Contratante	Objeto	Vigência	Redução de valor	Valor Ressarcido	Valor a ressarcir
38/2009	IOS Informática Organização e Sistemas s.a	CGTI	38.056.404/0001-70	Manutenção dos sistemas de informação e de sítios web do MT	28/08/09 a 09.07.13	78.078,75	-	78.078,65
39/2009	IOS Informática Organização e Sistema S.A	CGTI	38.056.404/0001-70	Manutenção da Infraestrutura do Ambiente de Tecnologia da Informação do MT	29/07/09 a 28.07.14	530.817,87	-	530.817,87
40/2009	IOS Informática Organização e Sistema S.A	CGTI	38.056.404/0001-70	Serviço de Atendimento e Suporte aos Usuários do MT (HELP DESK)	29/07/09 a 28/07/14	161.865,84	-	161.865,84
35/2012	BASIS Tecnologia da Informação	CGTI	11.777.162/0001-57	Desenvolvimento de novos sistemas e manutenção dos sistemas de informação do MT, no modelo de fábrica de Software, compreendendo a licitação de requisitos, análise, projeto, codificação, testes, documentação, implantação, configuração e treinamento, limitado ao quantitativo máximo de 15.908 (quinze mil, novecentos e oito)	01/11/12 a 31/10/13	-	-	-
52/2009	CTIS Tecnologia S.A	CGRH	01.644.731/0001-32	Central de relacionamento, nas modalidades receptivo, contemplando a disponibilização por parte da contratada, de infraestrutura de rede e equipamentos de informática, sistema de gestão de relacionamento, telefonia e engenharia de telecomunicações, equipamento da plataforma....	15/09/09 a 14/09/14	637.675,01	-	637.675,01
27/2014	DATAINFO Soluções em Tecnologia Da Informação LTDA	CGTI	05.085.461/0001-28	Serviços técnicos especializados de tecnologia da informação e comunicação - TIC, para planejamento, implantação, administração, manutenção, suporte e operação do ambiente tecnológico.	01/10/14 a 30/10/15	-	-	-
35/2014	CTIS Tecnologia S/A	COGE P	01.644.731/0001-32	Central de relacionamento, nas modalidades receptivo, contemplando a disponibilização por parte da contratada, de infraestrutura de rede e equipamentos de informática, sistema de gestão de relacionamento, telefonia e engenharia de telecomunicações, equipamento da plataforma.	26/09/14 a 26/09/17	-	-	-

Fonte: CGRL/SAAD

8.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

A Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em consonância com as diretrizes da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, tem o papel de assessorar o Ministro, o Secretário-Executivo, os secretários e demais dirigentes no relacionamento com a Imprensa. Também tem como atribuição estabelecer estratégias e implementar ações para divulgar e consolidar a correta imagem do Ministério e suas entidades vinculadas perante seus públicos-alvo, ou seja, organizações da sociedade civil e mídia.

Com a edição da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, em 29 de setembro de 2016, o então Ministério dos Transportes incorporou as Secretarias de Portos e Aviação Civil, até então, vinculadas à Presidência da República, ampliando seu escopo de trabalho. Esta mudança já resultou em uma campanha iniciada em 2016 para usuários do transporte aéreo, visando orientar quanto as mudança das condições gerais do transporte aéreo, informando o que muda com as novas regras da aviação civil, onde buscar informações e apresentar queixas de forma clara e sucinta.

A ASCOM tem ainda a função de dar suporte às ações e eventos promovidos pelo Ministério e suas vinculadas, bem como difundir campanhas que devem ser, impreterivelmente, de utilidade pública (educacional e comportamental), acerca dos temas pertencentes ao escopo do Ministério, tais como:

- Educação para usuário de aviação civil e aeroportos. Objetivo: Educação, com vistas à mudança de atitude e comportamento da sociedade, acerca do melhor uso do sistema aviação civil e aeroportos, promovendo cidadania e a inclusão social. Justificativa: Compete a esta pasta, entre outras ações, planejar, programar, coordenar e administrar campanhas publicitárias, acerca dos temas pertencentes ao escopo de trabalho do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e suas coligadas. Público alvo: Usuário do sistema de aviação civil.

- Educação para usuário de hidrovias e portos. Objetivo: Educação, com vistas à mudança de atitude e comportamento da sociedade, a cerca do melhor uso do sistema de hidrovias e portos, promovendo cidadania e a inclusão social. Justificativa: Compete a esta pasta, entre outras ações, planejar, programar, coordenar e administrar campanhas publicitárias, acerca dos temas pertencentes ao escopo de trabalho do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e suas coligadas. Público Alvo: Usuários de hidrovias e portos.

- Educação para prevenção de acidentes de trânsito. Objetivo: Educação, com vistas à mudança de atitude e comportamento da sociedade, para a prevenção de acidentes de trânsito. Justificativa: Compete a esta pasta, entre outras ações, planejar, programar, coordenar e administrar campanhas publicitárias para a população brasileira, acerca dos temas pertencentes ao escopo de trabalho do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e suas coligadas. Público alvo: Motoristas habilitados e potenciais motoristas, que utilizam as rodovias brasileiras.

- Educação para usuário de transportes rodoviário. Objetivo: Educação, com vistas à mudança de atitude e comportamento da sociedade, acerca do melhor uso do sistema rodoviário brasileiro, promovendo cidadania e a inclusão social. Justificativa: Compete a esta pasta, entre outras ações, planejar, programar, coordenar e administrar campanhas publicitárias, acerca dos temas pertencentes ao escopo de trabalho do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e suas coligadas. Público Alvo: Usuário do sistema de rodoviário brasileiro - motoristas profissionais, transportadores, motoristas em geral e pedestres.

• Educação para usuários do transporte rodoviário interestadual de passageiros – TRIP. Objetivo: Educação, com vistas à mudança de atitude e comportamento da sociedade, acerca do melhor uso do sistema de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros e a coibição do transporte clandestino de passageiros, promovendo cidadania e a inclusão social. Justificativa: Compete a esta pasta, entre outras ações, planejar, programar, coordenar e administrar campanhas publicitárias para a população brasileira, acerca dos temas pertencentes ao escopo de trabalho do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Público Alvo: Usuários, profissionais e empresas do sistema de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros – TRIP

• Educação sócio ambiental - rede rodoviária e ferroviária. Objetivo: Informar e orientar população impactada pela presença, modificação ou ampliação da rede rodoviária ou ferroviária federal, com intuito de promover bem estar, segurança e cidadania. Justificativa: Compete a esta pasta, entre outras ações, planejar, programar, coordenar e administrar campanhas publicitárias para a população brasileira, acerca dos temas pertencentes ao escopo de trabalho do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e suas coligadas. Público Alvo: População impactada por rodovias e ferrovias federais brasileiras.

• Programa Passe Livre. Objetivo: Educação, com vistas à mudança de atitude e comportamento da sociedade e empresas de transporte coletivo interestadual, acerca do melhor uso do programa Passe Livre, promovendo cidadania e a inclusão social. Justificativa: Compete a esta pasta, entre outras ações, planejar, programar, coordenar e administrar campanhas publicitárias, acerca dos temas pertencentes ao escopo de trabalho do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e suas coligadas. Público Alvo: Beneficiários do Programa Passe Livre - Pessoa com Deficiência física, mental, auditiva, visual ou renal crônica comprovadamente carente. E empresas que fornecem serviço convencional de transporte coletivo interestadual de passageiros nas modalidades ônibus, trem ou barco, incluindo transportes interestaduais semi-urbanos.

• Educação para utilização de aeronaves remotamente pilotadas Drones. Objetivo: Ações educativas para a utilização de aeronaves remotamente pilotadas “popularmente conhecidas como Drones” de maneira viável e harmônica que possibilite o uso desses equipamentos tanto para uso recreativo quanto para o uso não recreativo. Justificativa: Compete a esta pasta, entre outras ações, planejar, programar, coordenar e administrar campanhas publicitárias, acerca dos temas pertencentes ao escopo de trabalho do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e suas coligadas. Público Alvo: População em geral, indústria e instituições de pesquisa.

• Educação para coibição dos "balões juninos". Objetivo: O objetivo é alertar a população em relação aos perigos que os balões não tripulados, também conhecidos como "balões juninos", proporcionam ao setor aéreo brasileiro. Orientando quanto às regras, legislação vigente e penalidades previstas. Justificativa: Compete a esta pasta, entre outras ações, planejar, programar, coordenar e administrar campanhas publicitárias, acerca dos temas pertencentes ao escopo de trabalho do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e suas coligadas. Público Alvo: População em geral.

Durante o ano de 2016 manteve-se uma agenda, junto ao Governo Federal, coordenada pela SECOM-PR e Casa Civil com intuito de cooperar com o acordo firmado com a Organização Mundial da Saúde (OMS) pela Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020, na qual governos de todo o mundo se comprometem a tomar medidas para prevenir os acidentes de trânsito de modo que, em 10 anos, haja uma redução de 50% nos óbitos com esta causa.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam que o custo social de acidentes em rodovias federais chegou a R\$ 12,8 bilhões em 2014. Como parte desse grande esforço, o Governo Federal entende como relevante o desenvolvimento de ações de comunicação

que tenham como objetivo a conscientização da sociedade brasileira quanto ao risco da direção imprudente, visando à redução do número e da fatalidade dos acidentes de trânsito nas rodovias federais.

Em 16/12/2015, o Governo Federal lançou a 6ª edição da operação “Rodovida”, que trata de esforço integrado de vários órgãos federais, em articulação com estados e municípios, com o objetivo de reduzir a violência no trânsito. O projeto foi executado em duas etapas que coincidiram com os períodos de maior movimento nas estradas brasileiras: a primeira de 16/12/2015 a 31/01/2016, e a segunda de 17/02/2016 a 05/03/2017.

A campanha foi concebida e produzida pela SECOM-PR e veiculada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em cooperação com os Ministérios da Saúde, das Cidades, Justiça e Cidadania e também a Polícia Rodoviária Federal (PRF), com os quais firmou Termo de Execução Descentralizada recebendo destes recursos que viabilizaram a veiculação da Campanha.

O quadro abaixo relaciona as despesas com publicidade desta Unidade Prestadora de Conta (UPC).

Quadro 8.6.1 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal			
Mercadológica			
Utilidade Pública	03.131.2112.4641.0001	500.000,00	
Utilidade pública	04.131.2101.2017.0001		14.771.068,51
Utilidade pública	06.131.2112.4641.0001	160.000,00	
Utilidade pública	10.131.2115.4641.0001	10.000.000,00	
Utilidade Pública	15.131.2116.4641.0001	1.600.000,00	
Utilidade Pública	26.131.2126.4641.0001	4.528.990,00	1.542.527,33

Fonte: CGRL/SIAFI/

Do total de valores pagos, R\$ 14.771.068,51 correspondem a pagamentos efetuados no exercício de 2016, referentes a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

A tabela a seguir contempla dados pertinentes aos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda.

Tabela 75 - Contratos firmados de publicidade e propaganda

Número	Vigência Aditivada até	Valores Contratados	Valores Desembolsados em 2016
11-2014/MT	20/02/2016	20.000.000,00	14.771.068,51
11-2014/MT	20/02/2017	20.000.000,00	1.542.527,33

Fonte: ASCOM

9. Anexos e apêndices

Neste item são apresentadas, nas páginas seguintes, as demonstrações contábeis do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil enumeradas pela legislação aplicável ao setor público, de que trata o subitem 7.3 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas.

Anexo 1 - Das demonstrações contábeis do Ministério dos Transportes



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/03/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	3.635.471,04	3.635.471,04
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	1.240.811,68	1.240.811,68
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	1.240.811,68	1.240.811,68
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	2.394.659,36	2.394.659,36
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	807,10	807,10
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	2.393.800,26	2.393.800,26
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	52,00	52,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/03/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	3.635.471,04	3.635.471,04
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	3.635.471,04	3.635.471,04
DÉFICIT	-	-	3.222.714.781,24	3.222.714.781,24
TOTAL	-	-	3.226.350.252,28	3.226.350.252,28
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	3.265.379.219,00	3.225.974.302,00	3.220.650.513,91	3.183.073.307,05	3.182.486.580,79	5.323.788,09
Pessoal e Encargos Sociais	3.106.292.418,00	3.070.317.594,00	3.062.233.920,34	3.060.322.878,39	3.059.810.276,31	8.083.673,66
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	159.086.801,00	155.656.708,00	158.416.593,57	122.750.428,66	122.676.304,48	-2.759.885,57
DESPESAS DE CAPITAL	212.238.380,00	182.580.819,00	5.699.738,37	5.606.008,37	5.606.008,37	176.881.080,63
Investimentos	212.238.380,00	182.580.819,00	5.699.738,37	5.606.008,37	5.606.008,37	176.881.080,63
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.477.617.599,00	3.408.555.121,00	3.226.350.252,28	3.188.679.315,42	3.188.092.589,16	182.204.868,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/03/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.477.617.599,00	3.408.555.121,00	3.226.350.252,28	3.188.679.315,42	3.188.092.589,16	182.204.868,72
TOTAL	3.477.617.599,00	3.408.555.121,00	3.226.350.252,28	3.188.679.315,42	3.188.092.589,16	182.204.868,72

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.856.168,95	30.759.202,88	23.440.748,52	23.440.748,52	8.212.530,89	6.962.092,42
Pessoal e Encargos Sociais	1.140.270,85	1.840.464,85	1.041.310,79	1.041.310,79	1.939.424,91	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.715.898,10	28.918.738,03	22.399.437,73	22.399.437,73	6.273.105,98	6.962.092,42
DESPESAS DE CAPITAL	1.413.740,30	1.355.671,09	1.370.865,60	1.370.865,60	1.398.205,18	340,61
Investimentos	1.413.740,30	1.355.671,09	1.370.865,60	1.370.865,60	1.398.205,18	340,61
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9.269.909,25	32.114.873,97	24.811.614,12	24.811.614,12	9.610.736,07	6.962.433,03

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/03/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	3.635.471,04	8.022.707,77	Despesas Orçamentárias	3.226.350.252,28	3.225.128.762,64
Ordinárias	2.397.960,94	6.861.126,61	Ordinárias	3.092.438.632,70	3.069.468.215,66
Vinculadas	1.240.811,68	1.161.581,16	Vinculadas	133.911.619,58	155.660.546,98
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.240.811,68	1.161.581,16	Seguridade Social (Exceto RGPS)	133.706.984,00	144.279.962,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-3.301,58	-	Operação de Crédito		11.300.000,00
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	204.635,58	80.584,98
Transferências Financeiras Recebidas	21.004.629.194,57	19.245.760.833,09	Transferências Financeiras Concedidas	17.675.905.883,40	15.677.656.364,84
Resultantes da Execução Orçamentária	13.596.034.212,93	12.810.871.086,54	Resultantes da Execução Orçamentária	10.367.639.113,44	9.239.316.446,28
Cota Recebida	10.392.378.215,34	9.611.610.406,38	Repasse Concedido	7.154.194.283,86	6.036.493.657,61
Repasse Recebido	10.704.635,58	81.141,78	Sub-repasse Concedido	3.192.576.764,52	3.198.106.830,13
Sub-repasse Recebido	3.192.576.764,52	3.198.106.830,13	Valores Diferidos - Baixa		950.000,00
Valores Diferidos - Baixa		950.000,00	Cota Devolvida	20.822.305,80	3.765.958,54
Repasse Devolvido	328.838,23	122.708,25	Sub-repasse Devolvido	45.759,26	
Sub-repasse Devolvido	45.759,26		Independentes da Execução Orçamentária	7.308.266.769,96	6.438.339.918,56
Independentes da Execução Orçamentária	7.408.594.981,64	6.434.889.746,55	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	7.304.252.399,72	6.429.984.561,74
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	7.408.068.512,64	6.434.556.971,95	Demais Transferências Concedidas	375.597,62	332.649,05
Demais Transferências Recebidas	523.167,42	332.649,05	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.638.772,62	8.022.707,77
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.301,58	125,55	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	39.065.286,53	32.746.004,04	Despesas Extraorçamentárias	25.519.257,71	42.870.147,97
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	586.726,26	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	37.670.936,86	32.114.873,97	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	24.811.614,12	26.059.081,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	807.581,92	-4.559.858,63	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	707.643,59	657.968,22
Outros Recebimentos Extraorçamentários	41,49	5.190.988,70	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	16.153.098,48
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	41,49		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		2.282,28
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		161,47	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		16.150.816,20
Demais Recebimentos		5.190.827,23			
Saldo do Exercício Anterior	445.964.012,47	105.089.743,02	Saldo para o Exercício Seguinte	565.518.571,22	445.964.012,47
Caixa e Equivalentes de Caixa	445.964.012,47	105.089.743,02	Caixa e Equivalentes de Caixa	565.518.571,22	445.964.012,47
TOTAL	21.493.293.964,61	19.391.619.287,92	TOTAL	21.493.293.964,61	19.391.619.287,92



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 16/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	70.347,33	70.347,33			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	716.105.652,51	591.634.341,98	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	716.105.652,51	591.634.341,98

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	565.518.571,22	449.974.048,21	PASSIVO FINANCEIRO	49.852.305,75	435.170.970,26
ATIVO PERMANENTE	150.587.081,29	141.660.293,77	PASSIVO PERMANENTE	26.601.020,85	8.455.334,00
			SALDO PATRIMONIAL	639.652.325,91	148.008.037,72

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	36.422.634,79	44.730.528,01	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	162.642.825,42	175.997.974,54
Execução dos Atos Potenciais Ativos	36.422.634,79	44.730.528,01	Execução dos Atos Potenciais Passivos	162.642.825,42	175.997.974,54
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	34.594.506,94	29.730.528,01	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	1.828.127,85	15.000.000,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	3.116.664,62	6.588.276,22
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	159.526.160,80	169.409.698,32
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	36.422.634,79	44.730.528,01	TOTAL	162.642.825,42	175.997.974,54

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	148.775.877,97
Recursos Vinculados	366.890.387,50
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.325.356,82
Outros Recursos Vinculados a Fundos	364.565.030,68
TOTAL	515.666.265,47



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	21.395.518.658,30	19.317.440.742,45
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.240.811,68	1.161.581,16
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.240.811,68	1.161.581,16
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	10,20	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	10,20	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	21.004.767.581,80	19.245.760.833,09
Transferências Intragovernamentais	21.004.629.194,57	19.245.760.833,09
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	138.387,23	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	386.019.719,25	63.656.571,52
Reavaliação de Ativos	-	92.887,37
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	1.253.920,16
Ganhos com Desincorporação de Passivos	386.019.719,25	62.309.763,99
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.490.535,37	6.861.756,68
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.092.000,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.398.535,37	6.861.756,68
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	20.929.202.660,32	19.335.655.652,13
Pessoal e Encargos	217.696.713,91	415.995.103,09
Remuneração a Pessoal	139.365.739,15	346.453.260,59
Encargos Patronais	23.907.065,75	23.665.251,47
Benefícios a Pessoal	47.031.429,11	39.598.725,78
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	7.392.479,90	6.277.865,25
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.917.458.186,98	2.711.131.728,27
Aposentadorias e Reformas	801.824.204,39	825.990.007,10
Pensões	2.111.752.556,28	1.881.111.858,26
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.881.426,31	4.029.862,91
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	82.890.415,33	86.984.157,82
Uso de Material de Consumo	674.921,77	1.079.208,51
Serviços	79.585.394,50	83.396.416,46
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.630.099,06	2.508.532,85
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.301,58	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	3.301,58	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	17.678.174.897,17	15.679.856.306,21
Transferências Intragovernamentais	17.675.905.883,40	15.677.656.364,84
Transferências Intergovernamentais	295.831,84	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	1.973.181,93	1.772.455,42
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	427.485,95
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	26.149.669,97	434.704.296,91
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	168.044,38	75.226,75
Incorporação de Passivos	22.975.438,79	428.798.972,00
Desincorporação de Ativos	3.006.186,80	5.830.098,16



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	16.536,09	10.087,71
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.856,00	-
Contribuições	14.680,09	10.087,71
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.812.939,29	6.973.972,12
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	1.138.901,00	546.000,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.674.038,29	6.427.972,12
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	466.315.997,98	-18.214.909,68

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 16/03/2017	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	126.531.432,72	346.251.931,25
INGRESSOS	21.009.072.247,53	19.254.414.670,93
Receitas Derivadas e Originárias	3.635.471,04	8.022.707,77
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.240.811,68	1.161.581,16
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	2.394.659,36	6.861.126,61
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	21.005.436.776,49	19.246.391.963,16
Ingressos Extraorçamentários	807.581,92	-4.559.858,63
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	161,47
Transferências Financeiras Recebidas	21.004.629.194,57	19.245.760.833,09
Demais Recebimentos	-	5.190.827,23
DESEMBOLSOS	-20.882.540.814,81	-18.908.162.739,68
Pessoal e Demais Despesas	-3.182.277.124,72	-3.190.494.863,89
Legislativo	-	-556,80
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-14.771.068,51	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-2.926.230.257,91	-2.935.045.411,88
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/03/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-230.211.803,83	-239.098.451,96
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-11.064.035,96	-16.348.160,97
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	41,49	-2.282,28
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-23.650.163,10	-23.202.726,53
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-21.381.149,33	-21.309.143,27
Outras Transferências Concedidas	-2.269.013,77	-1.893.583,26
Outros Desembolsos das Operações	-17.676.613.526,99	-15.694.465.149,26
Dispêndios Extraorçamentários	-707.643,59	-657.968,22
Transferências Financeiras Concedidas	-17.675.905.883,40	-15.677.656.364,84
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-16.150.816,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-6.976.873,97	-5.377.661,80
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-6.976.873,97	-5.377.661,80
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.514.697,97	-5.106.562,85
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.462.176,00	-271.098,95
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/03/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	119.554.558,75	340.874.269,45
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	445.964.012,47	105.089.743,02
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	565.518.571,22	445.964.012,47



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/03/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	208.051.811,26	-	-	208.051.811,26
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	30.104,55	-	-	30.104,55
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-501.032,12	-	-	-501.032,12
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-18.214.909,68	-	-	-18.214.909,68
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	189.365.974,01	-	-	189.365.974,01

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	189.365.974,01	-	-	189.365.974,01
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	24.640.523,38	-	-	24.640.523,38
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	3.492.272,86	-	-	3.492.272,86
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	466.315.997,98	-	-	466.315.997,98
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	470.927,57	-	-	470.927,57
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	684.285.695,80	-	-	684.285.695,80